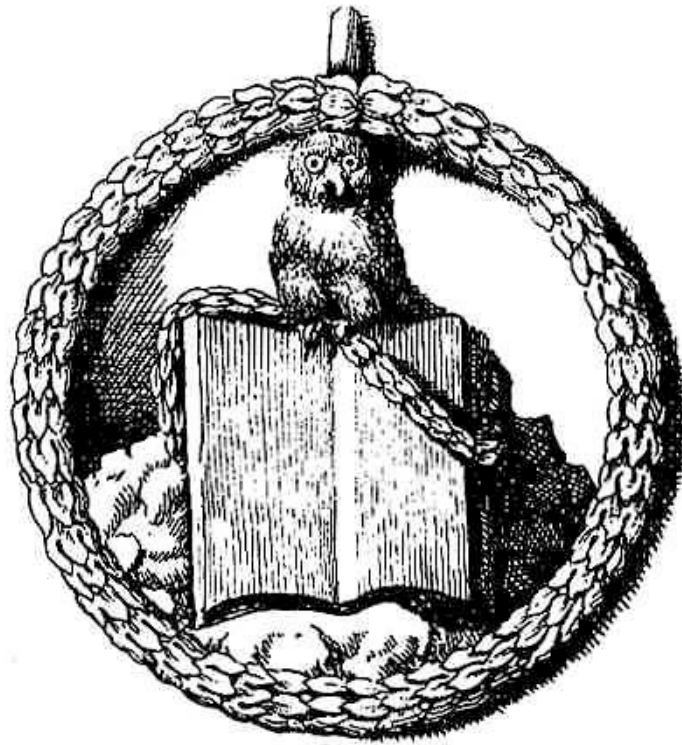


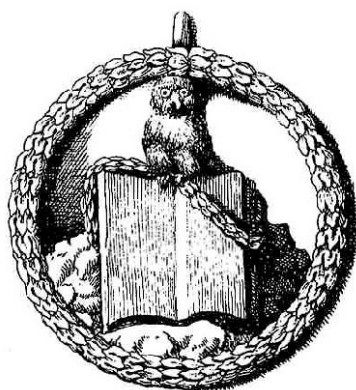


Biblioteca Illuminati



Jesus e o Segredo
Mortal dos Templários

Robert Ambelain



Biblioteca Illuminati

Para uso pessoal e não-comercial



Jesus e o Segredo Mortal dos Templários

Todos os Direitos Reservados ao Autor

ÍNDICE

Advertência

1.- Introdução

2.- As peças do expediente

OS MANUSCRITOS DOS AUTORES PAGÃOS

OS MANUSCRITOS DOS AUTORES PAGÃOS

OS MANUSCRITOS DOS AUTORES PAGÃOS

OS MANUSCRITOS DOS EVANGELHOS CANÔNICOS

OS MANUSCRITOS DOS EVANGELHOS CANÔNICOS

OS MANUSCRITOS DOS EVANGELHOS CANÔNICOS

OS MANUSCRITOS DOS APÓCRIFOS

OS MANUSCRITOS DOS APÓCRIFOS

OS MANUSCRITOS DOS APÓCRIFOS

O APOCALIPSE E SEU SEGREDO

O APOCALIPSE E SEU SEGREDO

O APOCALIPSE E SEU SEGREDO

3.- A pseudo anunciação

4.- As diversas datas do nascimento de Jesus

5.- Os irmãos de Jesus

6.- O irmão gêmeo de Jesus

7.- As chaves do enigma

8.- O ninho de águias: Gamala

9.- Para dar o cambalacho: Nazaré

10.- O misterioso José e a Sagrada Família

11.- Os anos obscuros de Jesus

12.- Jesus entre os doutores

13.- João, o Precursor e o Batista

14.- A magia na vida de Jesus

15.- O Rei dos Judeus

16.- O dízimo messianista

17.- A fuga à Fenícia

18.- Os enigmas do último dia

19.- A ata de acusação de Jesus

20.- A maldição sobre Jerusalém

21.- A execução de Jesus

22.- A pseudo ressurreição

23.- Aparições e Ascensão de Jesus

24.- A Redenção

25.- A execução de Judas

26.- Jesus e as mulheres

27.- Epílogo: A fogueira

NOMES ADAPTADOS E NOMES HEBREUS NO NOVO TESTAMENTO

<i>Nome adaptado</i>	<i>Nome hebreu</i>	<i>Significado</i>
Adonis	Adón	Senhor
Ananías	Hanania	Deus é propício
Anas	Hanna	Favorecido(a) por Deus
Bartolomeu	Bar-Talmai	Filho de Talmai
Bernabé	Bar-Nabi	Filho do Vidente
Caifás	Kaiapha	Adivinho
Cefas	Kepha	Pedra
Cleofás	Kalpai	Toda glória
Elias	Eliyahu	Yahvé é meu Deus
Elisabeth-Isabel	Elisheba	A que jura por Ele (Deus)
Gabriel	Geber-El	Herói de Deus
Gamaliel	Garniel	Aquele a que Ele (Deus) retribui
Iscariote	Ish-sikarioth	Criminoso
João	Ióhanan	Favorito de Yahvé
João Batista	Ióhanan-bar-Zekarya	João filho de Zacarias
João o Evangelista	Ióhanan-bar-Zebadya	João filho de Zebedeu
Jesus	Ieschua	Salvador
Joaquim	Ichoyakim	Deus é sua ajuda
José	Iossef	Agregado por Deus
Judas o Judá	Iehuda	Zeloso de Deus
Lázaro	Eleazar	Aquele a que Ele (Deus) assiste
Levi	Levi	Adesão
Magdalena	Magdalaenne	A que é de Magdala
Maria	Myrhiam	Bem criada (ou Princesa)
Marta	Tamar	Palma
Mateus	Matathiah	Dom de Deus
Menahem	Menahem	Consolador
Salomé	Salome	Feliz
Santiago	Iaakob	Suplantador
Saúl	Schaul	Solicitado
Simão	Shimcon	Que escuta e obedece
Simão Bar Joná	Shiméon barjona	Simão o fora da lei
Susana	Schoschanna	Lis
Tadeu	Thaddai	Adulador
Tomás	Taóma	Gêmeo
Zacarias	Zekarya	Memória de Deus
Zaqueu	Zakkai	Aquele de que Deus se lembra
Zebedeu	Zabdai	Servidor de Deus

Os defensores da historicidade de Jesus devem considerar seriamente a importância de sua posição... Correm o risco de sustentar os títulos históricos de uma personalidade que pode resultar ser completamente diferente àquela que imaginavam quando empreenderam sua defesa.

A.SCHWEITZER, doutor em teologia, antigo pastor, diretor do hospital de Lambaréne prêmio Nobel da Paz em 1952, em *Recherches sur L'hisloricité de Jesus.*)

Advertência

A hipótese de que Jesus era filho de Judas, o Galileu (*Atos*, 5, 37), aliás Judas da Gamala, ou Judas, o Gaulanita, o herói judeu da revolução do Censo, não é nova. Já incomodava nos primeiros séculos do cristianismo, e isto se observa em Lucas, quem ao redigir os Atos o situa depois de Teodas, outro rebelde que se revoltou entre os anos 44 e 47 de nossa era, enquanto que Judas da Gamala o fez no ano 6.

E ainda segue incomodando, já que os historiadores racionalistas que querem fazer de Jesus um mito solar se guardam bem de citá-la. Ernest Renán, em sua *Vida de Jesus*, publicada em 1863, faz uma vaga alusão a ela, porque já tinha tomado partido: queria um Jesus idílio e ao estilo de Jean-Jacques Rousseau. De fato, foi Daniel Massé quem, a partir de 1920, e ao longo de um quarto de século, em quatro obras consagradas a este tema, defendeu corajosamente a citada teoria. Por desgraça, não soube fixar uns limites precisos, e suas imprudentes extrapolações foram utilizadas por seus adversários. Historiadores católicos e protestantes ignoraram voluntariamente sua obra, e Daniel-Rops se guarda bem de citá-lo entre aqueles que gozaram do favor de suas réplicas.

E ainda há mais: nos mapas geográficos que acompanham às vezes os trabalhos dos historiadores católicos ou protestantes, as diversas localidades situadas à beira do lago Genezaret aparecem todas elas mencionadas: Cafarnaum, Tiberíades, Magdala, Tari-quea, Hippos, Kursi, Betsaida. Todas, salvo uma: Gamala! A partir dos trabalhos de Daniel Massé, a cidade zelote, a «cidade dos Puros», o ninho de águias de onde um dia descendeu Judas, o Gaulanita, o verdadeiro «nazaret» onde nasceu Jesus-bar-Juda, Gamala, desapareceu dos mapas geográficos. Para situá-la, terá que consultar os mapas anteriores.

O autor do presente estudo, por conseguinte, não pretende nestas páginas uma hipótese original e nova, dado que os exegetas austríacos e alemães da metade século XIX não a ignoraram. Seu único mérito radica em ter descoberto a prova de tal identidade de Jesus, chamado «de Nazaré», e filho, em realidade, de Judas, o Galileu. Esta prova é muito singela: consiste em um simples silogismo. Só que terei

de reunir e ordenar suas premissas. Sobre isso versará a presente obra.

Ainda fica por precisar um último ponto. No estudo do cristianismo e de suas origens, podemos considerar três correntes:

a) a corrente sobrenaturalista, que agrupa aos fiéis das diversas igrejas que acreditam em um Jesus «filho de Deus», morto, ressuscitado e que depois subiu aos céus;

b) a corrente naturalista, que agrupa aos partidários de um Jesus humano a mais não poder, chefe de um movimento político anti-romano (os zelotes), ou um simples místico de tipo mais ou menos essencial;

c) a corrente mítica, que agrupa aos partidários de um Jesus totalmente imaginário, cuja lenda se foi elaborando pouco a pouco, mesclando tradições que pertenciam a doutrinas diversas, e fundindo elementos históricos que correspondiam a diversos personagens chamados Jesus.

Nosso estudo deve classificar-se, evidentemente, dentro da segunda categoria. E a principal de nossas razões é a seguinte:

No *Dictionnaire rabbinique* de Sander (Paris, 1859), encontramos, ao final, um estudo biográfico consagrado àqueles aos quais a tradição judia considera os «príncipes da *Tora*». E sobre o grande Gamaliel, citado em *Atos*, podemos ler:

«*Rabban* Gamaliel I, chamado o Ancião, neto do grande Hillel, sucedeu a seu pai, Simão, na qualidade de Naci.

«Foi o primeiro que adotou o título de *rabban*, título que levaram depois dele seus descendentes e sucessores até Gamaliel III, filho do *rabban lehuda-el-Naci*. Sustentou freqüentes relações com os generais e os membros do Governo romano.

«Foi sob sua presidência quando Samuel, apelidado o Pequeno ou o Jovem, compôs a fórmula de oração contra os apóstatas e os traidores, fórmula que foi aceita e conservada na liturgia. Segundo diversos cronistas, Rabbi Gamaliel morreu dezoito anos antes da destruição de Jerusalém pelos romanos. "Com ele, diz-nos a *Mischna*, apagaram-se a glória da *Tora*, a pureza e a austeridade da vida religiosa."» (*Sota*, cap. IX, 15.)

Em outro lugar, o mesmo estudo nos revela que Samuel, o Pequeno, ou o Jovem (chamado assim para diferenciá-lo do profeta de dito nome), morreu antes que Gamaliel.

Recapitulemos, pois:

— Jerusalém foi destruída pelos romanos no ano 70

— Gamaliel I morreu dezoito anos antes, ou seja, em 52

— Samuel, o Jovem, morreu antes que Gamaliel I, ou seja, o mais tardar, em

51

— Foi ele quem compôs a fórmula da oração contra os apóstatas e os traidores, quer dizer que, no mais tardar, teria que ser em 50.

Quem eram esses apóstatas? Evidentemente, aqueles que haviam apostatado da lei de Moisés e abandonado as práticas religiosas judias, em uma palavra, aqueles a quem lhes conhecia já, desde o ano 40, na Antioquia, como cristãos.

Parece-nos muito estranho que o Sanedrim esperasse dez anos (até 50) para aplicar sanções litúrgicas contra esses apóstatas, portanto, terei que situar tal medida

entre os anos 40 e 50.

Pois bem, se entre os anos 40 e 50 o judaísmo sancionava aos discípulos de um certo Jesus, que teria sido crucificado no ano 34, ou seja, poucos anos antes de tais sanções, seria muito difícil admitir que o tal Jesus não tivesse existido.

Enfim, consideramos inútil sublinhar o fato de que o rigor de sua vida religiosa exclui de antemão a veracidade do pseudo evangelho chamado «de Gamaliel», e a possibilidade de que o neto do grande Hillel acabasse por converter-se ao cristianismo.

1.- Introdução

«O silêncio é a arma mais poderosa do MAL...»

Maurice Magre, *Le Sang de Toulouse*

Data: 21 de outubro de 1307. Uma janela ogival, estreita e alta, apenas permite a entrada da luz do dia. Achemo-nos em uma ampla sala abobadada do velho *Louvre* de Felipe Augusto, que a fumaça das tochas murais obscurece ainda um pouco mais. Atrás de uma mesa de tosca madeira, uns homens vestidos com pesadas roupagens, com os rostos tensos e crispados pelo ódio, os «legistas» de Felipe IV, o Formoso, escutam a voz baixa e triste que se eleva de um vulto de roupas imundas e manchadas de sangue, desabado diante deles. Detrás, uns carcereiros revestidos de couro e malhas, com rosto impassível, curtido pelas campanhas. O homem que fala é um templário, chama-se Godofredo de Charnay, e foi comendador da Normandia. Hoje, depois de ter sido «trabalhado» duramente durante vários dias pelos verdugos do Palácio, conta as circunstâncias de sua admissão na *Ordem do Templo*, e toda sua juventude, apaixonada pelas façanhas guerreiras a cavalo e pelas carreiras marítimas sob o esplêndido sol mediterrâneo, acode agora a sua memória...

Sem dúvida, e apesar do atroz sofrimento que lhe causam suas pernas, que os verdugos foram lubrificando lentamente, durante horas, com azeite fervendo, negou tenazmente sua homossexualidade, uma das primeiras acusações que lhe faziam. Sem dúvida afirmou que ignorava tudo que lhe dizia sobre a suposta adoração ritual de um gato preto, ou sobre uma misteriosa «cabeça» em um relicário de prata. Mas quanto a renegar a divindade de Jesus, confessou, e mais, inclusive proporcionou detalhes:

«Depois de me haver recebido e colocado o manto, trouxeram-me uma cruz em que havia uma imagem de Jesus Cristo. O irmão Amaury disse-me que não acreditasse naquele cuja imagem estava representada ali, já que era um falso profeta, não era Deus...»

O comendador que impunha semelhante abjuração ao jovem Godofredo de Charnay, futuro comendador da Normandia, chamava-se Amaury de la Roche, e era o amigo e favorito de São Luís...

Esta confissão de Godofredo de Charnay confirmava a de outro cavaleiro templário. A este outro, o comendador que acabava de proceder a sua recepção tinha assegurado, ao lhe ver retroceder horrorizado:

«Não tema nada, filho. Este não é o Senhor, não é Deus, é um falso profeta...»

Muitas outras confissões parecidas completaram o expediente.

Em uma das obras mais completas que se consagraram a este processo, M. Lavocat resume as perguntas formuladas aos templários pelos inquisidores, tal como aparecem no próprio expediente:

«Alguém se encontrava frente às conclusões de inculpação e de informação já estabelecidas (sistema muito cômodo), elaboradas por uns juristas versados na ciência das heresias infligidas à Igreja. Os prelados instrutores estavam encarregados de investigar se os Templários eram gnósticos e docetas, ou, o que era pior, maniqueus, dos que dividiam Cristo em um Cristo superior e um Cristo inferior, terrestre, passivo, partidista, vivo e cativo na Matéria, cuja Organização ele constituía. Formariam parte daquelas antigas seitas chamadas libertinas dos gnósticos *carpo-cratianos*, nicolaístas e maniqueus?

»Teriam abraçado a religião de *Mahoma* (como pretendia a *Chronique de Saint-Denis*)? Ficava ainda um ponto por examinar, mas difícil de conciliar com os outros. Os irmãos do Templo consideravam Jesus como um falso profeta, como um criminoso de direito comum, que teria sido condenado e executado por seus crimes? Ao confirmar-se esta última hipótese, os Templários se teriam somado ao número dos assassinos de Jesus, a quem crucificavam pela segunda vez, como escrevera Felipe, o Formoso?» (Op. cit.)

Nestas últimas perguntas, os inquisidores demonstravam estar perfeitamente informados. Cem anos antes, os interrogatórios aos «perfeitos» cátaros tinham-lhes revelado um segredo que sempre, até então, tinham ignorado, posto que era secreto da Igreja, unicamente conhecido por seus mais altos dignatários: a revelação do verdadeiro rosto de Jesus na História. Esse rosto tinha sido registrado nos arquivos do Império romano. E depois de Constantino tinham-no expurgado. O judaísmo tinha-no conhecido, e na tormenta das perseguições que se abateram fazia mil e trezentos anos sobre os desafortunados judeus se conseguiu confiscar, destruir ou modificar os escritos comprometedores. Tinham-no conhecido os cátaros, e se tinha destruído esta heresia, assim como seus documentos manuscritos. Tinham-no revelado aos Templários. E agora do que se tratava era de destruir a estes. Aí estavam as confissões, formais, de numerosos irmãos da Ordem que sabiam... E esses beijos impudicos que se davam, um entre os dois ombros, e o outro no vão dos rins, não estavam acaso destinados a atrair a atenção por volta de um dos segredos do *Zohar*, para um procedimento de ação que os cabalistas judeus denominam «o mistério da Balança», que põe em ação *Hochmah* (a Sabedoria) e *Binah* (a Inteligência), os dois «ombros» do Antigo Dia, no mundo de *Yesod* (a

«Base» de seus rins)?

Assim, em uma época em que os documentos de arquivo não permitem situar com exatidão, mas que acreditam que se aproximaria da segunda metade do século XIII, a *Ordem do Templo*, primitivamente conhecida como a «Tropa dos Pobres Soldados de Cristo e do Templo de Salomão», sofreu uma importante e grave mutilação espiritual em numerosas encomendas da Ordem.

A raiz, sem dúvida, do descobrimento de uns manuscritos efetuados por eles em povos de Terra Santa, ou por meio de misteriosas conversações mantidas com sábios árabes, com cabalistas judeus, ou com «perfeitos» cátaros, uns mestres secretos, aparecidos um bom dia de forma bastante misteriosa, demonstraram que o verdadeiro rosto de Jesus da história tinha resultado ser muito diferente ao da lenda.

Graças a um fato corriqueiro, possuímos a prova da existência desses mestres secretos, que suplantavam aos mestres oficiais. Quem tinha ordenado ao Jacques de Molay, grande mestre oficial, que não sabia nem ler nem escrever, recolher todos os arquivos da Ordem, e especialmente as «regras» das encomendas, pouco antes da jogada a rede geral organizada pelo Felipe, o Formoso?

Quem é esse «mestre Roncelin», na realidade chamado *Ronce-lin de Fos*, a quem alguns templários atribuíram a introdução daquela terrível prática de renúncia ao Jesus? Na lista dos mestres da *Ordem do Templo* não figura. Ou, ao menos, na lista dos mestres oficiais... Voltaremos-lo a encontrar mais adiante.

É, pois, provável que certos altos dignatários da Ordem, menos ignorantes que a grande maioria de outros, tivessem tido conhecimento de documentos ignorados na Europa referentes as verdadeiras origens do cristianismo, documentos que a Igreja se apressou a fazer desaparecer imediatamente. Foi por isso, pelo que pouco a pouco, a semelhança de Federico de Hohenstaufen, imperador da Alemanha e rei das Duas Sicílias, e o soberano mais letrado de sua época, a *Ordem do Templo* foi rechaçando o dogma da divindade de Jesus e voltou para Deus Único, comum ao judaísmo e ao Islã.

E foi assim como, no próprio seio da Ordem oficial, constituiu-se uma verdadeira sociedade secreta interior, com seus chefes ocultos, seus ensinamentos esotéricos, e seus objetivos confidenciais, e tudo isso de forma bastante fácil, já que no ano 1193 a Ordem não tinha mais que 900 cavaleiros.

A partir de então, nas cerimônias capitular de recepção, aqueles que, como ingênuos neófitos, recusaram desprezar a Cruz, acreditando que se tratava de uma singela prova sobre a solidez de sua fé, foram enviados aos campos de batalha de ultramar, para manter ali o bom nome da Ordem e cobrir-se de glória.

Em troca, aqueles outros que, sem dizer uma palavra, *perinde ad cadáver*, dóceis diante da ordem dos comendadores, aceitaram pisar em uma cruz de madeira, ou a de um velho manto da ordem estendido no chão, esses permaneceram na Europa, como reserva para os misteriosos e longínquos objetivos do poder templário. E, efetivamente, naquela época não podia haver prova mais definitiva que essa.

Tratava-se de fazer do mundo inteiro uma «terra Santa». Mas, para isso, primeiro teriam que se apoderar do mundo. Mas como, a uma minoria valente,

organizada e rica, muito vagamente consciente da grandiosa finalidade de suas façanhas, porém, sabiamente dirigida por um grupo de iniciados, e que soubesse guardar o segredo e obedecer cegamente, era-lhe perfeitamente possível.

Todavia, chegou o dia em que a coisa saiu à luz e em que os fugitivos, orgulhosos decepcionados ou amargurados, falaram.

O rei da França farejou o ganho, e soube fazer cúmplice ao papa, quem já era seu devedor do acordo noturno do bosque de Saint-Jean-d'Angély. O tesouro real e o dogma romano tinham o xeque-mate em suas mãos.

Então, os servos da justiça engraxaram a madeira dos potros, e os verdugos puseram ao vermelho candente suas tenazes ardentes. E quando se apoderaram de todo o dinheiro do Templo e confiscaram os feudos e as encomendas, acenderam-se as piras.

Sua fumaça negra, gordurosa e fedorenta, que entrevava alvoradas e crepúsculos, desterrou, durante seiscentos anos, a esperança de uma unidade européia e de uma religião universal que unisse a todos os homens. Mas essa fumaça, acima de tudo, ia afogar a verdade sobre a maior impostura da História. Por isso, para afastar sua sombra maléfica, é que foram escritas estas páginas, embora depois de muitas outras, já que, muito antes dos Templários, os cátaros tinham conhecido e propagado esta verdade.

E foi calar suas vozes pelo que fizeram aniquilar a civilização *occitana*, como vamos demonstrar a seguir.

Roncelin de Fos, o «mestre Roncelin» dos interrogatórios, possuía como senhorio um pequeno porto que levava seu nome (*Fos-sur-Mer*), situado ainda em nossos dias na entrada ocidental do lago de Berre. Era então vassalo dos reis da Mallorca, os quais dependiam dos reis do Aragón, defensores da heresia cátara na batalha do Muret, no ano 1213. Béziers, a cidade mártir da Cruzada, está muito perto, e a matança efetuada sobre toda sua população (100.000 pessoas) pelos cruzados de Simão de Montfort, em 22 de julho de 1209, católicos e cátaros incluídos, ainda não se esqueceu em sua época. Em seu coração aninhou o ódio contra a Igreja católica, que era então sinônimo de cristianismo, de modo que para ele ambos estavam englobados dentro de uma aversão comum.

Os atestados dos interrogatórios que os inquisidores nos legaram são bastante moderados em relação às apreciações atribuídas aos hereges sobre o Jesus de Nazaré. Podemos julgá-lo nós mesmos; a seguir veremos o que terá que deduzir de tudo isso.

O «Manual do Inquisidor» do dominicano Bernard Gui (1261-1331), intitulado *Practica*, proporciona a este respeito preciosos detalhes:

«A Cruz de Cristo não deve ser nem adorada nem venerada, já que ninguém adora ou venera o patíbulo no qual seu pai, um familiar ou um amigo foi enforcado.» (Op. Cit.)

(*item, dicunt quod crux Christi non est adorando nec veneranda, quia, ut dicunt, nullus adorat aut veneratur paábulum in quo pater aut aliquis propinquus vel amicus fuisset suspensus...»*)

«item, negam a encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo no seio da Maria sempre virgem

e sustentam que não adotou um verdadeiro corpo humano, nenhuma verdadeira carne humana como a têm os outros homens em virtude da natureza humana, que não sofreu nem morreu na cruz, *que não ressuscitou dentre os mortos, que não subiu ao céu com um corpo e uma carne humanos, mas sim tudo isso aconteceu de modo figurado!...*» (Op. Cit.)

(«ítem, incarnationem Domini Ihesu Christi ex María semper virgine, asserentes ipsum non habuisse verum corpus humanum nec veram carnem hominis sicut habent ceteri homines ex natura humana nec veré fuisse passum ac mortuum in cruce nec veré resurrexisse a mortuis nec veré ascendisse in celum cum corpore et carne humana, sed omnia in similitudine facia fuisse!...»)

É fácil compreender semelhante prudência na transcrição das respostas: o fato de manter e relatar a verdadeira opinião dos «perfeitos» sobre Jesus de Nazaré teria significado destruir o trabalho depurativo dos padres da igreja e a dos monges copistas. Isso explica que tenham chegado a nossas mãos tão poucos atestados completos do interrogatório dos «perfeitos». Em relação aos simples «crentes», que ignoravam a doutrina total, esses tinham menor importância. Mas a verdade é muito distinta.

Na época em que se desenvolve o início da Cruzada os nobres tolosanos, os vassallos dos condes de Foix e dos Trencavel, os viscondes de Béziers, se não receberam já o «*consolamentum*» dos «perfeitos» cátaros, todos eles são, em sua maioria, «crentes». Terá que incluir já entre eles aos templários de certas regiões, tendo em conta sua estranha atitude no curso da Cruzada? Este ponto ainda não está bem elucidado.

Seja como for, os vassallos dos condes de Foix e dos viscondes de Béziers albergam, todos, aos «perfeitos», amparam suas reuniões, e às vezes recebem o «*consolamentum*» em seu leito de morte. As mulheres, mais valorosas e mais ardentes, não esperam já a sua última hora para colocar a famosa túnica negra das «perfeitas». Os textos dos interrogatórios da Inquisição são explícitos a este respeito. E as nobres famílias vassalvas dos condes de Foix e dos viscondes de Béziers, os Fanjeaux, os Laurac, os Mirepoix, os Durban, os Saissac, os Châteauverdun, os de L'Isle-Jourdain, os Castelbon, os Niort, os Durfort, os Montréal, os Mazerolles, os des Termes, de Minerve, de Pierrepertuse, etc., para não citar senão às famílias principais, contam todas com «hereges revestidos» entre seus membros, e todos os outros são «crentes» ou simpatizantes.

Mas Raimundo-Roger, conde de Foix, é mais encarniçado ainda que seu soberano Raimundo VII, conde de Tolosa. Julguem por si mesmos.

Em primeiro lugar, vive praticamente rodeado de hereges. E, de cara aos privilegiados da Igreja católica e seus clérigos, não se sente em modo algum complexado por isso, coisa que horroriza ao Pierre des Vaux de Cernay, cronista decididamente católico da Cruzada.

De modo que, ao possuir a jurisdição de Pamiers junto com o abade de Saint-Antonin, faz todo o necessário para enojar a este e lhe obrigar a renunciar. Assim, por exemplo, autoriza a dois cavaleiros de seu séquito a instalar a sua anciã mãe na abadia. Todavia, como tal senhora é uma «perfeita» bastante conhecida, os monges de Saint-Antonin jogam-na dali sem contemplações, como uma emprestada daquela época. Diante disto, um dos dois irmãos degola, sobre o altar,

o cônego que tinha golpeado a sua mãe. Continuando, alertado pelos dois cavaleiros, Raimundo-Roger acode ao Saint-Antonin com seus homens de armas e seus oficiais, joga ao abade e aos cônegos, faz demolir parte da capela, o dormitório e o refeitório, e transforma a abadia em fortaleza.

No curso do inevitável saque da capela, os homens de armas quebram um crucifixo de madeira maciça, e utilizam suas lascas como mão de morteiro para socar as especiarias de suas comidas. No outro dia, os cavaleiros do séquito do Raimundo-Roger desprendem da cruz a um Jesus de tamanho natural, vestem-no com uma cota de malha e tomam como alvo na justa chamada do «estafermo», jogo de armas reservado aos fidalgos e cavaleiros nobres e a cada lance gritam que «se redima».

Denomina-se «estafermo» a um manequim de madeira, montado sobre um eixo giratório situado sobre uma base, que tinha amarrado no braço esquerdo, estendido, um escudo de torneio, e no braço direito, também estendido, um comprido e sólido pau. Se o justador golpeava torpemente com sua lança, e ao galope, o escudo do manequim, e não se agachava a tempo sobre o pescoço do cavalo, o manequim girava sobre si mesmo sob o efeito do choque, e atirava automaticamente um paulada na nuca ou na espinha dorsal do torpe cavaleiro.

Sem comentários. Cavar um orifício e introduzir um pau a modo de eixo na base de um Cristo de tamanho natural, para convertê-lo logo em um teatro de fantoches irrisório, que servia de alvo em um «jogo de armas», demonstra o pouco caso que os nobres «crentes» cátaros faziam do Jesus da História. Quanto a seus apostrofes de que «se redimisse» o personagem rebaixado à categoria de alvo, não podia tratar-se de «resgate» algum, já que o jogo do estafermo não era um torneio. É fácil compreender o caráter insultante de semelhante apostrofe de cara ao personagem histórico assim representado.

Por outra parte, quando os cátaros falam do «Espírito Santo», esta expressão designa uma entidade do panteão gnóstico, um *eón*, mas, de modo algum uma emanção eterna nascida das relações essenciais entre o «Pai» e o «Filho».

Desta utilização prudente da terminologia cristã ordinária em uma linguagem esotérica e secreta, próprio do catarismo, ficava uma prova peremptória, testemunhada pelas atas dos interrogatórios: é o fato de designar a sua própria Igreja, constituída a única e interiormente pelos «perfeitos», sob o nome de «Virgem Maria». Quem ia supor, ao ouvir por acaso esta expressão, que ela designava, em realidade, o bastião interior da heresia? Vejamos uns textos definitivos a respeito:

«Negam, do mesmo modo, que a bem-aventurada Virgem Maria tenha sido a verdadeira mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, e que fosse uma mulher de carne e osso. A Virgem Maria, dizem, é sua seita e sua ordem, quer dizer, a verdadeira penitência casta e virginal, que engendra aos filhos de Deus, assim que estes são iniciados em tal seita e tal ordem.» (Op. cit.)

(«ítem, beatam Mariam Virginem negant fuisse veram matrem Domini Ihesu Christi, nec fuisse mulierem camalera, sed sectam suam et ordinem suum dicunt esse Mariam Virginem, id est veram penitenciam castam et virginem qui general filios Dei, quando reci-piuntur ad eam camdem

sectam et ordinem.»)

Desta afirmação quanto ao engendramento dos «filhos de Deus» por essa «Virgem Maria», puramente convencional, desprende-se a conclusão de que todos aqueles a quem a Igreja cátara engendra sob tal nome se tomam *ipso facto* em idênticos e semelhantes ao Jesus Cristo. A partir desse momento, a noção cristã de um único redentor fica aniquilada por essa multiplicação ilimitada.

Esta conclusão conduz a outra, ou seja, que o Evangelho de São João, o único utilizado pelos cátaros do versículo um até o dezessete, não é mais que um truque, já que seu ensino oral nega, como acabamos de ver, a unicidade do Verbo Encarnado, afirmado por tal evangelho.

Observaremos, por outra parte, que freqüentemente se confundiu aos *vaudois* com os cátaros. Os primeiros chocaram freqüentemente com os segundos, já que se desenvolveram nas mesmas regiões e nas mesmas épocas. Pois bem, os *vaudois*, igual aos cátaros, estavam divididos em «perfeitos» e em «crentes». Esta identidade das palavras que os designavam faz que freqüentemente se considerem, equivocadamente, os rituais *vaudois* como rituais cátaros, e que se pôde supor, de boa fé, que os cátaros eram cristãos. Mas unicamente o eram os *vaudois*, no sentido absoluto do termo, embora sem ser católicos. Em troca, tal como já vimos, os cátaros não o eram absolutamente. Para qualquer demonstração sobre o que antecede, remetemos à *Practica* do inquisidor Bernard Gui.

Provavelmente este é o mesmo caso no qual concerne ao «Jesus Cristo». Charles Guiguebert demonstrou que as seitas esotéricas judias de antes de nossa era invocavam a uma entidade chamada *Jeshuah* (Jesus em hebreu). Ainda não se tratava, para eles, do Jesus da História, evidentemente. Pois bem, Jesus Cristo quer dizer, literalmente, «Salvador Sagrado» (do hebreu *Jeshuah* e do grego *Khristos*).

Por outra parte, todo cátaro que recebesse o «*consolamentum*» devia pronunciar antes, em voz alta, a fórmula da *abrenuntiatio*, mediante a qual renegava solenemente do batismo de água recebido em seu nascimento, declarava não acreditar nele e renunciar a ele. Assim ficavam apagadas ante seus olhos a cruz que tinha marcado sua frente e as unções que lhe tinham seguido.

Sem dúvida tratava-se de um batismo de água recebido no seio da Igreja católica, mas não recebia nenhum outro em substituição daquele.

Partindo de todas estas constatações, parece-nos muito difícil seguir sustentando que o catarismo era apenas uma forma primitiva do cristianismo. Mas bem ao contrário, tratava-se em realidade de uma religião de forma absolutamente maniqueia, que não dissimulava seu rechaço do Jesus clássico da História e sua incredulidade total quanto a sua Encarnação, sua Paixão, sua Ressurreição e sua Ascensão se refere. O que ficava então do cristianismo? Nada, evidentemente.

Este foi o caminho que seguiram, por sua vez, os Templários; menos de setenta anos separam a fogueira de Montségur de La Cité, e foi a mesma manopla de ferro que amordaçou a Verdade. Porque: «As armas foram, em todo tempo, os instrumentos da barbárie. Asseguraram o triunfo da matéria, e da mais pesada, sobre o espírito. Removeram, no fundo dos corações, o lodo dos piores instintos».

2.- As peças do expediente

«As narrações escritas sobre pergaminhos são destruídas por aqueles que querem manter a ignorância, mas as palavras caem nas almas como pombas vindas de longe que, apenas pousam, partem de novo. E esta é uma forma de justiça...»

Maurice Magre, *Le Sang de Toulouse*

Vamos dar a seguir os dados sucintos dos manuscritos mais antigos de uma «biblioteca» básica do cristianismo.

A sua leitura, o leitor poderá convencer-se daquilo que afirmamos ao longo desta obra, ou seja, que os documentos reais (e não aqueles «citados» como «desaparecidos») não são jamais anteriores ao século IV.

Mencionamos os Evangelhos apócrifos a seguir os Evangelhos canônicos, dado que «seu maior interesse radica no fato de nos dar um reflexo do cristianismo popular das origens [...]. Constituem o complemento dessas crônicas dos primeiros tempos que são as grandes Epístolas paulinas e os Atos dos Apóstolos. [...] De um ponto de vista mais estrito, os apócrifos contribuem alguns detalhes históricos que podem não ser nada desprezíveis». (Cf. Daniel-Rops, nos *Evangelies apocryphes*, pelo abade F. Amiot, *Arthème Fayard*, Paris, 1952.)

OS MANUSCRITOS DOS AUTORES PAGÃOS

É habitual cantar os louvores dos monges copistas, esses bons e excelentes padres que, nos monastérios da Idade Média, «recolheram» e copiaram os manuscritos dos autores gregos e latinos.

O que se omite nos precisar é o que se fez dos originais. De fato, essa tarefa respondia a uma necessidade urgente: tratava-se de fazer desaparecer todo rastro de um Jesus chefe de uma facção política, facção que freqüentemente, por necessidade vital, tinha derivado ao banditismo, e cujos atos, durante mais de trinta anos, não tiveram nada de evangélicos. E também de fazer desaparecer a opinião dos autores latinos sobre o tal Jesus, assim como a dos judeus aprazíveis, opiniões que também tinham algo a dizer a respeito.

De modo que nos encontramos frente a um balanço bastante decepcionante quanto aos manuscritos dos autores antigos se refere.

Os manuscritos mais antigos de Flavio Josefo são dos séculos IX e XII, e unicamente o segundo possui a famosa passagem sobre Jesus, passagem que todos os exegetas católicos sérios reconhecem como uma áspera interpolação. Sobre sua *Guerra judia*, às vezes intitulada *Tomada de Jerusalém* ou *Guerras da Judeia*, o texto eslavo é diferente do texto grego, e as interpolações também são diferentes.

Quanto a Tácito, os manuscritos de suas *Histórias e Anais* são dos séculos IX e XI. E falta, precisamente, tudo aquilo que se refere aos anos cruciais do nascente

cristianismo, todo o período dos 28 aos 34. Aí, uma vez mais, abundam as censuras e interpolações, às vezes de forma tão torpe que o leitor perspicaz, sem nenhuma preparação prévia, pode jogar ao exegeta e as descobrir por si mesmo.

Daniel-Rops, sem querer, e ingenuamente, proporciona-nos a chave desses mistérios. Em *Jesus em seu tempo* nos diz o seguinte:

«Tome-se nota desta data: século IV. Os textos do Novo Testamento datam, em geral, do período 50-100, portanto se intercalam três séculos entre sua redação e os primeiros manuscritos completos que possuímos. Isto pode parecer exagerado, mas não é nada, devemos sublinhá-lo, ao lado do espaço de tempo que existe, em todos os clássicos da antiguidade, entre o autógrafo desconhecido e a mais antiga cópia conhecida: mil e quatrocentos anos no caso das tragédias do Sófocles, assim como nas obras de Ésquilo, Aristófanes e Tucídides; mil e seiscentos anos nas de Eurípides e Catulo, mil e trezentos anos nas de Platão, mil e duzentos nas de Demóstenes. Terêncio e Virgílio resultaram favorecidos, já que neles a demora não foi, no primeiro, mas sim de sete séculos, e de quatro no segundo.»

É perfeitamente evidente que os autores antigos que viveram antes de Jesus, e por conseguinte que o ignoraram, ou que simplesmente compuseram peças de teatro, não tinham necessidade alguma de ser censurados ou interpolados. Não acontecia o mesmo no caso de historiadores como Flavio Josefo, Tácito ou Suetônio, e, sob este critério, nem sequer um cronista satírico como era Petrônio escapou ao zelo dos monges copistas. Em efeito, seu célebre *Satiricen* não contém, nas cópias manuscritas que chegaram até nós, mais que 250 páginas, das 3.000 que compunham, como sabemos por outras fontes, as cópias primitivas do manuscrito original. É, portanto, seguro que esse inventário da *dolce vita* sob o império de Nero não era tão somente isso, e que Petrônio foi censurado sem piedade, tal qual Tácito, quem viu retirar de suas *Histórias e Anais* todos os capítulos que tratavam sobre os acontecimentos da Palestina daquela mesma época.

Quanto à autenticidade absoluta dos Evangelhos canônicos, nos limitaremos a citar as palavras do abade Bergier em seu *Dictionnaire de Théologie*.

«Os homens verdadeiramente sábios em matéria de exegese, e sobretudo sinceros, reconhecem que o texto do Novo Testamento não se remonta a antes do sexto século.» (Op. cit.)

OS MANUSCRITOS DOS EVANGELHOS CANÔNICOS

— *Codex Sinaiticus*: Data: século IV. Contém quase todo o Antigo Testamento, o Novo Testamento, a Carta de Barnabé, o Pastor do Hermas (parcialmente). Descoberto em 1844 pelo Tischendorf, no monastério da Santa Catalina, no monte Sinai. Encontra-se atualmente no Museu Britânico de Londres.

— *Codex Vaticanus*: Data: século IV. Contém o Antigo Testamento (salvo umas cinquenta páginas, perdidas), e o Novo Testamento até a Epístola aos Hebreus, 9, 14. Muito má ortografia. Entrou no Vaticano entre 1475 e 1481.

— *Codex Alexandrinus*: Data: século V. Contém o Antigo Testamento, e o Novo

Testamento a partir de Mateus 25, 6. Texto menos bom que o precedente, especialmente nos Evangelhos. Encontra-se no Museu Britânico de Londres.

— *Codex Ephraemi Rescriptus*: Data: século V. Palimpsesto. O texto bíblico foi recoberto, no século XII, por uma versão grega de tratados de São Efrém. É de origem egípcia, e foi levado à Paris por Catarina de Médicis. Conserva-se ali na Biblioteca Nacional.

— *Codex Bezae*, ou *Codex Cantabrigiensis*: Data: séculos V ou VI. Compreende, com algumas lacunas, os quatro Evangelhos e os Atos. Manuscrito bilíngue, greco-latino. Encontrava-se do século IX em Lyon. Teodoro de Béze o cedeu em 1581 à Universidade de Cambridge, onde se encontra atualmente.

— *Codex Freer*: Data: século V. Contém os quatro Evangelhos, com algumas lacunas. Compreende um acréscimo depois de Marcos, 16, 14. Foi comprado em 1906 pelo Freer a um mercado árabe. Encontra-se atualmente em Washington.

— *Codex Koridethi*: Data: séculos VII a IX. Conservado em Tiflis, mas procedente, conforme indicam as notas marginais, do monastério de Koridethi, no Cáucaso.

— *Codex Regius*, ainda chamado *Codex Parisiensis*: Data: século VIII. Numerosas correções e notas marginais. Encontra-se em Paris, na Biblioteca Nacional.

— *Codex Beratinus*: Data: século VI. Contém Mateus e Marcos, em pergaminho púrpura. Encontra-se em Berat (Albânia).

— *Codex Athusiensis*: Data: séculos VIII ou IX. Contém o Novo Testamento, exceto Mateus, Marcos (1, 1; 9,4) e *Apocalipse*.

— *Codex Vercellensis*: Em latim. Data: século IV, Verceil.

— *Codex Veronensis*: Em latim. Data: séculos IV ou V, Verona.

— *Codex Colbertinus*: Em latim. Data: século XII. Em Paris.

— *Codex Sangermanensis*: Em latim. Data: século VIII. Em Paris.

— *Codex Brixianus*: Em latim. Data: século VI, Brescia.

— *Codex Palatinus*: Em latim. Data: século V, Dublin.

— *Codex Bobiensis*: Em latim. Data: séculos IV ou V. Não contém mais que Marcos (8, 3 a 16, 8) e Mateus (1, 1 a 15, 36), com algumas lacunas.

— *Codex Monacensis*: Em latim. Data: séculos VI ou VII.

— *Codex Curetonianus*: Em siríaco. Data: século IV. Descoberto em 1842 em um monastério do deserto da Nitria (Egito).

Existem ainda alguns papiros, cujos fragmentos minúsculos nos contribuem com certos capítulos dos Evangelhos canônicos. São:

— Papiro P1: Data: séculos III ou IV. Contém Mateus (capítulo 1, versículos 1 a 9 e 12 a 20).

— Papiro P3: Data: século VI. Contém Lucas (capítulo 7, 36 a 45, e 10,38 a 42).

— Papiro P4: Data: século IV. Contém Lucas (1, 74 a 80, e 5, 30 a 6, 4).

— Papiro P37: Data: séculos III ou IV. Contém Mateus (capítulo 26, 19 a 52).

— Papiro P45: Data: séculos III ou IV. Contém os quatro Evangelhos e os Atos, em cadernos de duas folhas. Desgraçadamente está muito quebrado: Mateus (20, 24 a 21, 19; 25, 41 a 26, 33), Marcos (4, 36 a 9, 31; 11, 27 a 12, 28), Lucas (6, 31 a 7, 7; 9, 26 a 14,33).

— Manuscritos siríacos: Diversos manuscritos da versão «*Sencilla*». Data: séculos V

ou VI.

— Manuscritos coptos: Diversos manuscritos em *sabídico*, dialeto do Alto Egito. Alguns destes manuscritos são do século IV.

— Manuscritos coptos: Diversos manuscritos em *boháirico*, dialeto do Baixo Egito. O mais antigo data do século IX.

OS MANUSCRITOS DOS APÓCRIFOS

— *Codex Askewianus*, aliás *Pistis Sophia*: Data: século V. Redigido em copto tebano, ou *sabídico*. Encontra-se no Museu Britânico desde 1785.

— *Codex de Bruce*: Data: séculos IV ou V para cada parte. Contém o *Livro do grande tratado segundo o Mistério*. Encontra-se na Biblioteca Bodleiana. Foi descoberto em 1769. Em copto tebano.

— *Codex Berolinensis* 8502: Data: século V. Em copto tebano. Foi adquirido no Cairo em 1896, e se achava ainda em Berlim em 1945. Continha um *Evangelho de Maria*, o *Livro secreto de João*, a *Sofia de Jesus*, os *Atos de Pedro*.

— *Protoevangelho de Santiago*: Reconstituído pelos exegetas com ajuda de manuscritos que vão dos séculos V ao XV. Esses manuscritos se acham dispersados em numerosas bibliotecas.

— *Evangelho de Pedro*: Data: século VIII. Redigido em grego. Descoberto em 1887 no Alto Egito.

— *Apocalipse de Pedro*: Data: século VIII. Redigido em grego. Descoberto no Alto Egito em 1887.

— *Evangelho do pseudo Mateus*: Data: séculos VI ou VII. Não é mais que uma modificação do *Protoevangelho de Santiago*.

— *Relato das infâncias do Senhor*, chamado também *Pseudo Tomás*: Data: século V. Deu nascimento ao *Livro armênio da Infância*, do século VI, e ao *Evangelho árabe da Infância*, do século VII.

— *Evangelho de Nicodemos*: Data: século IV. Chamado também *Atos de Pilatos*. Diversas versões, coptas e siríacas.

— *Evangelho de Gamaliel*: Data: segundo os manuscritos, do século VII todo o mais. Redigido em língua etíope, ou em copto.

— *Testamento na Galiléia de N.S.J.C.*: Data: segundo os manuscritos, século VIII todo o mais. Versões em copto e em etíope.

— *Os Milagres de Jesus*: Data: segundo os manuscritos, século IX como máximo. Redigido em etíope.

— *Evangelho dos Doze Apóstolos*: Datas: diversas, segundo os manuscritos. Está citado nos de Rufino (século V), que traduzia Orígenes, como um dos mais antigos evangelhos apócrifos.

— *Evangelho de Bartolomeu*: Data: século V. Só possuímos alguns fragmentos, redigidos em copto.

— *Atos de João*: Data: século IV. Redigido em grego. Só possuímos dois terços deste.

— *Atos de Pedro*: Data: século V. Redigido em grego. Possuímos somente o final. Conhecemos o princípio através de um fragmento copto, e pelos *Atos* citados de Verceil, em latim.

— *Atos de Paulo*, chamados também *Atos de Paulo e de Tecla*: Data: século VI, em versões siríaca, eslava e árabe. Existem fragmentos da versão grega em um pergaminho do século V.

— *Atos de André*: Data: século VI em sua versão latina. Existem versões gregas e siríacas, mas seriam anteriores, provavelmente do século V.

— *Apocalipse de Paulo*: Data: século V. Redigido em grego. Existe uma versão latina posterior.

— *Evangelho de Tomás*, chamado também *Palavras secretas de Jesus*: Data: séculos IV ou V. Redigido em copto. Forma parte do conjunto descoberto em Khenoboskion, no Egito, perto de Nag-Hamadi.

— *Homilias Clementinas*: Data: século V. Redigido em grego. O texto grego das *Homilias*, conservou-se, mas o dos *Reconhecimentos* (sua segunda parte) perdeu-se. Só o possuímos na versão latina de Rufino.

Sobre o conjunto dos 49 manuscritos descobertos em Khenoboskion em 1947 terá que esperar a sua publicação, embora seja resumida, para separar os escritos estritamente maniqueus das outras redações, cristãs. Por isso, não mencionamos aqui nenhum desses preciosos documentos, que datam aproximadamente do século V.

O APOCALIPSE E SEU SEGREDO

Reservamos um estudo particular a um texto estranho, e que não cessou de levantar polêmicas desde sua aparição; denominamo-lo *Apocalipse*, termo derivado de uma palavra grega que significa «Revelação».

O Concílio de Trento (1545) classificou-o definitivamente entre os textos canônicos, e sua decisão é, evidentemente, em princípio, inapelável para o mundo católico. Mas não deixa de ser certo que numerosas igrejas orientais autocéfalas, e não unidas a Roma, continuam rechaçando-o, seguindo assim ilustres e antiquíssimos exemplos.

Assim, por exemplo, o grande Orígenes (morto em 254) ignora-o. Eusébio da Cesaréia (morto em 340), embora sem atrever-se a tomar partido abertamente, cita extensamente as objeções de são Dionísio de Alexandria (morto em 261) e proporciona todos os seus argumentos contra o caráter apostólico do *Apocalipse*. Mas notamos que, no fundo, Eusébio da Cesaréia está de acordo com tudo o que alega Dionísio de Alexandria contra esse misterioso texto.

Mais adiante, o Concílio da Laodicea (em 362) nega-se a inscrevê-lo no *Canon* oficial. E outras autoridades se elevariam, entre os padres da igreja, contra esse intruso que, devemos sublinhá-lo, não apresenta nenhum caráter que permita associá-lo à mensagem nova. Citaremos são Basílio (morto em 379), são Cirilo de

Jerusalém (morto em 386), Gregório de Nacianzo (morto em 390), Gregório de Nysse (morto em 400). São João Crisóstomo (morto em 407) e Teodoro não dizem nenhuma palavra dele, e não o contam entre os textos que utilizam. São Jerônimo (morto em 420) adota uma posição semelhante a de Eusébio da Cesaréia.

A tradição oficial pretende que o *Apocalipse* seja o relato de uma visão da qual se beneficiou o apóstolo João durante seu exílio na ilha de Patmos. O exílio de Patmos data do ano 94, ano I do reinado de Nerva; observemos esse detalhe, que tem sua importância.

Poderíamos estranhar que uma visão de semelhante longitude pudesse recordá-la, com todo luxo de detalhes, um «*médium*» ao retornar a seu estado normal. Também poderíamos estranhar de ver apresentar como profetizo, no ano 94, um texto que relata de forma bastante precisa o incêndio de Roma, que teve lugar no ano 64, quer dizer, trinta anos antes, e a destruição de Jerusalém, que se produziu em 70, ou seja, vinte e quatro anos antes. Pois bem, o primeiro aparece no capítulo 18, e a segunda no capítulo 11.

Por outra parte, nos diz que o apóstolo João a redigiu em grego, mas, e tal como observa são Dionísio de Alexandria: «...vejo que seu dialeto e sua língua não são exatamente gregos, mas sim emprega modismos bárbaros, e às vezes inclusive há solecismos!...». (Cf. Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, VII, XXV, 26.)

De fato, trata-se provavelmente de um original redigido em armênio, traduzido pela primeira vez em hebreu, e logo ao grego. As duas primeiras versões teriam desaparecido já na época em que apareceu a versão grega, no final do século I.

Por outra parte, isso que conviemos em denominar «o *Apocalipse*» é uma ensambladura de vários textos, de autores inclusive diferentes, segundo certos exegetas. Há quem fala de três obras distintas, outros de duas, a maioria das vezes de origem judia, mal compiladas por um redator cristão em uma época bastante tardia.

Na opinião do padre Boismard, professor na Escola Bíblica de Jerusalém, ao apresentar este livro no marco da *Bíblia de Jerusalém*, a parte propriamente profética do *Apocalipse* (capítulos 4 a 22) estaria composta por dois «*apocalipse*» diferentes, primitivamente independentes e fundidos a seguir em um só texto. Quanto às «*Cartas às Sete igrejas*» (capítulos 2 e 3), estas teriam existido primitivamente, mas em forma separada. E, com efeito, é difícil imaginar um redator agrupando todas as suas cartas e enviando cópias delas a todos os seus correspondentes, embora o tema fosse comum.

Além disso, a leitura do *Apocalipse* conduz o leitor a certas reflexões, por pouco observador e desconfiado que seja.

Por exemplo, um texto que se supõe que foi composto no ano 94 em Patmos pelo apóstolo João ignora o essencial do movimento cristão, ou seja:

- a existência dos doze apóstolos, designados e consagrados por Jesus como guias da Igreja nascente;
- a existência de Pedro, como chefe supremo do movimento;
- a existência de Paulo, sua missão, seu papel relevante, sua morte em Roma no

ano 67;

— a existência dos quatro Evangelhos essenciais, sem esquecer a grande quantidade de apócrifos que começavam a difundir-se;

— a existência das Epístolas de Paulo, lidas então em todas as comunidades cristãs às quais foram destinadas;

— a designação dos setenta e dois discípulos, sua missão.

Se tudo isto ignora o *Apocalipse*, é que foi redigido muito antes. Indubitavelmente, fala-se da «cidade onde seu senhor foi crucificado» (11, 8), mas numerosos chefes messiânicos foram crucificados em Jerusalém, por exemplo Ezequias, «filho de David» também, e por conseguinte «senhor» de Israel, para não citar outros.

Indubitavelmente, no capítulo 14, 6, fala-se de um misterioso «evangelho eterno», mas examinemos o texto exato: «Vi outro anjo, que voava no meio do céu, com um evangelho eterno para anunciá-lo aos habitantes da terra...» (Op. cit.)

Pois bem, o termo utilizado na versão grega original: *evangelion aionion*, significa, não um evangelho no sentido que damos agora a essa palavra, a não ser no sentido grego de então: *mensagem feliz, boa nova, correio ou carta de bom augúrio*.

Por outro lado, subsiste uma prova da realidade de um original redigido em aramaico, dialeto popular desde que o hebreu clássico se converteu em língua litúrgica no século IV antes de nossa era. Isto é perfeitamente concebível se o *Apocalipse* (ao menos o texto primitivo, sem os acréscimos posteriores) fosse destinado — como uma verdadeira «apelação ao povo» — à nação judia, que gemia sob o jugo romano.

E essa prova é a seguinte:

No capítulo 9, versículo 11, lemos:

«E têm sobre si como rei ao Anjo do Abismo; cujo nome é em hebreu "Abaddon" e em grego tem por nome "Apollyon"..."» (Op. cit.)

Quando são Jerônimo redigiu seu *Vulgata* latina agregou a tal versículo, sem nenhum escrúpulo, o seguinte final: «...et latine habet nomen Exterminans». Quer dizer, palavra por palavra: «e que em latim tem o nome de Exterminador».

O padre Boismard, mais precavido, se contenta remetendo a uma nota de rodapé de página em que nos diz «Em francês: destruição, ruína».

É fácil tirar conclusões. Cada tradutor sucessivo acreditou bom precisar em sua própria língua a significação do nome do Príncipe do Abismo, acrescentando-o, cada vez, à tradução precedente.

Qual era o nome aramaico, que o primeiro tradutor hebreu traduziu por *Abaddon*? Possivelmente *Abduth* (*aleph-beth-daleth-vav-thau*), que no *Sepher Raziel*, no fólho 5a, encontramos com o sentido de «Perdição» e que corresponde deste modo no nome do Anjo do vento do este na 3ª *tequfab*.

Mas então, se tal texto era simplesmente um manifesto, redigido na língua popular do tempo, para galvanizar a resistência judia contra o ocupante romano, o que foi de seu autor? Em que época foi composta a base primitiva (sem seus acréscimos)?

A esta última pergunta responderemos que o *Apocalipse* foi redigido antes do

ano 64, dado que foi o ano do incêndio de Roma, e que não podia apresentar sua descrição ulteriormente como uma profecia. Do mesmo modo, antes de que João, o Batista, adotasse a posição de pregador no vau da Betabara, no Jordão, o ano 15 do reinado de Tibério, quer dizer, no 28 de nossa era. Vejamos a prova, com a assinatura do autor:

«Revelação de Jesus, o Ungido, que Deus lhe confiou para manifestar a seus servos o que tem que sobrevir breve, e que ele deu a conhecer por mediação de um anjo dele que enviou a seu servo João, o qual atestou a palavra de Deus e o testemunho de Jesus, o Ungido, que é quanto viu. Bem-aventurado o que lê e os que ouvem as palavras da profecia e guardam as coisas escritas nela, porque o tempo está perto.» (*Apocalipse*, Prólogo, 1,1-3.)

«Eu, Jesus, enviei a meu anjo para lhes testemunhar estas coisas relativas às igrejas. Eu sou a raiz e a estirpe de David, a Estrela resplandecente da manhã. [...] que tenha sede, que venha; que queira, tire água de vida gratuitamente. [...] Diz o que atesta estas revelações: Sim, minha volta está próxima...» (*Apocalipse*, Epílogo, 22,16-20.)

Se admitirmos um *Apocalipse* redigido pelo apóstolo João em Patmos em 94, devemos admitir a falsidade de sua visão, já que a volta de Jesus não teve lugar jamais! E quanto ao anúncio do incêndio de Roma (citado sob o nome simbólico de Babilônia) e a destruição de Jerusalém, já se tinham produzido.

A partir daí, podemos tirar conclusões. O João que recebe a mensagem de Jesus, depois de uma visão deste, em forma desse terrífico apocalipse, é João, o Batista. Essa mensagem lhe chega do Egito, onde Jesus se encontra ainda, depois do fracasso da rebelião do Censo, as represálias romanas e a dispersão das tropas zelotes. E, efetivamente, a volta de Jesus está próxima, mas no sentido absolutamente material do termo. Já que logo aparecerá no vau do Jordão, no ano 28, para substituir ao Batista, que tinha completado já seu encargo.

O anjo que leva a mensagem o é tão somente na versão latina, porque o texto grego fala de um *aggelos*, termo que significa enviado, mas despojado de todo caráter sobrenatural no grego daquela época. Para designar às entidades espirituais se utilizavam os termos *daimon*, *alabólos*, *kakodaimon*. A razão é muito singela: os gregos de antigamente ignoravam em sua mitologia esse tipo de espíritos que nós conviemos em denominar anjos...

Quanto ao termo *ekklesia* (em grego: *assembleia*), pode traduzir-se perfeitamente em hebreu por *kahal*, que tem o mesmo significado. Designa o grupamento, em um lugar dado, de todos os fiéis. E mais adiante vamos ver que esta aproximação não é desatinada.

Assim, o primeiro *Apocalipse* (sem os acréscimos posteriores) tem como autor o próprio Jesus, como ele mesmo o diz no Prólogo e no Epílogo. Redigiu-a por volta dos anos 26-27, e seu destinatário não era outro que João, o Batista. Seu fim era estimular uma vez mais, mediante falaciosos esperança, o legítimo desejo de independência da nação judia, dobrada sob o jugo romano. Para isso não faltam tampouco as ameaças. Julguem-no:

«Ai! Ai! Ai! (três vezes) dos habitantes da Terra!...» (*Apocalipse*, 8,13.)

«Ai da terra e do mar!...» (Op. cit., 12, 12.)

A sorte das nações ordinárias não será nada invejável quando este extremismo fanático, por outra parte rechaçado por quase todo o Israel, tenha triunfado:

«E ao que vença e observe até o fim minhas obras, dar-lhe-ei poder sobre as pessoas, e as governará com vara de ferro, e serão quebrantadas como copos de argila, como eu o recebi de meu Pai... E lhe darei a estrela da manhã...» (Op. cit., 2, 26-28.)

Deixando à parte este estranho presente, compreendemos que as nações vizinhas não tivessem mostrado nenhuma pressa em unir-se aos zelotes em sua luta contra o Império romano.

Mas também podemos imaginar bastante bem que, se alguns exemplares desta veemente chamada à guerra Santa (dado que não é outra coisa que isto), devidamente traduzidos do aramaico ao grego (língua corrente de comunicação entre o ocupante romano e o judaísmo culto, que do século II antes de nossa era se tornou muito helenófilo), foram entregues pelos adversários de Jesus aos diferentes procuradores — Pilatos, Marcelo, etc.—, sua leitura e sua comunicação ao secretariado de César deveriam justificar a adoção de medidas sistemáticas contra tudo aquilo que pretendesse ter alguma relação com esse enigmático «*Chrestos*». E não só na Palestina, mas também em todas as províncias do Império banhadas pelos mares do Levante.

Desde aí a frase de Suetônio, provavelmente cerceada pelos monges copistas, em sua *Vida dos Doze Césares*:

«Como os judeus se revoltavam continuamente, instigados por um tal *Chrestos*, expulsou-os de Roma...» (Op. cit., Claudio, 25.)

Estamos no ano 52. Faz dezenove anos que Jesus foi crucificado em Jerusalém, mas como seus seguidores o apresentam como ressuscitado, é que continua conspirando contra a *pax romana*, e Suetônio, apoiando-se nos interrogatórios feitos, imagina que continue vivo.

Assim, já no ano 52, no seio da importante colônia judia de Roma, que sobe a mais de cinquenta mil almas sob o Tibério, o clã messianista atrai as iras do Império sobre uma grande maioria de gente da mais aprazível.

Assim também compreendemos bastante bem o por que do silêncio, depois a reserva, ou inclusive o rechaço que os padres da igreja nascente (e não os menos) manifestaram ante um texto tão comprometedor. Porque se a polícia romana, e por conseguinte o imperador, conheceram o *Apocalipse* antes do incêndio de Roma no ano 64 (coisa que pode dar-se quase por segura), é compreensível que, depois de semelhante incêndio, em todo o Império se incluía dentro dos crimes o fato de ser cristão.

E não terá que descartar tampouco, de modo algum, o fato de que a luta de Roma contra o messianismo de Jesus se empreendeu já desde seu início, e em vida deste, dado que suas atividades materiais abriam passagem a essa verdadeira «chamada à guerra Santa», a essa declaração de guerra «às nações» que representava o *Apocalipse*. Vejamos por que:

Na «Carta à *ekklesia* de Pérgamo» (*Apocalipse*, 2, 12-13) há uma alusão a um mártir que não se atreve a impor-se, um mártir cuja memória nenhum exegeta ousa evocar, já que tal mártir, com sua simples lembrança, faz correr o risco de que apareça a Verdade! E esta é a assombrosa passagem:

«E ao anjo da igreja de Pérgamo, escreve: Assim fala o que tem a espada aguda de dois gumes. Sei onde habitas, é ali onde se acha o trono de Satanás. Mas conservas firme meu nome e não negaste a fé em mim nem sequer nos dias em que Antipas, meu fiel testemunho, foi morto entre vós, onde mora Satanás...» (*Apocalipse*, 2, 12-13.)

Observaremos em primeiro lugar que os «anjos» dos quais João recebe a ordem de escrever não podem ser «*angelis*» no sentido latino do termo, a não ser «*aggelous*», no sentido próprio do grego antigo, quer dizer, mensageiros, e, neste caso concreto, correspondentes, humanos a mais não poder. Trata-se aí dos escribas de cada *kahal* hebreu. Este *kahal* é o que logo se converteria em *ekklesia* ao passar do original aramaico, e depois do hebreu, à versão grega. Se fosse de outro modo, resulta-nos difícil imaginar como as arrumaria o tal João para dar a conhecer a mensagem de Jesus ao anjo protetor de uma *ekklesia*, de ter sido dito «anjo», realmente, um espírito...

E agora é quando se expõe o problema: quem era esse «testemunho» de Jesus, esse mártir chamado Antipas, morto em Pérgamo por sua fidelidade a Jesus, antes de que este último tivesse redigido o *Apocalipse* e tivesse enviado ao João?

Os *Atos de Pionio*, os *Atos de Carpo*, a *História eclesiástica* de Eusébio da Cesaréia não dizem nenhuma palavra dele. Eusébio, em seu quarto livro, depois de ter chamado os mártires de Esmirna, diz o seguinte:

«Possuímos ainda os *Atos* de outros mártires que sofreram em Pérgamo, cidade da Ásia. Carpo, Papyllas e uma mulher, Agatho-nicea, os quais acabaram gloriosamente sua vida depois de numerosos e notáveis testemunhos.» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, IV, XV, 48.)

Agora bem, os exegetas católicos situam estas execuções na época de Marco Aurélio (161 a 180), ou de Décio (240 a 251). De modo que nos encontramos muito longe da época do *Apocalipse*, inclusive da época oficial (redigida no ano 94). Porque tal Antipas teria que ter morrido, segundo esta, antes do ano 94, ou, segundo nossa demonstração, antes de 28. E, para toda a exegese católica, protestante ou ortodoxa, o diácono Estevão foi o primeiro mártir, lapidado em Jerusalém no ano 36, o ano em que Marcelo sucedeu Pilatos na qualidade de procurador.

Assim, esse Antipas, morto em Pérgamo por sua fidelidade à causa de Jesus, do qual todo exegeta se guarda bem em nos falar (sempre passam este embaraçoso versículo sem dizer nenhuma palavra, sem redigir nenhuma pequena nota explicativa ao pé de página), esse Antipas se converte então, para a história oficial do cristianismo, em algo tão molesto e tão comprometedor como Judas da Galiléia e da cidade da Gamala.

3.- A pseudo anunciação

«A verdade é sempre estranha, mais estranha que a ficção...»

Lorde Byron, *Don Juan*

«No sexto mês foi enviado o anjo Gabriel da parte de Deus a uma cidade da Galiléia, chamada Nazaré, a uma virgem prometida de um varão chamado José, da casa de David. O nome da virgem era Maria. E apresentando-se a ela, disse-lhe: "Salve, cheia de graça, o Senhor é contigo".

»Turvada por esta saudação, Maria se perguntava o que poderiam significar tais palavras. O anjo lhe disse: "Não tema, Maria, porque achaste graça diante de Deus. Eis aqui que conceberá em seu seio e que dará a luz a um filho, a quem porá o nome de Jesus. Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo, e o Senhor Deus lhe dará o trono de David, seu pai. Reinará sobre a casa de Jacob eternamente, e seu reino não terá fim"

»Maria disse ao anjo:

"Como poderá acontecer, pois não conheço varão?" O anjo lhe respondeu: "O Espírito Santo virá sobre si, e a virtude do Altíssimo lhe cobrirá com sua sombra, e por isso o filho engendrado será santo, e será chamado Filho de Deus. E Isabel, sua parenta, também concebeu um filho em sua velhice, e ela, a que chamavam estéril, está já em seu sexto mês, porque nada há impossível para Deus..."

»Disse Maria:

"Eis aqui a serva do Senhor, faça-se em mim segundo sua palavra..." E então o anjo se retirou dela.

»Naquele mesmo dia, Maria se levantou e foi com presteza à montanha, a uma cidade de Judá. Entrou na casa de Zacarias e saudou Isabel...» (Lucas, 1, 26 a 41.)

Deste relato tiramos já duas conclusões. A primeira é que Maria não põe, nem um instante, em dúvida as palavras do anjo, e a prova disso é que prontamente coloca-se em marcha pelo longo e fatigante caminho, de cento e oitenta quilômetros, que vai da Galiléia ao reino de Judá. Por conseguinte, para ela a aparição é real, não duvida nem um instante. Ao menos assim é no relato do século IV, atribuído ao Lucas, que nos conta o que sabia disso seu mestre Paulo, que, por sua vez, não era tampouco um testemunho direto.

A segunda conclusão é a da inexistência de um prometido chamado José. Porque nos achamos frente a uma jovem, prometida oficialmente a um homem de estirpe davídica e real, e que, portanto, vai casar-se. Mas, anunciam-lhe que ficará grávida, que terá um filho, e que este será um futuro rei de Israel e ela pergunta como poderia acontecer tal coisa, «pois não conheço varão...»! De modo que, ou sabe já que seu prometido é impotente, ou é que este não existe. A primeira

hipótese é chocante de diversos pontos de vista, dado que supõe que Maria já tentou fazer uma prova com o prometido chamado José e, portanto, não é já virgem, ao menos moralmente. Ou aceitou casar-se com um homem cuja impotência é coisa pública, conhecida, e isso é contrário à lei judia, já que tal lei talmúdica dava, no máximo, duas semanas ao marido impotente para aceitar devolver a liberdade a sua esposa (*Talmud: Arakh*, 5, 6; *Keth*, 13, 5; *Ned*, 11, 12; *Keth*, 5, 6). Depois desse tempo o tribunal falava em divórcio. Além disso, em Israel o matrimônio, que devia ter lugar, no homem, à idade de dezoito anos tudo o mais, tinha como fim a procriação. Assim, casar-se com um homem ou uma mulher notoriamente impotente ou estéril era fazer algo imoral e contrário à lei.

Pois bem, logo constataremos que o verdadeiro pai de Jesus não deu à Maria um filho, a não ser um casal de gêmeos, coisa totalmente aberrante se se tratasse de uma entidade Angélica que tivesse suscitado no seio de uma jovem virgem ao único «Filho do Altíssimo».

Também se qualificará ao Jesus, indubitavelmente, com o apelido de «filho do carpinteiro» (Mateus, 13, 55; Marcos, 6, 3). Mas aqui se trata, uma vez mais, de um apodo de Judas da Gamala, quem também teve que estudar, antes de seu filho primogênito. Jesus, a Magia, se não a egípcia, ao menos a da Cabala hebraica. Efetivamente, o termo de carpinteiro tem duas traduções em hebreu. Se se transcrever *beth-resh-shin* (*heresh*) significa também *encantador, mago*, de onde: «E aquele que (*heresh*) é hábil na Magia...» (Isaiás, 3, 3), e: «O artesão insigne, e (*heresh*) o encantado hábil...» (Crônicas, 9,15.)

[1. Em hebreu *heresh* significa carpinteiro, e também mago.]

E chegamos, por fim, a uma última prova (e peremptória) da irrealidade da aparição angélica à Maria, mãe de Jesus, e são os próprios Evangelhos oficiais os que nos vão proporcionar isso.

«Vieram sua mãe e seus irmãos, e de fora lhe mandaram chamar. Estava a multidão sentada em torno Dele e lhe disseram:

"Aí fora estão sua mãe e seus irmãos, que lhe buscam..." E Ele lhes respondeu: "Quem é minha mãe? E quem são meus irmãos?..." Depois, lançando um olhar sobre os que estavam sentados ao redor dele, disse: "Eis aqui a minha mãe e meus irmãos. Pois aquele que fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe..."» (Marcos, 3, 31-35.)

«A mãe e os irmãos de Jesus vieram lhe encontrar, mas não puderam aproximar-se por causa da multidão. E lhe comunicaram: "Sua mãe e seus irmãos estão aí fora e desejam vê-lo". Mas Ele respondeu lhes dizendo: "Minha mãe e meus irmãos são estes, os que escutam a palavra de Deus e a põem em prática..."» (Marcos, 8,19-21.)

Antes de mais nada constataremos que nesses dois fragmentos o termo de irmãos está tomado em um sentido absolutamente familiar, e a presença da mãe não faz a não ser reforçar essa precisão. Sem dúvida foram pedir dinheiro ao Jesus, dinheiro necessário para a vida cotidiana, já que viver como vagabundos, errantes, seguindo uma longa coluna de cinco mil pessoas aproximadamente (Mateus, 14, 21), com a delegacia romana lhes pisando os calcanhares, expõe problemas de

subsistência. Judas Iscariote, o tesoureiro, (João, 12, 6; 13, 29), não o era tão somente para uma dúzia de discípulos.

Continuando, como já dissemos, o desprezo, expresso pelas palavras de Jesus para sua mãe e seus irmãos, como se renegasse sua família carnal, o fato de preferir àqueles que observavam seus ensinamentos, acima de sua família, demonstram mais que sobradamente que Maria, sua mãe, e seus irmãos não lhe seguiam, não eram discípulos deles. E, efetivamente, em João podemos ler: «Em efeito, nem sequer seus próprios irmãos acreditavam nele...» (João, 7, 5.)

Esta simples frase varre definitivamente a hipótese de que os irmãos de Jesus puderam ser irmãos no sentido esotérico da palavra, como em uma ordem monástica ou na Franco-maçonaria. Já que é evidente que semelhantes «irmãos» teriam sido sinônimos de «discípulos», de «companheiros», que acreditariam na palavra do mestre e não duvidariam dela.

Por outra parte, Jesus engloba a sua mãe dentro daqueles que não lhe seguem doutrinariamente, como vimos em Marcos (3, 31-35) e em Lucas (8, 19-21), antes citados. Mas João (7, 5) confirma este fato «nem sequer eles...». E, neste suposto, como imaginar que Maria tivesse podido ver e ouvir o anjo Gabriel, acreditar o que este lhe anunciava, a ponto de ficar imediatamente a caminho para ir à Judeia, à casa de Isabel, e, mais adiante, não acreditar já na missão divina de seu filho?... A razão desta nova contradição é que Maria concebeu Jesus igual a concebem todas as mulheres, e que jamais houve tal aparição angélica, concepção sobrenatural ou nascimento milagroso. E a seguinte frase nos subministra uma última prova: «Em efeito, nem sequer seus próprios irmãos acreditavam nele...» (João, 7, 5), já que isto prova que Maria, a mãe de todos eles, nunca lhes havia dito nada sobre o nascimento milagroso e a missão sobrenatural de seu irmão maior, ao não acreditar «tampouco ela» em tal missão. O que há então de sua declaração entusiasta, relatada por Lucas (1, 46 a 55), e que serve de tema ao «Magnífico»?

Há ainda outros pontos obscuros. Assim, por exemplo, no Templo de Jerusalém, que era como uma cidade sagrada dentro da Cidade Santa, uns sacerdotes atribuídos a estas funções conservavam as genealogias das famílias de Israel por tribos, clãs, etc.

Ferido por não ter sido considerado jamais como outra coisa que um incircunciso de origem, Herodes fazia destruir toda esta extraordinária documentação, diz-nos Flavio Josefo. Ignorava cada família, por pouco notável que fosse, conservava cuidadosamente a sua própria na mansão familiar. Este era, evidentemente, o caso de todas as famílias de ascendência davídica, e por conseguinte real.

Pois bem, os Evangelhos canônicos nos dão de José, o presumido pai de Jesus, duas genealogias absolutamente diferentes: A de Mateus (1, 1-16) não se parece em nada a de Lucas (3, 23-38), e, o mais surpreendente de tudo, o pai, o avô, o bisavô, o tataravô de José não são os mesmos, quando esses quatro ascendentes são precisamente aqueles nos quais se devem cometer menos enganos que em outros, menos conhecidos por serem mais antigos.

Além disso, não nos dá nenhuma genealogia de Maria nesses mesmos

canônicos. Quando se coloca a caminho para ir de Galiléia à Judeia, à casa de sua prima Isabel (grávida do Batista apesar de sua idade avançada), deve atravessar, ao longo de uma peregrinação de mais de cento e oitenta quilômetros, regiões nas quais a guerra causa estragos, e às quais o banditismo endêmico tornam ainda menos seguras. E não nos diz com que meios (se foi a pé, em burro; só, ou acompanhada, e neste caso, por quem?); tampouco nos diz nem sequer o nome de seu pai e de sua mãe.

A verdade é que é impossível que uma jovem conseguisse, naquela época, atravessar, sem arriscar sua honra e sua vida, umas regiões onde se enfrentavam incessantemente, em combates sem piedade, mercenários romanos de todas as origens e inumeráveis salteadores, que devastavam certas regiões. Por exemplo as bandas do pastor Athronge e de seus quatro irmãos, as de Simão, antigo cativo ou escravo de Herodes, célebre por sua estatura gigantesca, e, por último, as unidades zelotes de Judas da Gamala, que levantaria o estandarte da revolução quando teve lugar o censo do ano 6, precisamente o ano em que Maria estava grávida. E é igualmente impossível que levasse a cabo a viagem de volta nessas mesmas condições, sem correr os mesmos riscos. A Convenção de Genebra não existia, nem as tréguas de Deus, nem os costumes da cavalaria. E se, como tinha declarado ao anjo, não tinha «conhecido varão», agora sim que conheceria, tanto na ida como na volta, admitindo que não caísse em mãos dos «caçadores» de escravos.

A Palestina daquela época era como a França da guerra dos Cem Anos, a França das «grandes companhias». Se Joanna D' Arc pôde ir de Vaucouleurs ao Chinon sem ter nada a temer foi porque, além da escolta armada que lhe tinha dado o senhor de Baudricourt, ela tinha a seu lado ao arauto de armas Collet de Vienne, que fora procurá-la por ordem de Carlos VII; tal arauto, revestido com seu *tabardo* e empunhando sua fortificação de ordem, era mais inviolável naquela época que um embaixador. Maria não dispunha de nada disso.

Por outro lado, seu prometido, o evanescente José, deixa-a partir em tão perigosas condições, e não se inquieta. Entretanto, ignora tudo, porque Maria não lhe disse nada. Uma vez casado, não saberá que Maria está grávida sem ter conhecido varão, ou pelo menos, não a ele. Voltemos a ler os Evangelhos:

«A concepção de Jesus Cristo foi assim: estando Maria, sua mãe, desposada com José, achou-se ter concebido pela virtude do Espírito Santo antes de terem convivido juntos. Então José, seu marido, que era homem de bem e não queria expor à vergonha, decidiu repudiá-la secretamente. Enquanto refletia sobre isto, eis aqui que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonhos e lhe disse...» (Mateus, 1, 18.)

É evidente que o termo «convivido» se adotou aqui (por descrição) em lugar de «coabitado», no sentido sexual do termo; é o «conhecer» bíblico. Porque, se fosse «seu marido», é evidente que ela vivia já na casa dele. Como se deu conta José? Da maneira habitual entre marido e mulher, porque se ele se deu conta, não nos diz que a vizinhança se achasse na impossibilidade de constatar o mesmo. De onde se pode tirar a conclusão de que, ao menos depois do nascimento de Jesus, por isso se infere do relato, Maria conheceu a mesma vida de todas as esposas, a qual explica os irmãos e as irmãs de Jesus.

Assim, da aparição do arcanjo, da concepção milagrosa, do papel inaudito reservado dali em diante a esse menino, Maria não disse nada ao José, assim como tampouco aos sucessivos irmãos de Jesus. Isto reforça ainda mais nossa conclusão de que Gabriel, o arcanjo, jamais apareceu à Maria, coisa que estava já implicada no fato de que, muito mais tarde, ela não acreditasse na missão que Jesus se atribuía, como pudemos ver no início do presente capítulo.

Quanto ao verdadeiro marido — logo o conheceremos ao estudar Simão-Pedro —, compreenderemos que esse misterioso José, assim como o arcanjo Gabriel, não desempenhou papel algum na vida de Maria. O marido era Judas da Gamala, Judas, o Galileu, aquele que se converteria, em justiça, e naquela mesma data, em um «Gabriel» (em hebreu: «herói de Deus»), ao converter-se no «herói da revolução do Censo».

Para evitar ao leitor buscas inúteis, vamos dar a seguir as duas genealogias contraditórias de Jesus:

GENEALOGIA SEGUNDO MATEUS

- 1 Genealogia de Jesus Cristo, filho de David, filho de Abraham;
- 2 Abraham engendrou ao Isaac; Isaac engendrou ao Jacob; Jacob engendrou ao Judá e à seus irmãos;
- 3 Judá engendrou ao Farés e à Zara de Tamar; Farés engendrou ao Esrom; Esrom engendrou ao Aram;
- 4 Aram engendrou ao Aminadab; Aminadab engendrou ao Naasson; Naasson engendrou à Salmon;
- 5 Salmon engendrou ao Booz de Rahab; Booz engendrou ao Obed da Ruth; Obed engendrou ao Jesé;
- 6 Jesé engendrou ao David, o rei; David engendrou ao Salomão na mulher de Unas;
- 7 Salomão engendrou ao Roboam; Roboam engendrou ao Abías; Abías engendrou à Asá;
- 8 Asá engendrou ao Josafat; Josafat engendrou ao Jorão; Jorão engendrou ao Ozías;
- 9 Ozías engendrou ao Joatam; Joatam engendrou ao Acaz; Acaz engendrou ao Ezequías;
- 10 Ezequías engendrou à Emanasse; Emanasse engendrou ao Amón; Amón engendrou ao Josias;
- 11 Josias engendrou ao Jeconías e à seus irmãos no tempo da deportação à Babilônia.
- 12 Depois da deportação à Babilônia, Jeconías engendrou ao Salatiel; Salatiel engendrou ao Zorobabel;
- 13 Zorobabel engendrou ao Abiud; Abiud engendrou ao Eliacim; Eliacim engendrou ao Azor;
- 14 Azor engendrou ao Sadoc; Sadoc engendrou ao Aquim; Aquim engendrou ao Eliud;
- 15 Eliud engendrou ao Eleazar; Eleazar engendrou a Matan; Matan engendrou ao Jacob;

16 Jacob engendrou ao José, o marido de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado Cristo.

17 São, pois, quatorze as gerações desde Abraham até David, quatorze gerações desde David até a deportação de Babilônia, e quatorze gerações da deportação de Babilônia até Cristo.

[Mateus, 1, 1-17]

GENEALOGIA SEGUNDO LUCAS

23 Jesus, ao começar seu ministério, tinha aproximadamente trinta anos, e era, conforme se acreditava, filho de José, filho de Heli,

24 filho do Matat, filho do Levi, filho do Melqui, filho de Jane, filho de José,

25 filho de Matatias, filho de Amos, filho do Nahúm, filho do Esli, filho do Nagai,

26 filho do Maat, filho de Matatias, filho do Semein, filho do Josec, filho de Judá.

27 filho do Joanán, filho do Resá, filho do Zorobabel, filho do Salatiel, filho do Neri.

28 filho do Melqui, filho do Addi, filho do Cosan, filho do Elmadam, filho do Er,

29 filho de Jesus, filho do Eliezer, filho do Jorim, filho do Matat, filho do Levi,

30 filho de Simão, filho de Judá, filho de José, filho do Jonam, filho do Eliaquim,

31 filho de Meléia, filho de Mena, filho do Mattatá, filho do Natam, filho de David,

32 filho do Jessé, filho do Jobed, filho do Booz. filho de Salmon, filho do Naasson,

33 filho do Aminadab, filho do Admin, filho do Arní, filho do Esrom, filho do Farés, filho de Judá,

34 filho do Jacob, filho do Isaac, filho do Abraham, filho do Taré, filho do Nacor,

35 filho do Seruc, filho do Ragau, filho do Falec, filho do Eber, filho de Salmon,

36 filho do Cainán, filho do Arfaxad, filho do Sem, filho do Noé, filho do Lamec,

37 filho do Matusalá, filho do Enoc, filho do Járet, filho do Maleleel, filho do Cainán,

38 filho do Enós, filho de Set, filho do Adão, filho de Deus.

[Lucas, 3, 23-38]

Observamos que Mateus e Lucas não dão ao José as mesmas filiações. Por outra parte, Mateus faz descender ao Jesus de David por linha de Salomão, enquanto que Lucas o faz descender por linha do Natam. Mas, este último é o terceiro filho de David, e Salomão é o quarto. Além disso, não nasceram da mesma mãe. Por linha de Salomão, filho de David e de Betsabé, casada com Urias o Heteano, a quem David fez literalmente assassinar para possuir a sua mulher, que consentiu nisso, Jesus descenderia de um casal adúltero e criminal. Estranha eleição, por parte do «filho de Deus», para uma filiação.

4.- As diversas datas de nascimento de Jesus

«A História justifica o que alguém queira! Não ensina absolutamente nada, já que contém tudo e dá exemplos de tudo. É o produto mais perigoso que a química do intelecto tenha elaborado...»

Paul Valéry, *Regarás sur le monde actuel*

O oitavo dia de abril do ano da graça de 1546, em sua quarta sessão, os Padres do Concílio de Trento promulgavam o decreto seguinte:

«O Santo Concílio de Trento, ecumênico e geral, legitimamente congregado no Espírito Santo... declara:...

»Receber todos os Livros, tanto do Antigo como do Novo Testamento, porque o mesmo Deus é seu autor, tanto de um como do outro, assim como as tradições que contemplam a fé e os costumes, como ditadas por boca mesmo de Jesus Cristo, ou pelo Espírito Santo, e conservadas na Igreja católica por uma sucessão contínua, e as abraça com um mesmo sentimento de respeito e piedade.

»Julgou bom, a este propósito, que o Catálogo dos Livros Sagrados estivesse anexo ao presente decreto, a fim de que ninguém possa duvidar sobre quais são os livros que o Concílio recebe. Aqui estão enumerados: (Segue a contagem dos livros do Antigo e Novo Testamento, lista clássica).

»Quem quer que não receba como sagrados e canônicos esses livros por inteiro, com todas as suas partes, tal como se costuma ler na Igreja católica e tal como estão na antiga *Vulgata* latina, e que despreze com propósito deliberado as citadas tradições, ficará excomungado.»

Agora bem, quando um se mete em coisas tão sérias como a de enviar às pessoas ao inferno, se esta não for bastante dócil para admirar com os olhos fechados o que os grisalhos padres conciliares afirmam ter decidido para seu bem, é conveniente, no mínimo, ficar antes de acordo.

Segundo são Mateus, Jesus teria nascido no tempo do rei Herodes, o Grande: «Nascido Jesus em Belém de Judá nos dias do rei Herodes...» (Mateus, 2,1.)

«Ao ouvir isto, o rei Herodes se turvou, e com ele toda Jerusalém...» (Mateus, 2,3.)

«Então Herodes, chamando em segredo aos Magos...» (Mateus, 2, 7.)

«Advertidos em sonhos de não voltar a Herodes, retornaram a seu país por outro caminho...» (Mateus, 2, 12.)

«E esteve ali até a morte de Herodes, para que se cumprisse o profetizado pelo Senhor pela boca do profeta: Do Egito chamei a meu filho...» (Mateus, 2, 15.)

Detenhamo-nos aqui, com desconfiança, e particularizemos. Herodes morreu no ano 4 antes de Jesus Cristo, assim, segundo Mateus, Jesus teria nascido ao menos um ano antes da morte de Herodes, ou seja, no ano 5 antes de nossa era. Passemos agora ao Lucas, deparamo-nos com surpresas e de envergadura.

«Aconteceu, pois, que por aqueles dias saiu um decreto de Cesar Augusto em que ordenava que se recenseasse todo mundo. Este primeiro censo se fez quando Quirino era governador de Síria. E foram todos a recensear-se, cada qual à sua cidade. Subiu também José desde a Galiléia, da cidade de Nazaré, a Judeia, à cidade de David que se chama Belém, por ser ele da linhagem e da família de David, para inscrever-se no censo junto com a Maria, sua esposa, que estava grávida.

»E aconteceu que, estando eles ali, cumpriram-se os dias do parto, e deu a luz a seu filho primogênito, e lhe envolveu em fraldas e lhe deitou em uma manjedoura, pois não havia lugar para eles na hospedaria...» (Lucas, 2, 1 a 7.)

Nada mais claro. Não há nada que arguir: esta vez, Jesus nasceu em Belém, na Judeia, o ano em que Quirino, governador de Síria, fez efetuar um censo por ordem do imperador Augusto. Pois bem, esse recenseamento é um fato real, historicamente indiscutível, e cuja data é precisa, certa. Teve lugar, efetivamente, depois da deposição de Arquelau, filho de Herodes, rei da Judeia, que foi seguida de seu exílio às Galias, mais concretamente à Vienne, no vale de Ródano. (Cf. Flavio Josefo, *Antiquidades judaicas*, livros XVII e XVIII.)

E possuímos a data exata porque Flavio Josefo, em suas *Guerras da Judeia*, livro II, capítulo 9, diz-nos que foi no nono ano de seu reinado quando Arquelau foi chamado pelo César à Roma, e deposto. Herodes, o Grande, tinha morrido no ano 4 antes de nossa era, acrescentemos nove anos, e nos encontramos com que essa deposição de Arquelau teve lugar no ano 4 ou 5 de nossa era.

Assim sendo, o Jesus do evangelho segundo Mateus tinha já onze anos quando nasceu, nas mesmas condições e no mesmo lugar, do Jesus do evangelho segundo Lucas. Tanto em um caso como no outro, e de cara ao anátema do Concílio de Trento, sempre estaremos equivocados.

Um provérbio afirma que «Não há dois sem três...». E, com efeito, temos ainda uma terceira data, que desta vez nos vem dada por são Irineu. Auditor, quando era jovem, de são Policarpo, um dos quatro «padres apostólicos» (que tinha conhecido aos Apóstolos), sustenta, como ele e «os Antigos», quer dizer, os primeiros presbíteros tirados dentre os famosos setenta discípulos, como todas essas «testemunhas», que Jesus «tinha mais de cinquenta anos quando ensinava». «Morreu a uma idade que confinava com os cinquenta, e na soleira da velhice...»

Como foi crucificado no ano 33 ou 34 de nossa era, teria que ter nascido no ano 16 ou 17 antes desta. E já estamos outra vez longe de Mateus e de Lucas. De qualquer maneira, outros detalhes nos permitem pensar que é são Irineu quem revela a verdade, sem imaginar a importância de sua revelação. Por isso conservamos a data de 16 ou 17 antes de nossa era como ano do nascimento de Jesus. E não em Belém, claro está!

O natal de Jesus não se celebrou sempre em 25 de dezembro, nem muito menos. Em ausência de todo documento que estabelecesse a data exata do nascimento, os cristãos aventuraram, em princípio, às hipóteses mais fantasiosas e mais contraditórias. De fato, quem as elaborou tinha, como único recurso, o simbolismo analógico. Nenhum de seus cálculos repousava sobre nada que se parecesse com documentação histórica e geográfica. Um desconcertante exemplo

ajudará o leitor a compreender melhor o valor de semelhantes hipóteses.

Em *De Pascha compustus*, publicado no ano 243, cujo manuscrito, evidentemente, perdeu-se, mas que se encontra anexo aos apêndices das edições de São Cipriano (sem ser dele), encontramos o seguinte:

Em primeiro lugar, é «evidente» que o primeiro dia da Criação, segundo a Gênese, dia em que Deus criou a luz e a separou das trevas, esse dia não podia ser outro que em 25 de março, data do equinócio da primavera naquela época, momento no qual o dia e a noite são de igual duração. Mas o autor esquece, dizemos como uns elementos imaginários e convencionais como a eclíptica, os solstícios e os equinócios podiam existir antes do Sol e da Terra.

Uma vez estabelecido isto, e dado que Deus criou o sol o quarto dia da Criação, acrescentam-se então três dias e nos encontramos em 28 de março. Considerando que a Cristo lhe chama «sol de justiça», não podia ter nascido a não ser no mesmo dia que o sol cósmico, quer dizer, em 28 de março.

Cálculos assim tão maravilhosos criaram, indevidamente, invejosos. E assim vemos Hipólito estabelecendo que Cristo nasceu em 2 de abril, ou inclusive em 2 de janeiro, segundo se se traduzia a gênese por nascimento ou por concepção.

Como as operações aritméticas do citado Hipólito demonstraram ser inúteis em consequência de um ano lunar muito curto, com nove horas menos, o qual falseava todos os seus cálculos, tal Hipólito começou de novo, e desta vez desembocou em uma data totalmente diferente. Ao ter descoberto que a arca da Aliança media cinco codos e meio no total, considerou que Cristo, nova arca de aliança, teria nascido no ano 5500 do mundo. Teria morrido em 25 de março do ano 29, e teria sido concebido, portanto, trinta e três anos antes (sendo trinta e três anos a duração do ano trópico), e teria nascido nove meses mais tarde, ou seja, em 25 de dezembro.

Terá que reconhecer que esta eleição é muito pouco afortunada. Em efeito, as almas piedosas que imaginam (com todo o romantismo que as diversas igrejas souberam dar a esta data invernal, e tudo o que a imaginária popular pôde lhe acrescentar) as diversas modalidades do nascimento de Jesus, ignoram que tal data (mas, desta vez de forma perfeitamente estabelecida, indiscutível) é a do nascimento de Nero.

E assim é; se consultarmos a *Vida dos Doze Césares*, de Suetônio, em seu livro IV, relativo ao Nero, podemos ler o seguinte:

«Nero nasceu em Antium, nove meses depois da morte de Tibério, dezoito dias antes das calendas de janeiro, precisamente ao sair o sol, de tal sorte que seus raios o tocaram quase antes que à terra.»

Antium é aquela antiga cidade do Lácio onde se conta que se refugiou Coriolano durante seu exílio. Foi a pátria de Calígula, e, como acabamos de ver, de Lucius Domitius Ahenobarbus, que foi imperador com o nome de Nero César.

Por certo que era em Antium onde ele residia quando se declarou o incêndio de Roma, no ano 64. Como lhe acautelaram muito mais tarde, não chegou a Roma, queimando etapas, até o quarto dia, coisa que, na opinião unânime dos historiadores, libera sua memória da responsabilidade de ter querido contemplar tal

incêndio. Por outro lado, tomou imediatamente todas as medidas necessárias para ajudar aos sinistrados, e chegou inclusive a abrir seus próprios jardins para albergá-los.

Mas, voltemos para a data dada por Suetonio para o nascimento de Nero, quer dizer, dezoito dias antes das calendas de janeiro. Isto nos conduz aos 14 de dezembro, mas do calendário Juliano. Acrescentemos onze dias para dar com a era gregoriana exata, e temos 25 de dezembro.

Compreende-se que o apologista cristão Arnobio (por volta do ano 296) burlasse-se de quão pagãos celebravam o dia de nascimento de um deus, pois encontrava indigno de um deus ter recebido a vida a partir de um dia dado. Mas eram os cristãos mais razoáveis? Por isso Clemente de Alexandria ridiculariza àqueles que procuram, não só o ano, mas também inclusive o dia de nascimento de Cristo. E pergunta do que valem uns cálculos que desembocam, uns em 19 de abril, e outros em 20 de maio. Seja o que for, em torno de quatro séculos viram suceder as datas de 25 de dezembro, 6 de janeiro, 28 de março, 19 de abril e 20 de maio.

Por último, no século IV, ao constatar a Igreja a imensa popularidade do culto a Mithra, o «*Sol Invictus*», julgou muito hábil apropriar-se desta popularidade, confundindo a data do suposto nascimento de Jesus com a da «Luz nova», brotando de novo com o passar do sol sobre a eclíptica. Para uns e outros era válida a velha fórmula litúrgica procedente do mais recôndito do Irã: «*Sol novus oritur...*», um sol novo tinha nascido. Foi assim como ficou fixada irrevogavelmente a data, até então flutuante e sem bases históricas válidas, do nascimento de Jesus, e como foi perpetuada, sob um nome novo, a festa do «Sol invicto», desse «Sol Invictus» que a Igreja acreditava poder apagar.

Não podemos terminar razoavelmente este capítulo, consagrado às contradições sobre o nascimento de Jesus e suas circunstâncias, sem mencionar uma lenda comovedora (já que, como veremos, não se pode qualificar de outra coisa) que se refere à «Matança dos Inocentes».

Um só evangelista menciona este fato, e é Mateus, quem situa o natal de Jesus «nos dias do rei Herodes», como vimos. Lucas, que relata esse mesmo natal, não fala disso, e com razão, já que o situa na época do Censo, quer dizer, doze anos mais tarde. Ao ter morrido Herodes no curso desses doze anos, não lhe pode imputar semelhante crime. Quanto ao Marcos e ao João, estes não nos falam da juventude de Jesus, e fazem começar seu relato nos primeiros dias de sua atividade messiânica.

Parece que dita matança não revestiu um caráter histórico seguro para Daniel-Rops, quem em *Jesus em seu tempo* nos diz:

«Essa "Matança dos Inocentes", segundo a fórmula consagrada, não parece absolutamente incompatível com o que sabemos sobre o caráter de Herodes. Possivelmente aos antigos parecesse menos horrível que a nós. Suetonio se ecoou de uns rumores segundo os quais o Senado romano, pouco antes do nascimento de Augusto, ao ter sido advertido por um presságio de que ia nascer um menino que reinaria sobre Roma, tinha decretado uma matança análoga.»

Ignoramos em que versão do Suetonio encontrou Daniel-Rops esta alusão, a

que ele mesmo qualificou de rumor, já que este fato não aparece mencionado na *Vida dos Doze Césares* no segundo livro, que trata de Augusto. E quanto ao feito atribuído ao Herodes, Daniel-Rops não o confirma, embora o julga possível, tendo em conta a crueldade do chamado Herodes.

Vejamos, pois, a passagem de Mateus que o relata:

«Então Herodes, vendo-se burlado pelos Magos, irritou-se sobremaneira e mandou matar a todos os meninos que havia em Belém e em seu território, de dois anos para baixo, segundo a data que com diligência tinha averiguado dos Magos. Então se cumpriu a palavra do profeta Jeremias, que diz: "Uma voz se ouve em Rama, pranto e grande lamentação: é Raquel, que chora a seus filhos, e recusa ser consolada, porque já não estão".» (Mateus, 2, 16-18.)

Uma primeira contradição: Herodes «tinha averiguado com diligência» a data em que se produziu o nascimento, ao que assistiram os Magos, milagrosamente conduzidos por uma estranha estrela. Neste caso, bastava matar os meninos de dois ou três meses de idade nascidos em Belém, e não era necessário remontar-se a dois anos atrás. Isto tenderia a fazer acreditar que, entre a visita dos Magos ao Herodes e sua partida secreta, tinham transcorrido dois anos, o qual seria contradizer o relato de Mateus, que os faz voltar imediatamente a sua pátria.

Por outra parte, Rama se encontrava no território da tribo de Benjamim, e Belém no território de Judá; a primeira se achava muito ao noroeste de Jerusalém, e a segunda ao sudeste. Havia, aproximadamente, cinquenta quilômetros a voo de pássaro entre estas duas cidades.

Além disso, a profecia de Jeremias não falava de uma matança, mas sim de uma deportação:

«Assim diz Yavé: Em Rama se ouviu uma voz, lamento e pranto amargo; Raquel chora a seus filhos, não quer consolar-se, porque já não estão. Mas assim fala Yavé: Aparta sua voz do pranto, aparta as lágrimas de seus olhos, porque haverá uma recompensa para suas penas. Eles voltarão do país inimigo! Há uma esperança para seu futuro. Seus filhos retornarão a seus limites... (Jeremias, 31, 15-17.)

E efetivamente, pouco depois da profecia de Jeremias que anunciava a destruição de Jerusalém, em julho do ano 587, Nebuzardán, general de Nabucodonosor, apoderou-se da cidade Santa, e a população de Israel era deportada à Babilônia. Retornaria dali em 536, depois da tomada de Babilônia por Ciro, tal como havia predito Jeremias.

Todavia, necessita-se muita boa vontade para ver em tal profecia uma matança, em Belém, de meninos recém-nascidos, um dos quais podia converter-se em rei!

Ao dar-se conta desta impossibilidade, alguns exegetas recorrem ao profeta Miquéias para ver de novo dita matança, que tanto lhes interessava, já que sua inexistência faria de Mateus um falsificador da história.

«E você, Belém Efrata, pequena entre as milhares de Judá, de si sairá para mim aquele que dominará Israel, e cuja origem se remonta aos tempos antigos, aos dias da eternidade. Por isso os entregará até o tempo em que iluminará aquela que

deve iluminar, e o resto de seus irmãos voltará ao lado dos meninos de Israel...» (Miquéias, 5, 1-2.)

Miquéias, o profeta, era da tribo de Judá, do povo de Morascheti, aldeia situada em frente de Eleuterópolis. Viveu no ano 758 antes de nossa era, quer dizer, um século antes de Jeremias. Uma vez mais, aí se faz alusão à próxima deportação à Babilônia. Não há nada sobre uma matança de recém-nascidos em Belém.

Assim, nenhuma profecia anuncia este fato, embora não há dúvida, tal e como o reconhece Daniel-Rops, de que Herodes era perfeitamente capaz. Mais, apesar de tudo, para que lhe imputar crimes imaginários? Por desgraça, a realidade já bastava sobradamente sem isso! Porém, se duvidássemos, bastar-nos-ia recordar que Flavio Josefo, em suas *Antiguidades judaicas*, nos livros XVI e XVII, que dão conta do reinado de tal rei, não lhe trata com indulgência: não omite nenhum de seus crimes. Em troca, a essa matança de meninos não faz nenhuma alusão. É mais, o panegirista de Herodes, seu contemporâneo Nicanor (aliás Nicolas), que se esforça por encontrar uma justificação a todas as exações do tirano idumeu, não sente necessidade alguma de desculpá-lo por isso; ignora absolutamente esse fato.

Então, quais são os textos cujo manuscrito original possuímos, e que possamos manter como «testemunhos» cronológicos indiscutíveis da aparição de dita lenda? Remetamo-nos ao catálogo dos manuscritos antigos dos Evangelhos, e que o leitor encontrou já ao começo da obra.

Temos, em primeiro lugar, o *Sinaiticus*, que, oficialmente, é do século IV; seria um dos cinquenta manuscritos que Eusébio da Cesaréia conta que fez transcrever para o Constantino, e por ordem dele, por volta de 331. O imperador distribuiu essas cópias às principais igrejas do império, evidentemente com o fim de unificar autocraticamente a nascente tradição cristã. O *Sinaiticus* contém, entre outros, o Novo Testamento completo. Por conseguinte, o episódio da «Matança dos Inocentes» deve encontrar-se ali em Mateus (2, 16-18).

Também temos o *Vaticanus*, que, oficialmente, é deste modo do século IV. Constantino recebeu um certo número de exemplares deste, elaborados por São Atanásio, por volta do ano 340. Contém também o Novo Testamento, e, por conseguinte, essa passagem de Mateus.

Continuando, temos o *Alexandrinus*, este do século V. Segundo Soden, este texto é o protótipo da resenha de Luciano da Antioquia (morto no ano 311 ou 312), mas o texto dos Evangelhos não é tão bom. Falta-lhe todo Mateus, de 1, 1 a 25, 5; portanto, não há nenhum relato sobre «Matança dos Inocentes», mas, isso não prova que não figurasse no fragmento ausente.

Nos papiros dos quais possuímos pequenos fragmentos e que datam, no caso dos mais antigos, do século III, não está o segundo capítulo de Mateus. portanto, não podemos prejudicar nada.

Em conclusão:

Para sustentar, apesar do silêncio de Flavio Josefo e de Nicanor, e apesar do intencionado concerto das profecias supostamente relativas a tal matança, o fato em si, tal e como nos conta isso Mateus, terá que admitir que Lucas se equivocou, que Jesus não nasceu no tempo do Censo de Quirino», a não ser doze anos antes e,

portanto, doze anos antes, que teria morrido, não aos trinta e três anos, mas, aos quarenta e cinco. E tendo isto em conta, como conceder crédito a relatos tão desatinados, tão contraditórios, tão incoerentes? A história se escreve com documentos, não com lendas. Numerosos exegetas, protestantes e católicos, afirmam atualmente que «os Evangelhos não são relatos históricos», a não ser simplesmente textos relativos a uma «revelação espiritual». Neste caso, no que ficam a concepção milagrosa, a encarnação, os prodígios, a ressurreição e a ascensão...? Tudo isso não é mais que uma contradição mais.

5.- Os irmãos de Jesus

«O testemunho verídico libera as almas...» [Salmos, 14, 25]

Uma das provas de que o nome do verdadeiro pai de Jesus está cuidadosamente oculto é, sem lugar a dúvidas, o fato de que duas genealogias proporcionadas pelos Evangelhos canônicos sejam totalmente diferentes.

Para justificar esta divergência alguns exegetas não vacilaram em afirmar que alguém era da genealogia de José, e a outra a de Maria. Todavia, como se atreveria um evangelista e apóstolo a dar a genealogia de José e a incluir nela Jesus, se o que pensava era que o segundo não tinha pai carnal como outros mortais?

Por outro lado, como foram atrever-se em Israel, naquela época, a dar a genealogia da Maria, sua mãe, se não era para escamotear a do verdadeiro pai? Porque dar tão somente a da mãe era fazer de Jesus um bastardo, e segundo a lei de Moisés, precisada no Deuteronômio, a mãe devia sofrer a lapidação, tanto se era filha como esposa. Além disso, naquela época em Israel a mulher estava muito longe de ter a mesma condição que o homem na sociedade. Não tinha acesso, no Templo, ao mesmo recinto que seu marido, seu irmão ou seu pai. Em nenhum caso era ela quem oferecia o sacrifício de substituição do filho primogênito, a não ser exclusivamente o pai. E o marido podia repudiar a sua mulher com uma simples carta, por motivos bastante discutíveis. De modo que a genealogia de Maria não pôde, em nenhum caso, ter-se levado em conta.

Por outra parte, dizer que alguém é da genealogia «carnal» e a outra da «legal» equivaleria a afirmar, sem exceção, que todos os pais da primeira morreram sem descendência, o qual implica, em cada grau genealógico, que a viúva se casou, segundo a lei de Moisés, com o irmão do marido defunto. Assim, todos os ascendentes varões de Jesus teriam sido engendrados e concebidos «legalmente». Esta explicação é inverossímil.

De fato (quem quer provar muitas coisas, não prova nada), ao elaborar duas falsas genealogias para dissimular a verdadeira, nossos evangelistas não fizeram a não ser sublinhar o fato de que Jesus tinha um pai carnal, cujo nome não se podia,

nem se devia, pronunciar.

Simão-Pedro, o homem das chaves, dar-nos-á a chave deste enigma.

O problema dos irmãos e das irmãs de Jesus não pode, por muito surpreendente que pareça, estar dissociado do de Maria, sua mãe perfeitamente carnal. E vamos dar a opinião da Igreja católica sobre este tema:

«Em primeiro lugar recordaremos que, a muito tempo tempo, nenhum teólogo católico considera já a concepção virginal de Ana (a suposta mãe de Maria) como uma condição da Imaculada Conceição desta. Pelo contrário, todo mundo está de acordo em dizer que Maria, concebida segundo as leis ordinárias da natureza, foi, pela graça divina, preservada da mancha original.»

Esta frase, à exceção das cinco palavras que acrescentamos entre parêntese, é do abade Emile Amann, doutor em teologia, capelão do colégio Stanislas, em seu livro *O Proto-evangelho de Jacques* (Paris, 1910), e dita obra recebeu o *imprimatur* de monsenhor A. Baudrillart em 1 de fevereiro de 1910.

Já sublinhamos que o nome da mãe de Maria, Ana, é suposto, igual ao de seu pai, Joaquim. E essa é ainda a opinião da Igreja católica. Com efeito: «A Igreja faz profissão de não saber nenhuma das circunstâncias que a acompanharam (refere-se ao nascimento de Maria), e de não nos poder dizer nada dela, já que as Escrituras e a tradição apostólica não lhe proporcionam informação alguma...» (Op. cit., pág. 49, que cita ao célebre hagiógrafo Adrien Baillet.)

Assim, concluindo: a mãe de Jesus se chamava Maria, foi concebida e trazida ao mundo como todos os filhos dos homens, isso é tudo, e isso é o que declara formalmente ensinar a Igreja católica. Dos pais de Maria, de um pai chamado Joaquim e de uma mãe chamada Ana, de sua estadia no Templo como virgem consagrada ao Senhor, Roma afirma não saber nada, e recusa ensinar coisa alguma a este respeito.

Fica o problema dos irmãos e irmãs de Jesus, quer dizer, dos filhos que Maria pôde ter depois dele.

Observemos em primeiro lugar que uma frase de Lucas evoca claramente a esses filhos posteriores:

«Estando ali se cumpriram os dias de seu parto, e deu a luz a seu filho primogênito...» (Lucas, 2, 6-7.)

É evidente que se Lucas precisa tratar de um filho primogênito é porque houve outros depois. Já que, se Jesus tivesse sido seu único filho, teria sido mais fácil falar de «seu menino», «seu filho» ou de «seu único filho», coisa que teria evitado ainda melhor os possíveis equívocos. Lucas, pelo contrário, se expressa com bastante clareza, já que em todo o Antigo Testamento (o único que existe ao princípio do cristianismo), cada vez que se emprega esta expressão, evoca a presença de filhos nascidos com posterioridade: Gênesis, Êxodo, Levítico. Números, Deuteronômio, etc. É mais, a palavra primogênito, em si, reclama já a existência de irmãos menores.

A existência desses irmãos e irmãs de Jesus é tão evidente, que diversos autores e exegetas antigos, em especial Orígenes, acreditaram oportuno supor que se tratava de filhos que José teria tido em um primeiro matrimônio, antes de sua

união com a Maria. Devemos responder a isto que é impossível, já que se José tivesse tido filhos antes do nascimento de Jesus, de quem era o pai oficial, e especialmente filhos varões, não teria podido ir ao Templo, depois do nascimento de Jesus, a oferecer o sacrifício de substituição dos primogênitos:

«Assim que se cumpriram os dias da purificação conforme à lei de Moisés, José e Maria o levaram a Jerusalém para apresentá-lo ao Senhor, conforme está escrito na Lei do Senhor: "Todo varão primogênito será consagrado ao Senhor"..."» (Lucas, 2,22-24.)

Pois bem, como Maria não tinha acesso à nave dos homens, a não ser só a das mulheres, o único que podia ir até a dos *cobanim* e oferecer o chamado sacrifício era José. E esse sacrifício só pode oferecer um homem uma vez em sua vida: ao nascimento de seu primogênito. Assim, possuímos a prova absoluta de que Jesus era o irmão maior; os outros irmãos, se os houve, seriam secundogênitos, quão mesmo suas irmãs.

Daniel-Rops, em *Jesus em seu tempo*, faz-nos observar que o aramaico *aha* e o hebreu *ab* significam ao mesmo tempo irmão, meio-irmão, primo, ou inclusive parente próximo. Acrescentaremos que significam deste modo vizinho e colega. Mas o hebreu é também uma língua suficientemente rica para possuir termos precisos para esses conceitos. E precisamente em hebreu à primo lhe chama «filho de tio». O árabe conservou esta expressão, e as *Mil e uma noites* empregam-na frequentemente também, em boca das mulheres, para dirigir-se ao eleito de seu coração, a quem chamam «filho-de-meu-tio». E os reis da França tratariam também com o apelativo de «primo» aos nobres de alta classe por quem sentiam afeto.

Claro que o fato de transladar ao aramaico e ao hebreu a discussão é uma hábil artimanha por parte de Daniel-Rops, já que este autor não ignorava que os Evangelhos não foram jamais redigidos em hebreu, e menos ainda em aramaico, a não ser em grego. E o grego possui dois termos bem diferenciados para designar a uns e a outros. Ao irmão lhe chama *adelphós*, e à primo *anepsios*. E em todos os pontos onde se tratava dos irmãos de Jesus, os manuscritos gregos originais dos Evangelhos canônicos punham *adelphós*, e jamais *anepsios*, no plural: *adelphoi* (irmãos) e *adelphai* (irmãs).

E ainda há mais: a *Vulgata* de São Jerônimo, única versão latina que constitui o texto oficial da Igreja católica, em todas partes utiliza a palavra latina *frater*, que significa irmão, e jamais o termo *consobrinus*, que significa primo. E essa era uma ocasião única para restabelecer a verdade, se é que havia outra verdade. O fato é que São Jerônimo conservou o termo *irmano* ao traduzir do grego ao latim.

Por último, e isto é ainda melhor, já que onde põe irmão terá que entender (dizem) «primo», como é que jamais uma tradução em língua vulgar (francês, alemão, italiano, espanhol, etc.) substituiu aquele termo por este? É um fato que jamais versão católica alguma empregou o termo primos ali onde os originais gregos e a *Vulgata* latina falavam de irmãos. E era também uma ocasião única para restabelecer a verdade.

Só verbalmente (e ironicamente) alguns sacerdotes ou laicos se burlam daqueles que entendem por irmãos os parentes de Jesus, enquanto que os

«eruditos» da grande Igreja romana sabem bem, por sua parte, que se trata de simples primos. Nós acabamos de ver o que terá que entender de tudo isso. Se já não se atreverem apenas a usar esse vocábulo verbalmente, menos ainda se atrevem a escrevê-lo.

Em certos meios heterodoxos, bastante reduzidos, evocar-se-á a possibilidade de que esses irmãos se entendam como tais no sentido esotérico do termo, tal como acontecia na Franco-maçonaria, nas ordens de cavalaria cristãs, em tais, ou quais irmandades ocultas. Vamos responder a isto, e veremos que tampouco há nada disso aqui.

Se admitirmos que os irmãos de Jesus eram membros da mesma irmandade que ele, deveriam compartilhar a mesma doutrina. E não é assim, vejamos:

«Depois disso baixou ao Cafarnaum com sua mãe, seus irmãos, seus discípulos, e permaneceram ali uns poucos dias.» (João, 2, 12.)

«Estava perto a festa dos Judeus chamada dos Tabernáculos. Disseram-lhes pois seus irmãos: sai daqui e vai à Judeia para que seus discípulos vejam as obras que faz. Ninguém faz essas coisas em segredo se pretende manifestar-se. Posto que isso faz, mostre-se ao mundo! Pois nem sequer seus irmãos acreditavam nele...» (João, 7, 2-4.)

Destas duas passagens de João se deduz que os irmãos estão claramente associados com a mãe de Jesus, portanto terá que entender esta palavra no sentido familiar do termo. A seguir aparecem nitidamente separados dos discípulos, e não acreditam nele «nem sequer» eles. De modo que é muito difícil ver aqui a «irmãos» no sentido esotérico do termo. Além disso, Jesus não confia neles, como vamos ver:

«Jesus disse-lhes: ...Subam à festa; eu não subo a esta festa, porque meu tempo ainda não se cumpriu. Dito isto, ficou na Galiléia. Mas quando seus irmãos subiram à festa, também subiu ele, mas não manifestamente, a não ser em segredo...» (João, 7, 6-10.)

Assim desconfiava deles; entre Jesus e seus irmãos não havia a confiança que existe entre os «irmãos» de uma mesma associação. Em efeito, nem sua mãe Maria nem seus irmãos acreditavam nele, em sua missão e em seus poderes. Coisa que não deixa de surpreender por parte de uma mulher que (dizem) gozou do privilégio de conversar com o arcanjo Gabriel e que (em princípio) deve ter presenciado aos milagres de seu filho, embora não fosse mais que ao das bodas de Canã. Vejamos:

«Alguém lhe disse então: Sua mãe e seus irmãos estão fora e desejam lhe falar. Mas Jesus respondeu ao que lhe falava: Quem é minha mãe e quem são meus irmãos? E estendendo sua mão sobre seus discípulos disse: Eis aqui minha mãe e meus irmãos! Porque quem quer que faça a vontade de meu Pai, que está nos céus, esse é meu irmão, e minha irmã, e minha mãe...» (Mateus, 12,46-50.)

Esta passagem é muito precisa: esses irmãos não são seus discípulos. E mais, sua mãe e seus irmãos acreditam que enlouqueceu. Marcos é quem nos diz isso:

«Ouvindo isto seus parentes, saíram para apoderar-se dele, pois diziam: Está fora de si...» (Marcos, 3, 21.)

São Jerônimo, em seu *Vulgata*, traduz por «*furorem versus*», quer dizer, louco

furioso, e confirma que sua mãe e seus irmãos não acreditavam nele, não estavam convencidos por suas demonstrações públicas, consideravam-no perigoso, o qual confirma deste modo que Maria não se beneficiou jamais de uma revelação de origem angélica no referente à missão extraordinária de seu filho primogênito.

Uma passagem dos Evangelhos estabelece, por outra parte, formalmente que se trata de irmãos no sentido familiar da palavra, e o faz de forma definitiva, inapelável, ou é que então as palavras não têm já valor algum. Isto é:

«Não é este o carpinteiro, o filho da Maria, o irmão de Santiago, de José, de Judas e de Simão? E não se acham suas irmãs aqui, entre nós?...» (Marcos, 6, 3.)

Observemos que Mateus diz «o filho do carpinteiro», e Lucas «o filho de José», sem dúvida a fim de atalhar uma corrente judia hostil que pretendia que Jesus fosse um bastardo. Pelo contrário Marcos, acreditando afirmar assim Jesus não era filho de José, no sentido carnal do termo, chama-lhe «o carpinteiro, o filho da Maria», e desta forma aviva, involuntariamente, o fogo da lenda da bastardia de Jesus. E dizemos *a lenda* porque, se assim foi, naquela época, e frente à lei judia, Maria não teria tido a vida nada fácil, já que, segundo a lei de Moisés, quão jovem perdia, clandestinamente, sua virgindade, era lapidada assim que se descobria o fato. (Deuteronomio, 22, 21.)

Não queremos fechar este capítulo sem assinalar que Daniel Massé nos diz ter descoberto um irmão de Jesus do qual não se fala jamais; não lhe conhece mais que pelo nome de Sidônio, quer dizer, «que habita em Sidônia», cidade de Fenícia. Cita-o José, o Eclesiástico, que por sua vez tirou esta informação de Hipólito de Tebas. Em caso afirmativo, seria em casa desse Sidônio onde se teria refugiado Jesus quando fugiu à Fenícia.

6.- O irmão gêmeo de Jesus

«Saúde a ti, gêmeo meu, segundo Cristo!»

Evangelho de Bartolomeu, 2º fragmento

Nos Evangelhos fala-se de um misterioso gêmeo, mas não se precisa nada mais concreto. Trata-se de Tomás, chamado Dídimo, em João (11, 16 e 20, 24). Será ele a quem Jesus oferecerá a verificação corporal de sua ferida costal e dos buracos das mãos e dos pés. Mas não esqueçamos, de todo modo, que estes relatos não foram terminados até trezentos anos mais tarde. Algo assim como se agora pretendêssemos redigir uma crônica do reinado de Luis XIV apoiando-nos unicamente no que se conserva na memória popular, excluindo qualquer escrito válido.

Pois bem, *dídimo* significa, em grego, *gêmeo*. Assim, Tomás é o irmão gêmeo de outro personagem, a quem não nos cita absolutamente. Este enigma se reforça ainda mais quando constatamos que *Tomás* também significa *gêmeo*. Assim o diz a versão da *Santa Bíblia* de Lemaistre de Sacy traduzida e revisada pelo abade Jacquet

e editada por Garnier, em cujo final aparece um léxico dos nomes. E o significado que se dá a Tomás é o de gêmeo.

E se tomarmos um dicionário de hebreu constataremos que essa mesma palavra de gêmeo se diz, em singular, *taoma*, e em plural, *taomim*. É fácil encontrar Tomás em *taoma* ou *toama*. assim, «Tomás, chamado Dídimos» (João, 11, 16 e 20, 24) é «Gêmeo, chamado gêmeo...», quer dizer, o que em filologia se conhece como um *idiotismo*.

Na contagem dos doze apóstolos que dá Mateus (10, 2 a 4), denomina-se aos discípulos de dois em dois:

«Simão, chamado Pedro, e André, seu irmão; Santiago, o de Zebedeu, e João, seu irmão; Felipe e Bartolomeu; Tomás e Mateus, o publicano; Santiago, o do Alfeu, e Tadeu; Simão, o zelador e Judas Iscariote, que entregou Jesus...» (Mateus, 10, 2 a 4.)

A esse Tomás lhe cita como apóstolo em Marcos (3, 18), Lucas (6, 15), *Atos* (1, 13), e em João (11, 16 e 20, 24), único lugar dos Evangelhos onde lhe qualifica de gêmeo em grego (dídimos).

Atribui-lhe um evangelho apócrifo, que é do século V. Outro apócrifo, *Os Atos de Tomás*, é do século VI. Mas, se não levarmos em conta esta literatura, a que são Jerônimo qualificava de «delirante» (apesar de que frequentemente contém indícios muito valiosos para o gnóstico e o crítico), se procurarmos seu rastro depois da morte de Jesus, estaremos muito menos documentados.

Deveremos recorrer, indevidamente, ao Eusébio da Cesaréia e a sua *História eclesiástica*, monumento considerável por seu volume. Suas versões mais antigas são:

a) a versão siríaca, conservada em um manuscrito, em Leningrado, que se remonta ao mês de abril de 462 (faltam os livros V, VI e VII), quer dizer, do século V;

b) a versão siríaca, conservada em um manuscrito, em Londres, que também se remonta ao século V. Contém os cinco primeiros livros. Para as partes que faltam se pode utilizar uma versão armênia, traduzida ao siríaco por volta do ano 420;

c) a tradução latina, do Rufino, que data de 402. Mas, como em toda a obra do Rufino, este se toma tantas liberdades com o Eusébio da Cesaréia, como com o Orígenes. Os exegetas concordam em afirmar que não é de confiar.

Assim, todo Eusébio da Cesaréia é do século V, nada de antes. Vejamos as passagens nas quais Eusébio da Cesaréia fala do apóstolo Tomás:

— Livro I, capítulo XIII, 4, 11, Tomás envia Tadeu à casa de Abgar.

— Livro II, capítulo I, 6, idem.

— Livro III, capítulo 1,1, Tomás evangeliza aos partos. [Parto de Arsácida]

— Livro III, capítulo XXXIX, 4, Papias procura informação sobre o apóstolo Tomás.

— Livro III, capítulo XXV, 6, Eusébio nos diz que o evangelho de Tomás é apócrifo.

Sobre a história do rei Abgar e sua carta à «Jesus, bom Salvador, manifestado no país de Jerusalém» não diremos nada. Faz tempo que os exegetas católicos demonstraram que era falsa.

O fato de que Edesa fora convertida muito em breve ao cristianismo, é histórico. Num século nem havia um núcleo importante em Edesa. No século IV a cidade era totalmente cristã. Mas isto não nos contribui em nada sobre Tomás. Mais adiante, no livro III (I, 1), lemos o seguinte: «Os assuntos dos judeus estavam neste ponto. Quanto aos Santos apóstolos e discípulos de nosso Salvador, estes se tinham dispersado por toda a terra habitada. Tomás, segundo conta a tradição, obteve em partilha o país dos partos, André a Escítia, João a Ásia, onde viveu. Morreu em Éfeso. Pedro parece que pregou aos judeus da dispersão na Ponte, na Galácia, Bitínia, Capadócia e Ásia».

Rufino, em sua tradução latina, depois de mencionar Tomás acrescenta o seguinte: «Mateus obteve a Etiópia, e Bartolomeu a Índia anterior».

O país dos partos era o Korasán, que se estendia, como império parto, desde mar Caspio até o Indo e o Eufrates, e que possuía metrópoles como Ecbatania, Seleucia e Ctesifón.

Mas então, como é que aos cristãos das Índias lhes podem chamar «cristãos de santo Tomás», se este apóstolo não esteve jamais ali?

Por outro lado, diz que Papias procurou informação sobre Tomás. Mas não diz absolutamente nada sobre ter descoberto tal informação ou não:

«Se chegava a alguma parte alguém que tivesse estado em companhia dos presbíteros, eu me informava das palavras dos presbíteros: o que disseram André ou Pedro, ou Felipe, ou Tomás, ou Santiago, ou João, ou Mateus, ou algum outro discípulo do Senhor...» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, livro III, XXXIX, 4.)

Os escritos de Papias se perderam. Cita-os Irineu em *Contra a heresia* (V, XXXIII, 4), e Eusébio da Cesaréia em sua *História eclesiástica*, quem, por outra parte, menciona-os por meio de Irineu.

Com tudo isto, jamais saberíamos mais sobre o misterioso Tomás Dídimos, o «gêmeo-gêmeo» evanescente dos Evangelhos, se não fosse a existência de um estranho documento a este respeito, todavia conservado em nossos dias, e que logo citaremos.

Aqui está um segundo ponto, igualmente enigmático.

Orígenes assegura ter tido em suas mãos um manuscrito antigo do Evangelho segundo Mateus no qual se fala de Jesus-bar-Aba. Pois bem, o nome desse Barrabás, ao qual se situa nos Evangelhos como um obscuro ladrão, decompõe-se necessariamente em *bar*, que significa *filho*, e em *Aba*, que significa duas coisas totalmente distintas em hebreu.

Se tomarmos como o *Aba* transcrito com um *aleph* como inicial, temos Jesus-bar-Aba, ou seja, Jesus-filho-do-Pai.

Se tomarmos como o *Aba* transcrito por uma *beith* como inicial, temos Jesus-filho-oculto, o qual é bem estranho, na verdade, tanto em um caso como no outro.

Quem seria esse filho oculto? Seria o misterioso gêmeo, esse «Tomás» de quem encontramos múltiplos rastros? Não é impossível que nossos escribas anônimos do século IV, que compuseram os Evangelhos, imaginassem uma boa parte destes, parte montada sobre uma trama vagamente histórica, e que lhes era

útil como esquema condutor de sua narração. Isto é o que vamos verificar agora, embora sem esquecer por isso ao irmão misterioso, que vivia em Sidônia, sob o simples apelido de Sidônio.

No segundo fragmento do Evangelho de Bartolomeu, manuscrito copto do século V, encontramos esta surpreendente frase:

«Ele (Jesus) falou com eles em língua hebraica, e lhes disse: "Bom dia, meu venerável bispo Pedro. Bom dia, Tomás, meu segundo *chrestos*..."»

A tradução é do doutor E. Revillout, na série dos apócrifos coptos publicados com o *imprimatur* pelo Firmin-Didot. Não vacilaremos em sustentar que esta tradução é conforme à ortodoxia, mas não quanto ao sentido exato. Não havia bispos naquela época, e os apodos não eram nomes. Vamos ver agora nossa tradução, perfeitamente heterodoxa, mas conforme à verdade e ao texto copto:

«Ele [Jesus] falou com eles em língua hebraica, e lhes disse: "Saúde a ti, *Kepha*, meu zelador; saúde a ti, meu gêmeo, segundo cristo..."» Que em hebreu é: «*Schalom, taoma, schenimessiah*...»

Dado que *Tomás* não é mais que um barbarismo, que ocupa o lugar do hebreu *taoma*, nome comum que significa *gêmeo*, é conveniente restabelecer o sentido exato desta frase, terrivelmente significativa. Quanto a seu verdadeiro nome, chamar-se-ia também Judas. [1]

[1-Tatiano em seu *Diatessaron* e são Efrén em seus *hinos* dão-lhe, com efeito, esse nome.]

Se duvidássemos da generalidade deste conhecimento da existência de um irmão gêmeo de Jesus, nos primeiros tempos do movimento, bastaria com que remetêssemos aos *Atos de Tomás*, apócrifo cujos manuscritos do século VI existem ainda, em suas versões latina, grega e siríaca. Lemos o que segue:

«Jesus apareceu então sob a forma de Tomás, e se sentou sobre a cama...»

O leitor apaixonado pela lógica poderá inverter os termos desta frase, sem mudar nada na prática:

«Tomás apareceu então sob a forma de Jesus, e se sentou sobre a cama...»

É exatamente o mesmo! Se Jesus aparecia sob a forma de Tomás, era como se Tomás aparecesse sob a forma de Jesus! E agora podemos traduzir, esta vez corretamente, esta passagem tão reveladora dos *Atos de Tomás*:

«Jesus apareceu então sob a forma do gêmeo, e se sentou sobre a cama...» (palavra por palavra: «Jesus apareceu então sob a forma do *taoma*, e se sentou sobre a cama...»).

Vejamos o fragmento inicial, copiado e traduzido:

«Uma vez terminada sua oração, ele (Tomás o apóstolo) saiu e, quando se retiraram todos os assistentes, o marido retornou à câmara nupcial. E eis aqui que o Senhor lhe apareceu, sob a forma de Tomás o apóstolo, sentado sobre a cama. E o jovem, assustado, disse-lhe: "Não acabas de sair agora mesmo? Como é que entraste de novo?..." E o Senhor respondeu: "Eu não sou Tomás, a não ser seu irmão... Ele recomendou-lhes a mim para que lhes guarde de todo mal... Escutem, pois, meu conselho. Abandonem todas as preocupações do século, e acreditem no Deus Vivo que lhes prega meu irmão Tomás..."» (*História de Santo Tomás*, III, tirado

da *História Apostólica do Abdias, e Viagem e Martírio de Santo Tomás, o Apóstolo*, no *Dicionário dos Apócrifos do abade Migne*, tomos 22 e 23.)

Vejam agora umas observações bastante desconcertantes:

a) Depois da pretendida ressurreição de Jesus, Maria Madalena não o reconhece, toma-o pelo hortelão (João, 20,15), portanto isso significa que se disfarça, e isso porque teme algum perigo, coisa estranha para um espírito desencarnado...

b) Os peregrinos de Emaús tampouco o reconheceram. Não o identificaram como Jesus até que repetiu os gestos e as palavras da Ceia. Mas com a afeição inata de todos os orientais pelo maravilhoso, supunham que se transformou para que judeus e romanos não o identificassem (Lucas, 24, 13 a 32). E tinham razão, sem sabê-lo!

c) Aparece «sob outra forma» a dois deles (Marcos, 16, 12) que não o reconhecem. portanto, continua disfarçando-se, continua caracterizado, porque continua temendo algum perigo.

d) Por outra parte, quando Mateus nos relata a última aparição de Jesus aos onze, «na Galiléia, sobre a Montanha», diz-nos: «E, vendo-lhe, prostraram-se, embora alguns vacilaram...» (Mateus, 28, 17.) Suspeitavam algum subterfúgio, sem lugar a dúvidas.

e) Por último, essas «aparições» apresentam todos os caracteres da materialidade habitual. Jesus come, e, por conseguinte, absorve alimentos. Isto não poderia fazer uma aparição (Lucas, 24, 38 a 43), já que isso implica órgãos e funções, digestivas e de evacuação.

E nossos críticos concluem:

- 1) Não o reconhecem, portanto, não é ele.
- 2) Come e bebe, portanto, é um homem ordinário.
- 3) Celebra os mesmos ritos que Jesus, portanto, ou é ele, ou, ao menos, alguém que está perfeitamente ao corrente, tanto de suas palavras como de suas intenções.

E esse alguém é Tomás, o irmão gêmeo, o *taoma* de Jesus, o filho oculto.

Finalmente, o suposto texto de João (20, 24) foi montado com muita habilidade; o êxito consiste em acreditarem nesse Tomás, que em hebreu significa *gêmeo (taoma)*, o papel do discípulo incrédulo, quando seria justamente esse gêmeo, esse mesmo *taoma*, o cúmplice de tão extraordinário engano. Com efeito, no jardim, com a Maria Madalena, quão mesmo no caminho do Emaús, com alguns dos setenta e dois discípulos, o gêmeo está disfarçado, e não podem tomá-lo como Jesus, porque assim não lhe parece nada. A finalidade disso era que os legionários romanos, estupefatos, não o reconheceram nem o detiveram de novo. Em troca, nas mansões privadas, tanto em Emaús como na Galíla, «na montanha», em todos os lugares desertos, sempre que se achavam «entre eles», o *taoma* não vai já disfarçado, deixa-se reconhecer e assim pode representar bastante bem o papel de Jesus, supostamente ressuscitado.

Por que se a ressurreição era algo autêntico, real, por que o pseudo ressuscitado se disfarçava quando se achava em lugares públicos, ou inclusive ante

seus amigos? Por que estes não o reconheceram no caminho de Emaús? Por que Maria Madalena tomou-o pelo hortelão? Porque este adotou o rosto de José de Arimatéia. Sobre esta modelagem, a *máscara de gesso*, pintada e cheia de postigos, para que o pseudo Jesus ressuscitado circulasse livremente, sem temer uma nova detenção, seguida indevidamente de uma segunda crucificação.

Não esqueçamos o papel das máscaras (*personna*) no mundo antigo. Máscaras de metal para os comediantes, no teatro, máscaras de gesso para quem não queria ser reconhecido, nas ruas. Estas últimas foram muito utilizadas, conforme testemunha Luciano da Samóstata, escritor do século II, originário da Ásia Menor helênica, que cita em especial a um tal *Peregrinus*, quem, depois de uma vida criminal (foi parricida) fez-se cristão e acabou na cruz.

Se Jesus realmente ressuscitou, o que esperava para aparecer, apesar das muralhas, frente a Pilatos, enquanto jantava rodeado por seus oficiais? O que esperava para aparecer ao Herodes Antipas, ou ao Caifás, apesar da guarda, os restelos e as portas cravejadas de bronze? Que triunfo para aquele de quem todos se burlavam a mais e melhor de sua impotência, quando agonizava na cruz da infâmia!

E mais, o que esperava para aparecer ante os *cobanim*, muito acima da nave dos homens, no santo templo, para justificar por fim suas próprias palavras:

«Então Jesus lhes disse: "Oh, homens sem inteligência e tardos de coração para acreditar tudo o que vaticinaram os profetas! Porventura, não era preciso que Cristo padecesse isto e entrasse em sua glória?» (Lucas, 24, 25-27.) No momento, «a entrada na glória» se limita às tímidas e noturnas manifestações de existência. É bem pouco. Quanto a cumprir a grande profecia que provaria a epifania messiânica, nada disso. Não obstante, vamos ver a aqui com toda claridade, nitidez e precisão.

O *Yaikouth Schimeoni*, glosa completa do Antigo Testamento (Ed. *Wünsche*), cheio de citações extraídas de obras atualmente perdidas, no comentário do capítulo 70 de Isaías (op. cit., vol. II, pág. 56c) mostra o Messias revelando-se ao povo ao que deverá arengar, em cima do pináculo do Templo. Dali deverá proclamar seu reinado, a liberação de Israel, e pôr em fuga ao ocupante romano.

Mas semelhante imprudência nosso *taoma* se guardará bem de cometê-la. Um crucificado na família já é mais que suficiente, e, além disso, sofrer ele por sua vez este suplício significaria arruinar para sempre esse extraordinário engano, tão bem montada, mas que por outra parte, por prudência, convinha não prolongar muito tempo. Porque de antemão tinha recebido ordens precisas:

«Gêmeo de Cristo, apóstolo do Altíssimo, iniciado também tu no ensino oculto de Cristo, recebeste instruções secretas...» (*Atos de Tomás*, 39.)

A «saída» de nosso *taoma* está, pois, próxima, e nesta ocasião terá que render uma justa comemoração aos engenhosos zelotes. Conseguir que esse sósia natural de Jesus franqueasse os limites das províncias guardados por legionários, sem tomar precauções, era terrivelmente perigoso. De modo que imaginaram o seguinte, pelo que possuímos um eco deformado no mesmo *Evangelho de são Bartolomeu*, que já citamos:

Venderiam o *taoma*, aliás Tomás, como escravo. Ao perder assim sua

personalidade civil e converter-se em um simples móvel, como um animal doméstico, ao não ser outra coisa que uma simples propriedade do mercado de escravos, não temeria submeter-se a nenhum controle. Seu dono seria responsável ante a lei romana, e se se rebelasse ou se rogasse, sofreria o suplício dos escravos fugitivos ou rebeldes: a cruz.

Mas terei que acautelar a tempo à comunidade judia do lugar do destino, fora da Palestina, e mais concretamente a sua fração messianista, de que havia um escravo judeu, de raça real e davídica, e assim comprariam de novo ao mercado de escravos, ao preço que fosse, a nosso *taoma*. Vejamos o texto de São Bartolomeu. Evidentemente, é Jesus quem vende a seu gêmeo, mas, se esquece de nos dizer por que. De fato, foi Simão-Pedro quem fechou o trato destinado a assegurar a fuga do *taoma*:

«*Kepha* (Pedro) disse ao mercador: "Este é nosso senhor, vem falar com ele daquilo que você consente".

»Então o mercador disse ao Jesus: "Saúde, homem poderoso e venerável, parece um homem importante e bem nascido..." E o mercador olhou o rosto de Tomás. Achou-o mais maduro que Mateus. Disse: "Recebe o preço deste e dê-me." Jesus disse-lhe: "Dê-me tantas libras de ouro por ele". E o mercador consentiu. Disse à Jesus: "Escreva-me a venda". Jesus escreveu: "Reconheço vender a meu homem..."» (*Evangelho de São Bartolomeu*, 2.º fragmento.)

E o truque surtiu efeito. A compra futura era coisa comum entre os judeus da época. Quando uma virgem judia era exposta nua pelos romanos, em um lupanar, como represália contra sua família, muito em breve era comprada de novo pela comunidade da cidade. Este foi o caso de Tomás, o irmão gêmeo de Jesus.

Esta existência de um irmão gêmeo de Jesus foi conhecida, durante um período de tempo bastante importante, sem escândalo algum, nos meios cristãos iniciais. Tal e como diriam piedosamente os exegetas contemporâneos, «a cristologia não estava ainda estabelecida de forma válida».

Claro! Mas, o que é que reveste mais importância, o fato histórico autêntico, ou a cogitação de um teólogo em pleno, delírio de originalidade?

Porque esses mesmos *Atos de Tomás* eram ainda perfeitamente conhecidos no século V nas versões grega e siríaca, e a versão latina é do século VI. Pois bem, deles tiramos esta explícita alusão ao parto gemelar de Maria:

«Veem, Oh, santo poder do Espírito! Veem, Santa Paloma que dá a luz aos dois gêmeos! Veem, Oh, Mãe Oculta...!» (*Atos de Tomás*, 50.)

Claro que o famoso *Canon* de Muratori, chamado assim pelo colecionador que o descobriu (parece) em Milão, em 1740, é do século VIII e pelo visto seria cópia (uma mais) de uma lista que a Igreja de Roma tinha por sagrada nos arredores dos anos 180-190 de nossa era. E esse *Canon* de Muratori classifica nossos *Atos de Tomás* entre os textos apócrifos.

Agora bem, o abade F. Amiot, com um prefácio de Daniel-Rops, apresentou extratos dos principais apócrifos em *La Bible apocryphe* (*Arthème Fayard*, Ed., *imprimatur* Paris, 1952). E nos diz que os *Atos de Tomás* têm uma narração abreviada:

De miraculis beati Thomae apostoli, que Bossuet atribuíra ao Gregório de Tours

(538-594), e que, portanto, seria do século VI. E o abade F. Amiot diz, além disso, que: «O escrito original deveria ter sido composto em Síria, ou na Alta Mesopotâmia; se sofreu, como se supõe, a influência do herege Bardesano, teríamos que o situar em princípio do século III. Mas, neste ponto, temo-nos que reduzir a simples hipótese», (pp. Cit., pág. 262.)

O mesmo exegeta afirma que as influências gnósticas não são evidentes nesses mesmos *Atos de Tomás*, e que o rechaço do matrimônio era coisa corrente no século II, no cristianismo nascente. Por outra parte, a causa se entende. Entre os anos 200 e 300 a existência de um irmão gêmeo de Jesus não constituía escândalo. Não foi assim até muito mais tarde, quando ousaram urdir a fábula da concepção milagrosa, da encarnação de um «Filho de Deus», e da virgindade absoluta da Maria; então tiveram que fazer desaparecer esse gêmeo, que lhes estava resultando muito incômodo.

Isto nos conduziu a representar a Maria, a mãe de Jesus, sob o aspecto de uma jovem de uns quinze anos, quando na realidade a pobre mulher morreu provavelmente em idade avançada, recolhida, segundo nos diz, pelo João à morte de Jesus, seu filho «primogênito» (Lucas, 2, 7.)

Pois bem, naquela época, nos anos 33 ou 34 de nossa era, na sua crucificação, ela tinha já uns sessenta e cinco anos, já que, como afirma são Irineu, Jesus morreu com cinquenta anos, «próximo à velhice», e se deu a luz aos quinze anos, isso nos daria perfeitamente a idade de sessenta e cinco anos quando teve lugar tal crucificação. Se se tiver em conta a miserável e dura vida que se viu na obrigação de levar, o rápido envelhecimento das mulheres do Oriente Médio, e as terríveis provas morais às quais se viu submetida, é provável que aparentasse sobradamente sua idade.

7.- As chaves do enigma

«Os homens não sabem ser nem inteiramente bons, nem inteiramente maus...»

Maquiavel. *Pensamentos*

Costuma-se colocar duas chaves nas mãos de Simão-Pedro, e na mente de todos está a idéia de que estas chaves são as do Reino dos Céus, uma para abrir, e a outra para fechar. Porém, para quem quer que tenha podido penetrar no coração das origens reais do cristianismo, essas chaves não representam outra coisa, assim são, simplesmente, as chaves do enigma. Porque Simão-Pedro é, entre os apóstolos, aquele que tem a *chave do Segredo*.

Estudemos, pois, atentamente este personagem, e este nos revelará o grande mistério das origens de seu irmão maior: Jesus.

O Novo Testamento cita seis personagens que levam o nome de Simão (em hebreu *Simeon*); estes são mencionados ao longo dos Evangelhos e são diferentes

àqueles que levam o mesmo sobrenome e que se podem encontrar no curso da leitura do conjunto. São seis nomes que aparecem no seio da longa lista dos vocábulos usados pelos apóstolos, algumas vezes como nome real, outras como apelido.

Descartaremos em primeiro lugar ao Simão, o Leproso, cuja morada está na Betânia (Marcos, 14, 3 e Mateus, 26, 6). É, provavelmente, o pai de Lázaro (na realidade chamado Eleazar), de Marta e de Maria (provavelmente primas de Jesus), e foi em sua casa onde teve lugar a célebre cena da unção misteriosa, sobre a qual voltaremos a tratar. É deste modo em sua casa onde Jesus se oculta quando não reside em Jerusalém.

A seguir temos ao apóstolo Simão, ao que encontraremos com apelidos muito diversos, e ao que atualmente lhe conhece como Simão-Pedro. É o Simão Cefas, ou mais exatamente, em hebreu correto, *Képha*. Esta palavra significa *rocha*, agulha de pedra (Sander, *Dicionário rabínico*). De onde sai *pedra* (*Pedro*).

Há deste modo um nome que lhe aproxima muito, que pôde permitir estabelecer um trocadilho fácil, e que lhe segue de muito perto nos diversos dicionários hebreus. É a palavra *kipahá*, que designa um ramo de palmeira. No simbolismo messiânico antigo, este era o símbolo mesmo do movimento: é o célebre ramo de Jessé.

«Um ramo sairá do tronco de Jessé, e um broto brotará de suas raízes...» (Isaías, 11,1.)

Era deste modo o símbolo do gozo, da alegria, na Festa dos Tabernáculos:

«E para isso tomarão ramos de palmeira...» (Levítico, 23, 40.) Assim, o célebre trocadilho:

«Você é Pedro, e sobre essa pedra levantarei minha Igreja...» (Mateus, 16, 18) não é uma tradução correta do pensamento que presidiu o enunciado primitivo. Terá que ler:

«Tu és *képha* (*rocha*), e de ti farei *kipahá* (o ramo de palmeira, símbolo de vitória)...» (Op. cit., 16,18.)

Porém, da tradição oral hebraica, ao passar à versão grega escrita, logo depois da grega ao latim, depois às línguas vulgares, o sentido esotérico primitivo se alterou grandemente.

Observaremos, por outra parte, que não é Jesus quem dá ao Simão o apelido de pedra (*Képha*). Este já o tinha:

«Quando caminhava (Jesus) junto ao mar da Galiléia, viu dois irmãos: Simão, chamado Pedro, e André, seu irmão...» (Mateus, 4, 18.)

Este mesmo Simão *Képha* era de Betsaida (João, 1,45), mas tinha sua casa em Cafarnaum (Marcos, 1, 30). Não há nisso, necessariamente, uma contradição. É o irmão de André (João, 1, 40). É o filho da Maria, e o irmão de Jesus, de Santiago, de José e de Judas:

«Não é este o filho do carpinteiro? Não se chama sua mãe Maria, e Santiago e José, Simão e Judas seus irmãos? Não estão suas irmãs todas entre nós? (Mateus, 13, 55.)

É um grande *pecador*, e não um *pescador* que dirige a rede e captura peixes no

lago de Genezaret. É um pecador, com todo o sentido moral do termo:

«Quando viu isto, Simão-Pedro caiu de joelhos ante o Jesus e lhe disse: "Senhor, afasta-te de mim, que sou um pecador"...» (Lucas, 5, 8.) Mais adiante veremos que este fato está bastante relacionado com o crime e o assassinato.

Chamam-lhe «filho de Jonas»:

«Tendo eles pois jantado, Jesus disse ao Simão-Pedro: Simão, filho de Jonas, ama-me mais que estes?...» (João, 21, 15.)

Pois bem, Mateus (13, 55 e 27, 56) diz-nos que é filho de Zebedeu. De fato, como demonstraremos em seguida, esses qualificativos não são a não ser novos apelidos.

Os escribas anônimos de língua grega que, apoiando-se em uma tradição oral, transcreveram os textos evangélicos no século IV, não entendiam (nem liam) o hebreu. É fácil constatá-lo. Esqueceram (ou ignoraram) que uma língua, em uma época dada, compõe-se das contribuições de linguagens mais antigas. No inglês moderno há palavras que procedem diretamente do francês antigo, que chegaram a ele canalizadas pela invasão normanda. E no francês moderno há palavras que lhe foram legadas pelos mercenários ingleses da guerra dos Cem Anos, e que provêm diretamente do velho substrato germano-saxão. O mesmo aconteceu com o hebreu. O sumério, o assírio e o aramaico, e inclusive o antigo acádio, deixaram numerosas contribuições no hebreu clássico.

Nossos escribas gregos do século IV fizeram, pois, de uma velha palavra acádia, *barjonna*, um qualificativo familiar, e transcreveram: «Simão-bar-Jonas», quer dizer: Simão, filho de Jonas, o qual contradiz a todas as outras passagens evangélicas, onde lhe chama filho de Zebedeu. Veja-se Mateus 10, 2; 26, 37; Marcos 1, 19-20; 3, 17; 10,35; Lucas 5,10; João 21,2.

Agora bem, em acádio e aramaico *barjonna* significa fora da lei, anarquista. Este qualificativo vem sublinhado pela confissão de Simão-Pedro: «Senhor, afasta-te de mim, que sou um pecador...» (Lucas, 5,8.) Mas ainda o é mais pelas outras denominações que acompanham este nome de Simão ao longo dos Evangelhos.

Não ignoramos que alguns comentaristas quiseram ver em *Joná* uma abreviatura de *Johannes*. Todavia, como o sábio Osear Cullmann, afirmamos que jamais se encontrará *Jona* ou *Jonas* como abreviatura de *Johannes*.

Em troca, a fonte de *barjonna* (em acádio e em aramaico: «fora da lei, anarquista») possui sólidos fundamentos. Robert Eisler, em seu livro *Jésous basileus ou basileusas* (1929), pág. 67, diz-nos que, segundo Elieser-Ben-Jehuda, em sua obra *Thesaurus totius habraïtatis*, tomo II, pág. 623, esse é exatamente o significado de tal palavra. Em seu *Aramaisch neuhebraisches Wörterbuch* (1922, pág. 65a, 2.a edição), G. Dalman nos diz o mesmo.

Provavelmente o texto copto do *Evangelho dos Doze Apóstolos*, em seu segundo fragmento, transcreve *Bariona*, e não *Bar-Jonas*.

E agora vejamos as diversas confirmações, no seio mesmo dos Evangelhos canônicos.

Há, entre os Doze, um tal *Simão, o zelote*. Esse termo é grego, e, com efeito, *pelotes* significa ciumento, fanático, zelador. Sabemos por Flavio Josefo, tanto em

suas *Guerras da Judeia* como em suas *Antiguidades judaicas*, que a palavra *zelotes* era utilizada para designar aos *sicários*, terroristas judeus armados com a *sica*, punhal curvo com o qual estripavam seus adversários.

Agora bem, Simão, o zelote, é irmão de Jesus, como Simão *Képha*. Citam-no Lucas e os Atos:

«...Simão, chamado o Zelador, Judas, filho de Santiago, e Judas Iscariote, que foi o traidor...» (Lucas, 6,15.)

«Eram Pedro, João, Santiago, filho de Alfeu, Simão, o zelote, e Judas, filho do Santiago...» (Atos, 1,13.)

Sem dúvida nessas duas citações falam-se de dois homens que respondem pelo nome de Simão. Não o ignoramos, e precisamente a finalidade deste capítulo é demonstrar que ambos não eram a não ser um único e mesmo indivíduo. Porque seria muito surpreendente que Simão, o anarquista, a rocha, o fora-da-lei, fosse um homem distinto ao Simão, o sicário, o zelote. E se isto fosse assim, seria ainda mais grave, já que nos acharíamos em presença da prova absoluta de que Jesus não recrutava a sua gente a não ser em certos ambientes.

Temos a seguir um certo Simão, o Canhoneio. Conforme observa Osear Cullmann em seu livro *Saint Pierre, apotre, disciple el martyr*, já citado (Neuchâtel, 1952), é o mesmo que zelote, e isto não tem nada a ver com a terra de Canaã. Em efeito, em hebreu a palavra *kana* significa ciumento, fanático, apaixonado. É o equivalente ao *zelotés* grego.

Simão, o Canhoneio, aparece citado em Marcos (3, 18); mas ao povo de Canaã (ou, mais exatamente, *Kaná*) terá que ver o quartel general dos *pelotas* ou *sicários* (João, 2, 1; 4, 46; 21, 2). Era também a pátria de Natanael (João, 21,2 e 1, 46.)

Agora nos encontramos com um tal Simão Iscariote. Cita-o João (6, 70) como o pai de Judas Iscariote:

"Entretanto, um de vós é um diabo..." Falava de Judas, filho de Simão Iscariote, porque era ele quem devia lhe entregar, ele, que formava parte dos Doze...» (João, 6, 70.)

«Um de seus discípulos. Judas Iscariote, filho de Simão, que tinha de lhe entregar...» (João, 12,4.)

Em certos manuscritos se fala também de Simão Iscariote. Por exemplo, no utilizado por são Jerônimo para seu *Vulgata* latina, versão oficial da Igreja católica: «Dicebat autem ludam Simonis Scariotis...» (*Johanem*, 6, 70.) A versão protestante sinodal de 1926 traduz deste modo *Simão Iscariote*.

Pretendeu-se fazer derivar o nome do Iscariote de uma aldeia denominada Karioth. Judas e Simão seriam «homens (em hebreu: *ish*) de Karioth». Mas o próprio Daniel-Rops reconhece que essa tradução é muito «discutível». Em efeito, na época messianista não aparece citado entre os autores antigos nenhum povo que se chame assim. De fato, Judas e seu pai Simão são os homens (em hebreu: *ish*) da *sica*, a terrível adaga dos sicários, e que lhes deu seu nome: *ishi-karioth*.

E, por outra parte, como sustentar que Simão e Judas, seu filho, podiam ser de um povoado chamado Karioth, quando nos afirmaram em outro lugar que a morada de Simão e de André (seu irmão), morada comum e, portanto, familiar,

achava-se em Cafarnaum?

«Chegaram em Cafarnaum... [...] Ao sair da sinagoga foram com Santiago e João à casa de Simão e André. A sogra de Simão estava acamada...» (Marcos, 1,21 e 29-30.)

Por último, esse Judas, filho de Simão, o zelote, é também qualificado assim em um apócrifo etíope, o *Testamento na Galiléia de Nosso Senhor Jesus Cristo*, no capítulo II, versículo 12: «Nós, João, Tomás, Pedro, André, Santiago, Felipe, Bartolomeu, Mateus, Natanael e Judas zelote...».

Por todas estas razões, apoiadas sobre os versículos que citamos cuidadosamente. Simão, a Pedra; Simão, o zelote; Simão, o Canhoneio; Simão Iscariote são uma só e única pessoa, que é Simão, o anarquista; Simão, o fora da lei (*barjonna*). É o irmão de Jesus, pelo que dão fé os versículos citados. É o pai de Judas Iscariote, e é um dos filhos da Maria, como o dizem as mesmas passagens. E a este título, é o sucessor desse mesmo Jesus na estirpe davídica, e esse mesmo título se converterá, de *kepha* (homem das rochas, fora da lei), em *kipabu*, ou seja, em «vergôntea» de Jessé, em seu posto e em seu cargo, em sua morte. Tudo isto mostra bem a importância do movimento *pelota* no cristianismo primitivo. Osear Cullmann, doutor em teologia, grande exegeta protestante, observa lealmente em seu livro *Deus e César* que:

«Em primeiro lugar, não se deveria perder de vista que Jesus foi condenado, como zelote, à morte na cruz pelos romanos... (Op. cit., pág. 14.)

»O fato de que na passagem em questão do livro dos *Atos* (5, 37), Gamaliel situe ao Jesus no mesmo plano que esses dois chefes *zelotes* (Judas da Gamala e Teodas) parece provar que, aos olhos das pessoas de fora, Jesus e os chefes zelotes deviam ter algumas características em comum... (Op. cit., pág. 16.)

»Segundo os *Atos* (21, 38), o tribuno romano ante quem é conduzido Paulo em Jerusalém toma a este por um zelote, e pensa inclusive que este é o chefe zelote egípcio cuja insurreição conta também Flavio Josefo: "Não é você acaso o egípcio que faz alguns dias provocou uma rebelião de quatro mil zelotes?..."» (Op. cit., Pág. 16.)

Porém, o termo de egípcio não designa a nacionalidade, a não ser a qualidade de mago. O mesmo que se qualificava de *caldeu* a todo astrólogo, fosse qual fosse seu país de origem.

E, efetivamente, na *História eclesiástica* de Eusébio da Cesaréia encontramos o seguinte, que o confirma:

«Clemente, no sexto livro das *Hypotyposes* o estabelece assim; o mesmo no sétimo livro da mesma obra, que diz a este respeito: "Ao Santiago, o justo; ao João e ao Pedro, o Senhor, depois de sua ressurreição, deu-lhes a *gnosis*..."» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, II, I, 4.)

Esta *gnosis* é a magia taumatúrgica que Jesus havia trazido do Egito. Assim, por exemplo, quando os *Atos* contam que a sombra de Simão-Pedro curava aos doentes pelo simples fato de cobri-los com ela um breve instante, terá que saber traduzir a nossos escribas do século IV e compreender suas expressões gregas.

A sombra da qual se trata aqui não é a zona escura produzida pelo corpo de

Pedro interpondo-se entre o doente e o sol. É seu «duplo fluídico», o *nephesh* hebraico, que terá que entender no sentido grego do termo: *sombra, manes, fantasma*. Operava durante seu sono, à distância, como ainda o fazem alguns fetichistas da África negra, e como pretendiam fazê-lo os Rosa-cruzes do século XVII.

Estava ele a par da traição que preparava Judas Iscariote, seu filho? Evidentemente não podemos afirmá-lo. Não obstante, alguns fatos tendem a estabelecer que os outros apóstolos o separaram do mando supremo depois da morte de Jesus. Logo o veremos. É um fato, revelado pelo mestre Isorni em seu livro *O verdadeiro processo de Jesus*, parece estabelecer sua hipocrisia. Quando Jesus lhe pergunta se lhe ama mais que os outros, aquele se sai pela tangente, fala com rodeios e joga com as palavras:

«Tendo eles pois jantado, disse Jesus ao Simão-Pedro: Simão, filho de Jonas, ama-me mais que estes? Respondeu-lhe: Sim, Senhor, você sabe que o amo...» (João, 21,15.)

Simão-Pedro evita o mais importante do que lhe pergunta. Jesus reiterará ainda duas vezes mais sua pergunta, e, finalmente, contentar-se-á com esta afirmação de que Pedro lhe ama, sem mais. Por isso, mais adiante os outros não reconhecerão essa «sucessão» que Jesus lhe transmite:

«Então..., esse Santiago a quem os antigos davam o apelido de Justo, por causa da superioridade de sua virtude, foi, conforme se diz, o primeiro que se instalou no trono episcopal da igreja de Jerusalém. Clemente, no sexto livro das *Hypotyposes* o estabelece da seguinte maneira: diz que Pedro, Santiago e João, depois da ascensão do Salvador, depois de terem sido particularmente honrados pelo salvador, não brigaram por obter esta honra, mas sim escolheram ao Santiago, o Justo, como bispo de Jerusalém...» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, II, I, 2, 3.)

Por outro lado, por que rondava Simão sozinho, depois da detenção de Jesus, seu irmão maior, o mais perto possível do local da audiência judicial? Era por fidelidade, ou por temor a que Jesus fosse posto em liberdade e pedisse contas à ele. Simão, e ao Judas, seu filho, primeiro pelo abandono de todos nas Oliveiras, e logo pela traição de seu sobrinho? Porque a traição de Judas se duplicou com o abandono de outros:

«Então todos os discípulos lhe abandonaram e fugiram...» (Mateus, 26, 56; Marcos, 14, 50.)

Por isso, nas *Homilias clementinas*, cujo nome original era *O escrito primitivo*, a epístola de Clemente ao Santiago começa assim:

«Clemente, ao Santiago, irmão do Senhor, bispo dos bispos, que governa a Santa igreja dos hebreus, em Jerusalém, assim como as igrejas fundadas, felizmente, por toda parte pela Providência de Deus, com os presbíteros, os diáconos e os outros irmãos, que a Paz seja sempre convosco...»

Observaremos que Rufino, no século IV, o Rufino que se permitia, ao traduzir Orígenes um século depois de sua morte, corrigir sua obra quando não lhe parecia suficientemente ortodoxa, Rufino traduz assim: «Santiago, irmão do Senhor» (*To Kurion adelfas*). Não fala, tampouco ele, de primos (*anepsios*). E o mesmo

encontramos na *Vulgata* de são Jerônimo.

Assim, está entendido. Foi Santiago quem dirigiu a igreja de Jerusalém, assim como todas as outras. Simão-Pedro não é, de modo algum, o chefe destas. O «príncipe dos apóstolos», apresentado sempre como o primeiro papa, é um engano histórico, e o que vem a seguir vai confirmá-lo.

Assinalaremos, em primeiro lugar, que quando Jesus dirigiu ao Simão-Pedro as palavras que transmite Mateus (16, 18-19): «Tu és Pedro e sobre esta pedra...», os apóstolos discutiram ainda sobre qual dentre eles era o mais importante na comunidade, além de Jesus (Marcos, 9, 34; Mateus, 18, 1). Por conseguinte, não admitiam a «transmissão» efetuada por Jesus em favor de Pedro e estavam pondo tudo em julgamento. Existiam, pois, uns elementos neste problema que assim o autorizavam, e que não chegaram até nós.

Por outra parte, os fiéis procedentes do judaísmo e, portanto, circuncidados, acreditavam tão pouco na supremacia de Simão-Pedro que discutiram com ele e lhe reprovaram ter entrado em casa dos incircuncisos e de ter comido com eles (*Atos*, 11, 2-3). E ele mesmo se justifica a seguir diante deles, diante dos apóstolos e diante dos anciões, portanto, não se sente de modo algum o chefe da Igreja nascente (*Atos*, 15, 7-11).

Nesta ocasião reivindicará a evangelização dos gentis, e essa será mais adiante a causa de sua rivalidade com Paulo! Privado de toda autoridade primacial diante de quão judeus abraçam a nova ideologia, pensa exercê-la sobre os pagãos. Mas, eis aí, que outro lhe surrupia este novo terreno!

Não seria ele quem abriria o Sínodo de Jerusalém, aquele primeiro Concílio (*Atos*, 15, 7), e tampouco seria ele quem o fecharia, a não ser Santiago, nos dois casos (*Atos*, 15, 13). Foram os outros apóstolos que decidiram em Jerusalém, ao inteirar-se de que na Samaria havia já núcleos favoráveis a sua ideologia, enviar ali Simão-Pedro e João (*Atos*, 8, 14).

O próprio Paulo que, entretanto, era totalmente novo na nascente Igreja, não teme igualar-se a ele. Leia-se atentamente a *Segunda Epístola aos Coríntios*, capítulo 10, 12 a 18, e capítulo 11, 4 e 5, e se verá que essas passagens são sobradamente claras. Em sua *Epístola aos Gálatas* (2, 9), Paulo não fala absolutamente de uma primazia de Simão-Pedro, mas sim o cita como componente, com Santiago e João, seus irmãos, ao mesmo tempo as três «colunas» do novo movimento. E o situa em segundo lugar:

«Santiago, Cefas e João, que pareciam ser as colunas, reconheceram a graça que me tinha sido concedida e deram as destras a mim e ao Barnabé em sinal de associação...» (*Gálatas*, 2, 9.)

Nesse mesmo capítulo da *Epístola aos Gálatas* veem como Simão-Pedro consente em compartilhar com Paulo o terreno de influência que primitivamente era o seu, coisa que não poderia admitir se estivesse convencido de ser o chefe da Igreja.

Paulo não teme lhe admoestar publicamente, como se trata de um igual:

«Mas quando Cefas foi à Antioquia, em sua mesma cara eu resisti, porque se tinha feito repreensível. Pois antes de vir algumas pessoas enviadas pelo Santiago (o

verdadeiro chefe da Igreja), comia com os gentis. Mas assim que chegaram, retraía-se e esquivava-se, por medo aos circuncidados. E como ele, os outros judeus consentiram na simulação, tanto que até o Barnabé se deixou arrastar por sua hipocrisia...» (*Gálatas*, 2, 11 a 14.)

Reconhecemos aí ao hipócrita que, por três vezes, renegou seu irmão e seu rei na noite da captura de Jesus.

Quando Paulo menciona os diversos cargos que Jesus instituiu no movimento (*Efésios*, 4, 11-12) não faz menção alguma de um chefe supremo, nem de uma autoridade central entregue a um só homem. Parece ignorar inclusive a de Santiago, que não obstante conheceu bem. Ademais, apoiando-se sem dúvida na palavra de Jesus, mencionará a igualdade como um dos dons contribuídos por Jesus:

«Trata-se de seguir uma regra de igualdade...» (*Coríntios*, 8,13.)

E este preceito, tendo em conta a época, é uma teoria anarquista em uma sociedade civil que repousa sobre a escravidão, a desigualdade dos indivíduos e dos sexos. Assim, de fato, todos são, como Simão-Pedro, «*barjonna*», anarquistas.

O próprio Simão-Pedro, consciente de todo seu passado pouco brilhante (*Lucas*, 5, 8), não se atribui nenhuma superioridade hierárquica sobre os outros apóstolos:

«Aos presbíteros que há entre vós eu os exorto, presbítero como eles...» (*Primeira Epístola de Pedro*, 5,1.)

Não terá que perder de vista que o movimento é exatamente igual ao chamado «zelote», baseado por Judas da Gamala. Este tinha instituído um duplo poder:

— temporário, representado por ele mesmo, descendente de David,

— e espiritual, representado por um *cobén*, que inicialmente pertencia à seita fariseu, e que se chamava *Zadoc*.

Pois bem, na *História eclesiástica* de Eusébio da Cesaréia lemos isto, que é muito curioso:

«João, também, aquele que apoiou sua cabeça sobre o peito do Senhor, que foi sacerdote (*cobén*, em hebreu), e que levou o *petalon*, que foi mártir e didáscalo, repousa em Éfeso.» (Op. cit., III, XXXI, 3.)

Agora bem, o *petalon* era uma insígnia pontifical, própria dos supremos sacerdotes judeus; está descrito em *Êxodo* (28, 36-38) como uma lâmina de ouro com a inscrição «Santidade de *Yavé*», e estava fixado sobre a tiara frontal do pontífice.

Em outro ponto, também da *História...*, lemos:

«O trono de Santiago, daquele que foi o primeiro em receber do Salvador e dos apóstolos o episcopado da Igreja de Jerusalém, e que as divinas Escrituras designam comumente como o irmão de Cristo, também se conservou até agora...» (Op. cit. VII, XIX.)

Todavia, os tronos episcopais não aparecerão sob o aspecto de cadeiras de pedra, ou de mármore até que os cristãos possuam basílicas, quer dizer, até o século IV. Esse trono, que na opinião dos exegetas católicos devia ser de madeira,

provavelmente de cedro, indicaria a autoridade de Santiago, e o *petalon* a de João.

Em conclusão: se o segundo levava o símbolo da autoridade espiritual, esse *petalon* reservado aos pontífices de Israel, o trono de Santiago representava a autoridade temporária. Era, pois, um trono real, e não uma cadeira que simbolizava a autoridade espiritual. Assim os dois poderes estavam bem separados, como na corrente zelote analisada antes.

Houve, portanto, separação em duas autoridades à morte de Jesus.

Por outra parte, numerosas passagens dos Evangelhos demonstram que Jesus não tinha estabelecido nenhuma autoridade espiritual ou dogmática entre seus irmãos e discípulos, e a frase na qual figura o célebre trocadilho, provavelmente, não teve jamais aplicação, já que os acontecimentos sucessivos decidiram de outro modo. A este respeito citaremos: Mateus (23, 8-9), Marcos (10, 42-45), Lucas (20, 24-26), *Epístola aos Coríntios* (11, 5), *Epístola aos Gálatas* (2,6, 11, 14), *Epístola de Pedro* (5, 1-3).

Além disso, o fato de que Simão-Pedro não foi jamais considerado como o chefe supremo da Igreja nascente o demonstram, sem discussão possível, os versículos seguintes: João (20, 22-23), Mateus (22, 8,12), Atos (5, 29), Coríntios (11, 5).

Sobre o problema de uma viagem de Simão-Pedro à Roma e sobre sua morte nessa mesma cidade, não encontramos nenhuma alusão no Novo Testamento. Nem tampouco nos quatro Evangelhos, nem nas Epístolas de Paulo, de Santiago, de João ou de Pedro dizem nada disso, nem fazem a mais vaga alusão.

Ademais, o *Apocalipse* diz o contrário, e confirma o que nos conta a história oficial. E Paulo, em sua Epístola aos romanos, em que saudava os numerosos cristãos estabelecidos na capital do Império, não faz nenhuma alusão ao Pedro, nem a uma estadia deste, tão atual como precedente, na Cidade Eterna.

De modo que se Pedro foi ali, seria acidentalmente, e não ficou nenhum rastro, nenhuma tradição oral durante os tempos apostólicos. Será muito mais tarde, em finais do século ou início do III, quando se estabelecerá a lenda, com o texto de Tertuliano (muito equívoco, por certo), contra o decreto do papa Calixto, a notícia de Gayo e a indicação de Macário de Magnésia, citando ao neoplatônico Porfírio. Houve duzentos anos de silêncio antes de que aparecesse, o qual subtraiu muito valor a uma tradição, que por outra parte era puramente oral. Pelo contrário, a tese de sua morte em Jerusalém está muito melhor assentada, e mesmo o leitor poderá julgá-lo.

Observaremos em primeiro lugar que Simão-Pedro desaparece dos textos do Novo Testamento imediatamente depois do Sínodo de Jerusalém. Nos *Atos* não se fala absolutamente mais dele depois do capítulo 15, que relata esse primeiro concílio sob a presidência de seu irmão Santiago. Quando teve lugar essa importante assembleia? A cronologia do cristianismo em seu primeiro século é muito imprecisa. Não há nenhuma data que se possa afirmar com segurança. Em efeito, os autores antigos davam poucas datas. Utilizavam-se como ponto de referência ou a era da fundação de Roma, ou a do reinado de tal ou qual césar. Portanto, a única maneira que temos de observar os fatos é tomando-os em uma

perspectiva ordenada, embora sem lhes impor nenhuma exatidão cronológica. Até o século IX, sob o Carlos Magno, não se começou a datar os anos a partir do suposto nascimento de Jesus. Não obstante, podemos estabelecer o esquema cronológico seguinte:

A opinião geral é que Paulo foi enviado ao Chipre, com Marcos, aliás João, e Barsabas, no ano 45. A viagem durou um ano, e retornou, efetuando um longo périplo que analisaremos em seu momento, a Antioquia, e dali foi à Jerusalém, para o sínodo. Encontramo-nos pois, assim parece, no ano 46.

A fome causava estragos, a qual, tendo em conta o banditismo generalizado e as incessantes guerras civis, não é nada assombroso, mas confirma que a luta pela independência levada a cabo pelos *celólas* simplesmente se estendeu.

Agora bem, Tibério Alexandre, sobrinho de Filon de Alexandria (chamado Filon, o Judeu), cavaleiro romano, foi procurador na Judéia no ano 46, até 47, já que *Ventidius Cumanus* aconteceu no final de 47. O próprio Tibério Alexandre sucedeu, no ano 46, ao Cuspius Fadus.

Por outra parte, se tomarmos as *Antiguidades judaicas* de Flavio Josefo, no livro XX lemos o seguinte:

«Foi sob este (Tibério Alexandre) quando sofreu a Judeia de enorme carência de mantimentos, que fez com que a rainha Helena (rainha de Abdiadena) comprasse trigo do Egito a elevado preço para distribuí-lo aos indigentes, tal como disse antes. Foi também naquele momento quando capturaram aos filhos de Judas da Galiléia, quem tinha incitado o povo a rebelar-se contra os romanos quando Quirino procedia ao censo da Judeia, como contamos precedentemente. Esses dois eram Jacobo e Simão. Alexandre ordenou crucificá-los...» (Flavio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XX, v. 2.)

É evidente que Jacobo, nome hebreu, é nosso Santiago apóstolo (latim: *Jacobus*; grego: *Jacobos*). Seu companheiro é nosso Simão-Pedro. Por esta razão não encontramos nenhum rastro deste último depois do Sínodo de Jerusalém (Atos, 15), assim como tampouco de seu irmão Santiago, aliás Jacobo. Eusébio da Cesaréia, em sua *História eclesiástica*, só confirma que esteve em Jerusalém «nos tempos da fome» (op. cit., III, VII, 8), quer dizer, nos anos 46-47.

Assim, Santiago e Simão-Pedro foram crucificados nos anos 46-47, à saída do sínodo, em Jerusalém. Conclusão inevitável: Simão-Pedro, portanto, não morreu crucificado em Roma, de cabeça para baixo, no ano 67.

Faltaria ainda que nos dissessem onde esteve e o que fez durante os dezessete anos que separam o ano 47, em que desaparece de todos os textos do Novo Testamento, sob o Claudio, de sua pretendida morte em Roma em 64, sob o Nero. Os destinos dos apóstolos, suas lendas em separado, são muito pouco conhecidas. Em sua *História eclesiástica* Eusébio da Cesaréia nos diz o seguinte:

«Os assuntos dos judeus estavam neste ponto. Quanto aos santos apóstolos e discípulos de nosso Salvador, estes dispersaram-se por toda a terra habitada. Tomás, segundo conta a tradição, obteve em partilha o país dos partos, André a Escítia, João a Ásia, onde viveu. Morreu em Éfeso. Pedro parece que pregou aos judeus da dispersão na Ponte, na Galácia, Bitínia, Capadócia e Ásia; finalmente, como

também foi à Roma, foi crucificado ali, cabeça abaixo.» (Op. cit., III, 1,1-2.)

Pedro parece... E Eusébio escreve isto no século IV.

Com os séculos a hipótese, habilmente dirigida, converter-se-á em certeza.

A Academia Pontifical Arqueológica, por sua parte, fez saber, com toda lealdade, em 27 de novembro de 1969, que a «cadeira» chamada de São Pedro, fechada da época de Urbano VIII (1666), no monumento especialmente encarregado ao Bernini, era em realidade o trono do imperador Carlos, o Calvo, utilizado na ocasião de sua coroação em Roma em 25 de dezembro do ano 875, e agradável a continuação do papa João VIII. O controle mediante o carbono 14 permitiu confirmar o que os documentos de arquivo consultados acabavam de revelar, ou, mais exatamente, de recordar. O último exame se remontava a 1867, quando tiveram lugar as festas de comemoração do décimo oitavo centenário do pseudo martírio de Simão-Pedro em Roma, no ano 67. Mas naquela época o papa Pio IX ignorava sem dúvida a existência de tais peças de arquivo, e o carbono 14 era desconhecido.

Todavia, nós já tomamos partido. Tal como conta fielmente Flavio Josefo em suas *Antiguidades judaicas*, no livro XX, Simão e seu irmão Santiago foram crucificados ao concluir o Sínodo de Jerusalém, em Jerusalém mesmo, por ordem de Tibério Alexandre, procurador de Roma, e este detalhe nos permite precisar a época.

No ano 46, Cuspius Fadus é procurador.

Em 46, Tibério Alexandre sucede-lhe neste cargo.

Em finais de 47, Ventidius Cumanus sucede ao Tibério Alexandre.

Portanto, a crucificação de Simão-Pedro e Santiago em Jerusalém teremos que situar a cavalo nos anos 46-47.

Por outra parte, temos uma confirmação deste fato no *Apocalipse*; é Jesus quem fala:

«Darei à minhas duas testemunhas o poder de profetizar, vestidos de saco, durante mil duzentos e sessenta dias. [...] Estes têm o poder de fechar o céu, a fim de que não caia a chuva nos dias de seu ministério como profetas, e têm o poder de transformar as águas em sangue e de açoitar a terra com todo gênero de pragas quantas vezes quiserem...» (*Apocalipse*, 11, 1 a 6.)

Traduzamos: no curso de um período de intensa seca, as duas «testemunhas» desencadearão uma guerra civil tal que o sangue será tão abundante como a água.

Vejamos o que segue:

«Quando tiverem acabado de dar seu testemunho, a besta que sobe do abismo lhes fará a guerra, vencê-los-á e matá-los-á. E seus cadáveres permanecerão na praça da grande cidade, que espiritualmente é chamada Sodoma e Egito, onde também seu Senhor foi crucificado...» (*Apocalipse*, 11, 7-9.)

Sigamos traduzindo: as duas testemunhas (Santiago e Simão-Pedro) serão executadas de tal forma que seus cadáveres serão expostos (11, 9) durante três dias (11, 9), e logo jogados à fossa de infâmia (11, 9). Essa era a sorte dos cadáveres dos crucificados. Porque a um decapitado não o deixavam na praça.

Por outra parte, a morte na cruz Jesus a havia predito já ao Simão-Pedro de

forma bastante ambígua: «Quando eras jovem, tu te cingias, e ias por onde querias. Mas quando fores velho, estenderás tuas mãos, outro te rodeará e te levará aonde não queiras...» (João, 21, 18.) As mãos estendidas evocam a crucificação, e o fato de estar apertado, a flagelação prévia, já que o condenado era encadeado, pela cintura, a uma coluna ou um poste.

A cidade chamada «espiritualmente» Sodoma e Egito é Jerusalém, por causa de seus adultérios espirituais e da catividade das duas testemunhas. Além disso, é a cidade «onde seu Senhor foi crucificado...».

Há algo mais preciso?

O resto procede dos mesmos exageros que o começo quanto aos milagres que, para falar a verdade, não tiveram lugar. Para persuadir-se, o leitor não terá mais que prosseguir a leitura do capítulo 11, e se convencerá.

Em resumo:

As duas testemunhas crucificadas em Jerusalém nos tempos da fome e da guerra civil são, sem lugar a dúvidas, segundo o *Apocalipse*, Simão-Pedro e Santiago. E isto coincide com o relato histórico de Flavio Josefo. Tudo concorda.

Mas em suas *Antiquidades judaicas* (livro XX, V. 2) precisava-nos que esse Jacobo (Santiago) e esse Simão eram os dois filhos de Judas, o Galileu, aliás Judas da *Gamala*, e portanto, que eram irmãos.

Agora bem, no capítulo que tratava dos irmãos de Jesus citamos os versículos que estabelecem que Santiago (*Jacobo* em hebreu, evidentemente) e Simão eram irmãos menores de Jesus. Remetemos o leitor a tais citações.

Por conseguinte, silogismo inatacável, se Santiago e Simão eram, por uma parte, filhos de Judas, o Galileu (aliás, Judas da Gamala), e, por outra parte, ambos eram irmãos de Jesus, dito Jesus era também filho de Judas, o Galileu... O qual explica que Jesus, em suas teorias, recolhesse numerosos elementos da doutrina do chamado Judas da Gamala, aquela doutrina em que se apoiou a quarta seita fundada por este, e da qual nos fala Flavio Josefo em suas *Guerras da Judeia* e em suas *Antiquidades judaicas*.

Observaremos também que com frequência Jesus chama a si mesmo «filho do homem». O que quer dizer com isto? Aqui embaixo todos somos filhos do homem. Quer dizer que, em hebreu, *bar-aisch* não significa nada. Mas, felizmente, existe um segundo vocábulo para designar ao homem. O antigo germânico conhece a palavra *bar*, que significa *homem livre*, e esse termo deu lugar a nosso *barão*. O hebreu possui a palavra *geber*, que significa o mesmo, mas que tem, além disso, o sentido de *herói*.

Portanto, se traduzirmos «filho do homem», não por *bar-aisch*, mas sim por *bar-geber*, temos «filho do homem livre», ou «filho do herói», todas as características que se acomodam perfeitamente ao Judas da Gamala, o «herói do censo», o homem que chamou Israel à insurreição em nome de *Yavé*, e que fez cunhar umas moedas que levavam como exergo (inscrição) o termo de *medina*, que significa «república», que organizou Israel seguindo tal modelo, e elaborou uma doutrina na qual unicamente Deus era o rei do povo eleito.

Assim, seria o «Herói de Deus» (*Geber-ael*) que fecundaria a jovem virgem

chamada Maria, mas, em realidade, não se trataria de um puro espírito (porque Gabriel, arcanjo, significa deste modo «herói de Deus»), mas sim de um herói de três dimensões, de um homem no sentido completo do termo.

Um último argumento apóia ainda a tese de que Simão-Pedro e Santiago-Jacobo, seu irmão, eram filhos de Judas da Gamala. encontra-se nas *Homilias clementinas*, apócrifo tirado do *Escrito primitivo*, outro apócrifo do século II, de origem síria ou transjordana, atribuído a Clemente de Roma, discípulo direto de Pedro.

Nas *Homilias clementinas* encontram esta estranha passagem, que contradiz formalmente aos Evangelhos canônicos:

«Ante estas palavras Pedro respondeu: "...Porque eu e André, meu irmão, carnal e diante de Deus, não só fomos criados como órfãos, mas sim além disso, por causa de nossa pobreza e de nossa penosa situação, desde nossa infância estivemos acostumados ao trabalho. Por isso suportamos bem agora as fadigas das viagens..."» (Clemente de Roma, *Homilias clementinas*, XII, VI.)

De modo que Simão-Pedro e André, seu irmão, foram órfãos muito breve, viveram na pobreza toda sua infância, e tiveram que trabalhar desde muito jovens. Isto se compreende muito bem se ambos eram os filhos de Judas da Gamala, morto no curso da revolução do Censo. E isto contradiz, além disso, a existência de um pai vivo, do pseudo Zebedeu, inventado pelas necessidades da causa.

Em vista de todo o precedente, compreende-se muito bem a necessidade dos escribas anônimos dos séculos IV e V, desejosos de encobrir totalmente a figura de Judas da Gamala, de dar ao Simão-Pedro e ao André, «seu irmão carnal», um pai com outro nome, e este perfeitamente vivo! E nossos escribas imaginaram ao Zebedeu:

«Passando mais adiante, viu (Jesus) a outros dois irmãos: ao Santiago, filho de Zebedeu, e ao João, seu irmão, que se achavam em uma barco com o Zebedeu, seu pai, e compunham suas redes...» (Mateus, 4, 21.)

Pois bem, sabemos pelo Mateus (13, 55) que Simão e Santiago eram irmãos, o que Lucas (5, 10), pudicamente, chama «associados».

Portanto, os canônicos dizem de Simão, implicitamente, que é «filho de Zebedeu». Em troca, em outro ponto se diz que é filho de um misterioso *Jonas (barjonna)*, e já vimos o que teremos que entender disso (João, 21, 15). De fato, não era filho nem de Zebedeu, nem de Jonas, era órfão de pai, e esse pai se chamava Judas da Gamala. A contradição entre Mateus (4, 21), que lhe chama filho de Zebedeu, e João (21, 15), que lhe chama filho de Jonas, não faz a não ser acentuar as mentiras dos escribas.

A menos que Maria, esposa de Judas da Gamala, tornou-se a casar à morte deste último. Isso era perfeitamente lícito uma vez que era patente o falecimento. Contrariamente ao direito comum, segundo o qual qualquer feito devia ter duas testemunhas para ser confirmado, para certificar um falecimento bastava com um só testemunho, e a morte do marido podia inclusive ser só presumível (*Talmud: Yebamoth*, 88a) se a testemunha era perfeitamente honorável. Pois bem, nem todos os companheiros de Judas da Gamala pereceram com ele, de modo que sua morte

pôde ser facilmente testemunhada, e além disso os romanos a difundiram. Nesse caso, Zebedeu pôde ser o segundo marido da Maria, viúva de Judas, já que a vida, naqueles tempos de distúrbios, era terrível para uma mulher viúva, com tantos meninos que criar.

Um dos motivos, e não o menos importante, desse novo matrimônio seria a necessidade de salvar aos filhos do grande Galileu, a fim de proteger a estirpe davídica, a filiação real. E esse novo matrimônio, que possivelmente o fora imposto pelo partido zelote, permitiria conservar o segredo de sua existência. Dali em diante seriam, oficialmente, «filhos de Zebedeu».

Com efeito, os romanos não temem por costume respeitar a vida da origem dos rebeldes. Conhecemos a história daquelas meninas e meninos judeus que foram embarcados em um navio com destino aos lupanares da Itália, e que se inteiraram pela tripulação, atrevida e zombadora, de seu destino final. Todos sem exceção, ao sinal de um deles, precipitaram-se ao mar para evitar semelhante degradação. Do mesmo modo, quando Rabbi Hanania, subchefe dos *cobanin* e filho de Theradion, decidiu continuar ensinando a *Tora* apesar da proibição romana (sob o reinado de Adriano), condenou-lhe a ser queimado vivo, com um cilindro da chamada *Tora* enrolado ao redor de seu corpo. Sua mulher foi também condenada a morte, por não ter impedido seu marido que se entregasse a esses estudos sagrados, e sua filha foi encarcerada em uma casa de prostituição. Foi Rabbi Meir, que se tinha casado com a sábia Beruria, irmã de Rabbi Hanania, quem comprou à moça de novo.

Por outro lado, os romanos procuravam os sobreviventes da estirpe davídica para tê-los sob vigilância nos períodos de paz, e exterminá-los em períodos de distúrbios. Na *História eclesiástica*, por exemplo, lemos o seguinte:

«Conta-se, além disso, que depois da tomada de Jerusalém, Vespasiano ordenou procurar a todos os descendentes de David, para que não ficasse, entre os judeus, nem um só homem da tribo real. E por causa desta ordem, sobre a cabeça dos judeus pendeu de novo outra grande perseguição...» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, III, XII.)

«O mesmo Domiciano ordenou suprimir aos descendentes de David. Uma antiga tradição conta que alguns hereges denunciaram aos descendentes de Judas, que era um irmão carnal do Salvador, como aparentados com o próprio Cristo. Isso mesmo o demonstra Hegesipo, que diz em algum lugar: "Ainda existiam, da raça do Salvador, os netos de Judas, a quem chamavam irmão carnal daquele. Denunciaram-nos como pertencentes à raça de David. O *evocatus* os conduziu ante o Domiciano César, já que este, igual a Herodes, temia a vinda de Cristo. Perguntou-lhes se eram da raça de David, e eles disseram que sim. Então lhes perguntou quantas propriedades tinham, que riquezas possuíam. Eles disseram que entre os dois possuíam somente nove mil dinares, e que cada um deles tinha a metade, e acrescentaram que nem sequer o tinham em metálico, mas sim era a valoração de uma terra de trinta e nove *pletras*, sobre a qual pagavam impostos, e que eles mesmos cultivavam para viver. Depois mostraram suas mãos, como prova de seu trabalho pessoal, alegaram a rudeza de seu corpo, apresentaram as calosidades incrustadas em suas próprias mãos em consequência de seu contínuo

trabalho. Em vista disso, Domiciano não os condenou a nada, mas os desdenhou como homens simples e os deixou em liberdade".» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, III, XX.)

Com efeito, os verdadeiros sicários não tinham por costume cultivar a terra, e suas mãos não deviam estar marcadas pelos rastros de um duro trabalho do campo. Todavia, nem por isso, concluiu a perseguição contra a estirpe:

«Depois de Nero e Domiciano, levantou-se uma perseguição contra nós, segundo conta a tradição, parcialmente e em certas cidades, em consequência de uma sublevação da população. Simão, filho de Cléofas... consumiu sua vida com o martírio, por isso sabemos (III). Alguns desses hereges acusaram, com toda segurança, ao Simão, filho de Cléofas, de ser da raça de David e cristão (III). Porque era cristão foi atormentado de diversas maneiras durante vários dias, e depois de ter assombrado profundamente ao juiz e a quem rodeava, teve um fim parecido à paixão do Senhor...» (Op. cit., III. XXXII.)

O *Chronicon paschale* situa esta morte no ano 105. Igual a Simão-Pedro e Jacobo-Santiago no ano 48, aquele também foi crucificado:

«...*Simon, filius Cleophae, qui in Hierosolymis episcopatum tenebat, crucifigitur cui succedit Iustus...*» (Cf. *Chronic. ad anum* 107, Pág. 194.)

Observemos, de todo modo, que se confessa que esta perseguição (preferiríamos, para ser mais exatos, o termo de repressão) produziu-se em consequência «de uma sublevação da população». Podemos estar seguros de que se tratou, uma vez mais, de uma tentativa da corrente zelote de devolver à Israel sua independência, ambição legítima e louvável. Mas liberemos um imperador como Trajano, conhecido por seu elevado valor moral e sua austeridade, da acusação de intolerância anticristã. Efetuou uma repressão contra uma sublevação de ordem política, mas não decidiu efetuar uma perseguição contra uma crença religiosa.

RESUMO

Ao ser este capítulo um dos mais copiosos e mais importantes de toda a obra, já que constitui a chave dela, é conveniente resumi-lo, tendo em conta o que nos tinham contribuído as obras precedentes, e fazer o balanço de nossas conclusões.

Constatamos que:

- o anjo Gabriel não apareceu jamais a Maria, e esta jamais foi fecundada pelo Espírito Santo;
- Jesus foi concebido como todos os filhos dos homens: por um pai e uma mãe perfeitamente carnis e normais;
- Jesus teve logo irmãos e irmãs menores, e muito provavelmente um irmão gêmeo;
- Simão-Pedro e Santiago (em hebreu: Jacobo) estão citados entre os supostos irmãos de Jesus;
- Santiago (Jacobo) e João (*jochannan*) representaram cada um, e respectivamente,

no seio da fração messianista e do movimento novo, um poder temporário (o trono), e o outro o poder espiritual (*elpetalon*);

- não se encontra nos Evangelhos, nos Atos dos Apóstolos, nem nas Epístolas rastro algum de uma estadia de Simão-Pedro em Roma. Esta tradição, puramente oral ao princípio, não aparece até dois séculos depois;
- está estabelecido historicamente, e admitido por todas as igrejas (católica, ortodoxa, reformada), que Santiago (Jacobo) morreu em Jerusalém;
- Simão-Pedro e Santiago (Jacobo) encontram-se, com efeito, em Jerusalém no ano 47-48, no momento da grande carência de alimentos e do primeiro sínodo nesta cidade, e desaparecem em tal data do Novo Testamento;
- o *Apocalipse* prevê, ou conta, que às duas «testemunhas» de Jesus lhes dará morte «na cidade onde seu Senhor foi crucificado», e que seus cadáveres permanecerão expostos durante três dias ali. Esse é precisamente o caso dos crucificados, portanto, trata-se da crucificação em Jerusalém dessas duas «testemunhas»;
- Flavio Josefo, em suas *Antiguidades judaicas*, conta que Simão e Jacobo (Santiago), «ambos os filhos de Judas da Gamala», foram crucificados em Jerusalém, por ordem de Tibério Alexandre, procurador de Roma;
- Agora bem, Tibério Alexandre não foi procurador de Roma até finais de 46, e concluiu no fim de 47, época precisamente do Sínodo de Jerusalém e da «grande fome», durante a qual, como vimos, Simão-Pedro e Santiago (Jacobo) estão em Jerusalém, e desaparecem então do Novo Testamento.

SILOGISMO DE CONCLUSÃO

- a) o Simão e o Jacobo que Tibério Alexandre fez crucificar em Jerusalém são quão mesmos o Simão-Pedro e o Jacobo, chamado Santiago, nos Evangelhos;
- b) como tais, são «filhos de Judas da Gamala», aliás Judas, o Galileu, ou Judas, o Gaulanita, o «herói da rebelião do Censo»;
- c) ao ter sido estabelecido que são irmãos menores de Jesus, Jesus é, portanto, necessariamente, também «filho de Judas da Gamala», o filho primogênito...

Se o leitor considerar, que o silogismo que prova, qual é o verdadeiro pai carnal de Jesus, não tem suficientes elementos de julgamento, com as observações precedentes e suas conclusões, é evidente que se encontra na obrigação de voltar para a lenda de «são José, adotivo de Jesus».

Fica então por estabelecer por que ignoramos tudo dele, pelo que fez da época em que desaparece subitamente dos Evangelhos (quer dizer, quando o Jesus destes não tinha mais que doze anos, segundo Lucas, ou vinte e quatro, segundo Mateus), quando e como morreu o tal José, por que não se pôde recolher nenhuma tradição sobre ele, nem nos Evangelhos, nem nos Atos, nem nas Epístolas, e por que Papias e Eusébio da Cesaréia não escreveram nada sobre ele, etc.

Em resumo, há em torno dele um misterioso silêncio, que é muito mais eloquente que se existisse alguma tradição.

Segundo os Evangelhos apócrifos chamados «da infância», teria morrido à

idade de cento e onze anos, assistido em seu leito de morte por Jesus e Maria. Neste caso, e tendo em conta tal detalhe, teria morrido, o mais tardar, no ano 32, um ano antes da morte oficial de Jesus na cruz, já que tal crucificação teve lugar, conforme se diz, no mês de abril, quando Jesus contava «oficialmente» trinta e três anos.

Portanto, teria contado $111 - 32 = 79$ anos quando nasceu oficialmente Jesus, e Maria, sua esposa, teria então 16 ou 17 anos. Agora bem, segundo a lei judia, como já vimos, a impotência sexual era um obstáculo legal para toda união ou para a permanência desta. E aos 80 anos de idade...

Terei que admitir, além disso, que os irmãos e irmãs menores de Jesus foram engendrados por José quando este tinha entre 80 e 87 anos. Expor este problema é, com toda segurança, resolvê-lo!

Por último, os mesmos Evangelhos apócrifos «da infância» precisam que se casou, pela primeira vez, aos quarenta anos. Em troca sabemos que os dezoito anos era o limite de idade a que um pai de família casava a seu filho em Israel antigo.

Em conclusão: todas as tradições que concernem ao José evanescente dos Evangelhos canônicos são tradições imaginadas pelos escribas anônimos de língua grega, nos séculos IV e V, em sua ignorância dos usos e costumes hebraicos, dado que a nação judia não existia já desde o ano 70, data da tomada de Jerusalém. E de novo nos encontramos com a solução clara e nítida, embora carregada de tremendas consequências, que nos transmitem as *Antiguidades judaicas* de Flavio Josefo: Judas da Gamala foi, na realidade, o verdadeiro pai de Jesus.

8.- O ninho de águias: Gamala

«Os vencidos são aqueles que não esperam vencer!...

Olmero, *Canto ao Bolívar*

Ao leste do lago Tiberíades, aliás lago de Genezaret, às vezes pomposamente chamado «mar da Galiléia», encontra-se uma montanha coroada por uma espécie de giba, de onde provém seu nome, dado que *gomal* significa *camelo*. No topo de tal giba há um povoado, que antigamente foi uma aldeia muito grande, verdadeiro ninho de águias, cujo nome é Gamala. Em sua juventude, Flavio Josefo foi «governador da Galiléia e da Gamala...» (Flavio Josefo, *Guerras da Judeia*, II, 11.) A importância de tal praça forte vem sublinhada pelo fato de situar-se à parte.

Vejamos o que diz dela nosso autor, por ocasião da campanha de Vespasiano:

«Depois da tomada da Jopata, todos os galileus que tinham escapado aos braços dos romanos se entregaram a eles. Então estes ocuparam todas as praças, exceto Gischala e o monte Itabyrios (o Tabor). Aos insubmissos se acrescentou

também Gamala, cidade dos Tariqueos, situada na parte alta do lago, lá onde finalizava o reino de Agripa; limitava com o Sogoné e Seleucia, e com a zona em que se encontra também o lago de Semechonitis. Tem sessenta *verstas* de largura, e chega até o povoado chamado Daphne, que é muito belo; é onde estão as fontes das quais nasce o rio Jordão, sob o templo da Vaca de Ouro [um dos bezerros de ouro do Jeroboam; Reis, 12, 29], antes de chegar ao grande Jordão. Agripa, ao deputar à estas praças e lhes conceder sua fé, tinha-as pacificado.

»Mas Gamala não se submetia, confiando em sua solidez, já que o solo era rochoso e a cidade se levantava sobre um contraforte, como sobre um pescoço e dois ombros, o qual lhe dava a aparência de um camelo. Porém, denominou-a *Gomal*, já que as pessoas do país não podiam chamá-la por seu verdadeiro nome de *Kamil* (pronúncia Galiléia do Camal), porque detestavam tal animal (em grego *kamélos*).

»Por seus flancos e de frente havia precipícios sem fundo; por detrás não estava fortificada, mas os habitantes a tinham reforçado mediante um profundo fosso. Quanto às moradias, tinham-nas construído extremamente compactas no interior da praça, e tinham perfurado poços no outro extremo da cidade.

»Por muito forte que fosse esta praça, Flavio Josefo ainda a fortificou mais, levantou muralhas sólidas, e construiu condutos subterrâneos a fim de que se pudesse circular também clandestinamente.»

Todavia, apesar desta situação extraordinária para sua defesa, Gamala foi tomada por Tito, filho de Vespasiano, nos dia 23 do mês de Hiperberetaios, quer dizer, em 10 de novembro do ano 67 de nossa era, três anos antes da queda de Jerusalém. Houve quatro mil judeus mortos, e cinco mil lançaram-se aos precipícios. Só escaparam duas mulheres, as filhas de uma irmã de Felipe, que era um dos generais de Agripa. Mas, este assalto custou a vida de onze mil legionários romanos, incluídos os auxiliares estrangeiros.

Antes tinha sido tomada já com Gaulana, Seleucia e Farega, quando Arelas, rei dos árabes nabateus, converteu-se em rei de Coelesiria, partiu contra Judeia, venceu ao Alexandre Janeo, e logo assinou a paz com ele. Então, uma vez aliados, Alexandre Janeo atacou e se apoderou dessas quatro cidades. Isto teve lugar aproximadamente no ano 80 antes de nossa era.

Assim era a cidade que deu seu nome ao verdadeiro pai de Jesus, o chefe da revolução do Censo. Às vezes denomina-lhe Judas da Galiléia, ou Judas, o Galileu (Atos, 5, 37), ou também Judas, o Gaulanita:

«Depois dele (Teodas) levantou-se Judas, o Galileu, nos dias do censo, e arrastou o povo atrás de si. Mas ele pereceu, e todos quantos tiveram confiança nele foram dispersados...» (Atos, 5, 37.)

«No ano 42 do reinado de Augusto, e no 28 da submissão do Egito e da morte de Antonio e Cleopatra, em que acabou a dominação dos Ptolomeos sobre o Egito, nasceu nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, no tempo do primeiro censo, quando Quirino governava sobre Síria...» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, I, V, 2 e Lucas, 2, 1 a 5.)

«Judas, Gaulanita de uma cidade chamada Gamala, tomou a seu lado ao

fariseu Saddok e empurrou ao povo à rebelião. Diziam que o censo não servia para outra coisa que para conduzir diretamente à servidão, e incitavam ao povo a que defendesse sua liberdade...» (Flavio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XVIII, 4.)

«Então um Galileu chamado Judas impulsionou a seus compatriotas à rebelião, reprovando-lhes que aceitassem pagar impostos aos romanos e que suportassem a uns donos mortais, que não eram Deus...» (Flavio Josefo, *Guerras da Judeia*, II, 18.)

«Havia deste modo um tal Judas, filho de Ezequías, aquele temível cabeça de bandoleiros a quem antigamente Herodes não conseguiu apreender, a não ser depois das maiores dificuldades. Esse Judas reuniu ao redor de Sepphoris, na Galiléia, uma tropa de desesperados e efetuou uma incursão no palácio real. [2] Apoderou-se de todas as armas que se encontravam ali, equipou com elas a todos quantos lhe rodeavam, e levou todas as riquezas que tinha recolhido de tal lugar. Aterrorizava a todo o contorno por causa de seus *razzias* e seus saques, que tinham como meta alcançar uma elevada fortuna e inclusive as honras da realeza, já que esperava elevar-se a tal dignidade, embora não mediante a prática da virtude, a não ser precisamente mediante os excessos de sua injustiça...» (Flavio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XVII, 10.)

[2- Trata-se do palácio de Herodes Antipas, filho de Herodes, o Grande.]

Flavio Josefo acaba de precisar com isto que Judas da Galiléia era filho de Ezequías, de quem diz que se tratava de um «temível cabeça de bandoleiros». Pois bem, em um capítulo precedente tinha nos dado curiosas precisões sobre o fim de dito Ezequías, precisões que Lemaistre de Sacy mencionou em sua cronologia bíblica.

No ano 46 antes de nossa era, Herodes, segundo filho do Antipater, era governador da Galiléia por ordem de Cesar. Depois de inumeráveis perseguições e combates, suas tropas conseguiram capturar Ezequías, que por então causava estragos em Síria, que naqueles tempos era romana. Herodes mandou-o crucificar. Imediatamente, este foi chamado para que comparecesse ante o Hircano, soberano pontífice de Israel, quem lhe reprovou veementemente a morte de Ezequías. Herodes conseguiu fazer-se absolver, tanto graças a uma boa defesa como à sombra enfurecida de Roma, a que Hircano não se atrevia enfrentar.

E nesse ponto se expõe uma questão: como pôde sentir-se indignado o pontífice de Israel pelo fato de que Herodes tivesse justificado a um cabeça de bandoleiros? Pois, simplesmente, porque esse «bandoleiro», em realidade, era o chefe da estirpe real, um «filho de David», e porque esse rei em potência tinha recebido previamente já a unção, e seu banditismo era, de fato, a manifestação da resistência judia.

É o que tende a demonstrar que Judas da Gamala e seu pai Ezequías não foram uns malfeitores ordinários como pretende Flavio Josefo é que existiu uma doutrina, que teve como autor ao Judas da Gamala, e que se converteu na doutrina de seu movimento.

Em suas *Antiguidades judaicas*, Flavio Josefo descreve-nos quatro seitas entre as quais se repartia o povo hebreu. Enumera em primeiro lugar os fariseus, depois

os saduceus e os essênios. Mas existe uma quarta:

«Mas um tal Judas, o Gaulanita, da cidade da Gamala, acompanhou-se de um fariseu chamado Saddok, e precipitou-se na rebelião. Pretendiam que dito Censo não trazia consigo a não ser uma servidão completa, e apelavam ao povo a que reivindicasse sua liberdade. Porque, diziam, se chegavam a vencer, seria em benefício da fortuna adquirida, e se eram privados do bem que ficava, ao menos obteriam a honra e a glória de ter mostrado grandeza de alma. Por outra parte, Deus colaboraria preferentemente no êxito de seus projetos se, já que visavam a metas muito elevadas, não economizavam nenhum esforço para as alcançar..»

»Desde aí nasceram rebeliões e assassinatos políticos, tanto de concidadãos, imolados ao furor que levantavam uns contra os outros e à paixão de não ceder ante seus adversários, como a inimigos; a fome empurrava até os extremismos mais vergonhosos; eram tomadas e destruídas as cidades, até que por fim aquela revolução entregou mesmo o templo de Deus ao fogo do inimigo. Até tal ponto a mudança das instituições nacionais e sua perturbação influenciaram para levar a perdição àqueles aos que alcançam, já que Judas da Gamala e Saddok, ao introduzir e ao despertar entre nós uma quarta seita filosófica; ao rodear-se de numerosos adeptos, encheram o país de distúrbios imediatos; plantaram as raízes de quão males causaram ali estragos mais adiante; tudo isso graças a essa filosofia desconhecida antes deles, da qual quero falar um pouco, principalmente, porque o favor que tal seita gozou na juventude foi o que causou a ruína do país...

»A quarta seita filosófica teve como autor a esse Judas, o Galileu. Seus sectários concordam em geral com a doutrina dos fariseus, mas sentem um invencível amor pela liberdade [3] já que julgam que Deus é o único chefe e o único senhor. As mais extraordinárias variedades de mortes, os suplícios de seus familiares e amigos, deixam-lhes indiferentes, a fim de não ter que designar com o nome de dono a nenhum homem. Como muita gente foi testemunha da inquebrável firmeza com a qual sofreram todos esses males, não digo mais sobre isso, pois temo, não que fique em dúvida o que disse a respeito deles, mas, ao contrário, que minhas palavras não deem uma idéia muito fraca do desprezo com que aceitaram e suportaram a dor. Essa loucura começou a imperar em nosso povoado sob o governo de Gessius Florus, quem, por causa do excesso de suas violências, decidiu-lhes a rebelar-se contra os romanos. Estas são, pois, as seitas filosóficas que existem no povo judeu...» (Flavio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XVIII, I.)

[3- Recorde-se a palavra *barjonna*: anarquista, em acádio, sobrenome aplicado a Simão-Pedro por Jesus. (João, 21, 15.)]

Este texto dá vazão a várias observações.

Em primeiro lugar, é errôneo dizer que a seita fundada pelo Judas da Gamala começou a impor-se sob o Gessius Florus, já que este foi procurador da Judeia no ano 65, e Judas da Gamala incitou à revolução do Censo no ano 6 de nossa era. Terá que entender que dita seita se desenvolveu de forma considerável e ganhou a juventude judia no ano 65. Mas é evidente que animou todas as rebeliões intermediárias, desde o ano 6 até o ano 65.

Sobre a insensibilidade dos membros da doutrina ante os sofrimentos de seus supliciados, podemos observar que os Evangelhos não fazem menção alguma da dor moral da Maria, sua mãe, frente a seu filho perecido na cruz do escárnio. Ela está ali, sem mais, com algumas outras mulheres. As numerosas mulheres que acompanham ao cortejo judicial em sua ascensão para o Gólgota, e que se lamentam golpeando o peito, são as habituais chorosas de todo cortejo fúnebre nessas regiões do Oriente Médio.

De fato, terá que admitir que esse integrismo messiânico não é nenhuma novidade em Israel. Assim, por exemplo, no segundo livro dos Reis veem como Ismael, filho de Netanías, e de raça real, dá morte ao Godolias e aos judeus colaboradores dos caldeus:

«Mas no sétimo mês chegou Ismael, filho de Netanias, filho de Elisama, de estirpe real, acompanhado de dez homens. Feriram mortalmente ao Godolias, assim como aos judeus e aos caldeus que se encontravam com ele na Masfa. Então todo o povo, grandes e pequenos, com os chefes do exército, levantaram-se e foram ao Egito, porque tinham medo dos caldeus...» (II Reis, 25, 26.)

Podem encontrar-se mais amplos detalhes sobre as atividades de tal Ismael, «de estirpe real», em Jeremias (41, 1 a 18). Mas o zelo deste homem, vingador da honra de Israel, aparece de forma bastante suspeita no capítulo precedente:

«Mas Joanan, filho de Carée, e todos os chefes das bandas armadas, que se tinham dispersado pela região, apresentaram-se ao Godolias a Masfat e lhe disseram: "Não sabe que Baalis, rei dos filhos de Amon, enviou ao Ismael, filho de Netanias, para tirar-lhe a vida?". Mas, Godolias, filho de Aicão, não lhes acreditou.» (Jeremias, 40, 13-14.)

Ao Godolias propõem que tome a dianteira e mande matar ao Ismael, mas Godolias se nega, declarando que não existe razão alguma para que esse tal Ismael deseje lhe matar. Simplesmente ignorava, ou tinha esquecido, o papel de Baalis, rei dos amonitas. De maneira que, em realidade, nosso vingador não era a não ser um capanga.

Se consultarmos o segundo livro dos Reis (II Reis, 9, 1 a 37), constataremos que Eliseu, para fazer executar ao Jorão, rei de Israel, e ao Ocosias, rei de Judá, assim como à rainha Jezabel, mãe de Jorão, fará ungir antes por um filho de profeta ao jovem Jehú, filho de Josafat, filho de Namsi.

Portanto, parece evidente que existia uma tradição oculta que exigia que todo assassinato, toda execução, convertessem-se automaticamente em legítimas se eram perpetradas ou ordenadas por um homem de raça real, ou revestido da unção real. Tendo em conta esta larga tradição, que já se remontava a mais de novecentos anos quando teve lugar a revolução do Censo, os sectários de Judas da Gamala e seus sucessores acreditavam executar a seus adversários com toda legitimidade. Apoiando-nos em semelhante dado, compreendemos melhor a ordem que deu Jesus, ao sair de Jericó e dirigir-se para Jerusalém, referente à matança dos reféns ou dos prisioneiros:

«E quanto àqueles inimigos meus que não quiseram que eu reinasse sobre eles, tragam aqui e degolem em minha presença. E depois de dizer isto. Jesus

colocou-se o cabeça dos seus e continuou a ascensão para Jerusalém...» (Lucas, 19, 27-28.)

Assim, Gamala, ninho de águias de onde os combatentes da resistência judia plantavam cara com desfaçatez aos romanos, essa Gamala era a verdadeira pátria de Jesus, filho de Judas da Galiléia, de Judas, o Gaulanita, e neto de Ezequias. E a montanha árida e selvagem que, por causa de sua silhueta, deu nome à cidade que se esconde sobre ela, à maneira de um ave rapace escrutinando a planície, é, por mais paradoxal que pareça, a montanha do famoso «sermão».

E, efetivamente, se estudarmos com atenção todas as passagens dos Evangelhos nos quais se fala de uma montanha (deixemos de lado aqueles que tratam das montanhas), vemo-nos obrigados a constatar que, cada vez, ou o texto precisa a natureza de dita montanha, ou fala «da montanha», sem mais.

Assim, por exemplo, quando diz a «montanha Santa», refere-se ao Sião, sobre a qual está construído Jerusalém e o santo templo. Se se referir ao monte das Oliveiras, cita-o como «a montanha das Oliveiras». Quando se trata do Tabor ou do monte da Tentação, fala de uma «alta montanha».

Todavia, às vezes, diz «a montanha», e nada mais. E há alguns versículos nos quais se pode adivinhar que se trata de uma elevação nas bordas do lago de Genesaret. Mas, há outras que não deixam lugar a nenhuma ambiguidade, e nesse caso a montanha em questão é Gamala.

Como podia pretender-se, se não, que os discípulos compreendessem qual era o lugar exato da citação, quando Jesus lhes dizia, por meio de um «anjo» (em grego *aggelos*: mensageiro):

«Ides, dizei a seus discípulos e a Pedro, que ele vai adiante de vós esperar-vos na Galiléia...» (Marcos, 16, 7.)

«Ide logo e dizei a seus discípulos que ele ressuscitou: e ei-lo aí adiante de vós para a Galiléia. Lá o vereis...» (Mateus, 28,7.)

É evidente que com essa expressão, bastante discreta, os iniciados tinham forçosamente que saber de antemão o lugar exato da citação:

«Os onze discípulos foram à Galiléia, ao monte que Jesus lhes tinha indicado...» (Mateus, 28, 16.)

Em troca, ele havia dito simplesmente isto:

«Ide, dai as novas a meus irmãos que vão a Galiléia, que lá me verão...» (Mateus, 28, 10.)

Como já vimos, não era necessário dar mais precisões!

9.- Para dar o cambalacho: Nazaré

«Será chamado nazareno.» [4]

Mateus, 2, 23

[4- E não *nazaretano* como deveria chamar-se se esse qualificativo derivasse de uma cidade chamada assim.]

Fica por esclarecer um problema: o da identificação de Nazaré. Esta cidade (Nazaré, Nazara, Nazareth) não figura em nenhum texto antigo. O Antigo Testamento — que era tão loquaz quanto à geografia —, Flavio Josefo, o *Talmud*, os manuscritos do mar Morto, nenhum fala dela. Não aparece até os manuscritos dos Evangelhos oficiais, quer dizer, no século IV. Esta omissão ficará explicada mais adiante, quando o leitor compreender que não se trata senão de um apelido; é, simplesmente, a «cidade do *navreato*», a «cidade dos puros», em hebreu: os *kadoshim*. Na realidade, a aldeia atual não apareceu materialmente até o século VIII porque um belo dia foi forçoso situar essa cidade da qual falavam os Evangelhos: os peregrinos eram cada vez mais numerosos, e queriam visitar Nazaré. De modo que arrumaram para criá-la.

Mas, não havia nem que sonhar apresentando sob tal nome à verdadeira «cidade do nazireato», que já vimos qual era. Revelar seu nome teria significado orientar as mentes para o verdadeiro pai de Jesus. Não obstante, o ignorante sempre mente mal, e a verdade sai a reluzir mais cedo ou mais tarde.

Na Nazaré atual, quando teve lugar o nascimento oficial de Jesus, este teria sido súdito de Herodes Antipas, tetrarca da Galiléia e de Perea. Mas os habitantes da Gamala não se converteram em súditos de Cesar, quer dizer, de Roma, até o ano 34, e então dependeram de seu procurador que, naquele momento, era Pôncio Pilatos. E isto tenderia a demonstrar que Jesus foi crucificado, quando muito em breve, no ano 34, se não foi depois.

Em efeito, o que diz Juliano, o Apóstata, citado por Cirilo de Alexandria em seu *Contra Julianum*, o seguinte:

«O homem que foi crucificado por Pôncio Pilatos era súdito de Cesar, e vamos demonstrá-lo...»

Súdito devido ao lugar de seu nascimento, claro está.

Evidentemente, Cirilo de Alexandria, como bom bispo cristão, salta-se a demonstração anunciada. Mas isto carece de importância. O que subtrai qualquer tipo de valor a Nazaré atual é sua situação geográfica. Nos Evangelhos oficiais, por exemplo, podemos ler o que segue:

«Vós sois a luz do mundo. Uma cidade situada no topo de um monte não pode ocultar-se...» (Mateus, 5,14.)

«E se encheram de cólera todos na sinagoga por ouvir estas coisas. E levantando-lhe arrojaram fora da cidade e levaram-lhe até o topo do monte sobre o qual estava edificada sua cidade, com a intenção de o precipitarem. Mas Jesus,

passando pelo em meio deles, retirou-se.» (Lucas, 4, 28-30.)

Esta cena implica a presença imediata, a poucos passos, de um precipício ou de uma profunda ravina talhada a pico. Saem da sinagoga empurrando diante deles o herege, conduzem-no ao parapeito e o precipitam ao vazio. Esse tipo de execução, que é ritual na lei judia e acompanha-se do lançamento de pedras, conduz inevitavelmente à Gamala, ninho de águias rodeada de precipícios, como acabamos de constatar. Todavia, na Nazaré atual semelhante coisa é, propriamente falando, totalmente impossível... porque essa aldeia está situada no suave pendente de uma colina, ao sudoeste de um amplo picadeiro, de topos brandamente arredondados. Ademais, essa Nazaré está situada em uma dobra do terreno, por conseguinte não há nem precipícios nem ravinas, e o horizonte é ali reduzido, de modo que é impossível sonhar precipitando a ninguém em nenhum vazio...

Para paliar semelhante, inverossimilhante, imaginaram então que a cena chamada de «precipitação» ter-se-ia desenvolvido em um monte próximo, ao que denominaram, sem prova alguma, o «monte da Precipitação». Infelizmente, de Nazaré tal monte há nada menos que uma hora longa de caminho. É plausível que Jesus tivesse aceito andar durante uma hora, em pleno calor, e ascender a seguir a dito monte para, uma vez chegados acima, utilizar por fim seu stratagem, escorrer-se por entre a multidão hostil que queria lhe matar; descer de novo em sentido inverso, e voltar a andar, durante outra hora, para chegar ao caminho que lhe permitiria fugir de Nazaré?

E como puderam falar do monte «sobre o qual estava edificada sua cidade...» (Lucas, 4, 29-30) se se necessitavam duas horas para ir e voltar dele? Essa mentira, já que não se trata de outra coisa senão de uma mentira, não é gratificante.

Em troca, se a cena tivesse tido lugar na Gamala, tudo poderia haver-se desenvolvido em apenas uns quantos minutos: a saída da sinagoga. Jesus empurrado pela multidão hostil, a chegada ao parapeito, a ilusão mágica (sem dúvida uma espécie de hipnose coletiva), e Jesus escapulindo-se antes de que o feitiço se quebrasse.

A menos, coisa ainda muito mais singela, que seus guardas de corpos habituais não interviessem uma vez mais, o qual é mais que provável. Se estes não eram judeus, e sim idumeus, sírios ou egípcios, não podiam penetrar na sinagoga, e deviam manter-se a distância.

Outro detalhe reforça ainda mais a identidade de Nazaré com a Gamala. Marción, em seu *Evangelho do Senhor*, diz-nos:

«Em quinze avos ano do reinado de Tibério, Jesus desceu do céu à Cafarnaum...»

No espírito de Marción, gnóstico convencido, tratava-se do *eón* de Jesus que se materializava, se corporificava, em Cafarnaum. Para isso, desceu do céu. Mas no texto inicial de Marción, que evidentemente também se perdeu, falava-se de «céu»? Ou foi Tertuliano quem acrescentou estas palavras para sufocar o sentido verdadeiro? Porque é ele quem nos traz esta frase do *Evangelho do Senhor*, destruído por ordem da Igreja no século IV, com o apoio do poder imperial, e cuja posse conduzia a pena de morte para todo marcionita ou cristão heterodoxo, e a descida

definitiva ao fundo das minas para quem compartilhasse sua doutrina.

Se Tertuliano acrescentou essas palavras, poderíamos nos perguntar se na tradição primitiva não poria em seu lugar: «Em quinze avos ano do reinado de Tibério, Jesus desceu da Gamala à Cafarnaum...» Porque Cafarnaum, que se acha junto ao lago Tiberíades, está muito abaixo do ninho de águias da Gamala, situado em frente, ao este.

Não queremos concluir este breve estudo sobre Nazaré sem citar e examinar um argumento que frequentemente põem por bandeira os exegetas.

O poema de Eléazar Kalu, composto no século VII, cita Nazaré «como uma das localidades galiléias onde no ano 70, depois da destruição de Jerusalém, as vinte e quatro classes sacerdotais procuraram refúgio». (Cf. *Bulletin du Cercle Ernest Renán*, nº 137, outubro de 1965.)

Será tarefa fácil assinalar a inverossimilhança da afirmação de Eléazar Kalu, dado que:

a) toda a população de Jerusalém, sacerdotes incluídos, encontrou-se cativa dos romanos, e reduzida à escravidão, à exceção daqueles que foram encarregados do nivelamento da cidade, e que mais tarde foram transferidos aos pontos mais diversos do velho mundo;

b) que verossimilhança há no fato de que os romanos tolerassem o partido e o reagrupamento da casta dos *cohanim*, se tinham massacrado todos os anciões para não conservar como cativos os prisioneiros de mais de dezessete anos, e tinham vendido os meninos nos mercados do velho mundo, uma boa parte deles com destino aos lupanares, especialmente no caso das jovens?;

c) como foram admitir o reagrupamento da casta sacerdotal, alma da resistência judia, eles, que tinham proibido, sob pena de morte na fogueira, o estudo e o ensino da *Tora*?

Por último, esse poema de Eléazar Kalu é do *século VII*, época em que a impostura imperava já desde fazia muitos lustros, e em que a Igreja oficial começava a preocupar-se com situar geograficamente Nazaré.

Isto basta para apreciar seu valor.

Devemos observar, de todo modo, que se os textos da época ignoravam totalmente a existência de uma aldeia chamada Nazaré, em troca a Idade Média, e inclusive nossos tempos modernos, souberam lhe conferir um brilho indiscutível.

Por exemplo, em 1291, ano em que caiu São João de Acre, queda que marca o fim da presença franco na Palestina, Síria, etc., e o fracasso das Cruzadas, produziu-se um fato extraordinário: em 10 de maio de 1291, quer dizer, em 21 de maio segundo o calendário gregoriano, prevendo as futuras invasões turcas, e logo mongóis, uns anjos levaram de Nazaré a casa da Sagrada Família, e, através do céu, transferiram-na à Croácia, ao Susak, situada na colina de Tersatto. O lugar exato de sua convocação está na atualidade ocupada por uma igreja do século XV: Nossa Senhora do Mar.

Três anos e meio mais tarde, depois de ter consultado, sem dúvida, ao anjo da Profecia, e prevendo a chegada dos turcos à Croácia, a mesma legião Angélica arranca de novo de Susak a casa da Sagrada Família, e, pelos ares, transfere-a à

Loreto, na Itália, perto de Ancona, do outro lado do Adriático. E em 10 de dezembro de 1294, pela manhã, não há dúvida de que alguém teve uma boa surpresa, e esse alguém seria, evidentemente, o proprietário do terreno no qual os anjos depositaram-na. Em virtude do Tratado de Letrán, o santuário que a seguir foi construído para albergar a «Santa Casa» é propriedade da Santa Sé, e é objeto de uma grande veneração e de frequentes peregrinações anuais (festas: 25 de março, 15 de agosto, 8 de setembro, 8-10 de dezembro). Por certo que, desde 1920, Nossa Senhora de Loreto converteu-se na patrona dos aviadores, coisa que nos parece perfeitamente indicada.

De qualquer maneira, Nazaré não perdeu tudo, já que, para conservar uma parte das fontes «peregrinas» contribuídas pela presença da casa da Sagrada Família, os anjos encarregados do transporte inicial deixaram ali em depósito a oficina de são José. E assim é: a cem metros ao norte da igreja da Anunciação encontra-se outra igreja, reedificada em 1914 seguindo o traçado de um plano medieval, e que se acha na convocação em que o bom são José, quem, como todo mundo sabe, era carpinteiro, dava-lhe à garlopa e ao escopro.

À seiscentos metros da oficina de são José, no caminho à Tiberíades, encontra-se a fonte chamada «da Virgem». Modernas reformas fizeram-lhe perder parte de seu antigo aspecto pitoresco. Segundo o Proto-evangelho de Santiago, Maria estava tirando água dela foi quando ouviu a voz do arcanjo Gabriel. Assustada, refugiou-se em sua casa, contígua à oficina de seu marido José, mas Gabriel foi até ali procurá-la, desta vez apareceu-lhe, para lhe anunciar a boa nova de sua gravidez milagrosa.

Devemos supor que isto não a assombrou excessivamente, dado que o próprio Proto-evangelho de Santiago nos diz, um pouco mais adiante, que quando Maria encontrou-se em presença de sua prima Isabel «tinha esquecido já os mistérios que lhe tinha revelado o arcanjo Gabriel...» (Op. cit., 12, 2).

O leitor que deseje ir em peregrinação à Susak, na Croácia, ou à Loreto, na Itália, encontrará todo tipo de informação sobre a casa da Sagrada Família nos guias turísticos habituais. Não obstante, os especialistas em angelologia ainda não conseguiram determinar com certeza o «coro» ao qual pertenciam os transportadores celestes de 1291 e de 1294.

10.- O misterioso José e a Sagrada Família

«Eu, José, tomo sua mão e lhe digo: "meu filho, tome cuidado". Você me diz: "Acaso você não é minha carne apodrecida..."»

História de José, o carpinteiro, XVII [5]

[5- Manuscrito grego original do século IV , versão copta (livre adaptação do tradutor)]

Para todo cristão de estrita observância, o pai aparente de Jesus chama-se José. E, para falar a verdade, os Evangelhos canônicos são bastante discretos no que se refere a este personagem misterioso, evanescente, que não desempenha a não ser um papel muito secundário na lenda cristã, e que desaparece sem que se saiba aonde, nem como. Vamos estudar agora, pois, a esse José.

Em Mateus lemos o seguinte: «Matan engendrou ao Jacob, e Jacob engendrou ao José, o marido de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado Cristo...» (Mateus, 1, 15-16.)

Mas em Lucas descobrimos um pai diferente: «Jesus tinha aproximadamente trinta anos quando começou seu ministério, e era, conforme se acreditava, filho de José, filho de Heli...» (Lucas, 3, 23.)

De modo que em Mateus e em Lucas o pai de José, o avô oficial de Jesus, não é o mesmo. E no curso total das duas genealogias acontece o mesmo; são totalmente diferentes, dos 76 graus através dos quais Lucas faz remontar Jesus até Adão (!), até os 50 graus mediante os quais Mateus o faz descender, mais modestamente, de Abraham.

Para explicar esta contradição, Julio, o Africano, — personagem absolutamente desconhecido — entregar-se-ia a toda uma exegese em sua *Carta à Aristides*. Quanto à *Carta*, foi parcialmente reproduzida por Eusébio da Cesaréia em seus *Quaestiones ad Stephanum*, e a encontramos também em uma *Homilia à Santa Virgem* atribuída à diversos autores, e entre eles ao André de Creta.

Economizaremos ao leitor a exegese de Julio, o Africano, quem, para nos consolar das dificuldades que experimentamos em segui-la, termina com este categórico requerimento:

«Tanto se foi assim, como se foi de outro modo, não poderíamos encontrar uma explicação mais satisfatória, ao menos conforme penso eu, e conforme deve acreditar todo homem com bom sentido. Que nos baste, pois, mesmo que não esteja garantida, dado que não temos nada melhor ou mais verídico que apresentar. Ao menos o Evangelho está inteiramente na verdade.» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, I, VII, 15.)

Deste modo, foi assim e não de outra maneira... Não obstante, Julio, o Africano, sente remorsos frente a seu correspondente, e como se dá conta da vaguidade de sua exposição, resume-a uma última vez:

«Matan, descendente de Salomão, engendrou ao Jacob. Ao morrer Matan,

Melqui, descendente de Nathán, engendrou da mesma mulher Heli. Heli e Jacob eram, portanto, irmãos uterinos. Ao morrer Heli sem filhos, Jacob deu-lhe um descendente e engendrou ao José, seu filho segundo a natureza, e o filho de Heli segundo a lei. De modo que José é filho de um e de outro.» (Eusébio da Cesaréia, op. cit. I,VII, 16.)

Todo homem com sentido comum objetará que esta solução do defunto sem filhos, cujo irmão, uterino ou natural, casa-se com a viúva e lhe engendra um filho segundo a lei, não pode aplicar-se aos 76 graus genealógicos citados por Lucas, ou aos 50 graus citados por Mateus. Isso equivaleria, propriamente falando, a burlar do mundo.

Em outro ponto, para explicar o fato de que Santiago fosse qualificado de «irmão do Senhor» por Paulo em sua Epístola aos gálatas (1, 19), Clemente de Alexandria e Orígenes, seu discípulo, supuseram que o chamado José tinha estado já casado e que era viúvo quando se casou com Maria. Mas o fato de subir ao Templo por ocasião do nascimento de Jesus, para oferecer ali o sacrifício de substituição do primogênito, prova que jamais antes tinha tido filho algum.

Ao José vamos descobrir-lhe agora um irmão, chamado Cléofas: «Hegesipo conta, em efeito, que Cléofas era o irmão de José...» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, III, XI.) Este era, portanto, tio de Jesus. Além disso, tinha um filho que se chamava Simão, o qual sucederia ao Santiago, chefe da comunidade de Jerusalém, quando os romanos executaram Santiago e Simão-Pedro no ano 47, como demonstramos já graças ao Flavio Josefo e à suas *Antiguidades judaicas*.

Sendo assim, se tomarmos a filiação pontifícia oficial, vemos que em Jerusalém é Santiago, irmão de Jesus, o primeiro «bispo», e que o segundo é Simão, primo desse mesmo Jesus: «Depois do martírio de Santiago.. os apóstolos e os discípulos do Senhor que estavam ainda com vida foram de todas as partes, conforme se conta, e se reuniram com os familiares carnis do Senhor — e, efetivamente, um grande número deles estavam ainda vivos —, e todos juntos mantiveram conselho para examinar a quem julgavam digno de suceder ao Santiago. E todos, unanimemente, decidiram que Simão, filho de Cléofas, que é mencionado no livro dos Evangelhos, era digno de ocupar a sede desta Igreja; era com efeito, conforme se diz, primo do Salvador». (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, III, XI.)

O que agora vai aparecer ao José, no marco dos Evangelhos, é uma cunhada. Vejamos o que diz João:

«Perto da cruz de Jesus se achavam sua mãe e a irmã de sua mãe. Maria a de Cléofas e Maria Madalena.» (João, 19, 25.)

Esta Maria, mulher de Cléofas, é por conseguinte a cunhada de José, e também a tia de Jesus. Eram as mulheres da família as quais estavam junto à cruz, ou que, segundo Mateus (27, 55), «olhavam de longe...». Da Maria Madalena falaremos mais tarde.

Já temos pois esse misterioso José em seu entorno familiar. Não sabemos nada mais, depois de ter escrutinado cuidadosamente as escrituras canônicas. Quanto aos textos apócrifos, como os agrupados sob o título geral de *Evangelhos da*

infância, deles não se pode extrair nada válido nem certo. Mas bem, entram no marco desses textos ingênuos, nos quais a fé e a imaginação do redator, rivalizam com o desejo de obter relatos maravilhosos a todo custo.

Vamos agora abordar de novo o duplo problema da veracidade do relato evangélico e da existência real de um homem chamado José, pai oficial de Jesus.

Voltemos para o Mateus:

«A concepção de Jesus Cristo foi assim: estando Maria, sua mãe, desposada com o José, achou-se ter concebido pela virtude do Espírito Santo antes de ter convivido juntos. Então José, seu marido, que era homem de bem e não queria expor à vergonha, decidiu repudiá-la secretamente. Enquanto refletia sobre isto, eis aqui que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonhos e lhe disse:

José, filho de David, não tema receber em sua casa a Maria, sua esposa, pois o filho concebido nela é obra do Espírito Santo; ela dará a luz a um filho, a quem porá por nome Jesus, porque salvará a seu povo de seus pecados. [...] Ao despertar José de seu sonho, fez o que o anjo do Senhor lhe tinha ordenado, e recebeu em casa a sua esposa. Mas não a conheceu até que deu a luz a um filho, ao que pôs o nome de Jesus.» (Mateus, 1,18 a 25.)

Basta ler tudo o que concerne ao nascimento de Jesus, cheio de prodígios diversos, em Mateus e em Lucas, para dar-se conta de que era impossível que José e Maria considerassem esse menino como um menino normal. Os anjos, os pastores, o ancião Simão, a profetisa Ana, todos explicaram ao José e à Maria que se tratava de um deus encarnado, do «filho do Altíssimo». E tanto um como o outro se alegraram de serem escolhidos para tão alta missão: criar ao menino-deus. O próprio Lucas se dá ao trabalho de nos dizer isso «Maria guardava tudo isto e meditava em seu coração.» (Lucas, 2, 19.)

«Maria guardava tudo isto e meditava em seu coração.» (Lucas, 2, 19.)

Avancemos agora doze anos, e continuemos lendo ao Lucas:

«Seus pais foram cada ano a Jerusalém, à festa da Páscoa. Quando contava já doze anos, havendo eles subido, segundo o costume da festa, e acabados os dias, ao voltarem, ficou o menino Jesus em Jerusalém, sem que o advertissem seus pais. E acreditando eles que andaria na comitiva, caminharam uma jornada, e o buscaram entre parentes e conhecidos, e ao achá-lo, voltaram-se para Jerusalém em sua busca. Ao cabo de três dias acharam-no no Templo, sentado em meio dos doutores, lhes escutando e lhes fazendo perguntas. Quantos lhe ouviam ficavam estupefatos de sua inteligência e de suas respostas. Quando seus pais o viram, ficaram atônitos, e lhe disse sua mãe: meu filho, por que obra assim conosco? Olhe que seu pai e eu, angustiados, andávamos lhe buscando. E ele lhes disse: por que me buscavam? Não sabem que é preciso que me ocupe das coisas de meu pai? Mas eles não compreenderam o que lhes dizia. E desceu em sua companhia e foi à Nazaré, e lhes era submisso. Sua mãe conservava todas estas coisas em seu coração...» (Lucas, 2, 41 a 51.)

Façamos agora um balanço de todas essas contradições:

1) José e Maria, tanto o um como o outro, não ignoram que são os depositários e os tutores de um deus encarnado. Por conseguinte esse misterioso

menino, nascido fora de todas as normas da natureza, não devia lhes causar estranheza alguma. Ademais, tudo nele devia constituir para eles matéria de observação, meditação, reflexão. Não nos precisa acaso que Maria «guardava todas essas coisas em seu coração...»? (Lucas, 2,19 e 51.)

2) E não obstante, apesar de todas essas maravilhas às quais devem começar a acostumar-se, apesar dessa progressiva tomada de consciência de sua responsabilidade, que vai crescendo dia a dia, quando saem de Jerusalém não se preocupam o mínimo por esse precioso menino, que é, segundo a tradição cristã, seu único filho. E durante todo um longo e fatigante dia de marcha, não se preocupam absolutamente por saber onde está, com quem, se tinha comido, se pode saciar sua sede, e tudo isso; além disso, ao longo de um caminho que vai de Jerusalém à Jericó, e que, durante mais de trinta quilômetros, está infestado de bandidos, que assaltam e assassinam aos pacíficos viajantes.

3) Ao cabo de um dia se dão conta de seu desaparecimento, voltam sobre seus passos, fazem de novo as oito léguas que separam Jericó de Jerusalém, e o buscam durante dois dias a mão direita e sinistra. Ao final do terceiro dia sobem ao Templo, provavelmente para oferecer ali um sacrifício propiciatório a fim de encontrá-lo, e o veem em meio dos doutores da lei, lhes escutando e lhes fazendo perguntas.

Mas, se sabiam que esse menino era o «Filho do Altíssimo» (Lucas, 1, 32), o que podiam temer a seu respeito?

Por outra parte, acabavam de andar durante um dia inteiro, e o caminho o tinham feito a pé, ou, no caso do mais frágil, em burro. E isso equivaleria a vinte ou trinta quilômetros. Mas imediatamente dão meia volta, e fazem o caminho em sentido inverso, o qual soma, no total, um percurso de quarenta a sessenta quilômetros de um puxão.

Por último, quando Jesus lhes responde que ele deve ocupar-se das coisas de seu pai, nem José nem Maria compreendem que, tratando do «Filho do Altíssimo», seu pai era necessariamente o tal «Altíssimo». Decididamente, nem um nem outro pareciam ter uma mente demasiado despojada.

4) O anjo Gabriel, durante a anunciação, tinha especificado a Maria que o filho que nasceria dela «será grande e será chamado Filho do Altíssimo...» e «por isso o filho engendrado será santo, e será chamado Filho de Deus...» (Lucas, 1, 32 e 35.)

Então, como podia dizer Maria ao Jesus: «Seu pai e eu, angustiados, andávamos lhe buscando...» (Lucas, 2, 48), o qual tenderia a fazer supor que ela não acreditava já no que o anjo lhe havia dito, e que considerava que José era o pai real de Jesus. Já observamos que não acreditava nele (Mateus, 12, 46 a 50; Marcos, 3, 31-35; Lucas, 8, 20), e, o que é mais grave ainda: que «Ouvindo isto seus parentes, saíram para apoderar-se dele, pois diziam: está fora de si...» (Marcos, 3, 21.)

As versões protestantes de Second e de Osterwaid utilizam a palavra *parentes*. A versão católica de Lemaistre de Sacy diz *amealhados*. Outros dizem *os seus*. Tratava-se dos pais de Jesus, quer dizer, de José e Maria, ou de seus irmãos? Ou de todos juntos? Seja o que for, se Maria não havia dito a seus outros filhos nada sobre quão

prodígios acompanharam ao nascimento de seu «primogênito», José tampouco parecia estar à corrente desses milagres, nem do destino e das origens fabulosas de seu filho adotivo, apesar das instruções que o anjo Gabriel lhe ditou anteriormente em dois sonhos, aos quais tinha acrescentado além da fé, dado que o chamado José seguiu ao pé da letra essas mesmas instruções.

Trata-se, bem de incoerências, bem de contradições, e terá que se carregar com uma boa dose de ingenuidade para ter fé em todas essas maravilhas muito pueris.

De fato, tudo que antecede foi obrigatoriamente inventado para fazer desaparecer o papel, as atividades e o final trágico de Judas da Gamala, morto no curso da revolução do Censo, que começou no ano 6 de nossa era.

Para isso imaginaram uma figura de oposição. Judas da Gamala era um homem jovem, com toda a força de sua idade, já que em Israel se casavam antes dos dezoito anos. Opõem a um José já ancião. Judas da Gamala era um homem dinâmico, um lutador; opõem-lhe ao evanescente José, ancião apagado e cheio de doçura. Judas da Gamala morreu necessariamente ainda jovem, quando muito contaria com quarenta e cinco anos. Os *Evangelhos da infância* fazem José morrer com a idade de cento e onze anos.

Hábil ardil, já que essa figura de oposição tão diferente constituiu, durante muito tempo, uma muralha intransponível, atrás da qual os escribas anônimos do século V ocultaram o cadáver da Verdade.

Vamos abordar a seguir o enigma de Maria Madalena, posto que, como veremos, também ela pertencia à Sagrada Família.

«Os movimentos do espírito se encarnam quase sempre na beleza de uma mulher que se converte em sua estátua vivente...», diz-nos Maurice Magre.

Na época do cristianismo inicial, sombrio, pessimista, hostil à mulher, ao amor, à beleza, ao matrimônio e à procriação, a lenda, que é o adorno tradicional da história, opôs a imagem de uma bonita moça, rica, com numerosos amadores, amantes, e que, ao menos espiritualmente, estava enamorada de Jesus em seu arrependimento. [6]

[6- Esta mulher existiu. Encontraremos-la no último capítulo desta obra sob o nome de Salomé. Porém não era Maria Madalena.]

A verdade é menos romântica, como vamos constatar.

Os papas João XXIII e Paulo VI tacharam ao calendário dos Santos católicos a vinte e cinco ou vinte e oito nomes: esses Santos ou santas não tinham existido jamais, ou ao menos não se sabia nada deles. Entre esses nomes destacaremos o de são Jorge, um dos patronos da cavalaria; são Cristóvão, patrono dos viajantes; e Santa Filomena, mediante cuja intercessão o padre de Ars afirmava obter a maior parte de suas graças.

De fato, existiu realmente uma «virgem consagrada ao Senhor» chamada Filomena. Viveu por volta do ano 145, junto à Apela, discípulo de Marción a quem os cristãos da grande Igreja respeitavam, conforme diz Eusébio da Cesaréia em sua

História eclesiástica, «por seu gênero de vida e sua avançada idade». A virgem Filomena pertencia também à Igreja marcionita, já muito importante, e por isso não pode ser considerada por Roma como uma Santa «válida». Mas voltemos para a Maria Madalena.

Citam-na Mateus, 27, 56 e 61; 28, 1; Marcos, 15, 40 e 47; 16, 1; Lucas, 8, 2; João, 19, 25 e 20, 1. Pelo contrário está totalmente ausente nos Atos dos apóstolos, e nas Epístolas diversas, tanto de Pedro, de Paulo como de Santiago ou de João. E nem Eusébio da Cesaréia nem Papias a conhecem.

Isso não significa forçosamente que não existisse, mas sim possivelmente a podemos encontrar sob outro nome... Já veremos qual, em seguida.

A lenda a identificou, sem nenhum fundamento válido, com a mulher de «má vida» que acode um dia ao Jesus e derrama sobre seus pés um perfume muito caro, e logo seca-os com seus cabelos. Este episódio só figura em Lucas, 7, 37. Mais adiante veremos que uma má tradução do texto grego inicial fez identificar a essa «pecadora» com a Maria Madalena.

Por outro lado, a mesma lenda que pretende, depois de abandonar a Palestina duas semanas depois da Ascensão de Jesus, retirasse-se à Provença, à gruta de Sainte-Baume, tampouco tem fundamento histórico algum. O relato sagrado nos diz que, quando Madalena (lhe demos seu nome) apresentou-se ao pé da montanha, coberta de um impenetrável bosque, a gruta, que se acha a 886 metros de altitude, era então totalmente inacessível aos humanos.

Deveriam ser, então, os anjos quem a levantou pelos ares e depositaram-na na gruta, invisível de baixo. Esta, orientada ao noroeste, é sombria e úmida. De modo que cada manhã os citados anjos elevavam a Madalena cem metros mais acima, ao Santo Reservatório de água, deixavam-na sobre uma plataforma ensolarada, e voltavam a baixá-la ao entardecer.

Como estava completamente isolada do mundo, devia alimentar-se de raízes, e beber a água de chuva que tinha ficado nos buracos das rochas. E como não chove apenas em Provença, Deus teve piedade dela e, ao cabo de sete anos, na gruta brotou uma fonte. E assim viveu durante trinta anos, uma vez chegado ao término de sua vida e de sua penitência, os anjos a baixaram até a ermida onde vivia são Maximino, ao pé das montanhas. E ali, o bom são Maximino lhe deu a absolvição e a enterrou junto a seu oratório. A partir desse instante, Madalena não chorou mais.

De fato, foram são Cassiano e seus monges os que abriram o caminho e fizeram a escada que conduz à gruta, e isso aconteceu no século V, e é também em tal época de quando datam as pseudo tumbas de Madalena e de Maximino.

Voltemos agora para a história séria.

Magdala (em árabe *Magdal*) é a Midgdal Nounaya do *Talmud*, a *Tauquea* dos gregos. Esta palavra designa o pescado em muito luxurioso, e essa reminiscência de *Ikbthus* é bastante curiosa. A cidade encontra-se a 5 quilômetros ao norte de Tiberíades; Flavio Josefo fazia dela seu quartel general e o centro da resistência judia contra as tropas de Vespasiano. A sua esquerda, sobre os escarpados, podem-se ver ainda as ruínas da fortaleza de Simão Bar-Kokhba, o chefe da última

revolução do ano 132.

Magdala deu lugar a nosso nome Madalena, *Maguelone*, que significa em grego «elevada, magnífica» (*mégalon*); em hebreu *migédol* significa «torre, cidadela», e ambos os sentidos estão muito próximos. Observemos, de passagem, que as litânias da Virgem Maria denominam-na «Torre de David» e «Torre de Marfim».

A partir daí podemos começar a contornar o personagem de Maria Madalena:

1) Mateus nos diz que, perto de Jesus, havia duas Marias, «que tinham seguido Jesus desde a Galiléia para lhe servir» (Mateus, 27, 55). E as nomeia: Maria Madalena e «a outra Maria». É evidente que esta é a Maria «esposa de Cléofas» e «irmã de sua mãe». Leiam-se atentamente os versículos de Mateus citados antes e constatar-se-á que não são mais que duas. Marcos nos confirma isso, simplesmente acrescenta Salomé. Pelo contrário, João parece nos apresentar realmente três mulheres chamadas Maria.

2) Nos três casos, é preciso que uma das duas Marias citadas seja a mãe de Jesus (Maria Madalena ou «a esposa de Cléofas»), porque a Virgem Maria, a da Anunciação, não está então ao pé da cruz.

3) Lucas (8, 2) fala-nos da Maria, chamada de Magdala, da qual tinham saído sete demônios...». Alguns manuscritos põem «Maria, chamada Madalena...». E precisamente este versículo constitui a chave de todo o enigma, como veremos em seguida em sua forma grega primitiva.

Marcos (3, 17) diz-nos que ao Santiago e ao João lhes deu o nome de *boanergés*, que em grego quer dizer «filhos do trovão».

João, no *Apocalipse* (quer dizer, Jesus, dado que foi ele o autor desta «revelação») mostra sete personagens que falam como trovões:

«Quando gritou, falaram os sete trovões com suas próprias vozes. Quando falaram os sete trovões... [...] Sela as palavras dos sete trovões, e não as escreva...» (*Apocalipse*, 10, 3-4.)

Pois bem, sabemos que os Evangelhos nos apresentaram com bastante clareza aos seis filhos de Maria, ou seja: «Não é este o carpinteiro, [7] o filho da Maria; o irmão de Santiago, de José, de Judas e de Simão? E não se acham suas irmãs aqui, entre nós?...» (Marcos, 6,3.)

[7- Em hebreu *heresh* significa carpinteiro, e *magô*]

Efetivamente, Jesus, Tomás, o gêmeo, Santiago, José, Judas e Simão somam seis. Mas ainda falta um para fazer sete. Era muito jovem ainda para ser chamado pelos interlocutores de Jesus. Seria o futuro evangelista, o «discípulo bem amado», o jovem João. Também ele era irmão de um tal Santiago. E o veremos no capítulo que trata sobre a descendência de Jesus. A menos que nisso contemplássemos um sentimento acidentado, o jovem que «se apóia sobre o peito de Jesus» é um irmão jovem, meigamente amado, sem mais.

Esses são os sete «trovões», os *boanergés* cujas revelações apocalípticas devem permanecer seladas. E agora compreendemos o sentido real das palavras de Lucas (8, 2) referentes à Maria, chamada de Magdala, da qual tinham saído sete

demônios...».

Tomemos esse mesmo versículo da *Vulgata* latina de são Jerônimo: «*Maria, quae vocatur Magdalene, da qual daemônia septem exierant...*» (Lucas, 8, 2.)

O latim *daemônia* significa *mau espírito*, certo, mas também quer dizer *possesso*. Esse é o sentido que lhe dá são Jerônimo, quem reproduz textualmente o termo do versículo inicial nos manuscritos gregos originais:

«*Maria, é kaloumené Magdalene, aph' hés daimonia hepta exelé-luthei...*» (Lucas, 8, 2.)

Agora bem, em grego *daimonios* ou *daimonikos* significam «inspirado, médium vaticinador». E o grego antigo não possuía nenhum sentido pejorativo para tais termos. Podemos ver que ao traduzir esta frase do grego ao latim, e do latim ao espanhol, seu sentido real se modificou grandemente.

Portanto, não há nada sobre nenhuma cortesã possessa, ou pecadora arrependida, que tivesse necessidade de um exorcismo de Jesus. E assim podemos compreender por que Tertuliano, ao investigar a Magdala (aliás *Tariquea*), no seio da colônia cristã, não pudesse recolher sobre o terreno nenhuma tradição, nenhum rastro da existência da tal Maria Madalena.

Também compreendemos, bastante bem, a razão do silêncio total dos Atos dos apóstolos, das Epístolas, dos relatos de Papias, e da *História eclesiástica* de Eusébio da Cesaréia, obra muito extensa, composta no tempo de Diocleciano. Porque Maria Madalena era ignorada por todos eles.

A razão era que esta se confunde com a Maria, mãe de Jesus, quem, ao descender de David por sua segunda mulher, Betsabé (ex-esposa de Urias, o Heteano), era também de raça davídica e real. E a este título a podia chamar «Torre de David» e «mãe dos sete trovões», o principal dos quais era Jesus. E aqui é onde convém voltar a ler, atentamente, o versículo de Marcos que diz:

«Ouvindo isto seus parentes, saíram para apoderar-se dele, pois diziam: está fora de si...» (Marcos, 3, 21.)

São Jerônimo, em seu *Vulgata*, versão oficial da Igreja católica, traduz por: «...*quoniam in furorem versus est!*...» (Op. cit.)

In furorem versus significa «que se tornou louco furioso». E isto está muito perto de *daimonios* dos manuscritos gregos primitivos.

Recordemos que, por outra parte, terá que admitir que nos Evangelhos canônicos que apresentam «às santas mulheres» ao pé da cruz é impossível identificar claramente à mãe de Jesus. E para constatá-lo, basta estabelecer uma sinopse de seus versículos:

Mateus (27, 56):

«Maria Madalena e Maria a mãe de Santiago e José e a mãe dos filhos de Zebedeu.»

Marcos (15, 41):

«Maria Madalena, e Maria a mãe de Santiago e de José, e Salomé.»

João (19, 25):

«Maria Madalena, Maria a de Cléofas, sua mãe.»

Lucas (23,49), diz simplesmente, sem as nomear:

«As mulheres que lhe tinham acompanhado desde a Galiléia.»

Destas exposições contraditórias podemos simplesmente tirar a conclusão de que sua mãe é necessariamente a que aparece continuamente, sem nenhuma ambigüidade.

Uma vez excluída Salomé, só pode tratar-se de «Maria Madalena» ou da Maria, mãe de Santiago e de José» (aliás *Josés*), ou da mãe dos filhos de Zebedeu». Pois bem, todos esses versículos sublinham que se trata da mãe de vários filhos, e não de sua madrasta. A menos que se trate de uma só e única mulher. De qualquer modo, a virgindade perpétua de Maria, mãe de Jesus, fica assim excluída; tal virgindade é fruto do mito e da lenda popular.

11.- Os anos obscuros de Jesus

«Se conhecêssemos outros como a nós mesmos, suas ações mais reprováveis nos pareceriam merecedoras de indulgência...»

André Maurois

No capítulo 14 seguiremos a tradição geral dos ocultistas e esoteristas, que, igual aos talmudistas, pretendem que Jesus esteve no Egito para receber ali a iniciação maior, ao término de longos anos de provação.

Esta hipótese dos primeiros, que no caso dos segundos é uma tradição histórica (mas se trata do mesmo Jesus?), vale o que revistam valer os temas históricos quando estes não se apóiam sobre conclusões quase irrefutáveis. Porém, a demos porque é a de muitos eruditos. Mas do que serve? Podemos admitir que Jesus, tal como tenta demonstrar todo o nosso relatório, era realmente o filho primogênito de Judas da Gamala, e depois dele o chefe do integrismo judaico, e que, sendo assim, foi beber em uma fonte tão impura para um judeu rigorista como a magia e a religião egípcias, que eram, ambas, quase inseparáveis?

Não acreditam. É mais provável que fosse no seio da comunidade judia de Alexandria, quer dizer, efetivamente no Egito, onde recebesse por parte dos cabalistas judeus a iniciação nos ocultos supremos de sua arte oculta, arte totalmente independente da tradição egípcia.

Uma vez estabelecido, ou admitido, este fato, segue em pé o mistério dos famosos «anos obscuros» de Jesus, dado que não esteve obrigado a passar mais de vinte anos de sua existência fora de sua pátria.

A menos que a chave deste enigma se ache no evangelho de Lucas, de 18, 35, a 19, 28. E isso é o que vamos estudar agora com toda atenção.

Em *Jesus em seu tempo*, Daniel-Rops nos diz o seguinte:

«Às vezes houve verdadeiras lutas contra os romanos ou contra os príncipes herodianos, seus lacaios. Já vimos aquela que ensanguentou o advento de Arquelau: os rebeldes, protegidos por barricadas no átrio do Templo, tinham repellido os primeiros assaltos; inclusive tiveram que empregar toda a força disponível para vencer a resistência, ao preço da morte de três mil homens. Depois, enquanto

Arquelau se encontrava em Roma, os distúrbios se haviam reempreendido; o país inteiro se viu envolto em chamas e sangue. Na Judeia, dois mil soldados de Herodes, despedidos, [8] tinham assaltado às tropas romanas... Judas, filho daquele Ezequías que tantos problemas tinha causado ao Herodes, apoderou-se do arsenal de Séforis, e ele mesmo se erigia em rei. Foi preciso que Varus, legado de Síria, fosse com duas legiões e, como exemplo, crucificasse a dois mil judeus nos pontos estratégicos do país. No ano 6 de nossa era, nova explosão de ódio...»[9] (Op. cit., pág. 158.)

[8- Haviam-se posto, portanto, ao serviço de um partido político anti-romano.]

[9-É a famosa *revolução do Censo*, dirigida por Judas de Gamala, aliás, Judas da Galiléia.]

Na página 138 de seu livro, Daniel-Rops afirma o nome do cabeça desses rebeldes permanentes:

«Judas, o rebelde que combaterá ao Arquelau, será chamado o Gaulanítida.»

Este é, com efeito, o terceiro apelido de Judas da Gamala, aliás Judas da Galiléia (filho de Ezequías), o pai de Jesus, e que será citado em *Atos* por Lucas, 5, 37.

E na página 136 de sua obra nosso autor nos dá a data desta primeira revolução:

«Herodes morreu em março ou em abril do ano 750 de Roma, e Arquelau sucedeu-lhe em seguida. A execução dos três mil rebeldes teve lugar ao princípio de seu reinado.» (Op. cit.)

Esta execução corresponde, pois, à primeira rebelião, que ele nos detalha na página 158. Achemo-nos, por conseguinte, no ano 6 antes de nossa era, ano da morte de Herodes, o Grande, onze anos antes da deposição de Arquelau e dessa segunda revolução, chamada do Censo, que teve lugar no ano 6 de nossa era. Existe, portanto, um intervalo de onze anos entre essas duas sublevações.

Assim, Arquelau se proclama rei à morte de seu pai Herodes, o Grande. Mas desde sua capital, Jerusalém, não reina a não ser sobre Samaria, Idumeia e Judeia. Porque, ao mesmo tempo que ele, seus outros dois irmãos criaram seus próprios feudos, e reinaram por sua vez sobre suas terras.

Assim, por exemplo, Filipo tinha sob sua autoridade a Gaulanítide, a Traconítide, a Batanea, com sua capital Panias, a qual, mais tarde, se chamaria Cesaréia de Filipo.

Quanto ao Herodes Antipas, este reinou sobre a Galiléia e Perea, e tinha sua capital em Tiberíades.

Dilacerado pela independência de seus dois irmãos menores, independência que custava a ele dois terços dessa herança que ele esperava que fosse total, Arquelau decidiu ir à Roma, a fim de tentar obter do imperador a confirmação de seus direitos. Todavia, igual a ele, Herodes Antipas embarcou, por sua vez, rumo à capital do império, para fazer que se confirmasse aquilo que ele tinha ocupado já. Por último, uma delegação judia, composta por cinquenta anciões do povo, apoiados por oito mil judeus residentes em Roma, apresentou-se também ali. O que

era que queriam? Ver-se desembaraçados dos reizetes incircuncisos e ser governados diretamente por César.

Depois de ter ouvido os interessados, o imperador Augusto resolveu a questão em favor do *status quo*. Cada qual conservava sua tetrarquia, a quarta parte restante continuava romana, e Arquelau retornou a Judeia, corroído pelo rancor. Durante sua ausência, dois mil mercenários que tinham pertencido a seu pai, Herodes, o Grande, e que ele tinha despedido antes de partir à Itália, haviam-se amotinado. Motivo: tinham sido despedidos sem indenização. Isto implicava o latrocínio para poder viver. As legiões romanas intervieram. Houve uma batalha entre essas «grandes companhias» e as legiões.

Em meio deste clima de guerra retornou Arquelau a seu reino. Uma das primeiras medidas que adotou foi despojar do grande pontificado à Eloazar, filho de Boetos, a quem acusou de ter participado do complô inicial e de ter estado no Templo ao lado dos rebeldes conduzidos por Judas da Gamala. Em seu lugar colocou a seu irmão, Eleazar. Depois, fazendo caso omissivo da lei judia, casou-se com sua cunhada, Glafira, união proibida pelo Deuterônomo (25, 5) e pelo Levítico (18, 16 e 20, 21). Mais tarde destituiu ao chamado Eleazar e o substituiu por Jesus, filho de Sié. E os anos foram passando, nesse clima de tirania e exações. Foi então quando os judeus e os samaritanos, não podendo suportar mais ao Arquelau, depositaram uma queixa formal contra ele ante o imperador. Este o mandou deter no curso de um festim, e, depois de lhe haver escutado em Roma, condenou-o ao exílio em Vienne, no vale de Ródano, onde morreria.

Como a condenação de Arquelau se acompanhava do confisco de seus bens, Quirino, legado de Síria, com a ajuda de Coponio, procurador, teve que proceder ao inventário destes. Dito inventário levava implícito um censo. E foi este o que suscitou a revolução do Censo, encabeçada por Judas da Gamala.

Encontramo-nos agora no ano 6 de nossa era. Faz, portanto, doze anos que morreu Herodes, o Grande. O Jesus segundo Mateus, «nascido nos dias de Herodes» (Mateus, 2, 1-2); conta então doze anos, no de Lucas acaba justamente de nascer (Lucas, 2, 1-7), não tem a não ser uns quantos dias! No de São Irineu, discípulo direto da idade apostólica, conta então pouco mais de vinte e três anos. Por conseguinte, e tal como estudamos em um capítulo precedente, teria nascido por volta do ano 16 ou 17 antes de nossa era, na época em que Herodes decidiu reconstruir o Templo de Jerusalém. E essa coincidência seria a que posteriormente, para os séculos III e IV, daria pé a que os partidários de Jesus identificassem a este com um «templo» místico, dado que em tal coincidência veriam um sinal.

E chegamos ao fio condutor dos famosos «anos obscuros» de Jesus.

Vejamos o capítulo 19 de Lucas. Jesus vem do norte e se dirige para Jerusalém. Por conseguinte tem que atravessar antes Jericó, e previamente nos diz: «Indo para Jerusalém, Jesus passava pelos limites da Samaria e Galiléia...» (Lucas, 17,11.) Vejamos agora o que segue:

«Aproximando-se de Jericó, estava um cego sentado junto ao caminho, pedindo esmola. Ouvindo a multidão que passava, perguntou o que era aquilo. Responderam-lhe: «É Jesus de Nazaré que passa.» (Lucas, 18, 35-37.) Daí pode-se

tirar a conclusão de que os seguidores de Jesus constituíam uma multidão considerável, que fazia um ruído enorme. Mas essa é a forma de partir de uma tropa decidida, e não a de uma dúzia de tímidos iluminados, acompanhando seu professor espiritual. Mas prossigamos:

«Para aqueles que lhe escutavam e que se imaginavam que, ao estar ele perto de Jerusalém, o Reino de Deus lhes ia manifestar, Jesus acrescentou uma parábola. Disse, pois: um homem nobre partiu para uma região longínqua a receber a dignidade real e logo retornar. Chamou dez de seus servidores, deu-lhes dez *minas* [10] e lhes disse: negociem enquanto volto. Mas seus concidadãos lhe aborreciam, e enviaram atrás dele uma legação para dizer: Não queremos que este homem reine sobre nós!

[10- *Mina*: antiga moeda de ouro ou de prata, de valor bastante considerável]

»Quando retornou, depois de ter recebido o reino, fez chamar àqueles servos aos quais tinha entregue o dinheiro, a fim de saber quanto lhe tinha reportado cada um deles. Apresentou-se o primeiro e disse: senhor, sua *mina* produziu dez *minas*. E lhe disse: muito bem, servo bom; posto que foi fiel com pouco, receberá o governo de dez cidades. Veio o segundo, que disse: senhor, sua *mina* produziu cinco *minas*. Disse também a este: e você receberá o governo de cinco cidades. Outro veio e disse: senhor, aí tem sua *mina*, que tive guardada em um lenço, pois tinha medo de si, pois é homem severo, que quer recolher o que não pôs e segar onde não semeou.

»Seu senhor lhe respondeu: mal servidor, julgar-lhe-ei sobre suas próprias palavras. Sabe que eu sou homem severo, que tomo onde não depositei e sigo onde não semei. Por que, pois, não deu meu dinheiro ao banqueiro? A minha volta eu o teria retirado com lucro. E disse aos presentes: tirem-lhe a *mina* e deem ao que tem dez. E lhe disseram: senhor, já tem dez *minas*! Disse-lhes: declaro-lhes que a tudo o que tenha lhe dará, e ao que não tem, até o que tem lhe será retirado.[11] E quanto àqueles inimigos meus que não quiseram que eu reinasse sobre eles, tragam aqui e degolem em minha presença.

[11-Esta frase, *que não significa absolutamente nada*, é um dos múltiplos exemplos de incoerências mistagógicas de nossos anônimos redatores dos Evangelhos.]

»E depois de dizer isto, Jesus se colocou a frente dos seus e prosseguiu sua ascensão para Jerusalém...» (Lucas, 19, 11 a 27.)

A continuação é bastante clara. Assim que chega em Jerusalém, Jesus monta no asno que lhe reservaram, e que está atado de antemão junto a sua mãe, a fim de fazer coincidir sua chegada com a profecia de Zacarias: «alegre-se sobremaneira, a filha de Sião. Alvoroce-se, filha de Jerusalém. Eis aqui que vem seu rei, que é justo e vitorioso, humilde e montado em um asno, uma mula, filho de uma jumenta. [...] Este rei ditará a paz às nações. Seu poder se estenderá de um mar ao outro, e do rio Eufrates até as extremidades da Terra...» (Zacarias, 9, 9-10.)

A este título será aclamado por toda a juventude judia ao entrar em Jerusalém: «*Hosanna*, filho de David!...», ou, o que é o mesmo:

«Libere-nos, filho de David!»; é então quando entra em cena o ataque ao Templo, o arremesso contra os cambistas de moedas estrangeiras, contra os

vendedores de oferendas, e contra os peregrinos, «os que compravam». (Mateus, 21, 12.)

E agora tiremos conclusões.

A pretendida parábola ensinada por Jesus a sua saída de Jericó, não o é tal, já que dela não se desprende nenhuma conclusão piedosa, nenhum ensino moral, mas sim, justamente o contrário.

Jesus aplica por sua conta a desventura de Arquelau, a quem os seus não queriam como rei, e que se viu forçado a ir-se a um país estrangeiro para receber ali a investidura necessária, e que logo, ao retornar, pediu contas e castigou duramente a quem se havia oposto a seu reinado. É provável que a saída de Jericó de Jesus e de sua numerosa tropa («a multidão») acompanhasse uma execução de prisioneiros, e que, continuando, sem semelhante «impedimento», tivessem podido partir em boa ordem para a Cidade Santa. Mas isso era coisa comum nos costumes daqueles tempos, e nossos zelotes não eram mais sensíveis que seus adversários. Por outra parte, quem reprovava se, por conseguinte, extraíssemos daqui uma última conclusão: a saída de Jericó; a execução dos prisioneiros, ou dos reféns; a marcha sobre Jerusalém; o ataque do Templo, tudo isso é anterior ao ano 6 de nossa era, anterior à revolução do Censo, que teve lugar em tal época, dirigida por Judas da Galiléia e que, portanto, tratou-se da segunda sublevação deste.

Mas quando Jesus se identifica com o Arquelau ao resumir a aventura deste tal e como nos relata Lucas (19, 12 a 19, 27), não conhece mais que o começo, ignora ainda que, por ter castigado àqueles que não lhe queriam como rei, Arquelau será destituído de seu trono pelo imperador Augusto, e enviado ao exílio, à Vienne, em Galias, no ano 6 de nossa era, onde morrerá pouco tempo depois.

De modo que este último vive ainda; Jesus, igual a todo filho primogênito de um rei legítimo, é um «delfim»; é perfeitamente «filho de David», seu herdeiro. E tem a seu mando (como os príncipes de antigamente) uma unidade militar no exército de seu pai.

Assim, o ataque ao Templo e a irrupção na Cidade Santa, ante as aclamações da juventude judia, teve lugar no período que Daniel-Rops nos descreve na página 158 de *Jesus em seu tempo* (edição de 1945): «Depois, enquanto Arquelau se encontrava em Roma, os distúrbios haviam reempreendido; o país inteiro se viu envolto em chamas e sangue. Na Judeia, dois mil soldados de Herodes, despedidos, tinham assaltado às tropas romanas... Judas, filho daquele Ezequías que tantos problemas tinha causado a Herodes, apoderou-se do arsenal de Séforis, e ele mesmo se erigiu em rei...» (Op. cit.)

É mais que provável que o ataque ao Templo de Jerusalém, encabeçado por Jesus, tivesse como objetivo apoderar do tesouro do Templo e do arsenal do mesmo. Ambas as coisas indispensáveis para uma insurreição: o dinheiro e as armas. Encontramo-nos entre o ano 3 e o ano 2 de nossa era aproximadamente, e Jesus tem uns vinte anos. Este episódio forma parte da revolta latente, permanente (em espera da grande, chamada a do Censo, no ano 6), que Daniel-Rops resume assim: «Judas, o rebelde, que combaterá ao Arquelau, será chamado o Gaulanítida».

Por outro lado, não é desatinado supor que, a exemplo de seu pai. Judas da

Gamala, ao apoderar-se primeiro do arsenal de Séforis e do tesouro que este cobria, Jesus tentasse apoderar-se, durante esse golpe de mão sobre o Templo, das armas armazenadas no arsenal da Tropa do Templo, e, na mesma ocasião, do tesouro deste último. A existência desse tesouro do Templo era coisa conhecida de todos, e, tal como nos conta Flavio Josefo, tinha tentado já a Herodes, e logo aos romanos. Pilatos, por sua parte, tinha extraído quantidades, com a desculpa de ter que realizar conduções de águas em Jerusalém.

Jesus também pôde ter pensado nisso, para alimentar seu tesouro de guerra, e, especialmente, para assegurar a subsistência de sua tropa, composta por vagabundos, gente errante, que nunca teve ofício ou que o perdeu, e cujas moradias tinham sido incendiadas pelos romanos no curso de suas represálias. Em efeito, nos diz que frequentemente ficava olhando as bolsas do Templo, observando a quantia das somas que os peregrinos depositavam nelas.

«Jesus, havendo-se sentado em frente ao gazofilácio, observava como a gente ia jogando moedas...» (Marcos, 12, 41.)

Tal como evocamos em outro lugar, foi provavelmente no curso de um ataque ulterior ao Templo quando o famoso Jesus-bar-Abba foi detido pelos romanos e encarcerado junto com outros sediciosos, por assassinatos cometidos durante uma revolta (Marcos, 15, 7), pois não é possível que os romanos se deixaram surpreender por duas vezes consecutivas, e tão próximas uma da outra.

As circunstâncias posteriores à detenção de Jesus indicam, por outra parte, que do que se tratava não era de tomar medidas contra um pregador iluminado, a não ser contra o chefe de uns guerrilheiros, contra um rebelde. Esta hipótese aparece confirmada pelo seguinte: do fato de que nas Oliveiras se produziu um combate nos basta como prova esta passagem de Lucas: «Então, vendo aqueles que estavam com ele o que ia acontecer, disseram-lhe: "Senhor, ferimos com a espada?"...» (Lucas, 22, 49.)

Por conseguinte, todos foram armados. Não tinham feito a não ser seguir a ordem que Jesus lhes tinha dado na véspera: «E aquele que não tenha espada, enfaixa seu manto e compre uma...» (Lucas, 22, 36.)

Primeira conclusão: os que não tinham espada ainda, constituíam uma minoria ínfima, posto que Jesus disse: «aquele que...», o qual dá a entender que «se houver alguém que, por negligência, não tenha ainda espada...». Segunda conclusão: são suficientemente numerosos para expor a possibilidade de resistir à Coorte dos Veteranos (seis centúrias de elite) e a seu reforço, formado pelos milicianos do Templo. Estamos muito longe dos onze fiéis, ao redor de um Jesus pacífico. Esta atitude belicosa de homens armados, agrupados ao redor de seu chefe, vem justificada pela célebre frase de Jesus: «Não vim lhes trazer a paz, mas a guerra...» (Lucas, 12, 51.) Partindo dessa premissa, como não vamos considerar como uma interpolação posterior (do século IV, como sempre) a frase «quem a ferro mata, a ferro morre...», se estiver em contradição formal com a ordem dada por Jesus de armar-se, se for preciso até a custa de vender as roupas? A menos que suponhamos que era inconsequente, ou que se burlava de seus fiéis. O qual, depois de tudo, também poderia ser...

E agora abordamos o problema dos excessos inevitáveis dos zelotes, que a ata de acusação englobará sob a denominação geral de «banditismo». E aqui, uma vez mais, será Simão-Pedro quem nos dará a chave, como demonstraremos em um posterior capítulo.

12.- Jesus entre os doutores

«Aos cinco anos se alcança a idade requerida para estudar as Escrituras; aos dez para estudar a *Mishna*; aos treze para observar os Mandamentos...»

Talmud, tratado *Aboth*, V, 24

Vimos que os pais de Jesus, José e Maria, não se preocupavam com ele durante toda uma jornada de viagem, por um caminho perigoso, à volta da Páscoa de Jerusalém, e que ao fim, quando se deram conta de seu desaparecimento, retornaram a Jerusalém e, ao cabo de três dias de busca inútil, encontraram-no «no Templo, sentado em meio dos doutores, lhes escutando e lhes fazendo perguntas. Quantos lhe ouviam ficavam estupefatos de sua inteligência e de suas respostas». (Lucas, 2, 46-47.)

O texto é bastante claro. Jesus faz perguntas aos doutores da lei, estes lhe respondem, ele os escuta. Eles perguntam, a sua vez, e ele lhes responde inteligentemente. Estamos assistindo aqui a uma vulgar sessão de catecismo judaico. Desta cena tão singela, comum a todos os pequenos judeus, como veremos em seguida, nos quis fazer, uma vez mais, um episódio sublime. E este fato se converteu, tanto nos pintores como nos «historiadores sagrados», em um lugar comum bem conhecido de todos: Jesus ensinando aos doutores da Lei.

Como imaginar que os doutores da Lei, versados todos eles, sem exceção, nas sutilidades das exegese da *Tora* e do *Talmud*, e inclusive no caso de alguns deles, nos mistérios ocultos da Cabala, como admitir que esses homens se rebaixaram a nível de catecúmenos para instruir-se humildemente com um menino de doze anos. Porque, segundo Lucas (2, 42), Jesus, nesse episódio, contava só com doze anos de idade.

Pois bem, é precisamente esta última precisão que nos permite situar a natureza exata de tal episódio, que no curso dos séculos se converteria em uma importantíssima cerimônia ritual: a *Bar Mitzva*.

No judaísmo, quando um homem alcança, aos treze anos, a maioria religiosa, adquire, por esse mesmo feito, a maioria jurídica e o pleno estatuto de homem. Suas transações comerciais de toda natureza são juridicamente válidas, e tanto seu noivado, como seu matrimônio, são deste modo válidos. Faz-se

responsável por todos os seus atos, infrações, e transgressões da lei, e, por isso mesmo, é merecedor também de todas as sanções prescritas pela citada lei.

A partir dessa idade é considerado como um judeu adulto, e tem a obrigação de observar todos os preceitos positivos, assim como de não transgredir os mandamentos negativos. Conta-lhe, além disso, como membro do *quorum* necessário para que possa celebrar o ofício público, e está qualificado para que lhe possa convidar a ler a *Tora* na sinagoga local.

A manifestação mais importante associada a *Bar Mitzva* é indiscutivelmente o fato de levar, a partir de então, as filacteras rituais para as orações da manhã de cada dia útil, enquanto que antes estava dispensado disso.

Antigamente não existia cerimônia alguma para o acesso à maioridade religiosa e civil. Mais tarde, em uma época que é impossível determinar com exatidão, constituiu-se um conjunto de formas rituais. Mas é provável que em Jerusalém, nos tempos de Jesus, não se praticasse para tal fim a não ser um simples exame, ante os doutores da lei, que tinha como objeto verificar se o novo fiel estava capacitado para assumir todas as suas novas responsabilidades no marco da lei religiosa, que regia deste modo a vida civil em Israel.

Foi mais adiante quando se começou a celebrar a *Bar Mitzva* como uma solene festa familiar. O dia do *sabbat* da semana no curso da qual o moço cumpria os treze anos, era chamado ao ofício da manhã à sinagoga para a leitura da lei, e lhe dava a ler a seção do *Maftir* da *Tora*, assim como a passagem dos profetas, tudo isso acompanhado de bênçãos iniciais e finais. A convocatória para a leitura da *Tora*, o fato de cantar o hino chamado *Haftarah*, constituíam uma espécie de cerimônia pública de iniciação à comunidade religiosa. Primitivamente era o pai do *Bar Mitzva* quem pronunciava, enquanto lia sua passagem da *Tora*, uma bênção especial na qual dava graças a Deus por lhe haver desencarregado da responsabilidade que ele tinha até então sobre a conduta de seu filho. O jovem *Bar Mitzva*, por sua vez, pronunciava um curto discurso de forma religiosa na sinagoga ou durante a ceia familiar que celebrava este acontecimento.

Assim, aquilo que foi pomposamente titulado «Jesus ensinando aos doutores da Lei» se limita, singela e humildemente, a seu exame de maioridade religiosa e civil. E quase com toda probabilidade foi devido ao fato de sua maioridade irrevogável, por isso José e Maria, muito ocupados com seus outros filhos menores, ficaram a caminho de volta sem preocupar-se com seu filho maior, que legalmente já estava emancipado.

Porém, uma vez mais, isto indica o pouco caso que faziam das revelações do anjo Gabriel no que seu filho primogênito se referia.

13.- João, o Precursor e o Batista

«Cristo levanta os olhos, vê-me e seu olhar se turva, muda de cor, faz-me perguntas que lhe travam a língua, fala-me em todos os tons...»

O Livro de João, texto sagrado mandeano[12]

[12-*Mandeanos*, chamados equivocadamente «*crístãos de são João*», são os descendentes dos discípulos de Batista. Suas escrituras implantam problemas no que se refere às verdadeiras relações entre Jesus e o tal Batista, porque são muito anti-crístãos.]

«A primeira lei da História consiste em não se atrever a mentir. A segunda em não temer expressar toda a verdade...» São palavras de Leão XIII.

Terá que acreditar que os escribas anônimos que, no século IV e V compuseram esse cristianismo simbólico, apoiado na vida metafísica de puros arquétipos, e que se converteu no cristianismo oficial, não sabiam exatamente a diferença entre a mentira e a verdade histórica.

Se existir nos Evangelhos um momento em que a contradição é soberana, é na descrição das relações entre Jesus e João, chamado «o Precursor» ou também «o Batista». Por isso esperamos que o leitor nos perdoe o que lhe imponhamos o cotejo das passagens dos Evangelhos canônicos referentes às relações entre Jesus e João. Vejamos em Mateus; fala o Batista:

«Já está posta a tocha à raiz das árvores, e toda árvore que não dê bom fruto será talhada e arrojada ao fogo. Eu lhes batizo com água para lhes levar o arrependimento; mas o que vem detrás de mim é mais forte que eu, e não sou digno de levar suas sandálias. Ele lhes batizará no Espírito Santo e no Fogo. Tem já o mangual em sua mão, e limpará sua hera e recolherá seu trigo no celeiro, mas queimará a palha em um fogo inextinguível.

»Então Jesus veio da Galiléia ao Jordão, e se apresentou ao João, para ser batizado por ele. Mas João se opunha, dizendo: Sou eu quem deve ser batizado por si, e vem você a mim? Jesus lhe respondeu: deixe-me fazer agora, pois convém que cumpramos tudo o que é justo. E João não resistiu mais. Assim foi batizado. Jesus saiu da água. E eis aqui que se abriram os céus, e viu o Espírito de Deus descer como uma pomba e vir sobre ele, enquanto uma voz do céu dizia: "Este é meu filho bem amado, em quem tenho todas as minhas complacências".» (Mateus, 3, 10 a 17.)

Marcos (1, 1 a 11) diz-nos o mesmo, embora com mais brevidade.

Lucas (1, 5 a 80) conta-nos a concepção e o nascimento do futuro Batista, e nos precisa que Maria, futura mãe de Jesus, é familiar da Isabel, mãe do Batista. Depois (3, 1 a 22) dá, por sua vez, a história do batismo de Jesus por João. Não obstante, faz deter o João pelos esbirros de Herodes e o mete na prisão antes de nos mostrar ao Jesus batizando-se. O qual faz que ignoremos, na versão de Lucas, se foi João, ou um de seus discípulos quem batizou Jesus.

A versão de João (o evangelista) é mais precisa ainda. Julgue-se:

«Ao dia seguinte João viu Jesus vindo para ele e disse: Eis aqui o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo. Este é aquele de quem eu disse: "de trás de mim vem um que é antes de mim, porque era primeiro que eu. Eu não lhe conhecia, mas para que ele fosse manifestado à Israel vim eu batizá-lo em água". E João deu ainda este testemunho: "Eu vi o Espírito descer do Céu como pomba e posar-se sobre ele. [...] E eu o vi, e dou testemunho de que este é o Filho de Deus..."» (João, 1, 29 a 34.)

Tudo isso está muito claro e diáfano. João viu Jesus e adivinhou que era o Messias, e que tinha recebido ao Espírito de Deus em seu batismo. Pois bem, consultemos novamente Mateus:

«João, tendo ouvido no cárcere falar das obras de Cristo, mandou-lhe perguntar através de seus discípulos: É você o que tem que vir, ou temos que esperar a outro?» (Mateus, 11, 2 a 4.) Este versículo é muito claro: João desconfia de Jesus, duvida. O que é absolutamente contraditório. Como conciliar os dois relatos de Mateus. Simplesmente: consultando a versão de Lucas:

«Aconteceu, pois, quando todo o povo se batizava, batizado também Jesus...» (Lucas, 3, 21.)

Assim, João batizou Jesus, e este se limitou a fazer «como todo mundo». Interesse futuro? Curiosidade? Nunca saberemos. Mas João não identificou, em modo algum, ao Jesus como o Cordeiro de Deus, nem viu abrir os céus e descer nenhuma pomba sobre Jesus. Batizou-o como a todos outros, sem prestar-lhe mais atenção. E isso muda tudo.

Afinal de contas eram primos, suas mães se conheciam, João recebeu o *Apocalipse*, redigido por Jesus no curso de sua longa estadia no Egito, e foi ao receber este texto quando se erigiu em precursor, pregando e batizando:

«Revelação de Jesus, o Ungido, que Deus lhe confiou para manifestar a seus servos o que tem que sobrevir breve, e que ele deu a conhecer por mediação de um anjo dele que enviou a seu servo João, o qual atestou a palavra de Deus e o testemunho de Jesus, o Ungido, que é quanto viu...» (*Apocalipse*, Prólogo, 1,1 a 3.)

Pois bem, mensagem e mensageiro se dizem, em grego, *aggelos*, e dessa palavra foram fazendo, pouco a pouco, de tradução em tradução, um *ángelus*, um anjo, um espírito puro. Estamos muito longe do prosaico sentido inicial. E a prova de que o João do *Apocalipse* é o Batista (e não o evangelista) encontra-se em suas próprias palavras:

«Eu não lhe conhecia, mas o que me enviou a batizar em água me disse: "Sobre quem vir descer o Espírito e posar-se sobre ele, esse é o que batiza no Espírito Santo..."» (João, 1, 33-34.)

Quem lhe enviou a batizar em água, quem lhe deu o sinal de «ataque» messianista foi o «mensageiro» que lhe levou o texto do *Apocalipse*. E não se conheciam mais que de nome, porque Jesus se encontrava, desde fazia longo tempo, no Egito, e João no deserto jordano.

Em Mateus (23, 35) e em Lucas (11, 51) inteiramo-nos, pelo próprio Jesus, de que Zacarias, o pai de Batista, foi «matado entre o Templo e o altar».

Avançaram-se diversas versões sobre a razão desta morte violenta de um homem que era supremo sacerdote, ou sacerdote (*cohen*). Teve como sucessor ao ancião Simão, autor da profecia sobre o menino Jesus (Lucas, 2, 27 e 34).

Uma dessas versões o faz assassinar pelos mercenários de Herodes durante a «matança dos Inocentes». Pelo visto havia retirado ao futuro Batista dessa matança ordenada por Herodes.

Já sabemos o que terá que acreditar no referente a esse pseudo massacre. Por conseguinte, esta versão não pode se ter em conta.

Outra versão, de origem gnóstica, foi-nos conservada por Epifano (Heresias, 26, 12), quem tinha encontrado em um manuscrito gnóstico intitulado *Genna Marias*. Segundo esta tradição, enquanto Zacarias estava jogando o incenso, segundo o rito vespertino, sozinho, no santuário, teve uma visão repentina, a de um homem com cabeça de asno. Saiu imediatamente, enlouquecido, e quis dizer à multidão o que era em realidade a entidade adorada no Templo. Não pôde fazê-lo: ficou mudo de pânico e de horror. Depois, quando teve recuperada a fala e pôde dizê-lo, a multidão, indignada ante aquilo que considerava uma blasfêmia, matou Zacarias.

De fato, esta morte sobreveio no momento da revolução do Censo, desencadeada e conduzida por Judas da Gamala, seu primo, no ano 6 de nossa era, e foi um episódio desta.

Sobre a morte do próprio Batista, como se divulgaram tantos enganos, tentaremos também restabelecer a verdade.

Herodes Antipas, filho de Herodes, o Grande, tetrarca de Traconítide, a Batanea e a Gaulanítide, casou-se com a filha de Aretas, rei de Petra, na Arábia. Uma vez que foi à Roma, ante o imperador, deteve-se em casa de Herodes Filipo, tetrarca de Abilena, que era meio-irmão dele e que se casou com sua sobrinha Herodias, filha de seu irmão comum, Aristóbulo. E então Herodes Antipas ficou perdidamente apaixonado por Herodias, a quem propôs em matrimônio assim que retornou de Roma, prometendo repudiar a sua esposa atual, a filha de Aretas. Esta última, assim que se inteirou da surpreendente notícia, adivinhou de antemão o que lhe esperava, tendo em conta os costumes de seu tempo, e se refugiou em casa de seu pai, em Petra. Converteu-se então na causa de uma guerra na qual as tropas de Herodes Antipas foram vencidas.

Seja como for, o caso é que Herodes Antipas fez vir Herodias, quem se considerava divorciada de Herodes Filipo, e viveu maritalmente com Antipas. Foi então quando, ante as violentas críticas de João, o Batista, quem lhe reprovava o que ele considerava um adultério permanente, Herodes Antipas lhe mandou deter e encarcerar na fortaleza de Machera, aliás *Maqueronte*. Em Mateus lemos o que segue: «Jesus, havendo-se informado de que João tinha sido entregue, retirou-se à Galiléia...» (Mateus, 4, 12.)

Esta passagem abre curiosos horizontes, porque:

a) se João foi entregue, era que se escondia. Essa é a atitude de um conspirador, não a de um profeta que deve clamar suas verdades à cara de um tirano ou de um pecador;

b) se João foi detido simplesmente porque reprovava Herodes Antipas seu adultério permanente com Herodias, no que afetava isto ao Jesus? Pelo contrário, se como sustentamos nós antes, João, o Batista, era o elemento público da propaganda, o braço direito de Jesus, em um domínio puramente político e messiânico, compreende-se que Jesus, seu chefe, tomasse precauções.

Por conseguinte, nos anos 28 e 29 o que levam a cabo Jesus e João é uma campanha de agitação política, e não uma corriqueira predicação mística-moral. E Flavio Josefo contribui-nos com a prova, ao dizer-nos o seguinte sobre o Batista:

«Congregaram-se gente a seu redor, porque estavam muito exaltadas lhe ouvindo falar. Herodes [Antipas] temia que semelhante faculdade de persuadir suscitasse uma revolta, já que a multidão parecia disposta a seguir todos os conselhos que dava este homem...» (Flavio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XVIII, V, 118.)

Acrescentaremos a esta breve biografia duas datas importantes na vida do Batista: em 28 de maio do ano 31 de nossa era, data em que teria sido encarcerado na cidadela de Maqueronte. E em 29 de março do ano seguinte, por conseguinte do ano 32, em que teria sido executado.

Observemos também, de passagem, que o incêndio de Roma, no ano 64, estourou no momento em que se desencadeava na Judeia a revolução que desembocaria na destruição de Jerusalém, e que o incêndio afetou às quadras do Circo 33 anos depois da morte de Batista; [13] há coincidências altamente reveladoras. Voltaremos a tratar sobre o tema em uma próxima obra.

[13-Entre os judeus, o trinta e três era o número de toda purificação (*Levítico*, 12, 4).]

Mas então o que era Maqueronte?

Maqueronte era uma praça forte situada na Transjordânia, nos limites de Perea, na fronteira do reino nabateu. Achava-se a 750 metros, dominando a superfície de chumbo do mar Morto.

Segundo Renán, Herodes Antipas tinha construído ali uma fortaleza, no interior da qual se encontrava um palácio, provido das instalações mais luxuosas, e uma prisão, dado que nessas terríveis épocas nunca foram uma coisa sem a outra. Seria ali, segundo Renán, onde teria que situar a cena da dança, e a da decapitação que seguiu. Todavia, Renán se equivoca. Os textos evangélicos são particularmente reticentes no que concerne aos detalhes e as precisões a respeito. Porque, se situarmos a dança e a festa que deu pretexto a ela no palácio habitual de Herodes Antipas, em Tiberíades, o relato é pouco plausível. Entre Tiberíades, situada junto às encantadoras bordas do lago de Genezaret, ou mar da Galiléia, e Maqueronte, que se achava na borda oriental do mar Morto, há, a vôo de pássaro, uma distância mínima de cento e quarenta quilômetros. Portanto, o verdugo de Herodes teria que fazer de noite, em poucas horas, uma viagem de nada menos que trezentos quilômetros, como mínimo, de ida e volta. Coisa absolutamente impossível naquela época.

Por outra parte, Flavio Josefo, ao nos contar a construção da fortaleza de Maqueronte, chamada primeiro *Herodion*, não nos diz nada sobre palácio interior

algum, e logo compreenderemos o porquê. Ao contrário sim, que nos descreve o que Herodes Antipas fez construir perto de Jerusalém, luxuosamente acondicionado, e que foi denominado deste modo *Herodion*. Portanto é aí onde teremos que situar a cena da dança, no curso da festa noturna, e as decisões que dela saíram. Mas não a execução do Batista.

Outra contradição. Nos dois evangelhos que narram a decapitação do Batista, Mateus (14, 11) e Marcos (6, 28), a bailarina que fascina ao Herodes Antipas é Salomé, a filha de Herodias. Esses textos são conhecidos em todo mundo cristão no século IV. Agora bem, na mesma época, e no século V ainda, a bailarina em questão é a própria Herodias, especialmente para João Crisóstomo, quem compara à imperatriz Eudoxia com Herodias, e toma a si mesmo por João, o Batista, porque Eudoxia o manda exilar fora de Bizâncio. Isto mesmo acontece com Atanásio de Alexandria, quem não conhece Herodias, mas sim como bailarina. E isto expõe um novo problema. Herodes Antipas, ao fazer deter e encarcerar longe ao Batista, quis lhe fazer calar e cortar todo seu contato com o povo, por prudência política. E nos limites do deserto nabateu Maqueronte cumpre esta função. Mas, de todo modo, não o manda executar, porque lhe teme. O Batista é, a seus olhos, um profeta, rumoreja-se que é o próprio Elias reencarnado, além disso é *nazir*, quer dizer, consagrado ao Senhor, e portanto não lhe pode pôr a mão em cima. E atrás de tal temor, possivelmente, houvesse também uma inconsciente admiração, mesclada com uma consciência não muito limpa. De modo que, quando teve pronunciada a imprudente promessa, sem dúvida devido à embriaguez do festim, quando Herodes Antipas teve que a cumprir, possivelmente o afastamento mesmo da vítima designada lhe permitisse a esperança de escapar a suas imprudentes palavras.

Recapitulemos. Salomé (ou Herodias, sua mãe) dança maravilhosamente diante de Herodes e sua corte. Herodes, em recompensa, promete-lhe conceder tudo o que deseje, embora se trate da metade de seu reino. Salomé (ou Herodias) pede então a cabeça do Batista.

Conhecia-o? É pouco provável. As mulheres de sua classe saíam pouco, e se o faziam era dentro de liteiras fechadas, escoltadas por escravos ou eunucos armados, que limpavam as ruas muito antes de sua passagem. E precisamente este fato é o que saca do apuro Herodes Antipas. Chama um de seus oficiais. Dá-lhe uma ordem em voz baixa. O homem desaparece. Alguns momentos mais tarde, a festa é de novo interrompida: o oficial retorna. Atrás dele, um verdugo leva, sobre uma grande bandeja, a cabeça de Batista. Ou, melhor dizendo, uma cabeça exangue, uma cabeça de homem, barbudo e de abundante cabeleira, de rosto pálido e fraco. Isso, ao menos, o que nos contam Mateus e Marcos, no qual, por outra parte, o relato está ostensivamente interpolado. [14]

[14 - É forçoso constatar que este relato interpolado não coincide, em sua orientação geral, com os dos evangelistas. Em *Marcos* (6, 20), Herodes sente uma certa simpatia por João, trata-o bem, inclusive, às vezes, consulta-o. Em troca em *Mateus* (14, 1-12), não há nada disso: o Batista está encerrado em seu calabouço e não mantém conversações metafísicas com Herodes Antipas. Para o leitor desejoso

em verificar esta interpolação indicaremos que basta confrontar, em *Marcos*, o relato depois do versículo 12 (6) e continuar no versículo 30 (6); então, constata-se facilmente que não há interrupção alguma e que tudo o que se há suprimido estava interpolado.]

Podia tratar-se da cabeça de um asceta que, devido aos votos de seu nazirato, jamais cortasse os cabelos e a barba, e cuja magreza fosse consequência de seus jejuns, ou do próprio ascetismo no qual vivia.

Podia ser também a cabeça de um homem comum, mas que vivesse durante muitos anos em um calabouço lóbrego, e que desde seu encarceramento não tivesse podido cortar nem os cabelos, nem a barba; que estivesse fraco em consequência da subalimentação, comum a todos os cativos daquelas terríveis épocas.

Todavia, tratava-se realmente da cabeça do Batista, encarcerado a mais de cento e quarenta quilômetros dali, nos limites do deserto transjordano? A ordem foi executada com muita rapidez para que isso fosse certo, e Tiberíades está muito longe de Maqueronte.

Por que não pôde haver-se desenvolvido a festa em Maqueronte? Porque Maqueronte, cuja construção nos conta Flavio Josefo, é uma cidadela perdida em um lugar desértico, sem água, e que não há nem que falar de palácios suntuosos em Maqueronte. E também porque Herodes Antipas estaria louco se se tivesse encerrado ali, na fronteira mesma de seu inimigo Aretas, pai da esposa a que repudiou por Herodias; correndo o risco contínuo de ver-se assediado e capturado pelos árabes. Sabemos por Flavio Josefo que, além disso, não ia jamais por ali. Como ia expor à mulher, a qual amava tão apaixonadamente, tanto à vingança da filha de Aretas, como à sorte que esperaria depois de semelhante cativo? Tudo isso é impensável.

Ademais, na época da morte do Batista, Tiberíades goza de um clima delicioso. Enquanto que Maqueronte se acha então no centro das terríveis tempestades de areia que nessa época varrem a desértica meseta do Moab. Além disso, a estadia em Maqueronte não podia entusiasmar, em modo algum, Herodias por outros motivos. A esta mulher, habituada sempre ao luxo, não lhe podia gostar de Maqueronte, onde não há nem jardins encantadores, nem fornecedores de água como em Tiberíades. Ali não se encontra a não ser água de cisterna, um único poço, e as fontes estão a mais de vinte quilômetros dali. Nas ruínas atuais da cidadela, que culmina ainda a mais de cem metros da ravina de defesa, não há nenhum rastro, que possa permitir supor, que esse lugar abrasado pelo sol, tenha albergado jamais um palácio digno de Herodes Antipas e, sobretudo, da mulher a qual ele idolatrava.

A continuação da história não é mais clara.

Uma tradição transmitida por Teodoro, teólogo bizantino que constitui uma das autoridades históricas da Igreja, pretende que os pagãos da Sebasta, na Samaria, profanaram em um lugar chamado Makron a tumba do Batista no ano 362, e queimaram os restos. Trata-se de um engano, provavelmente intencionado. João, o Batista, foi enterrado em Maqueronte, e não em Makron, nos limites da Arábia Pétria, na mesma fortaleza onde fora encarcerado, e depois executado.

Perto de Sebasta, em Samaria, a mais de setenta quilômetros, a vôo de pássaro, acha-se o lugar da tumba da qual fala Teodoredo, que se chama, como dissemos antes, *Migron* ou *Makron*. Esse lugar está citado em Isaías (10, 28) e em I Samuel (14, 2). Não foi o corpo do Batista que albergou, a não ser o de Jesus, depois de ter sido extraído da «fossa infame» situada perto do Gólgota. [15]

[15- A «fossa infame» (*fossa infamia*) era uma fossa fechada por uma grade. Os romanos devolviam os cadáveres às famílias depois da execução; em troca os judeus os devolviam até que deles não restassem mais que os ossos. A «fossa infame» recebia os corpos dos supliciados.]

A tumba do Eliseu não estava longe dali, e, segundo a tradição, os patriarcas foram inumados em tal lugar.

Outra tradição, a de *Sozoméne*, citada pelo padre Lagrange, pretende, pelo contrário, que a cabeça do Batista foi levada de Jerusalém à Cilícia, e logo depois de Cilícia à Constantinopla.

Uma terceira tradição pretende que foi levada à Damas, e no século IV, na igreja de Teodosio, venerava-se uma cabeça atribuída ao João, o Batista. Ainda hoje, na mesquita dos Omeyas, um edículo de mármore pretende contê-la.

Observaremos que não se fala do cadáver.

De fato, a cabeça que foi entregue sobre uma bandeja à Salomé (ou à Herodias) devia sofrer a sorte de todas as cabeças dos decapitados no Oriente Médio. Expô-las trespassadas em uma lança ou em uma estaca, no alto da mais alta torre, a fim de que sofressem os ultrajes dos pássaros do céu, especialmente dos abutres, tão abundantes nessas regiões. Quando estava já descarnada e decomposta, e não ficava mais que a parte óssea, do que tinha sido um «chefe» humano, depositavam-na sobre uma pira de lenha mesclada com lixos, e queimavam-na. Isso foi o que aconteceu com as cabeças dos soldados ingleses decapitados em maio de 1964 em Yemen. Encontraram-nas carbonizadas, segundo a imprensa, em finais de junho de 1964. Nessas regiões, onde a vida não variou há séculos, os costumes se mantêm, imutáveis e cruéis.

Também é muito possível que Herodes Antipas recordou da ameaça geral, proferida antigamente pelo profeta Amos, que condenava implicitamente, em Israel, a incineração póstuma:

«E como queimou, calcinado, os ossos do rei de Edom, enviarei o fogo à Moab, e devorará os palácios de Kerijoth, e Moab perecerá no meio do tumulto, em meio aos gritos de guerra e do estrépito das trompetas... E matarei a todos os seus chefes com ele, disse o Eterno...» (Amos, 2,2.)

Neste caso, Antipas teria dado as ordens oportunas para que a cabeça não fosse profanada. Unicamente o seria, sem dúvida, a do decapitado anônimo entregue à Herodias.

Quanto ao João, este morreu, sem dúvida, poucos dias depois da festa. Herodes não podia escapar e deixar com vida aquele que, assim que tivesse reaparecido, teria esfriado o amor de Herodias, a quem ele tinha mentido. Um mensageiro deve ter partido ao amanhecer para Maqueronte. Deve ter demorado quatro dias para ir e voltar. E a espada caiu pela segunda vez. A menos que

interrompessem simplesmente qualquer entrega de mantimentos ao prisioneiro, para evitar verter o sangue de um profeta.

Tendo em conta o longo caminho e o calor, é pouco provável que perto da cidadela se encontrassem uns discípulos, que tivessem sido advertidos da decapitação de seu mestre, e tivessem recebido a autorização de levar-lhe à Samaria. João, o Batista, foi inumado em Maqueronte, ali onde tinha morrido, e foi inumado sem precauções particulares, como um condenado a morte daqueles tempos, isso se o cadáver não foi precipitado sem contemplações do alto das muralhas. Além disso, como teriam podido subsistir esses discípulos fora da cidadela, em meio de semelhante caos desértico? E acaso a guarnição os teria tolerado? Isso é mais duvidoso ainda. Sua presença teria resultado suspeita, ao evocar uma evasão, sempre possível. Por essa razão, os restos inumados em Sebasta, na Samaria, não podem ter sido os do Batista. Tenhamos isto em conta; logo compreenderemos a importância desta constatação.

A seguinte passagem das *Guerras da Judeia*, de Flavio Josefo, em sua versão eslava, basta-nos como prova de que o Batista, igual a Jesus, era seguidor da doutrina de Judas da Gamala:

«Havia então um homem que percorria a Judeia vestido de forma estranha, com cabelos de animais, enganchados a seu corpo, em pontos nos quais não estava coberto por seu próprio cabelo, e seu rosto parecia o de um selvagem. Abordava aos judeus e chamava-os à liberdade, dizendo-lhes: "Deus me enviou para lhes mostrar o caminho da lei, graças a qual lhes salvarão de ter vários amos, e não terão sobre vós nenhum amo mortal, a não ser tão somente ao Altíssimo, que me enviou..."» (Op. cit., 2, 2.)

«Para ouvir estas palavras, o povo se sentia feliz, e toda a Judeia lhe seguia, assim como os arredores de Jerusalém. E não fazia outra coisa que os inundar nas águas do Jordão. Fazia-os partir, ensinando-lhes a deixar de fazer o mal; dizendo-lhes que lhes seria dado um rei que os liberaria; que submeteria a todos os insubmissos, e que ele mesmo não estaria submetido a ninguém. Uns se burlavam de suas palavras, outros acreditavam nelas...» (Op. cit., 2, 2.)

Não há mais que comparar estes dois parágrafos para constatar que o segundo é a contradição do primeiro. É uma interpolação ulterior dos copistas cristãos. O primeiro parágrafo se acomoda perfeitamente, em seus termos, à doutrina de Judas da Gamala, e nós o consideramos autêntico. Desgraçadamente, as interpolações seguintes substituíram as passagens de Flavio Josefo que nos teriam ensinado, indubitavelmente, muito mais que os Evangelhos dos séculos IV e V. Quanto à razão pela qual João tinha aderido cabelos de animais sobre as partes de seu corpo, que habitualmente não estão revestidas de pêlo, é fácil ver nisso uma provocação, uma advertência à dinastia usurpadora dos Herodes. Fazendo-no assemelha-se ao Esaú, que estava coberto de pêlo (Gênesis, 25, 25-26 e 27, 16-17). Esse foi o artifício que utilizou Jacob, para enganar a seu pai Isaac, para substituir ao Esaú, seu irmão maior e primogênito daquele. Pois bem, Jacob significa «suplantador», e Jesus (a quem João anuncia) deverá suplantar aos tetrarcas, colaboradores de Roma. Por último Esaú, o «felpudo», foi o primeiro dos dois

gêmeos que saiu do ventre materno. E dos dois gêmeos que trouxe para o mundo Maria, Jesus era o primogênito.

Para os judeus, que estavam à par da forma metafórica de falar dos profetas, quem sempre fazia preceder suas palavras de gestos ou de atitudes simbólicas, João desempenhava perfeitamente o seu papel, e expressava-se esotericamente, conforme à tradição.

Até agora seguimos docilmente o tema clássico da lenda do Batista, nos contentando em sublinhar os anacronismos e as impossibilidades quanto à realidade histórica. Vamos agora controlar o essencial.

Herodes, o Grande, morreu no ano 5 antes de nossa era. A sua morte, acontecida no mês do *Nisán* (21 de março-21 de abril), seu filho primogênito, Arquelau, embarca rumo à Roma para que o imperador Augusto ratifique sua elevação ao trono da Judeia. Seu irmão Herodes Antipas faz o mesmo, mas com a intenção contrária. A sua volta de Roma, este último convencerá Herodias, esposa de seu outro irmão, Herodes Filipo, que vá viver maritalmente com ele, com sua filha Salomé, que Herodias teve de seu marido Herodes Filipo. Esta decisão de Herodias situa-se, segundo Flavio Josefo (*Antiguidades judaicas*, XVIII, V, 136), pouco depois do nascimento de Salomé.

Por conseguinte, no ano 5 antes de nossa era, tal Salomé está já no mundo e conta aproximadamente um ano de idade. A morte do Batista se situa em março do ano 32 de nossa era. Nessa época Salomé teria, pois, pelo menos trinta e sete anos (5 + 32).

A história, contada fielmente por Flavio Josefo em suas *Antiguidades judaicas* (XVIII, V, 137), diz-nos que ela se casou primeiro com seu primo Filipo, filho de Herodes Antipas, que era, por sua vez, seu tio natural e (por sua união com Herodias) seu padrasto.

Ao morrer Filipo Antipas sem deixar sucessão desta união com Salomé, esta se casará outra vez, agora com Aristóbulo, irmão de Agripa. Desta segunda união Salomé teve três filhos: Herodes, Agripa e Aristóbulo. O tempo passará e, à morte de Jesus, Salomé terá aproximadamente quarenta anos. Aqui expomo-nos o problema da veracidade dos Evangelhos canônicos quanto à causa real da morte do Batista.

Herodes Antipas, em seu palácio de Tiberíades, dá uma grande festa. Neste banquete está, a seu lado, Herodias, a mulher que ama meigamente. E também se acha, sem dúvida, Salomé, e seu marido de então, que é provavelmente Aristóbulo, se se casou pela primeira vez aos quinze anos de idade com Filipo, o marido defunto, ou seja, por volta do ano 10 de nossa era. Perto deles, ao redor da grande mesa disposta em forma de ferradura dos banquetes antigos, estão os grandes oficiais de Herodes Antipas, sua corte.

Que verossimilhança há no fato de que o tetrarca idumeu peça à Salomé, mãe de família, e diante de seu marido, que dance?

No Oriente, naquela época, não se dançava como em nossos dias, «entre si» e «para si». Havia bailarinas, esse era seu ofício, e por certo um ofício bastante desacreditado. E pedir à nora, que era ao mesmo tempo sua sobrinha, que se

entregasse à cambalhotas sugestivas ante os olhos de seu marido e de toda a corte, era coisa impensável; teria sido injuriar gravemente a ambos. Quanto mais que se tratava de uma mulher de trinta e sete anos já, e que, no Oriente, tendo em conta a época, devia ser vítima de um envelhecimento precoce. E que plausibilidade havia deste modo, no fato de que o tetrarca idumeu oferecesse como recompensa satisfazer qualquer desejo de Salomé, embora este fosse a metade de seu reino, como diz o evangelho de Marcos (6, 23)? Seria preciso que Herodes Antipas, tão apaixonado pelo poder e pelo engrandecimento de seus domínios, tivesse perdido a razão. Quanto a transferir o problema em benefício de Herodias, quem nessa época devia contar uns cinquenta anos, a hipótese fica excluída! Não se faz dançar em público à esposa, sobretudo sendo cinquentona, e não se oferece a metade do reino àquela que reina já, junto com a gente mesmo, sobre a totalidade dos domínios.

E bem? Concluamos simplesmente dizendo que Herodes Antipas fez deter o João, o Batista, e o encarcerou longe, em Maqueronte, no deserto do Moab, para lhe retirar toda influência sobre a população judia. E o fez decapitar ao cabo de um ano, nessa mesma fortaleza de Maqueronte, quando as atividades zelotes, dirigidas por Jesus, chefe de dito movimento, começaram a tomar uma amplitude perigosa. Não foi mais que uma simples e desumana medida de prudência, mas nem Herodias nem Salomé têm aqui nada a ver. O que explica que os padres da igreja, já citados, ignorassem a famosa «dança de Salomé», episódio que se deve relegar ao campo das lendas, igual ao dos discípulos autorizados a permanecer durante um ano à sombra da fortaleza, sem aprovisionamento e sem água, para logo receber e levar, a mais de cem quilômetros dali, a cabeça do profeta decapitado.

14.- A magia na vida de Jesus

«Que não se encontre em seu povo a ninguém que pergunte aos mortos...»

Deuteronomio, 18, 11

Não há nem um só exegeta que não tenha observado ou reconhecido que, na vida de Jesus, há um vazio obscuro, um período do qual não se sabe absolutamente nada. Para os docetas e todos os gnósticos em geral, e para Marción o primeiro. Jesus aparece de forma repentina, sem que se saiba de onde vem. É deste modo em Cafarnaum onde fixam sua primeira aparição. Outros situam-na no vau do Jordão chamado Beta-Abara, no povoado de Betânia. (Vimos, no capítulo 11, que esses «anos obscuros» cobrem um período de atividade política, ou inclusive insurrecional.)

Nesse período desconhecido da vida de Jesus, o rumor público judeu incluía sua estadia no Egito, com o fim de estudar ali a magia.

Com efeito, em Israel existia uma tradição solidamente estabelecida segundo a qual o Egito era a pátria de tal ciência, e que não se podia ter melhor mestre que um egípcio. Para todo talmudista sincero, experiente, possuidor da tradição

esotérica das sagradas Escrituras, um dos tesouros roubados aos egípcios quando teve lugar sua saída do Egito (cf. Êxodo, 12, 35-36) foi precisamente esse conhecimento, e os famosos «copos de ouro e de prata», que os israelitas tomaram, sutilmente, das pessoas do Egito na véspera de sua partida em massa, para a Terra Prometida, não eram outra coisa que as chaves (os copos, os segredos) do duplo poder mágico (o ouro e a prata), ainda representado em nossos dias esotericamente mediante as duas chaves de ouro e prata que figuram no brasão dos papas.

Esta crença estava tão solidamente arraigada no espírito de Israel antigo, que todo viajante procedente do Egito que entrasse na Palestina era submetido a um escrupuloso registro a sua passagem pela fronteira comum. E, em virtude da palavra das Escrituras, a todo aquele que introduzira um tratado qualquer de magia, esperava-lhe como castigo a pena de morte, a partir do momento em que franqueasse os limites do país nabateu, ou da vetusta terra de Menfis:

«Que não se encontre junto a ti a nenhum daqueles que pratique as adivinhações, o sortilégio, o augúrio, a magia; que pratique feitiços, que consulte aos espectros e aos espíritos familiares, que interrogue aos mortos.» (Deuteronomio, 18, 10-11.)

Por isso:

«Não deixará viver a quem pratica a magia...» (Êxodo, 22, 17.)

E este ostracismo chegava muito longe. No século I de nossa era, Rabbi Ismael Ben Elischa, neto do supremo sacerdote executado pelos romanos, impede a seu sobrinho Ben Dama que se deixe curar por um cristão de uma mordida de serpente. Apóia sua oposição no tratado talmúdico *Abhodah Zarah* (27 B), o qual ensina que:

«Vale mais perecer que ser salvo pela magia...»

Assim, para os judeus, Jesus operava seus prodígios sustentando-se em seus conhecimentos de magia, que tinha aprendido e usado no Egito, e cujos elementos essenciais tinha conseguido dissimular sob suas roupas ao passar a fronteira. (*Qiddouschim*, 49 B; *Schab.*, 75 A e 104 B.) Todos os seus discípulos eram como ele, já que ele lhes tinha ensinado seus segredos. Isso é o que explica seus milagres e o êxito que estes traziam equipado para eles, de cara à multidão ignorante.

Na mesma época se verá como Rabbi Eliezer Ben Hyrcanos, que tinha sido acusado de haver-se feito cristão em segredo, obteve finalmente a graça, ao haver-se chegado à conclusão de que um homem tão sábio, tão fiel observador da lei, não poderia extraviar-se; de tal modo, não teria caído em uma espécie de feitiço espiritual, praticado pelos discípulos de Jesus.

Reconheçamos que esta opinião era ainda compartilhada por uma percentagem bastante elevada de cristãos no século V. Em efeito, está demonstrado que os *Evangelhos* chamados «da Infância», que se compõem do *Protoevangelho de Santiago*; do *Evangelho do pseudo Mateus*; da *História de José, o carpinteiro*; e do *Evangelho de Tomás*; repartem-se em fragmentos que podem ter sido compostos, uns a finais do século II, e outros no século V.

Pois bem, em todos esses textos mostra-nos ao menino Jesus dotado de faculdades mediúnicas extraordinárias; já apto para realizar prodígios, a mercê de

suas reações infantis. Vê-lhe penetrar em uma caverna, onde uma leoa acaba de parir. Esta brinca e pula com Jesus, junto com os leãozinhos. E uma palmeira se inclina ante uma ordem dela, para oferecer à Maria, sua mãe, as tâmaras que deseja. Uma fonte brota por ordem dela, para saciar a sede de seus pais. No templo de Hennópolis, no Egito, as trezentas e sessenta e cinco estátuas das divindades cotidianas das paréneses caem ao chão. Quando brinca com a terra e a água, de retorno à Judeia, aqueles que danificam suas frágeis construções caem mortos a seus pés. Modela uma dúzia de pássaros em argila, e lhes dá vida com apenas uma palmada.

Ante a indignação da população, consecutiva ao abuso que faz de seus poderes, seus pais o encerram em casa e não lhe deixam sair. Então, tanto para fazer-se perdoar, para demonstrar seu poder, Jesus devolve a vida a um menino ao que acabava de lançar um feitiço mortal. Confiam-no a um mestre de idade muito avançada para que lhe ensine a ler. O mestre, ao golpear Jesus com uma varinha de estoraque, cai imediatamente morto. Um fato confirma nos Evangelhos canônicos esse caráter rancoroso de Jesus: é o episódio da figueira (Mateus, 21, 19 e Marcos, 11, 21), que deveria ter dado figos a Jesus, instantaneamente, e fora de temporada, e a quem ele amaldiçoa por não o haver feito.

Em todos esses apócrifos, o pai de Jesus se chama José, evidentemente. Mas permaneceram alguns fragmentos de uma veracidade que a seguir foi sabiamente sufocada. Entre eles estão, por exemplo, os seguintes do *pseudo Mateus* sobre seus irmãos:

«Quando José ia a um banquete com seus filhos Santiago, José, Judas e Simão, assim como com suas duas filhas. Jesus e sua mãe iam também, junto com a irmã desta, chamada Maria, filha de Cléofas...» (Cf. *Evangelho do pseudo Mateus*, 42, 1.)

«José enviou então a seu filho Santiago para recolher lenha e levá-la a casa, e o menino Jesus lhe seguia. Mas enquanto Santiago reunia os ramos, uma víbora lhe mordeu na mão. E como sofria e morria. Jesus aproximou-se e soprou na ferida. Imediatamente a dor cessou e a víbora caiu morta, e Santiago permaneceu então são e salvo.» (Op. cit., 16,1.)

Nos apócrifos etíopes encontram o mesmo. Vemos Jesus, em sua idade madura, comunicando a seus discípulos fórmulas mágicas estranhas, algumas das quais encontraremos nos formulários, que todo bom *doblara* abissínio deve indevidamente possuir. [16]

[16 - O *doblara* é, em Abissínia (atual Etiópia), um corista da igreja que ademais, pratica a magia «branca», porque a negra está severamente reprimida.]

Essas são as crenças supersticiosas que compartilhavam os judeus e os cristãos em relação aos «poderes» de Jesus.

O que é seguro é que os cristãos mais fechados à análise racional de um texto não poderão negar que Jesus utilizava uma técnica. E esta é a prova:

Em sua ingenuidade os crentes ordinários imaginam que bastava Jesus dar uma ordem para que o milagre se produzisse. E nada disso. Há matizes, e os procedimentos diferem segundo a natureza do resultado desejado. Os seguintes textos o provam:

«Quando partiu dali, Jesus foi seguido por dois cegos que davam vozes e diziam: "Filho de David, tenha piedade de nós!" Assim que chegou à casa, os cegos aproximaram-se e Jesus lhes disse: "Creem que posso eu fazer isto?" Responderam-lhe: "Sim, Senhor". Então tocou seus olhos, dizendo: "Faça-se em vós segundo sua fé". E abriram seus olhos...» (Mateus, 9, 27.)

«Chegaram à Betsaida, e levaram à Jesus um cego, rogando-lhe que o tocasse. Tomando a mão do cego, tirou-o fora do povo, e, pondo saliva em seus olhos e impondo-lhe as mãos, perguntou-lhe se via algo. O cego olhou e disse: "Vejo homens, mas algo assim como árvores que andam". Jesus pôs-lhe de novo as mãos sobre os olhos, e quando o cego olhou fixamente, foi curado, e viu com toda nitidez.» (Marcos, 8,22-26.)

«Passando, viu Jesus a um homem cego de nascimento [...]. E depois de haver dito isto, cuspiu no chão e fez um pouco de lodo com a saliva. Logo aplicou este lodo sobre os olhos do cego e lhe disse: "Vai e lava-te na piscina de Siloé". Foi, pois, ali e se lavou, e retornou vendo claro.» (João, 9,1 e 6-7.)

A piscina de Siloé estava situada perto de uma das portas de Jerusalém. Era ali onde os sacerdotes, revestidos com seus atavios festivos, tiravam água que utilizavam para as purificações rituais do Templo. Desde que o profeta Isaías a louvou (Isaías, 8, 6) consideravam-na Santa; ainda na Idade Média tinha fama, entre os muçulmanos, de dispensar uma água milagrosa. Com efeito, nestes três milagres se vê que Jesus emprega três técnicas diferentes:

a) no primeiro caso, a fé dos cegos garantia o resultado, por isso bastava-lhe tocar seus olhos;

b) no segundo caso, põe sua saliva sobre as pálpebras do cego, e lhe impõe as mãos. Ao ser incompleto o resultado, começa de novo a operação, e por fim o cego vê;

c) no terceiro caso, utiliza uma velha receita da farmacopeia antiga. Um código médico do século III, atribuído ao Serenus Sammonicus, recomenda a aplicação de uma camada de lodo para curar os tumores dos olhos. Mas Jesus acrescenta a isso, a modo de complemento, a imersão na piscina milagrosa de Siloé, ou pelo menos a lavagem dos olhos nessas célebres águas.

Sobre o fato de que Jesus utilizasse a saliva na cura das afecções oculares, este não faz mais que empregar uma receita antiquíssima que se apóia no valor terapêutico da saliva. Nos *Anais de cirurgia plástica* de abril de 1961, páginas 235-242, podemos ler no artigo «As derivações salivais parotídeas na xeroftalmia» as seguintes passagens:

«A síndrome xeroftálmica que se desenvolve sobre um olho com secreção lacrimal pobre ou ausente, conduz a queratinização ou a descamação da conjuntiva secada, com formação de aderências... A córnea se opacifica... As pestanas, ao roçar, convertem-se em um fator de ulceração... A descida da acuidade visual desemboca frequentemente em uma cegueira completa.»

«A saliva e as lágrimas têm uma composição muito parecida, e contêm ambas as lisozimas, substância bacteriostática de proteção.» O cirurgião comunicará então, por via mucosa intra bucal, o canal secretor das glândulas salivais com o fundo do

saco conjuntivo. E «...disso resultará para o doente uma melhora espontânea da acuidade visual...» (Op. cit.)

Deste conhecimento inconsciente é de onde deriva o gesto de numerosos escolares que, afligidos por dor nos olhos, umedecem com sua saliva, com ajuda de seus indicadores, os lagrimais doloridos, enquanto fazem seus deveres sob lamparina caseira.

No caso do exorcismo que nos conta Mateus (17, 21), também aí se utilizou uma técnica. Julgue-se:

«Então se aproximaram os discípulos à Jesus e à parte lhe perguntaram: "Como é que nós não podemos expulsar esse demônio?" Jesus lhes respondeu: "Por causa de vossa incredulidade; porque na verdade vos digo que, se tiverdes fé como um grão de mostarda, direis a essa montanha: Passa daqui para acolá, e passaria, e nada vos seria impossível. Mas esta raça de demônios não se pode expulsar, senão mediante a oração e o jejum..."» (Mateus, 17,19-21.)

Em primeiro lugar, observaremos que existe contradição. O texto nos diz que nada é impossível para a pessoa absoluta e sincera. Mas o mesmo texto nos precisa os elementos de uma técnica, ascética e mística, para a obtenção do resultado: a oração e o jejum. Há aí uma indiscutível contradição, já que a frase final implica que, segundo a natureza dos demônios, segundo sua espécie, deve utilizar um procedimento, ou outro. Portanto, a fé por si só é insuficiente, e terá que lhe acrescentar um suporte psíquico: jejum, oração, sacramental (azeite, saliva, lodo, água, etc.). [17]

[17- Jesus não devia jejuar muito, porque ele mesmo reconhece (*Mateus*, 11, 19) que tinha a reputação de «comedor e bebedor». E são Jerônimo, em sua *Vulgata*, utiliza o termo latino *potalor*, que traduzimos por «bêbado»]

Há outros casos nos quais a análise deve ser mais sutil, mais prudente. Assim, por exemplo, o caso do possesso de Gerasa. Um homem está possuído por numerosos demônios. Vive nos lugares desérticos e nos sepulcros. Rompe as cadeias e os ferros com os quais lhe quer reduzir. Jesus vem, ordena aos demônios que deixem a esse homem. Eles suplicam-lhe:

«...e lhe rogavam encarecidamente que não lhes mandasse voltar para o abismo. Pois bem, havia ali uma manada de porcos, bastante numerosa, pastando no monte, e suplicaram a Jesus que lhes permitisse entrar neles. Permitiu-o. E saindo os demônios do homem, entraram nos porcos; a manada lançou-se por um precipício abaixo até o lago, e afogou-se. Vendo os porqueiros o acontecido, fugiram e o anunciaram na cidade e nos campos...» (Lucas, 8, 31-35.)

Observaremos, em primeiro lugar, que não são javalis, a não ser porcos domésticos, dado que se trata de uma manada com porqueiros. A cena tem lugar no «país dos gerasenos, que está frente a Galiléia». É, portanto, a Galaadítide. Mas que probabilidades tem que ali se criassem porcos, animais cujo consumo estava formalmente proibido pela lei, e cuja utilização, preparação e venda eram, por conseguinte, mais que aleatórias? Por outra parte, na Gerasa e em sua região não há lago algum. Para evitar este abrolho nos quis transferir a cena à Betsaida-Julias, nas bordas do lago Tiberíades, aliás de Genezaret, aliás mar da Galiléia. Mas então o

acontecimento não se desenvolve já no país da Gerasa, nem em Galaadítide, a não ser na Gaulanítide, e a mais de oitenta quilômetros a vôo de pássaro da Gerasa... Uma vez mais, os escribas anônimos do século IV imaginaram algo, sem parar para refletir.

Por último, em *Voyage en Orient* de Gérard de Nerval lemos o seguinte, e é Avicena quem fala:

«Sempre disse que o cânhamo com o qual se faz a pasta de *haschich* era essa mesma erva que, conforme dizia Hipócrates, comunicava aos animais uma espécie de raiva que lhes induzia a precipitar-se ao mar.»

De fato, se fizermos uma seleção entre os acontecimentos milagrosos cuja origem é incontável, que os judeus atribuem à magia e os cristãos a milagres, vemos que a vida de Jesus está dominada por três fatos importantes:

a) o encontro com o Príncipe das Trevas, no topo da montanha da Quarentena, no deserto de Judá;

b) a evocação de Moisés e de Elias, no topo do Tabor;

c) o diálogo final, pouco antes de sua detenção, no monte das Oliveiras, com um «pai» misterioso.

Pois bem, tudo isso constitui uma sequência de operações mágicas, proibidas sob pena de morte pela religião judia.

Na cena da Tentação (Mateus, 4; Marcos, 1; Lucas, 4), Jesus é impulsionado pelo Espírito a isolar-se durante quarenta dias e quarenta noites, no topo de um monte ao que em nossos dias se denomina o monte da Quarentena, e nos precisa claramente que é para ser tentado ali pelo Diabo. Trata-se de uma prova iniciática: o operante deve triunfar sobre as forças baixas, se quer obter o apoio das forças do Alto. Este mesmo episódio se encontra na vida de Buda e de todos os grandes taumaturgos. Depois, o triunfador é «assistido por todo o Céu e obedecido por todo o Inferno», segundo a conclusão perfeitamente conhecida por todos os cabalistas.

Mas se tinha tratado de uma evocação, na qual se chama uma entidade, conjurada por ritos e palavras, e a obriga a manifestar-se, ou pelo contrário esse retiro de quarenta dias, na solidão e em jejum, não previa explicitamente a aparição, mas sim veio de forma inesperada? Nenhum texto o precisa. Por outra parte, terá que considerar como um exagero evidente o fato de que Jesus tivesse permanecido quarenta dias sem beber, nas terríveis solidões do deserto de Judá. Submetido a todas as vicissitudes da carne, sofreu a flagelação, a crucificação, e morreu, bem por causa desta, ou da ferida de lança do legionário romano, mas é absolutamente impensável que tivesse resistido, no meio do calor tórrido e das pedras reaquecidas, a semelhante desidratação.

Seja o que for, o encontro com uma «manifestação» do Princípio do Mal é o primeiro fato mágico importante da vida de Jesus. Existe ainda um segundo fato, que geralmente passa despercebido: com esse Princípio teve lugar um segundo encontro, um, pelo menos. E este se desenvolveu imediatamente antes de sua detenção, ou, quando muito, uns quantos dias antes.

«E o Senhor disse: Simão, Simão, eis aí vos pediu Satanás com instância para

joear como o trigo. Mas eu roguei por ti, para que não desfaleça tua fé, e tu, enfim depois de convertido, conforta a teus irmãos...» (Lucas, 22, 31-32.)

A *Vulgata* de são Jerônimo diz exatamente *conversus*, que significa transformado, mudado.

O que pode deduzir-se desses frequentes «contatos» com o Adversário?

A segunda grande operação teúrgica tem lugar no topo do monte Tabor; trata-se da célebre cena conhecida como a da *Transfiguração*; encontraremos-la relatada com todo detalhe em Mateus (17), Marcos (9, 2), Lucas (9, 29), João (1, 14), e na segunda Epístola de Pedro (1, 16).

«Seis dias depois, tomou Jesus ao Pedro, ao Santiago e ao João, seu irmão, e os levou à parte, a um monte alto. Ali se transfigurou ante eles, brilhou seu rosto como o sol, e suas vestes tornaram-se brancas como a luz. E lhes apareceram Moisés e Elias falando com ele. Pedro, tomando a palavra, disse ao Jesus: "Senhor, bom é que estejamos aqui! Se quiser, levantarei três tabernáculos, um para ti, um para Moisés, e outro para Elias..." Ainda estava ele falando, quando uma nuvem resplandecente os cobriu. E eis aqui que uma voz, procedente da nuvem, disse: "Este é meu filho bem amado, em quem tenho minha complacência, lhe escutem!" Quando ouviram esta voz, os discípulos caíram de bruços, sobressaltados de grande temor. Mas Jesus, aproximando-se deles, tocou-os e lhes disse: "Levantai-vos, não temais..." Elevando eles os olhos, não viram ninguém, tão somente Jesus.

»Enquanto desciam da montanha. Jesus lhes deu esta ordem: "Não digais a pessoa alguma o que vistes, até que o Filho do Homem ressuscite dentre os mortos"» (Mateus, 17,1-9.)

Em primeiro lugar, observaremos que esta evocação apela a dois mortos, já que Moisés tinha morrido, na cúpula do monte Nebo, fazia quatorze séculos. E quanto ao Elias, este fazia onze séculos que «um carro de fogo e uns cavalos de fogo» o tinham levado para o céu, ante a estupefação de seu discípulo Eliseu. Se se tivesse tratado da simples manifestação de sua filiação divina, Jesus teria podido levá-la a cabo em Jerusalém, na habitação mais alta da casa de um amigo. Mas como se tratava de uma evocação dos mortos, devia ter lugar em um local afastado, em um lugar desértico, próximo ao céu, por duas razões. A primeira apoiava-se no fato de que semelhantes ritos exigem ser praticados de forma que não se corra o risco de ser incomodado pela chegada inopinada de profanos. A segunda devido a que, em Israel, não se brincava com essas coisas que, ao serem descobertas, implicavam a pena de morte em virtude das Escrituras: Deuteronômio (18, 10-11), e Êxodo (12, 35-36). Desde onde a recomendação de Jesus: «Não digais a pessoa alguma o que vistes...» (Mateus, 17, 9.)

Quanto à finalidade de tal evocação. Lucas é quem nos revela isso, ao nos dizer:

«E eis aqui que dois varões falavam com ele. Moisés e Elias, que apareciam gloriosos e lhe falavam de sua partida, que tinha que se cumprir em Jerusalém...» (Lucas, 9, 30-31.)

De maneira que foi conhecer seu destino próximo pelo qual convocou Moisés e Elias, os dois guias essenciais da história de Israel. Está estabelecido o fato

de que tudo isso foi acompanhado dos *sabumerios* mágicos habituais com potentes alucinógenos, pelo delírio e pela embriaguez, que demonstram seus discípulos, e a incoerência das palavras de Simão-Pedro, quem sonha acordado e quer levantar tabernáculos para os recém chegados. Porque Lucas, antes, diz-nos que «Pedro e seus companheiros estavam carregados de sono...» (Lucas, 9, 32), e de Pedro que «não sabia o que dizia...» (Lucas, 9, 34.)

Quanto à nuvem luminosa, a explicação é muito singela. Se alguém se situar no topo de uma montanha, em uma região com o céu impecavelmente azul, se chegar uma nuvem e o observador se achar envolto por tal nuvem, ao continuar o sol dando sobre essa montanha, fará da nuvem um verdadeiro difusor de luz, e será tal o contraste, que o observador, sobretudo se estiver vestido de branco, parecerá ainda mais deslumbrante.

E chegamos agora à última evocação, a que teve lugar a noite da detenção de Jesus, no monte das Oliveiras, perto de Betânia, num lugar chamado Getsêmani, que designava um lagar de azeite. Vejamos o relato de Lucas:

«Depois de sair foi, segundo costume, ao monte das Oliveiras, e lhe seguiram também seus discípulos. Uma vez chegado ali, disse-lhes: "Orem, para que não caiam em tentação..." separou-se deles a uma distância como de um tiro de pedra, e, posto de joelhos, orava: "Pai, se é do teu agrado, transfere de mim este cálice! Não se faça contudo minha vontade, senão a tua". Então lhe apareceu um anjo do céu, para o confortava.» (Lucas, 22, 39-43.)

«Depois de ter orado, levantou-se, veio para os discípulos e, encontrando-os dormitados pela tristeza, disse-lhes: "Quê, vós dormis? Levantai-vos, orai, para que não entreis em tentação"» (Lucas, 22, 45.)

Aqui vamos expor uma primeira pergunta: como pode alguém dormir de tristeza? A angústia e a pena o que fazem é tirar o sono. Esse «sono de tristeza», esse sono saturniano, está produzido aí, uma vez mais, por *sabumerios*, provavelmente da *Datura stramonium* ou de beleno, misturado com gálbano, o *helbénáb* dos *sabumerios* do Templo. Porque aí se trata de uma nova evocação, agora não interroga ao Moisés e ao Elias, a não ser a seu pai. Mas a qual? Compreenderemo-lo mais tarde.

A segunda pergunta é a seguinte: se os discípulos dormiram, e se estava afastado, à distância de um tiro de pedra, como se conhecem os termos de seu diálogo com seu pai? Não por eles, posto que dormem. Tampouco por ele, dado que Jesus ainda não tinha terminado de admoestar a seus discípulos, por fim acordados, quando os soldados romanos da Coorte, os servidores do Templo, armados com espadas e clavas, conduzidos por Judas Iscariote, seu sobrinho, chegam à luz das tochas e procedem imediatamente a sua detenção.

É através de um personagem, do que só nos fala Marcos, por quem conhecemos estas coisas, e os detalhes são dos mais curiosos:

«E lhe abandonando, fugiram todos. Um certo jovem lhe seguia, envolto em um lençol sobre o corpo nu. Trataram de apoderar-se dele, mas ele, deixando o lençol, fugiu nu...» (Marcos, 14, 50-52.)

Em primeiro lugar, estranho o fato de que em pleno mês de março, na

Judeia, no topo do monte das Oliveiras, ocorra a um jovem deslocar-se só com um lençol vestido, ainda de noite, nas horas mais frias, tão frias que se acenderá fogo no átrio do Caifás, alguns instantes mais tarde, ali onde Pedro renegará seu Mestre. (João, 18,18.)

Não se trata de um lençol no sentido literal da palavra. O latim da *Vulgata* de são Jerônimo, texto oficial da Igreja, tampouco emprega o termo latino *pannus*, que significaria pano. E não se trata de um lençol de cama, dado que naquela época não se conheciam essas coisas. Os judeus deitavam-se sobre esteiras, igual a todos os povos dessas regiões. Os romanos utilizavam camas de armar, com coberturas de lã ou de pele. Os francos utilizavam colchões, e, no pior dos casos, colchonetes. Porém, não havia lençóis de tecido, coisa bastante recente, dado que ainda em nossa época, na Alemanha e na Áustria, muitas camas das zonas rurais costumam levar só um lençol.

Na realidade, a *Vulgata* de são Jerônimo utiliza o termo latino *sindon*, que significa exatamente um *sudário*. E um sudário não tem nada em comum com as vestimentas rituais que devia levar um judeu daqueles tempos.

É este jovem o que representa o papel do anjo «vindo do céu para lhe reconfortar» e que nos narra Lucas (22, 39-44). E é através dele como conhecemos a prece que Jesus dirige a «seu pai». É o *comparsa* clássico em todo espetáculo deste tipo; em jargão isto se chama um «barão». E compreendemos que toda esta cenografia tem como finalidade reconfortar, efetivamente, ao Jesus em sua missão, missão da que ele não ignora que vai conduzir-lhe a uma morte horrível, sem esperança alguma de conseguir liberar Israel e restabelecer a realeza davídica. Não ignora que esta missão, desde que se retirou à Fenícia, ele a trasladou já a outro «reino», que não é deste mundo. Mas os fanáticos que lhe rodeiam não o escutam nesta mesma sintonia.

Uns tinham montado este engano para catapultá-lo de novo a esse messianismo puramente político e sem esperanças de êxito. Outro tinha chegado já mais longe, e já o tinha denunciado: seu próprio sobrinho, Judas Iscariote, filho de Simão Pedro. Uma vez desaparecido Jesus, a filiação de Israel passava ao Simão Pedro, e ele, Judas, convertia-se no «delfim»... Quanto a outros, aproveitando a escuridão da noite, a pouca luz produzida pelas tochas, fundiriam-se nas trevas do monte das Oliveiras e emprenderiam a fuga sem nenhum escrúpulo. [18]

[18- Simão era, eletivamente, irmão de Jesus: «...e não se chamam seus irmãos José, Tiago, Simão e Judas?...» (*Mateus*, 13, 55). Por outra parte, Judas Iscariote, é o filho de Simão: «Um de seus discípulos, Judas Iscariote, *filho de Simão...*» (*João* 12, 4). E os outros textos nos precisam que se trata de «irmãos segundo a carne». (Paulo, *Romanos*, 9, 5; Eusébio da Cesárea, *História eclesiástica*, III, XX, 1.) Quanto aos famosos «trinta denários», se aparecerem aí é porque foram introduzidos pelos falsificadores anônimos que redigiram os pseudo evangelhos, para justificar a passagem de Zacarias (II, 12): «Então pesaram trinta *sidos* de prata para lhe pagar». Porque se se tivesse posto preço sobre a cabeça de Jesus, é indubitável que a soma teria sido muito mais considerável.]

Todavia, para os judeus de então não havia dúvida alguma de que tinha

utilizado as ciências proibidas. O rumor de seu encontro com Samael nas solidões do deserto de Judá deve ter estendido-se. Sabia-se que tinha vencido ao Príncipe das Trevas. Portanto este, segundo a tradição mágica comum, era seu escravo, posto que Jesus o tinha domado:

«Mas os fariseus replicavam: "Por meio do Príncipe dos Demônios expulsa aos demônios..."» (Mateus, 9, 34.)

«E se estendeu o rumor de que tinha um Espírito impuro (subentende-se que a sua "disposição")...» (Marcos, 3, 30.)

No episódio da mulher adúltera parece utilizar um procedimento mágico, bem de adivinhação, ou de purificação:

«Jesus, inclinando-se, escrevia com seu dedo na terra. Como eles insistissem em lhe perguntar, ele, incorporando-se, disse-lhes: "O que de vós outros esteja sem pecado, seja o primeiro que a apedreje..." (subentendia-se que a pedra da lapidação, castigo que se aplicava às mulheres adúlteras segundo a lei).» (João, 8, 6-7.)

Aqui tratava-se, provavelmente, de uma consulta geomântica. Ainda em nossa época, em Marrocos, Tunísia e todo o Próximo Oriente alguns adivinhos praticam consultas mediante o procedimento adivinhatório denominado *Darb-el-remel*, ou «arte da areia». Com ajuda de pontos ou de raias riscadas sobre a areia se obtêm figuras com valor de oráculo, cujo número é invariavelmente de dezesseis, e que dão a resposta à pergunta formulada.

Podia tratar-se também de um procedimento de «desprendimento» psíquico particular. Riscam-se sobre a areia, ou sobre a terra determinados diagramas mágicos, faz-se passar o sujeito em questão por cima, e este se encontra liberado, já que o espírito mau, autor do mal, não pode suportar a passagem por cima dos caracteres sagrados. Este é, do mesmo modo, a origem das tatuagens protetoras.

A indulgência de Jesus para as mulheres adúlteras, ou às prostitutas, vem justificada pela presença de várias delas em sua genealogia ancestral.

Em primeiro lugar está Tamar, quem na Gênese (38, 12 a 19) se prostitui a seu sogro em uma encruzilhada de caminhos, sem que ele a reconheça, para conseguir casar-se depois. Logo está Rahab, a prostituta oficial de Jericó, que oculta aos espiões enviados por Josué, antes da destruição da cidade, e por isso salva sua vida (Josué, 2, 1 e ss.; 6, 17 e ss.); depois se casa com Salmon, filho de Naasson, príncipe de Judá, e será mãe de Booz (Mateus, 1, 5). Temos a seguir Ruth, esposa de Maalon, e logo mulher de Booz; esta era de origem moabita, raça originada pelo incesto entre Lot, bêbado, e suas duas filhas, origem que deveria proibir a Ruth o acesso a uma família judia tradicionalista. (Ruth, 1, 4 e ss.; 2, 2 e ss.; 3, 9 e ss.; 4, 5 e ss., e Mateus, 1, 5.) Está, por último, Betsabé, mulher de Urias, oficial de David, a quem este rei mandara assassinar para conservar à esposa daquele, de quem fez sua amante, sem que esta protestasse. De tal adultério nascera Salomão (II Samuel, 11, e Mateus, 1, 6).

Enfim, parece subentender-se que Jesus, igual a seus discípulos, não pôde tampouco curar a todos quantos tinham relação com ele:

«Achando-se Jesus na Betânia, em casa de Simão, o leproso, aproximou-se dele uma mulher com um frasco de alabastro...» (Mateus, 26, 6.)

Pois bem, tratava-se da casa de seu amigo Lázaro, irmão de Marta e Maria, quem lhe oferecia invariavelmente hospitalidade quando ele se encontrava em Jerusalém. [19] E tal Simão continuava leproso.

[19- Observaremos que Jesus *não passa jamais a noite na cidade Santa de Israel*. Quando obscurece, faz o que tinha que fazer, e em seguida *vai dormir em Betânia*. Ao pé do monte das Oliveiras, por mais cansado que esteja. Porque ao por do sol *se fecham as portas de Jerusalém*, enquanto que o povoado da Betânia não tem portas. E nas noturnas trevas das ruas não iluminadas, quando as portas estão fechadas e vigiadas, *Jerusalém se convém em uma ratoeira*. E quando a situação se agrava, já não vai dormir em Betânia, a não ser em Getsêmani, o lugar antes citado, que se acha no monte das Oliveiras, e no qual há uma prensa de azeitonas. De onde a frase de Mateus (8, 20) e de Lucas (9, 58).]

O episódio da evocação de Moisés e Elias no topo do monte Tabor é a encruzilhada do destino de Jesus. Até esse momento tinha sido, depois de seu pai, Judas da Gamala, o pretendente legítimo à realeza davídica. Seus discípulos, seus amigos, seus irmãos «carnais», chamam-lhe senhor (*adonai*) às vezes, porque é seu senhor. Naquela época, e durante séculos, esse termo substituíra em todos os estados do Próximo Oriente ao «*si*» medieval europeu. Em público, a esposa do rei chamava a este «meu prezado senhor» ou «*si*».

Todavia, depois dessa estranha cerimônia, efetuada com Pedro, Santiago e João (serão os mesmos que lhe acompanharão na do Getsêmani), já não será o mesmo. Terá compreendido, ele sozinho, que o messianismo político, terrestre, não tem esperança. A Providência tem previstas outras coisas para o mundo, mais importantes que o restabelecimento dos descendentes de David no trono de um Estado minúsculo. É que dessa evocação algo subsiste nele, uma entidade muito elevada tomou posse dele, e a partir de agora se servirá dele para remodelar o mundo. Para ele, esta entidade se chama Elias. O que tem de assombroso nisso? Tão somente conhece sua própria mitologia nacional. Para as legiões, que partiam encabeçando seus exércitos, essa entidade tinha já, desde fazia séculos, outro nome: *Mithra*.

Desse fenômeno de «posse» psíquica, Jesus é perfeitamente consciente. Daí a frase, contida de desengano, que dirige ao Simão, o zelote, seu irmão «segundo a carne», e seu sucessor legítimo, por ordem de primogenitura, quando ele, Jesus, tenha desaparecido:

«Em verdade, em verdade te digo: quando tu eras mais moço tu te rodeavas, e ias por onde te dava na vontade. Mas, quando já fores velho, estenderás as tuas mãos, e outro será o que te cinjas, e que te leve para onde tu não queiras...» (João, 21, 18.)

E no Gólgota, perecido na cruz da infâmia, será outra vez ao Elias a quem se dirigirá:

«Para a nona hora, exclamou Jesus com voz forte: "*Eli, Eli, lamma sabachthani?...*"» (Mateus, 27, 46.)

Os escribas anônimos que redigiram os pseudo evangelhos não deixam jamais de traduzi-lo por: «Deus meu! Deus meu! Por que me abandonaste?»

(Mateus, 27, 47.) Mas os judeus que assistiram à crucificação e que o ouviram, não se equivocaram quando disseram: «Está chamando Elias...» (Mateus, 27, 48.)

Alguns exegetas e linguistas, especialistas em línguas mortas, consideraram que esta frase era fenícia, e que significava: «Senhor! Senhor! As trevas... As trevas...», o qual tinha explicação, dado que se tratava de um agonizante, cuja vista ia apagando-se, pouco a pouco, ou que, por causa de um fenômeno mediúnico suscitado pelo último estado, distinguia formas terroríficas, como as descritas pelo *Livro dos Mortos* tibetano, ou pelo apócrifo *Livro de José, o Carpinteiro*, e que não seriam a não ser fantasmas interiores, que se liberariam do subconsciente do agonizante.

Deixamos-lhes a responsabilidade de semelhante tradução, pois, a nosso parecer, e tal como logo vamos ver, essas últimas palavras de Jesus tinham uma significação muito distinta.

15.-O Rei dos Judeus

«A dignidade que lhes confere é frequentemente uma servidão que lhes impõe.»

Rabino Gamaliel II, século II

Os crentes não deixam jamais de repetir até não poder mais a frase (que nós acreditamos que foi interpolada pelos escribas gregos do século IV) segundo a qual Jesus pretende ser o rei de um reino extraterrestre:

«Meu reino não é deste mundo, respondeu Jesus. Se deste mundo fosse meu reino, meus ministros teriam lutado para que não fosse entregue aos judeus. Mas agora meu reino não é daqui...» (João, 18,36.)

Se sopesarmos bem os termos desta frase, dela se desprende uma constatação importante, já que Jesus, com sua própria resposta, reconhece que se equivocou. Até o momento de sua detenção acreditava que seu reino era deste mundo, mas ao ter sido abandonado pelos seus, entregue, capturado, pensa que seu destino não era converter-se em rei. Então, se não o era daqui debaixo, é que o seria em outra parte, entre os mortos, e nisto faz dela, inconscientemente, uma lenda que não podia ignorar: a de Osíris. Desde onde essa estranha construção da frase final de sua resposta:

«Mas agora (subentende-se: "Compreendo que...") meu reino não é deste mundo...» (Op. cit.)

Se duvidássemos do valor desta interpretação, bastar-nos-ia contemplar outra frase dos Evangelhos canônicos:

«Entrando em Cafarnaum, aproximaram-se de Simão Pedro os arrecadadores da didracma e lhe disseram: "Seu professor não paga a didracma?" E ele respondeu: "Certo que sim". Quando entrou à casa, saiu Jesus ao passar disse-lhe: "O que lhe

parece, Simão? Os reis da terra, de quem percebem os impostos? De seus filhos ou dos estrangeiros?" Simão lhe disse: "Dos estrangeiros". E Jesus lhe respondeu: "Logo os filhos estão isentos..."» (Mateus, 17,24-26.)

Assim, nesta frase tão singela Jesus não se afirma, de modo algum, filho de um rei do céu, a não ser clara e sinceramente filho de um dos reis da terra, neste caso concreto de Israel, a única sobre a qual tem direito, por ser «filho de David».

Outros versículos dos Evangelhos canônicos escaparam aos censores e se conservaram, apesar das severas revisões efetuadas no curso dos cinco primeiros séculos. Vamos passar-lhes revista, um após outro:

«Nascido, pois, Jesus em Belém de Judá nos dias do rei Herodes, chegaram do Oriente à Jerusalém uns magos dizendo:

"Onde está o rei de quem os judeus acabam de nascer? Porque vimos sua estrela ao oriente e vamos lhe adorar..."» (Mateus, 2, 1-2.)

Aí, nem a profecia messiânica nem o próprio texto evangélico falam de um rei do Mundo, de um deus, encarnado; trata-se apenas de um rei dos judeus, que vai reinar sobre Israel, o que implica um grande acontecimento político para a época: a reconstituição da unidade judaica, primeiro derrotada pela separação da Samaria, depois pela criação das tetrarquias e pelo protetorado romano para o resto.

Mas o texto de João é bastante explícito. Julgue-se:

«Entrou Pilatos, de novo no pretório e, chamando Jesus, disse-lhe: "É você o rei dos judeus?" Respondeu Jesus: "É você quem diz isso, ou outros disseram-lhe isso sobre mim?..."» (João, 18, 33-34.)

Esta simples frase demonstra que Jesus desconfia. Antes de reconhecer se ele se considera rei de Israel, coisa que poderia lhe custar a vida, quer saber o que sabe Pilatos de tal pretensão. Mas daí se infere deste modo que a voz pública considerava Jesus como rei, tanto como «filho de David». De onde a confissão que segue:

«Disse-lhe então Pilatos: "Logo você é rei?" Jesus respondeu: "Você disse, sou rei..."» (João, 18, 37.)

Os Evangelhos sinóticos são ainda mais claros:

«O governador lhe interrogou nestes termos: "É você o rei dos judeus?" E Jesus lhe respondeu: "Você o diz..."» (Mateus, 27, 11; Marcos, 15, 2; Lucas, 23, 3.)

O desenvolvimento do processo mostra, sem discussão possível, que é como rei dos judeus, rei de Israel, como comparece Jesus diante de Pilatos:

«Pilatos perguntou-lhes dizendo: "Querem que lhes solte ao rei dos judeus? [...] O que querem, pois, que faça com este que chamam rei dos judeus?"» (Marcos, 15, 9 e 12.)

Esta frase demonstra que, para uma grande parte da população, Jesus é o rei legítimo. Para os soldados romanos também. Quando ludibriam ao Jesus no pretório, fazem-no como tal, e são os seis centúrias de veteranos, que constituíam a Coorte legionária, as quais se burlam cruelmente do «rei dos judeus», eles também estão à corrente, não há nenhuma vacilação, nenhuma ignorância:

«Então os soldados do governador conduziram Jesus ao pretório, e reuniram em torno dele toda a coorte. E tirando-lhe suas vestes, envolveram-lhe em uma

manto escarlate. Teceram uma coroa de espinhos e a puseram sobre sua cabeça, e em sua mão direita lhe puseram uma cana, e ajoelhando-se diante dele escarneciam dizendo: Deus te salve, rei dos judeus!...» (Mateus, 27, 27-29.)

Marcos, (15, 18) e João (19, 2-3) contam a mesma cena, só que para João o manto é púrpura, e não escarlate, a fim de sublinhar a intenção dos legionários romanos: revestir Jesus com um manto que recordava o dos soberanos. Porque a manto dos legionários era escarlate, e não púrpura, evidentemente.

Por outra parte, a pancarta colocada em cima da cabeça de Jesus quando está crucificado repete essa característica, ou essa reivindicação:

«Para indicar o motivo de sua condenação, puseram escrito sobre sua cabeça: "Este é Jesus, o rei dos judeus".» (Mateus, 27, 37.)

Marcos é mais conciso; segundo ele, a pancarta punha somente: «O rei dos judeus». (Marcos, 15, 26.)

Esta concisão não faz a não ser sublinhar o caráter principal da condenação de Jesus: a rebelião contra César, crime castigado com a pena de morte, e crime ao que se acrescentariam outras acusações, todas igualmente graves, e que analisaremos à parte: magia nociva, rebelião, banditismo, etc.

E quando seus adversários hebreus vão ao lugar de sua execução, desafiam-lhe a que se libere da cruz, mas a título de rei dos judeus:

«Que o Ungido, o rei de Israel, baixe agora da cruz para que o vejamos e creiamos...» (Marcos, 15, 32.)

Um último testemunho involuntário sobre a pretensão sustentada por Jesus de ser o rei de Israel, João nos contribui com isso:

«Os principais sacerdotes dos judeus diziam à Pilatos: "Não escreva: 'Rei dos Judeus', a não ser: "Ele disse: Sou Rei dos Judeus..."» (João, 19, 21.)

Era uma época em que Jesus, não obstante, pôde haver-se convertido em rei, se não de Israel em sua totalidade, ao menos sim de uma parte. Em João descobrimos, nesse sentido, uma passagem fartamente reveladora:

«E Jesus, sabendo que viriam para lhe arrebatam e lhe fazer rei, retirou-se de novo ao monte, ele sozinho...» (João, 6, 15.)

Neste rechaço, a ver-se proclamado rei, o leitor se verá tentado de ver uma contradição das citações precedentes. Mas nada disso. Porque o que queria Jesus, e aquilo ao que aspirava, era ao trono de Israel, e só isso. Não pretendia uma realeza qualquer. Queria unir de novo os dois reinos inimigos: Judeia e Samaria, separados após a morte de Salomão, no ano 930 antes de nossa era, e uma frase o prova:

«Jerusalém, Jerusalém, que mata aos profetas e que lapida aos que lhe são enviados. Quantas vezes quis eu reunir a seus filhos, à maneira que uma galinha reúne seus pintinhos sob suas asas, e não quis!...» (Mateus, 23, 37.)

Daí as relações de Jesus com o território impuro de Samaria, apesar das proibições judaicas. Porque se tivesse êxito nesta empreitada, de cara teria ao poderio romano. A Palestina, por fim reunificada, poderia esperar sua liberação.

Agora bem, os que queriam lhe arrebatam e fazer dele seu rei, não eram os seus, a não ser uma gente equivocada, sem ofício nem benefício, um grupo no qual havia tantos vagabundos como bandidos. Em todo caso, assim parece, não eram

judeus autênticos, mas, elementos muito mesclados, e portanto não frequentáveis por um judeu que pugnava por obter a realeza legítima. Basta reler o texto de João para dar-se conta disso:

«Depois disto, partiu Jesus, de Tiberíades, do outro lado do mar da Galiléia...» (João, 6,1.)

«Chegada a tarde, seus discípulos desceram à beira do mar, e, subindo em um barco, atravessavam o mar (da Galiléia) para ir à Cafarnaum. Já tinha escurecido, e Jesus não havia retornado ainda com eles...» (João, 6, 16-18.)

Basta, pois, tomando um mapa da região para constatar que:

a) Jesus e seus fiéis saem primeiro de Tiberíades e atravessam o mar da Galiléia. Ali se monta o complô de ir de noite a seqüestrá-lo para convertê-lo em rei. (João, 6,15.)

b) portanto, voltam a partir e atravessam de novo o mar da Galiléia, mas desta vez em direção à Cafarnaum.

O simples exame do mapa demonstra que sua primeira escala teve lugar em um território ao qual se denomina Decápolis, federação helenística de dez cidades, e por conseguinte de população grega, e que devia ao Pompeu o ter sido proclamada livre. Agora bem, a Jesus não interessava converter-se no soberano de uma população impura, por não ser judia. Aí reside todo o segredo de sua negativa. Em troca, se se refugiava em Cafarnaum, achava-se na Galiléia, portanto em sua terra.

Existe um apócrifo copto, o *Evangelho dos Doze Apóstolos*, que o sábio Orígenes considerava como o mais antigo evangelho apócrifo, junto com o *Evangelho dos Egípcios*, ambos anteriores, provavelmente, ao *Evangelho de Lucas*, segundo ele. E esse *Evangelho dos Doze Apóstolos* nos contribui uma curiosa tradição referente a um possível reinado de Jesus, na vida deste, entende-se. A tradução deste evangelho é do doutor E. Revillout, professor e conservador no Louvre por volta de 1904, o qual estima que:

«...Os relatos muito circunstanciados do evangelho em questão não nos oferecem menos curiosas revelações, pois deveram ser escritos antes do século II, dado que no século III, Orígenes fez dele um apócrifo muito antigo, que podia ser obra de São Lucas». (Op. cit., Pág.128.)

Pois bem, nos primeiros fragmentos traduzidos por E. Revillout, e que serão completados por outras partes, fala-se de um tal Carius, que teria sido enviado por Tibério César para nomear um novo tetrarca, tanto que, segundo os Evangelhos canônicos, buscava-se Jesus para proclamá-lo rei. (João, 6, 15.)

M. Robinson supõe que Carius (*Kairos*) é, na realidade, o Quirinus (Kirinos) do evangelho de Lucas (2, 2). O doutor Revillout, por sua parte, considera que se trata melhor de Caius que, segundo Tácito, foi enviado por Tibério para pacificar a Armênia e instalar ali a um rei de sua eleição.

Segundo um novo fragmento, que deve ser anterior aos dois primeiros, Tibério, antes de pensar em nomear um novo tetrarca que substituísse ao Filipo, tinha recebido de Herodes Antipas, seu irmão, umas denúncias que demonstravam que este estava montando um complô. Tibério teria ordenado então, que se

apoderassem dos bens e da tetrarquia do Filipo, e não lhe teria deixado a não ser sua vida, a de sua esposa e de sua filha. De fato, o que provavelmente a intenção de Herodes Antipas era anexar a tetrarquia de Herodes Filipo.

Podemos deduzir que foi nesta ocasião quando Herodes Antipas ficou com sua cunhada Herodias e sua filha Salomé? É muito possível: Neste caso nos acharíamos no ano 29 de nossa era.

Seja como for, teríamos aí a explicação daquilo que os Evangelhos canônicos não nos explicam, ou seja: a razão do misterioso aborrecimento de Pilatos e Herodes Antipas, quem não se teria reconciliado até que foi capturado Jesus, feito mediante o qual Herodes Antipas constatou que Pilatos não apoiava já a candidatura de Jesus (veja-se Lucas, 23, 12).

Um fragmento do Evangelho segundo são Pedro, recentemente descoberto, em princípios deste século, parece confirmar tudo isto.

Vejamos, pois, as passagens do *Evangelho dos Doze Apóstolos* que tratam sobre esta intenção de Tibério de proclamar rei ao Jesus, em lugar de Herodes Filipo, tetrarca da Gaulanítide, a Traconítide, a Betânia e Paneas:

«Herodes era, também ele, tetrarca da Galiléia. Por último Satanás entrou nele. Levantou-se. Foi junto ao imperador Tibério. Acusou ao Filipo, ou seja... (falta a continuação).

»Este imperador se zangou muito, e disse: "Eis aí, pois, que todo o universo está submetido a meu poder, desde o tempo em que Deus pôs essas coisas nas mãos de meu pai Augusto. E Filipo excitará rebeliões contra minha realeza e meu poderio. Eu não o permitirei". E ordenou... (falta a continuação).

«"Confiscará ao Filipo, tirar-lhe-á sua casa. Dará procuração de seus bens, de seus servidores, de seu gado, de todas as suas riquezas, de tudo o que é dele, e me fará chegar essas coisas à sede de meu império. Todos os seus bens, você os contará por mim, e não lhe deixará nada, a não ser sua vida, a de sua mulher e a de sua filha." Isto é o que disse Tibério ao ímpio Herodes (Antipas).

»Foi, igual àqueles aos quais se enviou com ele. Apreendeu ao Filipo, sem que este soubesse nada, e sem que tivesse conhecimento do assunto (do porquê o tratavam assim).

"Agora bem, aconteceu que naqueles dias, nos quais Jesus ressuscitou ao Lázaro, um grande da Galiléia fora encontrar Herodes por causa da administração que lhes incumbia sobre os territórios de Filipo, ao qual Filipo lhe tinha acusado ante o imperador de havê-los devastado, sob o pretexto de que Herodes lhe havia retirado a sua mulher.

»Carios (Caius), pois, o grande imperador, quando ouviu falar dos milagres que Jesus fazia, apressou-se a ir até ele, e o viu. Então Carios contribuiu com notícias de Jesus. Disse ao Herodes:

"Este é digno de ser renomado rei de toda a Judeia e de todos os territórios de Filipo".

»Quando Herodes ouviu essas coisas sobre Jesus, penalizou-se e lançou grandes acusações contra Jesus, acrescentando: "Não queremos que seja rei da Judeia". Reuniu também a todos os grandes dos judeus. Disse-lhes o que Carios

pensava respeito de Jesus para fazê-lo rei. Nesse instante Herodes ordenou, dizendo: "Àquele a quem se encontrar consentindo a semelhante coisa, lhe dará morte pela espada, e lhe arrebatará tudo que houver em sua morada".

»Anás e Caifás, os grandes dos judeus, reuniram-se com Carios, o grande de Tibério, o imperador. Estabeleceram palavras falaciosos e falsos testemunhos, que não tinham fundamento, sobre Jesus, desde seu nascimento até o fim. Alguns se referiam a que era um mago, outros a que tinha sido engendrado por mulher, [20] outros que rompia o *sabbat*, outros a que destruía a sinagoga dos judeus (o Templo).

[20- Alusão indireta à afirmação de alguns, que pretendiam que Jesus era o filho adúltero de um mercenário romano, ou sírio.]

«Quando tiveram lugar essas coisas, Herodes (Antipas) pediu a cada um dos grandes dos judeus uma libra de ouro. Reuniu uma considerável soma. Deu-a ao Carios para que conseguisse que o renome de Jesus não chegasse aos ouvidos de Tibério. Carios recebeu o dinheiro das mãos de Herodes, e não transmitiu o assunto ao César.» (Op. cit., 2.º fragmento.)

Pois bem, tudo isto é menos desatinado do que se pudesse supor a primeira vista, tendo em conta a forma ingênua de sua apresentação. Porque essa restauração implicava, no pensamento de Tibério, o desejo de pacificar, de uma vez por todas, uns territórios em incessante dissidência, ao confiá-los a um soberano legítimo, quem resultava ser o pretendente legal, válido, por ser «filho de David». Esse mesmo pretendente, que então era chefe dos rebeldes permanentes, ao mesmo tempo, filho e neto de rebeldes, ao entrar desse modo na legalidade pacificava, por si mesmo, o país. Por esse mesmo fato, dotado de uma espécie de lista civil para o pagamento dos pedágios e dos impostos, já não deduzia nada ilegalmente. Por outra parte, Roma dava assim satisfação a maior parte dos judeus, que suportavam bastante mal a tirania dos reizetes idumeus. Mas isto, evidentemente, não entrava nos cálculos de Herodes Antipas.

Esta tese, que nos é contribuída pelo *Evangelho dos Doze Apóstolos*, proporciona assim uma explicação a duas passagens misteriosas dos Evangelhos canônicos:

«Naquele mesmo dia vieram alguns fariseus a lhe dizer: "Sai e vai-te daqui, porque Herodes quer te matar..."» (Lucas, 13, 31.)

«E Jesus, sabendo que viriam para lhe arrebatam e lhe fazer rei, retirou-se de novo ao monte, ele sozinho...» (João, 6, 15.)

É evidente que se Jesus limitava-se a curar aos doentes e a ensinar moral, não existiria razão alguma para que Herodes Antipas decidisse matar-lhe. Se o ardiloso tirano tinha decidido assim, era porque Jesus representava para ele uma ameaça, e esta não se podia produzir, a não ser em um único campo: o de seus interesses, quer dizer, seu próprio pequeno reino. E para isso era imprescindível que Jesus, mediante sua conduta, suas palavras e seus atos, tivesse manifestado certa ameaça. E vemos aqui, muito longe da pastoral descrita, ou melhor, imaginada, por Ernest Renán.

Todavia, no destino de Jesus estava escrito que não seria jamais rei, e, contrariamente à lenda da Anunciação, «o Senhor Deus» não lhe deu «o trono de

David, seu pai», e não reinou «eternamente sobre a casa de Jacob». Porque menos de quarenta anos depois de sua execução, não havia já a casa de Jacob, e já não existia Israel.

Não obstante, no *Testamento da Galiléia*, cujos mais antigos manuscritos encontrados são, no melhor dos casos, do século VIII, a famosa «volta» de Jesus com toda sua glória tem precisada inclusive a data, o que prova que a redação inicial de tal texto é anterior a essa data, já que, se tivesse sido posterior, não se trataria já de uma profecia. E vejamos o versículo em questão, traduzido do etíope sobre o mais antigo manuscrito conhecido:

«Na verdade lhes digo, virei como o sol que se levanta, serei sete vezes mais brilhante que ele em minha glória, e diante de mim irá minha cruz. Deverei julgar aos vivos e aos mortos... Nós lhe dissemos: "Oh, Senhor, dentro de quantos anos voltará? E ele nos disse "Quando tiver passado o ano 150, nos dias de Pentecostes e de Páscoa..."» (Op. cit., 28, fólio 16.)

A redação inicial é, portanto, anterior ao ano 150, mas próximo a ele.

Apesar da boa opinião que tinha ele de seu retorno, nosso herói não retornou, nem no ano 150, nem no ano 1000. E seguimos esperando.

16.- O dízimo messianista

«Um ensino da *Tora* não deve converter-se em uma pá para recolher dinheiro...»

Rabbi Zadoq, 50 d. J. C.

Para compreender as requisições, imposições, deduções forçosas, que os sicários impunham às pessoas de Israel, deduções que, ao efetuar-se em detrimento dos impostos recebidos pelos romanos, ou os tetrarcas idumeus, adotavam aos olhos destes um aspecto associado ao latrocínio, teremos que recordar duas coisas:

- a) todo exército de facciosos vive no país onde opera, e isso às boas ou às más, tanto se agradar como se não às pessoas aprazíveis; e não poderia ser de outro modo;
- b) no caso de nossos sicários, persuadidos de representar à monarquia judia em toda sua legitimidade e sua pureza, existia, além disso, a palavra formal das Escrituras.

Quando os judeus desejaram ter a sua cabeça, não já aos sábios, denominados juizes, a não ser a um rei, a exemplo dos povos vizinhos, o profeta Samuel lhes acautelou com antecipação de que esse rei teria sobre eles uns direitos que eles não poderiam evitar dali por diante:

«Samuel repetiu todas as palavras do Yavé ao povo que lhe pedia um rei, e lhes disse: "Este será o direito do rei que reinará sobre vocês: tomará a seus filhos

para destiná-los a seus próprios carros e a seus próprios cavalos, para que corram diante de seu carro, para usá-los como chefes de mil, chefes de cento e chefes de cinquenta; para que arem seu campo e colham sua colheita; para que fabriquem armas de guerra e arnês para seus carros. Tomará também a suas filhas como perfumistas, [21] cozinheiras e padeiras. Tomará o melhor de seus campos, de suas vinhas e de suas oliveiras; dará a seus eunucos e a seus servidores. Tomará a seus escravos e suas escravas; assim como, seus melhores bois e seus melhores asnos, e os empregará em seus trabalhos. Retirá o dízimo de seu gado menor, e vocês mesmos, converter-lhes-ão em seus escravos...» (I Samuel, 8,10-17.)

[21-Termo que designa as *damas de honor*, *donzelas de honor*, *damas de tocador da rainha*, cuja obrigada servidão sexual para com o soberano, de repente fazia delas, de fato, concubinas, e portanto, prostitutas.]

Em função dessas palavras das Escrituras, todos os Estados cristãos, dali em diante, justificaram a vassalagem, o imposto do sangue, o serviço militar em proveito do soberano, o direito de caminhar, o dízimo, etc. E a escravidão tem suas raízes nas últimas palavras do versículo 17.

Quando uns fanáticos estão persuadidos de servir a uma causa justa e de ter Deus a seu lado, todo limite é rapidamente transbordado. Foram exemplo disso os *chuanes* na França, aos quais, muito rapidamente, a população rural lhes chamou «bandoleiros» por causa de seus atos de «banditismo», inevitáveis. Esse foi o caso dos «Companheiros de *Jehu*», espécie de *chuanes* de Ródano. Esse foi também o caso de alguns grupos «*maquis*» que, entre 1943 e 1944, tiveram que ser abatidos, e inclusive aniquilados, pelos resistentes regulares, a quem os excessos daqueles faziam correr o risco de desprestigiar. Este gênero especial de guerrilheiros dos «*maquis*», de fato estava composto primordialmente por gente fora da lei. E, tendo em conta tudo isto, compreenderemos melhor o que seguirá, em relação ao comportamento de Jesus e de suas tropas, pois em toda parte: «A necessidade carece de lei», e o dinheiro é o nervo da guerra.

Há uma frase muito reveladora sobre o recrutamento messianista nos Evangelhos:

«E Jesus lhes disse: "Na verdade vos digo que os publicanos e as meretrizes vos precederão no reino de Deus. Porque veio João (o Batista) a vós pelo caminho da justiça e não crestes nele, enquanto que os publicanos e as meretrizes creram. Mas vós outros, vendo isto, nem ainda fizestes penitência depois, para o crerdes".» (Mateus, 21, 31-32.)

As prostitutas estão, efetivamente, proscritas da sociedade na nação judia, e estes versículos o provam:

«Que entre as filhas de Israel não haja nenhuma prostituta, e que não haja nenhum prostituto entre os filhos de Israel. Seja qual for o voto que tenha feito, não levará a casa de Yavé, seu Deus, o salário de uma prostituta nem o preço que recebe um *cão*, [22] como oferenda, porque ambos, salário e preço, são uma abominação para Yavé, seu Deus...» (Deuteronômio, 23, 18-19.)

[22- *Cão*: *Perro*: Prostituto homossexual.]

Das duas citações precedentes se pode tirar a conclusão de que, dado que as

peças de Israel, em sua imensa maioria, sente desconfiança frente ao messianismo difundido por João, o Batista, por não se sentir especialmente entusiasmado ante a perspectiva de uma nova rebelião (nos setenta e dois anos precedentes houve perto de quarenta, sem resultado), não terão lugar, nem função no reino quando se tiver restabelecido este em proveito do Filho de David, o herdeiro legítimo, quer dizer, Jesus. Pelo contrário, como os publicanos e as prostitutas puseram-se do seu lado, terão postos privilegiados na monarquia davídica assim restaurada. Observaremos que estes, ao encontrarem-se relegados à condição mais baixa da nação judia, não terão nada a perder se adotarem o messianismo, e tudo a ganhar, se este tiver êxito.

Terá que recordar que os cobradores de impostos, embora lhes conhecia com o nome de publicanos, eram especialmente desprezados pela população. O *Talmud* nos diz que:

«Os bandidos, os assassinos e os publicanos terão que os colocar na mesma categoria...»

Instalam-se à entrada das cidades e dos povoados, nos acessos à pontes e vaus, dentro de uns barracos de pedra, a modo de arrendatários de postos de pedágio, como alfandegários. Cobram, em proveito dos romanos (se se encontrarem em um território administrado por eles), ou em proveito dos tetrarcas (se se encontrarem em uma tetrarquia), quer dizer, dos sub-governadores que colaboram com Roma, uma soma igual à décima parte do valor daquilo que se introduz, ou que passa pelo citado lugar. Como é óbvio, cobram mais para eles, posto que devem viver.

Pois bem, nossos sicários idearam um meio muito singelo para encher a bolsa do partido, a bolsa na qual colocava a mão livremente Judas Iscariote sem que ninguém o impedisse (João, 12, 6), pela excelente razão de que ele era um dos artífices de seu preenchimento regular. Esse meio consistia em cobrar o dízimo àqueles que percebiam o dízimo. Em nossos dias a isso lhe chama *racket*, termo que designa, em inglês, a ação do *racker*, palavra que inclui em seu significado o sentido de apressar oprimindo.

Os escribas anônimos que, nos séculos IV e V, redigiram os Evangelhos que nós conhecemos, não tinham imaginação. Tanto para evitar afastar-se muito do eixo principal da tradição, como para dispor de um rascunho sobre o qual bastava efetuar algumas transposições, conservaram a armação histórica geral. Os fatos estão aí, isso é inegável, o que é falso são os detalhes, e sobretudo os comentários que foram acrescentando-se daí em diante.

Em primeiro lugar, observaremos que Jesus (ou Simão, o zelote, seu irmão e lugar-tenente) estabelece no movimento messianista uma disciplina rigorosa, que impera inclusive no seio da família. Assim, por exemplo, quando Maria, sua mãe, quer lhe pedir um favor para os outros dois filhos dela, se apostema diante dele; não é acaso o rei de Israel, o senhor, o filho de David? Julguem-no:

«Então a mãe dos dois filhos de Zebedeu se aproximou de Jesus com seus filhos, e se prostrou para lhe pedir algo...» (Mateus, 20, 20.)

Sabemos que o nome da mulher de Zebedeu era Maria:

«Entre elas estavam Maria Madalena e Maria, a mãe de Santiago e José e mãe

dos filhos de Zebedeu...» (Mateus, 27, 56.)

É deste modo a Maria mãe de Jesus, já que Santiago, filho de Zebedeu, é irmão de Jesus:

«A nenhum outro dos apóstolos vi, se não foi ao Santiago, o irmão do Senhor...» (Paulo, Epístola aos Gálatas, 1,19.)

Nas famosas bodas de Canaã, responder-lhe-á com altivez:

«Mulher, o que temos que ver você e eu?» (João, 2, 4.)

Agora se compreende melhor o fato de que seja obedecido com os olhos fechados por seus irmãos e seus «discípulos» quando dá uma ordem. Aí onde o crente ingênuo vê um ascendente milagroso, por ser quase instantâneo, o observador que faz uso de sua razão constata simplesmente uma indiscutível autoridade em Jesus, e uma obediência total em seus colaboradores. Naquela época, e durante numerosos séculos, a ordem de um rei era executada sem sequer uma sombra de discussão. E vejamos como se organizaria uma nova forma de imposto.

Em primeiro lugar, observemos que o publicano Levi não é outro que o apóstolo Mateus. Isto facilitará a compreensão do que segue:

«Passando Jesus dali, viu um homem sentado no lugar do pedágio, e que se chamava Mateus, e lhe disse: "Segue-me!" E este homem, levantando-se, seguiu-lhe.» (Mateus, 9, 9.)

«Ao passar, viu Levi, filho de Alfeu, sentado no telônio, e lhe disse: "Segue-me!", e ele, levantando-se, seguiu-lhe.» (Marcos, 2, 14.)

«Depois disto saiu e viu um publicano chamado Levi sentado no barraco do pedágio, e lhe disse: "Segue-me!" E Levi, deixando tudo, levantou-se e seguiu-lhe...» (Lucas, 5, 27.)

Não há complicação alguma: Levi recebe uma ordem de seu irmão ou primo, que é também seu rei, e obedece. Há algo mais normal? A continuação é igualmente simples:

«Levi lhe ofereceu então um grande banquete em sua casa, e um grande número de publicanos e outros estavam com eles na mesa...» (Lucas, 5, 29.)

«E aconteceu que, estando Jesus sentado à mesa em casa daquele [a do Levi-Mateus, evidentemente], vieram muitos publicanos [cobradores de impostos] e pecadores sentarem-se com Jesus e seus discípulos...» (Mateus, 9,10.)

«Estando Jesus sentado à mesa em casa de Levi, muitos publicanos e pecadores se acomodaram na mesa com ele e seus discípulos...» (Marcos, 2,15.)

Esse «grande banquete» era, por conseguinte, também um congresso: o do «clã», e este termo não é muito forte, pois o próprio Jesus coloca aos chamados publicanos no último escalão da sociedade:

«Se amarem aos que lhes amam, que mérito têm? Não fazem isto também os publicanos?...» (Mateus, 5, 46.)

Tinha associado já os publicanos com as prostitutas, adequando-se assim à tradição judia expressa no *Talmud*, que os equiparava aos bandidos e aos assassinos. Teremos que dizer que nessas regiões, ainda submetidas ao banditismo secular faz tão somente trinta anos, onde ainda reina (tendo em conta os acontecimentos políticos) um «maquiado» permanente (*Yemen, Iraque, etc.*), os publicanos se

comportavam então em suas exações pessoais, associadas às exações administrativas, como verdadeiros salteadores de caminhos.

Todavia, de qualquer maneira, Jesus não gosta de pagar os citados pedágios:

«Entrando em Cafarnaum, aproximaram-se de Simão Pedro os arrecadadores da didracma e lhe disseram: "Vosso mestre não paga a didracma?" E ele respondeu: "Paga". Quando entrou na casa (de pedágio), Jesus o preveniu dizendo: "O que te parece, Simão? Os reis da terra, de quem recebem os impostos? De seus filhos ou dos estranhos?" Simão lhe disse: "Dos estranhos". E Jesus lhe respondeu: "Logo os filhos estão isentos..."» (Mateus, 17, 24-26.)

Diz isso porque é perfeitamente consciente de que é filho de rei (seu pai, Judas da Gamala, «Filho de David» antes que ele), e de que deve receber e não pagar. Desde onde seu amargo julgamento sobre os chamados publicanos:

«Se teu irmão pecou... [...] ...seja para ti como um gentil ou um publicano...» (Mateus, 18, 15-17.)

Aí o cobrador de impostos-publicano está colocado inclusive depois do próprio gentil. Mas na ordem normal das coisas terá que cuidar, já que graças a ele enche-se a bolsa do partido, essa bolsa que administra Judas Iscariote, e na qual coloca a mão, coisa conhecida (João, 12, 6), mas que carece de importância, dado que se enche amplamente. Tão amplamente, que Judas Iscariote ainda a conserva na noite da detenção de Jesus.

[«E disse isto, não porque ele tivesse cuidado dos pobres, mas porque era ladrão, e sendo o que tinha a bolsa, trazia o que se lançava nela.» (João 12, 6)]

De fato, Levi-Mateus, o cobrador de impostos, é o coletor principal. Percebe e centraliza as somas pagas pelos outros cobradores de impostos, e Judas Iscariote, o tesoureiro do movimento, contabiliza e conserva o conjunto do pressuposto zelote. E é provável que a massa das prostitutas fizessem algo mais que «acreditar nele» para merecer o «reino de Deus».

Sabe-se, por outro lado, que Judas rouba recursos do movimento, e não obstante não confiam estes a alguém mais honrado, porque não se atrevem a retirar-lhe. Há aí um pequeno mistério que não carece de interesse. O que sabe Iscariote para ser tão inatingível? Coisas não muito edificantes, evidentemente, e que podem conduzir alguns a um castigo tão infamante como definitivo.

Sobre o fato de que os publicanos tivessem que pagar, por sua vez, contribuição aos zelotes (aliás os sicários), temos como prova o versículo seguinte, de Paulo:

«Os filhos de Levi que exercem o sacerdócio têm, segundo a lei, o preceito de receber o dízimo do povo, isto é, de seus irmãos, não obstante ser também eles da estirpe de Abraham...» (Paulo, Epístola aos hebreus, 7, 5.)

Pois bem, Jesus dir-se-á sacerdote segundo a ordem de Melquisedech. Mas vejamos a continuação:

«...além disso, o mesmo Levi, que recebe os dízimos, pagou-os...». (Paulo, Epístola aos hebreus, 7, 9.)

Não se tratava de Levi, filho de Jacob e de Lea, sobrinho de Raquel e neto de Abraham, pois esse Levi não pagou jamais dízimo algum a ninguém. Sua violência e

seu caráter indômito eram proverbiais. Leia-se a este respeito a Gênese (49, 5-7). O Levi que está perto de Paulo é o Levi, aliás Mateus, o cobrador de impostos. E este não só paga o dízimo, mas também organiza a percepção do mesmo entre seus colegas os cobradores de impostos. Em proveito da caixa messianista, claro está.

Depois da morte de Jesus, como antes, as rebeliões judias que tinham como fim o restabelecimento da realeza davídica, continuaram. A percepção desse «dízimo» também. Julgue o leitor. Vejamos o que nos diz Flavio Josefo:

«Sendo Fadus governador da Judeia, um mago chamado Teodas persuadiu a uma grande multidão de que tomassem consigo suas riquezas e lhe seguissem até o Jordão. Dizia que era profeta, e que depois de ter dividido e não mediante uma ordem sua, poderiam atravessá-lo facilmente. Falando assim enganou muita gente. Mas Fadus não lhes deixou gozar de sua loucura. Enviou contra eles uma tropa de cavaleiros, que caiu sobre eles de improviso; matando um grande número, capturou a muitos com vida e ao próprio Teodas entre eles, a quem decapitou e cuja cabeça enviou depois à Jerusalém...» (Flavio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XX, 97-98.) [23]

[23- Cuspius Fadus foi enviado pelo imperador Claudio no ano 45. Foi substituído no ano 46 por Tiberio Alexandre, que fez crucificar a Simão, o Zelote, (aliás Pedro) em Jerusalém, no ano 45; com seu irmão Santiago, aliás Jacobo, o Maior.]

Estamos no ano 45.

Sabemos que no ano 44 Santiago, o Menor, «filho de Alfeu», foi decapitado em Jerusalém (cf. Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, II, I, 5). Pois bem, este tem um filho, que é o apóstolo Judas, a quem se chama também Judá, aliás Tadeu. Este é um ponto sobre o qual todos os exegetas, católicos e protestantes, estão de acordo. E esse filho é Teodas, aliás Tadeu, decapitado, como seu pai, por ordem do Fadus. Chamam-lhe *magos* pela simples razão de que herdou de seu pai essa magia usada no Egito por Jesus. Assim como, aos astrólogos chamavam-lhes, naquela época, *caldeus* (é um fato), aos magos chamavam *egípcios*. Esse termo se usava ainda na Idade Média referindo-se aos *boêmios*.

Por isso, quando Paulo é detido em Jerusalém no curso de uma nova sublevação (Atos, 21, 27 a 36), encontramos o seguinte testemunho:

«À entrada do quartel disse Paulo ao tribuno: "Permite-me dizer uma coisa?" O tribuno respondeu: "Fala o grego? Não é você acaso o egípcio que faz alguns dias promoveu uma rebelião e levou ao deserto quatro mil bandidos?..."» (Atos, 21, 37-38.)

Não podia tratar-se de um habitante do Egito, quem evidentemente não teria tido nada a ver com a independência judia e a realeza davídica, mas sim de um «egípcio», termo sinônimo de *magos*.

Tudo isto tem lugar em pleno período de insurreição, posto que Eusébio da Cesaréia e Flavio Josefo estão de acordo em situar nesta época a terrível carência de alimentos:

«Naqueles tempos Judeia passou uma terrível fome...» (Cf. Flavio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XX, 101.)

Sob a pluma dos escribas anônimos que compuseram todo o Novo

Testamento, nos séculos IV e V, essas incessantes e terríveis insurreições se converteram em corriqueiras e pequenas escaramuças, suscitadas, pelos maus fariseus contra os bons cristãos, combate aos quais os excelentes romanos tinham por bem colocar fim e servir de árbitros, a fim de manter a ordem pública. A realidade histórica, em troca, é outra muito distinta. Mas na época em que se redigiu o Novo Testamento, todo o Império romano se fez já cristão, de bom grado ou pela força. E terei que tratar com olhares ao imperador e ao povo romano. E para isso, carregam todas as culpas sobre as costas de quão judeus tinham permanecido fiéis a sua religião.

Vejamos agora um episódio das exações dos zelotes, episódio tomado ao vivo, e que os anônimos redatores dos pseudo Evangelhos quiseram reproduzir como exemplo edificante para os cândidos, misturando ali os habituais elementos maravilhosos, com toda a sutileza necessária:

«A multidão dos que tinham acreditado não compunha a não ser um só coração e uma só alma. Nenhum tinha por própria coisa alguma, antes tudo tinham em comum. Os apóstolos testemunhavam com grande força a ressurreição do Senhor Jesus, e uma grande graça repousava sobre todos eles, pois não havia entre eles nenhum indigente. Todos quantos possuíam campos ou casas os vendiam, contribuía o preço do vendido, e o depositavam aos pés dos apóstolos. E a cada um lhe repartia segundo sua necessidade.» (Atos, 4, 32-35.)

Moderemos um pouco nosso entusiasmo e observemos que a arbitrariedade devia reinar cumprindo nessa apreciação das «necessidades», dado que em outro lugar lemos o seguinte:

«Por aqueles dias, tendo crescido o número dos discípulos, os gregos murmuraram contra os hebreus, porque as viúvas daqueles eram mal atendidas na distribuição que se efetuava cada dia...» (Atos, 6,1.)

Reatemos nossa leitura precedente:

«Mas um homem chamado Ananias, com a Safira, sua mulher, vendeu uma propriedade e reteve uma parte do preço, sabendo-o também sua mulher. Logo contribuiu o resto e o depositou aos pés dos apóstolos. Pedro (é Simão, o zelote, não o esqueçamos) disse-lhe: "Ananias, por que deu procuração Satanás de seu coração, até o ponto de enganar ao Espírito Santo e reteve uma parte do preço do campo? Acaso sem vendê-lo não o tinha para si, e depois de vender não ficava o preço a sua disposição? Por que tentou fazer tal coisa? Não mentiu aos homens, a não ser a Deus". Depois de Ananias ouvir estas palavras, caiu e expirou. Um grande temor se apoderou de todos quantos o ouviram. Logo se levantaram os jovens, e envolvendo-lhe levaram-lhe e deram-lhe sepultura.

»Passadas umas três horas, entrou a mulher, que ignorava quanto tinha acontecido, e Pedro lhe dirigiu a palavra: "Diga-me se venderam o campo a este preço". Disse ela: "Sim, a este preço". Então, Pedro lhe disse: "por que acertaram em tentar ao Espírito Santo? Olhe, os que sepultaram a seu marido estão já à porta, e eles lhe levarão também você". No mesmo instante caiu ela a seus pés e expirou. Ao entrar os jovens, acharam-na morta. Levaram-na, pois, e sepultaram-na com seu marido. Um grande temor se apoderou de toda a Assembléia e de todos quantos se

inteiraram destas coisas...» (Atos, 5, 1 a 11.)

Observamos diversos pontos surpreendentes neste relato, visivelmente forjados para que tivesse o «acolchoado» habitual, mas no qual brota a cada instante a violência de Simão, o Sicário, pai de Iscariote, cuja insensibilidade justifica uma vez mais seu apelido de «Pedra».

Em primeiro lugar: o Espírito Santo de Simão é muito suscetível. Quando seu filho Judas Iscariote furtava na bolsa, o Espírito Santo não intervinha. «Era ladrão» (João, 12, 6), mas o Espírito Santo se conformava. Em troca, quando Ananias vende sua propriedade para doar aos apóstolos de uma parte do preço de venda, este não tem direito a ficar com uma parte do que é dele. E isso merece a morte. E sua esposa, que lhe é necessariamente total, tanto pela lei judia como simplesmente por amor conjugal, sua esposa, por não denunciar ao marido, também merece a morte.

E segundo nossos anônimos redatores dos séculos IV e V, foi esse Espírito Consolador, esse Paráclito que se supõe que Jesus enviou à terra atrás de sua ascensão aos céus (João, 15, 26) como um último dom a seus fiéis, esse foi o que exerceu o ofício de verdugo.

Tranquilizemos ao leitor. O provérbio diz que «De tal pai, tal filho», mas este provérbio, fazendo uso de um silogismo indiscutível, pode inverter-se, e temos: «De tal filho, tal pai...»

Simão, o zelote; aliás, o Sicário, que mereceu o apelido de «Pedra» (Pedro) por causa de sua insensibilidade, é o digno genitor do ladrão que foi Judas Iscariote. Porque esse apelido o temos já quando Jesus lhe fez entrar em cena:

«Quando caminhava (Jesus) junto ao mar da Galiléia, viu dois irmãos: Simão, chamado a Pedra (Pedro), e André, seu irmão...» (Mateus, 4,18.)

«Os nomes dos doze apóstolos são estes: o primeiro Simão, chamado a Pedra (Pedro), e André, seu irmão...» (Mateus, 10, 2.)

«Quando viu isto, Simão-Pedro (a Pedra) caiu de joelhos diante de Jesus e lhe disse: "Senhor, afaste-se de mim, que sou um pecador..."» (Lucas, 5, 8.)

«André, irmão de Simão-Pedro (Pedra), era um dos dois que tinham ouvido o João...» (João, 1,40.)

Podemos observar que aqui há elementos que fazem supor que o desafortunado Ananias era o mesmo que aquele ao que Paulo recolheu em Damasco, quando teve lugar sua conversão. Como isso aconteceu no ano 39, o assassinato de Ananias e de sua esposa teria lugar quando abandonaram Damasco, para ir viver em Jerusalém, possivelmente por prudência, depois dos acontecimentos que foram aparelhados à conversão de Paulo. A propriedade vendida (em 5, 1 dos Atos se fala de uma propriedade, e não de um campo) era sem dúvida alguma sua moradia, em Damasco. Foram muito mal recompensados por isso.

Quanto a sua forma de morrer, tem uma explicação muito simples. A terrível *sica* (síria, jordana, palestina), adaga que deu seu nome aos sicários, é uma temível arma. Os nativos daquelas regiões, tanto nessa época como em nossos dias, completam sua ação com uma arma contundente; bem como uma clava feita de uma haste de palmeira; ou com um pau de carvalho verde; ou um nervo de touro

carregado de bolas de chumbo. Assim era como a tropa do Templo de Jerusalém, que ia armada com a espada, em caso de tumultos populares separava as facções adversas, fazendo uso do pau, ou da clava.

Ananias e Safira receberam simplesmente uma maçada, o que explica sua queda instantânea. E se os jovens da guarda de Simão, o zelote demoraram três horas para ir e voltar da inumação de Ananias é que tiveram que levar o cadáver bastante longe de Jerusalém. O fato aconteceu de dia. De noite as portas da cidade estariam fechadas, e não poderiam sair.

É possível que tivessem levado o cadáver dissimuladamente, embutido dentro de um saco ou de uma caixa, dobrado e amarrado em posição fetal. Fora de Jerusalém não faltavam lugares desertos propícios para efetuar uma inumação clandestina. Bastava ir suficientemente longe para poder atuar tranquilamente. Seria necessária uma hora de trajeto para a ida, meia hora para escavar a tumba (o chão, tremendamente rochoso, era difícil de cavar: para praticar os pequenos buracos destinados a isolar os excrementos naturais, os essênios utilizavam uma tocha, denominada *ascia*), e outra hora para a volta, de modo que podemos situar o lugar da sepultura clandestina de Ananias a uns quatro quilômetros de distância.

Foi provavelmente em direção à Jericó, já que, segundo Jesus, a região atravessada era deserta e estava infestada de bandidos, que se cobriam nas numerosas grutas de tal região.

«Baixava um homem de Jerusalém à Jericó e caiu em poder de ladrões, que lhe despiram, carregaram-lhe de golpes e se foram, lhe deixando meio morto.» (Lucas, 10, 30.)

É indubitável que Simão, o zelote, poderia fazer como a maior parte dos sicários, que abandonavam a suas vítimas em plena rua, encruzilhada ou cidade, conforme conta Flavio Josefo (*Guerras da Judeia*, II, 5). Mas, essas vítimas, de seu terrorismo sanguinário, eram geralmente fariseus e saduceus. Se se identificasse ao Ananias como um dos fiéis da nova seita, as pesquisas teriam demonstrado rapidamente que se tratava de um crime de direito comum. E em lugar de uma decapitação, morte rápida e sem sofrimento, corria-se o risco de ser condenado à crucificação, o mais atroz dos suplícios, e reservado, por isso mesmo, aos maiores criminosos. Coisa que, por outra parte, foi o que aconteceu no ano 47 ao Simão-Pedro e ao Santiago, como já vimos.

E agora nos achamos frente a um episódio enigmático do nascente cristianismo, o dos «mercadores do Templo». Os cristãos modernos não deixam jamais de sublinhar a ação de Jesus expulsando-os do templo, assim como aos cambistas de moeda, para demonstrar até que ponto o cristianismo é oposto ao capitalismo até a morte. E esquecem as condenações pontifícias do socialismo «intrinsecamente perverso», como afirmou textualmente o papa Pio XII.

Vejamos, pois, esse episódio. Não o interpretaremos à maneira admirativa dos crédulos devotos, mas sim como o examinaria o estrategista chefe da tropa do templo, responsável pela ordem pública.

Em primeiro lugar observaremos que, sempre, lá onde há um culto, em seus arredores se encontram os fornecedores de materiais, dos acessórios para tal culto.

Em Jerusalém em nossos dias, em: Meca, Benarés, Roma, Lourdes, Lisieux, Fátima, o peregrino encontrará tudo que é necessário para afirmar sua fé ante Deus. Estas coisas não surpreendiam a ninguém. O final daquele estado não era para amanhã, o profeta Zacarias disse-o. Evocando o dia longínquo em que Jerusalém seria a capital messiânica do mundo inteiro, em que Israel, vencedor das nações, veria «adorarem ao rei» (Zacarias, 14, 16) — o que não é para amanhã, com toda segurança —, o grande vidente nos diz o que segue:

«Naquele dia, nos guizos dos cavalos estará escrito: "Consagrado ao Yavé", e os caldeirões do templo de Yavé serão como as taças ante o altar. Todo caldeirão em Jerusalém e em Judá será consagrado ao Yavé dos Exércitos. Todos aqueles que devam oferecer sacrifícios, utilizarão para cozer neles a carne. E naquele dia não haverá nenhum mercado na Mansão de Yavé dos Exércitos.» (Zacarias, 14, 20-21.)

Vejam agora o relato evangélico. Jesus sobe de Jericó a Jerusalém. Seguiam-lhe uma multidão numerosa (Mateus, 20, 29); assinalemos isto:

«Quando, próximos já a Jerusalém, chegaram em Betfagé, junto ao monte das Oliveiras, enviou Jesus a dois discípulos, lhes dizendo: "Vão à aldeia que está em frente, e em seguida encontrarão uma burrica atada e com ela um burrico; soltem e tragam-me e se alguém lhes disser algo, respondam: 'O Senhor os necessita', e imediatamente lhes deixarão levá-los".

»Isto aconteceu para que se cumprisse o que fora anunciado pelo profeta: "Digam à filha de Sião: 'Eis aqui que seu rei vem a si, manso e montado sobre um asno, sobre um burrico filho de uma burrica...!'" (Zacarias, 9, 9.) Foram os discípulos e fizeram como lhes mandara Jesus. Trouxeram a burrica e o burrico, puseram sobre eles os mantos, e ainda por cima deles montou Jesus. Os mais de entre a turfa (a que acompanhava ao Jesus) desdobravam seus mantos pelo caminho, enquanto que outros, cortando ramos de árvores, estendiam-nos pelo meio-fio. A multidão que lhe precedia e que lhe seguia gritava: "*Hosanna*, filho de David! Bendito o que vem em nome de Adonai! *Hosanna* nas alturas!..."» (Mateus, 21, 1 a 9.)

Detenhamo-nos aqui. Quando vinha de Jericó, nessa época, e chegando à Betfagé, dois caminhos se abriam ante nós: a gente subia para o topo do monte das Oliveiras, a nossa direita, e por conseguinte em direção nordeste. O outro está diretamente diante de nós, passa pelo «jardim das Oliveiras» (que não é o monte de tal nome, mas sim se acha a seu pé), e atravessa o lugar conhecido como Getsêmani, onde se encontra uma prensa de azeitonas e seu armazém. Este lugar se faria célebre a seguir. Mas não há nenhum outro povoado antes de Jerusalém.

Encontra-se tão somente, retrocedendo, o povo da Betânia, onde vivem Simão, o Leproso; Lázaro e suas irmãs, Marta e Maria, todos familiares e amigos de Jesus. Se o burrico e a burrica estavam atados a uma oliveira do chamado Getsêmani, ou se estavam no povoado da Betânia (o qual teria comprometido um rodeio), ou em Betfagé, a verdade é que tinham sido colocados expressamente ali para preparar essa «realização» da visão de Zacarias. Era o empurrãozinho final. E, como é lógico, estavam vigiados, para que ninguém os roubasse, e para que seu destinatário final os tivesse a seu dispor chegado o momento oportuno. E assim foi.

E quando Jesus disse que respondessem: «O Senhor os necessita», dá a entender seu caráter real (senhor significa rei), e não um caráter divino. Essa frase é a ordem, e assim o guardião dos dois animais os abandonará em mãos dos que vêm buscá-los sem pôr dificuldades. A isso é ao que se chama «fazer encaixar as profecias». Continuem:

«E assim que entrou em Jerusalém, toda a cidade se comoveu (em rumores) e dizia: "Quem é este?" E a multidão (a que lhe seguia desde Jericó) respondia: "Este é Jesus, o profeta, de Nazaret da Galiléia".

»Entrou Jesus no templo de Deus, e arrojou dali a quantos vendiam e compravam nele, e derrubou as mesas dos cambistas e os assentos dos vendedores de pombas. E lhes disse: "Escrito está: 'Minha casa será chamada casa de oração', mas vós a convertestes em cova de ladrões".» (Mateus, 21, 10-13.)

Efetivamente, Isaías nos diz:

«E aos estrangeiros que se aderiram ao Yavé para servi-lo...[...]... conduzirei-os a meu monte santo e os encherei de gozo em minha casa de oração...» (Isaías, 56, 6-7.)

Mas não fala de ladrões. É evidente que os estrangeiros e quão israelitas vão em peregrinação à Jerusalém, vão necessariamente oferecer um sacrifício no Templo. Esse Templo se divide em duas partes principais. Está o Templo, com suas naves sobrepostas, com seus recintos e seus pórticos, onde têm acesso os estrangeiros, as mulheres de Israel, os homens de Israel, os sacerdotes, os sacrificadores, o supremo sacerdote. Tudo isso limitado por umas barreiras infranqueáveis sob pena de morte. Está o Santo, o santuário propriamente dito, e, como último recinto, o *Sanctasanctorum*, onde somente penetra o supremo sacerdote uma vez ao ano. O mesmo acontecia em Pequim, na Cidade Violeta, ou em Moscou, com o Kremlin. Seria, pois, nas partes semi-sagradas onde se estabeleceriam os pequenos comerciantes e os cambistas de moeda estrangeira. Estes são indispensáveis para o culto, nunca ninguém se ofendeu por isso, não se pode prescindir deles. Sem eles, sem os animais destinados aos sacrifícios, não podia haver culto.

Além disso, isso significava mostrar-se muito severo com esse pequeno mundo de mercados e de cambistas, quando ele mesmo tinha eleito, entre seus apóstolos, a dois homens que eram assassinos, pai e filho, e o filho, para cúmulo, também era ladrão: Simão, o zelote, e Judas Iscariote. E tanto mais quanto que os peregrinos, «os que compravam», também foram expulsos e golpeados.

De fato, tudo fora montado minuciosamente com antecedência. Jesus não derrubou, ele sozinho, todas as bancas dos cambistas e mercadores, que esperavam que viessem comprar seus animais. Tudo isso ocupa muito espaço, tanto como uma feira ou um comício agrícola. E a grande massa que lhe seguia, desde Jericó, tinha vindo para isso. Essa pendência estava organizada de antemão. E se desencadeou como resultado de umas palavras de Jesus. Poderíamos nos perguntar, tendo em conta quanto precede, se todo o dinheiro assim dispersado pelo chão, se todos essas centenas de moedas de ouro e de prata rodando por aqui e por lá, foram recuperados logo por seus legítimos proprietários. Ou se possivelmente um certo

número de iscarיותes, vindos de Jericó com tal fim, inclinar-se-iam para recolhê-los. Ou se possivelmente nossos cambistas e mercadores não foram tão dóceis como os cobradores de impostos.

Poderíamos nos perguntar também se o «estrategista» do Templo, que estava a mando da tropa deste, ante semelhante agressão não mandaria um destacamento armado a fim de deter os bagunceiros, e se da cidadela Antonia, alertada por seus vigias, não teria acudido uma centúria legionária para fechar a retaguarda a Jesus e a sua tropa zelote. De tudo isso, que foi inevitável, os Evangelhos canônicos não dizem nenhuma palavra.

Possivelmente em uma circunstância similar (dado que houve vários ataques ao Templo) foi quando detiveram e encarceraram a um tal Jesus-bar-Aba com outros sediciosos «por homicídio no curso de uma revolta» (Marcos, 15, 7). Devemos convir que não é em modo algum inverossímil, em semelhante ambiente e com semelhante tipo de gente, para quem o combate que se levava a cabo era uma guerra Santa, como nos demonstram alguns manuscritos do mar Morto.

Por outra parte, tampouco é desatinado supor que, a semelhança de seu pai Judas da Galiléia, que se apoderou primeiro do arsenal e do tesouro de Séforis, Jesus tentasse, com esses assaltos ao Templo, apoderar-se das armas armazenadas no arsenal de sua tropa, e, aproveitando a ocasião, do tesouro do Templo. A existência deste último era conhecida de todos, e isso tentara já Hircano, Herodes, e aos romanos, que já tinham tirado dali algumas quantidades. O saque valia a pena.

O fato de que Flavio Josefo não nos fale dos ataques ao Templo antes da queda de Jerusalém, não prova absolutamente nada. Não esqueçamos que os manuscritos originais desapareceram. Não possuímos a não ser cópias de vários séculos posteriores, e os monges copistas e a censura cristã passaram por ali.

Abramos aqui um parêntese. Entre os numerosos documentos conhecidos como «do mar Morto» existem uns cilindros de cobre cujo texto hebreu pôde ser decifrado no ano 1956, em Grã-Bretanha, por Wright Baker, na Universidade de Manchester. São do século I de nossa era. Foram redigidos em um dialeto falado, o de *Michna*, parte mais antiga do *Talmud*, e não em hebreu neoclássico.

Sabe-se (Dupont-Sommer diz em seus *Manuscritos do mar Morto*) que os *telólas* estavam constituídos pela fração política militante dos essênios, dos quais ao fim se separaram. Para Cécil Roth, os homens de Qumram (lugar onde foram descobertos todos os manuscritos) são os zelotes. Pois bem, esses cilindros nos falam de um tesouro considerável, composto de aproximadamente duzentas toneladas de ouro, de prata, e de outras matérias preciosas, oculto e enterrado em sessenta pontos diferentes da Terra Santa. Compreendemos que Nero, a quem, apesar de tudo, repugnava as execuções inúteis, preferisse fazer pagar a seus chefes enormes somas, abandonando aos militantes ordinários às leis romanas e aos terríveis usos que destas se fazia. Aqui, uma vez mais, Flavio Josefo demonstra ser um excelente historiador, já que suas afirmações estão corroboradas pelos cilindros de cobre de Qumram, como vemos, apesar de que as quantidades estejam ostensivelmente exageradas.

Temos muito longe já do «adorável Jesus», do «Coração misericordioso», do

«Cordeiro que se oferece em sacrifício pelos pecados desses homens» é o *Jeshouah* da *gnosis* judia, é o salvador Invisível, que todas as religiões de salvação, em seus «mistérios» iniciáticos, detectaram entre os Arquétipos eternos. É o *Éon* Jesus dos gnósticos valentinianos. É o Mithra judaizado do século IV, imaginado pelos pseudo evangelistas ao serviço de Constantino. É o Cristo idealizado que adoram os cristãos sinceros sempre.

Todavia, não é o pretendente ao trono material de Israel, que parte sobre Jerusalém encabeçando seus sicários, para atacar peregrinos inofensivos e roubar pequenos comerciantes e cambistas. Não é esse que, menosprezando aos cobradores de impostos, serve-se deles e lhes cobra em proveito de sua caixa de guerra. Não é esse que, ao escolher seus lugares-tenentes imediatos, começa por tomar a dois assassinos, pai e filho, este último, além disso, ladrão. Que «parte sobre Roma» desta maneira é o futuro crucificado do procurador Pôncio Pilatos, um chefe político cheio de valor, um mago que faz honra a seus mestres alexandrinos, mas um homem, afinal de contas, desgastado, na soleira da velhice, e cuja morte está próxima.

É esse o que os gnósticos, maniqueus, templários e cátaros recusariam confundir com Deus. Esse cujo patíbulo, a cruz ignominiosa daquelas épocas, não será jamais tida por sagrada pelos mesmos templários e cátaros, esse mesmo patíbulo ante o qual inclusive sentirão horror, porque a seus olhos é um sacrilégio permanente frente à verdadeira entidade divina que tomou a seu cargo a salvação dos mistérios de todos os cultos. Quem será crucificado é o Cristo inferior, terrestre, entregue a um partido e cativo da Matéria, que nos revelam os escritos maniqueus; oposto ao Cristo superior, celeste, puramente espiritual e pneumático. E os interrogatórios dos templários demonstram de forma absoluta, através de algumas perguntas muito concretas, que o que preocupava aos inquisidores era precisamente isso, quer dizer, essa noção diferencial...

Pois bem, pretender que os excessos ulteriores de Simão-Pedro não implicavam outros semelhantes no ativo de Jesus, é um engano. E aqui temos a prova.

Em Mateus (17, 24-27) lemos o seguinte relato, muito imprudente por parte dos escribas anônimos do século IV, porque nos revela, uma vez mais, o tipo de ganhos particulares que eram tão familiares à Jesus e aos zelotes:

«Entrando em Cafarnaum, aproximaram-se de Simão-Pedro os arrecadadores da didracma e lhe disseram: "Seu mestre não paga a didracma?" E ele respondeu: "Paga". Quando entrou na casa, saiu Jesus, e ao passar disse-lhe: "O que lhe parece, Simão? Os reis da terra, de quem percebem os impostos? De seus filhos ou dos estrangeiros?" Simão lhe disse: "Dos estrangeiros". E Jesus lhe respondeu: "Logo os filhos estão isentos. Mas, para não os escandalizar, vai ao lago, joga o anzol e agarra o primeiro peixe que pescar. Abra-lhe a boca, e nela encontrará um estáter; toma-o e dá-lhe por mim e por você..."» (Mateus, 17, 24-27.)

Se se tratar de um milagre, é-o, e muito gordo. Entretanto, como Deus encarnado, Jesus poderia muito bem estalar simplesmente os dedos e fazer aparecer na ponta destes o estáter solicitado. Poderia dizer simplesmente ao Pedro:

«Coloca a mão em sua bandagem, e ali encontrará a peça necessária para o pedágio dos dois». Mas nada disso. Simão, que como ele acaba de percorrer toda Galiléia, tem de antemão uma vara de pescar enganchada em seu cinturão. Não nos dizem com que. E depois de ter capturado um peixe, sem esperar, no mesmo segundo, Jesus lhe materializará em seus fauces, a distância, o estáter necessário para pagar o pedágio. É fantástico! Mas nunca saberemos se o peixe passeava desde fazia muito tempo com essa moeda em sua boca. Depois de havê-la recolhido não se sabe onde nem como, e havê-la conservado todo o tempo necessário para encontrar por fim o anzol de Simão-Pedro. Coisa que lhe permitiria a seguir arrebentar com a boca aberta, fora de seu elemento natural. Tampouco nos explicará como pôde, de um bocado, apanhar o anzol sem soltar a peça de moeda. Porque para os ingênuos, famintos de milagres, tudo vale. Só que a verdade é mais singela. E mais sórdida também, vai nos aparecer o verdadeiro rosto de Jesus histórico, sem máscara.

Quando morre um papa, rompe-se a marteladas seu anel, o qual se denomina «o anel do Pescador», e grava-se um novo, destinado a seu sucessor. Esse rito comemora a frase de Jesus: «Venham atrás de mim e lhes farei pescadores de homens» (Mateus, 4, 19). De fato, aqueles aos quais se dirige não terão que mudar apenas de profissão, porque Simão, como seu filho Judas, leva o apelido de Iscariote (João, 6, 70), e o de *Barjona* (João, 21, 15). Quer dizer, que nossos assassinos e salteadores estão dispostos a atuar sob a insigne direção de um dos filhos «dos reis da terra». Porque, nos entendamos, era Jesus filho do rei do céu ou filho dos reis da terra"? Há aí uma oposição evidente. Dos crimes anteriores que tinha cometido, Simão se dava perfeita conta: «Senhor, aparte-se de mim, que sou um pecador...» (Lucas, 5, 8.)

Quer dizer, que o peixe desses episódios não é outro que o «pombinho» do jargão moderno. Porque desde quando se tira um peixe de seu elemento natural para lhe assegurar seu futuro espiritual? Uma vez pescado, nosso peixe tem uma sorte invariável assegurada: primeiro será descamado (despojado de sua vestimenta), a seguir será esvaziado (despojado de seu dinheiro), e finalmente será cozido, ou melhor ainda, «frito», servindo assim de alimento àquele ou àqueles que o terão capturado. O «pombinho» moderno será deste modo «depenado», «limpo» e «frito». Para os leitores que ignorem o significado destes termos especiais, a consulta de um dicionário de jargão poderá lhes ser de ajuda.

Pois bem, o «anel do Pescador», atributo do sucessor de Simão-Pedro, representa precisamente a este último tomando a rede. Também aqui, uma vez mais, os símbolos falam. Não se tira um peixe da água para o seu bem, a não ser em proveito unicamente do pescador, e com antecipação pode-se dizer que está já «frito».

Traduzamos pois agora o episódio evangélico antes citado. Jesus afirma ser «filho dos reis da terra», recusa pagar o imposto e pretende, pelo contrário, cobrá-lo. Partindo dessa base, a solução ao problema exposto pelo cobrador de impostos de Cafarnaum é para ele muito singelo. Simão descera para o lago, ali encontrará um «pombinho», perdão, um «peixe», neste caso a um indivíduo qualquer, e

perceberá deste último a soma exigida para a entrada em Cafarnaum. É muito simples, e a este tipo de tarefas Simão está acostumado. A mão esquerda estendida, com um gesto eloquente, esperará as quatro dracmas, ou o estáter, que tem o mesmo valor, e a mão esquerda deixará aparecer, ligeiramente, a *sica* dissimulada sob o manto, essa terrível adaga palestina que deu nome aos sicários. Assim, e sem ter abdicado de seu caráter de «filho dos reis da terra». Jesus e Simão entrarão sem soltar um cêntimo na cidade de Cafarnaum.

Uma prova peremptória de que aí se tratava de roubar a um viandante, e não de realizar um milagre, é o fato de que não é Jesus quem se encarrega de procurar o estáter. Fazer aparecer essa moeda bruscamente, de um nada, à maneira de um prestidigitador, sinal de poder de um deus encarnado. Não havia necessidade alguma de complicar a vida com vara de pescar, anzol, ceva, peixe, etc. E, não obstante, não foi Jesus quem realizou a operação. Por que? Porque era de estatura muito baixa, estava velho, débil, e não importaria suficientemente à vítima eventual. E Simão, a «rocha», o «duro», quem se encarregaria disso. Porque ele era de estatura para intimidar a essa vítima e, além disso, estava já acostumado. Isto nos prova ainda mais que não se trata de um «peixe» ordinário. Uma última observação vai confirmar-nos o bem embasado deste ponto.

Conhecemos a sigla latina *ICHTYS*, transcrição em letras latinas do monograma grego de *Cristo*, composto pelas primeiras letras das palavras «Jesus Cristo filho de Deus, salvador» (em grego: *Iesous Christos Theou U ios Soter*).

E é essa mesma sigla latina *ICHTYS* (em grego: *Ikbthys: peixe*) a que vai desvelar-nos o subterfúgio que utilizaram os escribas anônimos do século IV para dissimular a sórdida verdade do episódio do peixe do estáter.

Sabemos que Jesus divide aos homens em duas categorias bem distintas. Os cordeiros, quer dizer, os «bons», os seus (Mateus, 15, 24; 25, 32-33, e João, 10, 2). A estes os reserva sua direita, com a glória eterna. E os cabritos (as mesmas referências dos Evangelhos), quer dizer, os «maus», seus adversários. A estes os reserva sua esquerda, com a pena eterna...

E por fim chegamos à verdadeira significação do *ICHTYS* latino. Porque foneticamente equivale ao hebreu *ish-thyss* (*aleph-iod-schin* e *thau-iod-schin*), que significam, palavra por palavra, «homem-cabrito». Esses «homens-cabritos» que seriam, durante perto de um século, vítimas permanentes dos zelotes, como nos mostra Flavio Josefo em suas *Guerras da Judeia* e em suas *Antiquidades judaicas*.

Não obstante, não podemos silenciar outra hipótese quanto ao pretendido milagre do peixe do estáter. Sabe-se que na Palestina antiga (especialmente na Decápolis), residia, à margem da etnia judia, toda uma população grega. E as tradições funerárias exigiam que os mortos desta fossem ao outro mundo com uma moeda, um óbolo, entre os dentes, destinada a permitir pagar ao Caronte, o barqueiro dos mortos, quem lhes passaria com sua barca até o outro lado da lacuna Estígia e evitar-lhes-ia assim, andarem errantes, imensamente, em um «mundo» intermediário.

Essa moeda tinha que ser, como mínimo, de um óbolo, moeda grega de pouco valor. Mas as famílias ricas, evidentemente, entre os lábios de seus defuntos

depositavam uma moeda mais importante. Expõe-se aqui a questão: o homem-cabrito não seria simplesmente um cadáver (ímpuro, isso sim) que se achasse em um depósito funerário, esperando sua sepultura, ou incineração última, e ao qual Simão-Pedro teria roubado a moeda? Quando a gente tem valor para atracar aos vivos, tem-no também para despojar aos mortos.

Outro episódio dessa época, relatado por Flavio Josefo, confirmar-nos-á todo o precedente. Em suas *Antiguidades judaicas*, no livro XX, lemos isto, que supõe que se desenvolveu no ano 63:

«Tendo morrido Festus, Nero deu o governo da Judeia à Albinus, e o rei Agripa despojou do supremo sacerdócio ao José para entregar-lhe à Ananus. Este Ananus, o pai, foi considerado como um dos homens mais felizes do mundo, porque gozou tanto como quis dessa grande dignidade, e teve cinco filhos, que a possuíram todos depois dele, coisa que nunca tinha acontecido a nenhum outro. Ananus, um desses filhos, de que falaremos agora, era um homem audaz e empreendedor e da seita dos saduceus que, como já dissemos, são os mais severos de todos os judeus, e os mais rigorosos em seus julgamentos. Escolheu o período em que Festus tinha morrido e Albinus ainda não tinha chegado, para reunir um conselho ante o qual mandou apresentar-se ao Santiago, irmão de Jesus, chamado Cristo de apelido, e a alguns outros, acusou-os de ter transgredido a lei e os condenou a ser lapidados. Esta ação desagradou extremamente a todos aqueles habitantes de Jerusalém que eram piedosos e que sentiam um verdadeiro amor pela observação de nossas leis. Enviaram secretamente ao rei Agripa esta notícia, para lhe rogar que ordenasse ao Ananus que não levasse a cabo nada semelhante, e que o que tinha feito era indesculpável. Alguns deles se adiantaram até Albinus, que então tinha saído de Alexandria, para lhe informar do que passara e explicar-lhe que Ananus não poderia, nem deveria, reunir a esse conselho sem sua permissão. Ele entrou nesses sentimentos e escreveu ao Ananus com cólera e ameaças de castigo. Agripa, vendo-o tão irritado contra ele, retirou-lhe o supremo sacerdócio, que não tinha exercido mais que quatro meses, e o deu ao Jesus, filho de Damneus.

»Quando Albinus chegou à Jerusalém, empregou todos os seus sentidos em devolver de novo a calma à província, pela morte de uma grande parte desses ladrões. Nesse mesmo tempo, Ananias, que era um sacerdote de grande mérito, ganhava o coração de todo mundo. Não havia ninguém que não o honrasse, por causa de sua liberalidade.» (Flavio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XX, VIII, tradução de Arnauíd d'Andilly.)

É evidente que todo esse fragmento de Flavio Josefo sofreu modificações das mãos dos monges copistas, e além modificações pouco inteligentes, porque:

a) nos diz que Ananus e seus filhos sucederam no supremo sacerdócio, e ao mesmo tempo que a um deles sucedeu-lhe um tal José. Há, pois, contradição;

b) nos diz que Santiago, irmão de Jesus (é Santiago o Menor, porque o Maior tinha morrido com Simão-Pedro no ano 47), foi lapidado com alguns outros por ter transgredido a lei judia. Pois bem, essa mesma lei judia, da que eram tão estritos observadores os saduceus, proíbe pronunciar várias condenações de morte no mesmo dia. Foi contra isso que protestaram os habitantes de Jerusalém, e não

contra o fato de que se condenou à violadores da lei, já que o fato de protestar seria violar deste modo essa lei. Santiago, o Menor, e «alguns outros» foram, pois, julgados por outros motivos. Quais? Estes são:

c) o último parágrafo dessa citação nos diz que Albinus «empregou todos seus sentidos para devolver de novo a calma à província, pela morte de uma grande parte desses ladrões.» Mas onde se falou de «ladrões» em todo o texto precedente? Em nenhuma parte. Ao menos não no relato dos monges copistas, porque no de Flavio Josefo com certeza que sim que se falava deles. O mesmo que nos capítulos precedentes, já que nos detalha as exações dos sicários.

De fato, a passagem que os monges copistas suprimiram cuidadosamente nos dava, em efeito, o relato da execução desse «Santiago (Jacobo), irmão de Jesus, chamado Cristo por apelido»: não se tratava somente da violação dos costumes religiosos da lei judia, mas sim de uma violação que entrava no marco do direito comum puro e simples. Na passagem eliminada pelos copistas figurava o termo «ladrões», já que se referem a eles a seguir. Mas nossos copistas, mais ou menos ignorantes, tendo em conta a época (a alta Idade Média), que soletravam custosamente linha por linha, seguindo com o dedo, palavra por palavra, e que não liam com a mesma facilidade que nós, não viram que essa interpolação não encaixava na continuação do texto.

A fim de evitar utilizar uma tradução contemporânea, que poderia refletir ideologias e preferências religiosas dos tradutores, tomamos o texto de Flavio Josefo na tradução de Arnaud d'Andilly (1588-1674), tradutor de várias obras religiosas, irmão maior de Antoine Arnauld, o «grande Arnauld» defensor dos jansenistas contra os jesuítas, e de Angélique, sua irmã, abadessa de Port-Royal. É que naquela época ainda não existia a crítica liberal do cristianismo, e Arnauld d'Andilly não suspeitava a importância de sua sinceridade nesse terreno. O texto que utilizamos tem muito mais relevo desta forma.

17.- A fuga à Fenícia

«Aquele que exerce a misericórdia para com todos os homens, ganha a misericórdia do Céu.»

Rabban Gamaliel III, século III

Os deslocamentos de Jesus durante os quatro anos de sua vida pública não são devidos ao azar. Foram necessariamente motivados por exigências de segurança. Ao pretender restaurar um reino de caráter religioso, como herdeiro do trono de David, e ao estar rodeado de *pelotas*, alguns dos quais tinham muita má reputação, se se tiver em conta seu apelido, forçosamente teve que estar vigiado pela polícia romana, duplicada pela dos tetrarcas idumeus.

Por isso, quando vemos que os historiadores cristãos qualificam de «retiro» sua viagem à Fenícia, não podemos evitar nos surpreender, a menos que demos a essa palavra seu sentido militar de «retirada».

Porque, posto que se encontra em Jerusalém, a Cidade Santa, onde, como já vimos, todo judeu de raça tinha direito a entrar na penúltima nave, a dos homens, cada dia (e Jesus não se privava disso), nesse Templo que era o único lugar de culto regular, excluindo qualquer outro, como justificar que se «retirasse» à Fenícia, estado cuja população tinha sido, sempre, hostil ao povo hebreu, cujos cultos eram essencialmente pagãos, e onde, como inevitável conseqüência, a impureza ritual rodeava-lhe a cada momento?

De fato, tratava-se efetivamente de uma retirada «militar», quer dizer, de uma fuga, e precisamente a uma região em que não lhes ocorreria nem por um instante supor que Jesus poderia refugiar-se. De Jerusalém, onde se encontrava então, até Sidônia, através da Judeia, a Samaria hostil, e Galiléia, há, no total, uns cento e noventa quilômetros a vôo de pássaro.

Nunca saberemos o caminho exato que tomou Jesus, mas podemos supor que se mesclaria, em união dos discípulos que lhe acompanharam (que indubitavelmente seriam os mesmos de sempre: Simão, Santiago e João), com uma caravana de peregrinos que se dirigiriam à Fenícia para as cerimônias comemorativas da morte e ressurreição de Adonis.

Porque, se dermos crédito aos trabalhos dos exegetas e historiadores católicos, foi justamente em junho do ano 29 quando Jesus se refugiou em Fenícia. E chega ali exatamente para as cerimônias anuais, que têm lugar, como veremos, no solstício de verão, quando floresce precisamente a «rosa de Damas», essa anêmona consagrada ao Adonis.

De todo modo, vai permanecer ali pouco tempo, uns dez dias quando muito, porque lhe reconhecem:

«Saindo dali [de Jerusalém], Jesus se retirou para as partes de Tiro e de Sidônia. E eis aí que uma mulher cananéia, dos arredores, começou a gritar, dizendo: "Tenha piedade de mim. Senhor, filho de David. Minha filha é cruelmente atormentada pelo demônio". Mas não lhe respondia palavra, e seus discípulos lhe aproximaram e lhe disseram com insistência: "Despede-a, pois vem gritando atrás de nós..."» (Mateus, 15, 21-24.)

Em Marcos encontramos precisões sobre seu desejo de permanecer oculto:

«Partindo dali (de Jerusalém), Jesus foi ao território de Tiro e Sidônia. Entrou em uma casa, não querendo ser de ninguém conhecido, mas não foi possível ocultar-se, porque, em ouvindo falar dele, uma mulher cuja filha estava possuída por um espírito impuro entrou e se prostrou a seus pés...» (Marcos, 7, 24-25.)

Assim, desejava que ninguém soubesse quem era, desejava permanecer oculto. Estranha atitude para um deus encarnado, vindo a proclamar a verdade às multidões, essa de fugir e introduzir-se «em uma casa», e «ocultar-se» ali. Essa casa era provavelmente a do misterioso irmão cujo nome se ignora e que vivia em Sidônia, com o apelido de Sidônios, o sidônio. Seria esse o misterioso filho oculto!

Sabemos a continuação. Jesus não pôde permanecer mais tempo em Fenícia, porque fora reconhecido, e fugiu de novo.

«Saindo de novo dos limites de Tiro, foi por Sidônia, por volta do mar da Galiléia, atravessando os limites de Decápolis...» (Marcos, 7, 31.)

Pois bem, se examinarmos o mapa dessas regiões, constataremos que Jesus tentou enganar às pessoas de Tiro. Com efeito, desde essa cidade foi para o norte, bordeando o litoral do Mediterrâneo, até Sidônia, cidade situada a uns cinquenta quilômetros acima de Tiro. Assim, os tírios puderam supor que ia definitivamente da Palestina. E proporcionaram informação sobre ele à delegacia romana, essa informação foi errônea, porque de Sidônia, seguindo uma linha oblíqua para o este, retornou então à Galiléia, mas atravessando Decápolis.

Tudo isso é perfeitamente normal por parte de um homem cuja cabeça se pôs preço, e que tem às legiões romanas em perpétua operação policial contra suas próprias tropas. Mas por que nos ocultar isso?

A «retirada» à Fenícia, interrompida pela intervenção da cananéia e sua indiscrição, produziu-se, como vimos, no momento das cerimônias celebradas em honra ao Adonis. Esse deus, que não é outra coisa que o princípio do trigo e da vegetação em geral, possuía um culto muito antigo. Os especialistas em história das religiões identificaram-no com o Osíris egípcio, e era também ele quem, sob os nomes de Eshmoun, ou Aphiad, venerava-se em algumas regiões, enquanto que em outros lugares se encontrava de forma idêntica, só que sob o nome de Dummuzi, Tammuz, Sandon e, por último, Adonis.

Israel, nos tempos dessas tentativas de sincretismo religioso, que os profetas consideravam, horrorizados, como adultérios espirituais para Yavé, às vezes veneravam ao Tammuz:

«Logo me levou a entrada da porta do Templo do Yavé que olha ao norte. E eis que ali se encontravam sentadas mulheres que choravam ao Tammuz...» (Ezequiel, 8, 14.)

Este leva o nome de «Pastor do Céu» ou de «Pastor Celeste», assim como o de «Verdadeiro Filho». Quando desce à morada dos mortos, converte-se no senhor dela, e então adota o nome de «Pastor da Terra». E quando tem lugar sua ressurreição, quando remonta da fúnebre morada para a luz, os mortos remontam com ele. Antes, quando teve lugar sua morte (simbólica), sua estátua foi lavada, embalsamada com aromas, envolvida em um tecido carmesim. Por isso os especialistas nas religiões antigas da Babilônia e da Assíria, em especial Edouard Dhorme, puderam tirar a conclusão de que:

«Morte, ressurreição, ascensão, nada falta nos mistérios de Dumuzi...» (Cf. Edouard Dhorme, *Les religions de Babylone et d'Assyrie.*)

E A. Moret, com outros numerosos autores, não vacilou em escrever: «Podemos dar por seguro que os fenícios depositavam em Adonis a esperança de uma nova existência do homem depois da morte». (Cf. A. Moret, *Histoire ancienne de L'Orient.*)

Terá que admitir que os escribas anônimos que redigiram os Evangelhos atuais, no século IV e seguintes, põem-nos em presença de duas conclusões possíveis:

a) ou foi o próprio Jesus quem, impressionado pelas cerimônias de Adonis durante sua curta estadia em Fenícia, orientou seu fim de uma maneira semelhante, provocando os acontecimentos e dando as instruções necessárias àqueles que se

ocupariam de seu cadáver depois de sua morte;

b) ou ignoramos como aconteceu em realidade, e foram os escribas do século IV os que, ao compor os Evangelhos, tomaram os detalhes da religião de Adonis e da de Mithra, que também encontraremos dentro de pouco, a fim de preencher o vazio de sua documentação.

Porque Jesus também se compara a um Pastor Celestial, e diz Filho único de Deus; quando desce ao Shéol rompe o império do Príncipe do Abismo, e libera a quão mortos estavam à espera; a lenda pretende que, no instante de sua morte, viu-se sair a estes de suas tumbas e errar por Jerusalém. Por outra parte, envolve-se com aromas seu cadáver. Ressuscita no terceiro dia e ocupa seu lugar no Céu, perto de Deus. Tudo isso igual a Tammuz e Adonis, não falta nada, e o plágio é evidente. Pois bem, dessa estadia de três dias e três noites, com a conseguinte ressurreição, só nos fala em três passagens dos Evangelhos. Ele o tira, por analogia, da de Jonas no ventre de um enorme peixe marinho, embora sem conhecer sua impossibilidade absoluta. E surpreende bastante, da parte do «filho de Deus», que este acreditasse e divulgasse semelhante estupidez: um homem vivendo três dias e três noites no estômago de um cachalote, e que saísse dali fresco e desperto!

Vejamos tais textos dos Evangelhos:

a) «A geração má e adúltera pede um sinal, mas não lhe será dado mais sinal que a de Jonas, o profeta. Porque, como esteve Jonas no ventre de um grande peixe três dias e três noites, assim estará o Filho do Homem três dias e três noites no seio da terra.» (Mateus, 12, 39-40.) [24]

[24- Esta passagem foi visivelmente interpolada ulteriormente, já que interrompe o texto e o discurso de Jesus. Basta comparar do versículo 37 ao 42 para constatar que o discurso segue perfeitamente e que a interpolação, do 38 ao 41 inclusive, é evidente. Em troca, no 16, 4, a passagem sobre Jonas está em seu lugar.]

b) «Esta geração má e adúltera busca um sinal, mas não lhe dará a não ser o sinal de Jonas...» (Mateus, 16, 4.)

c) «Esta geração é uma geração má; pede um sinal, e não lhe será dado outro sinal que o de Jonas. Porque como foi Jonas sinal para as pessoas de Nínive, assim também o será o Filho do Homem para esta geração...» (Lucas, 11, 29-30.)

Cronologicamente, a permanência de Jesus em Fenícia se situa entre *a)* e *b)*. Ou *a)* é uma interpolação posterior (e em Mateus são frequentes), ou é que já pensava em montar um pouco parecido aos mistérios de Tammuz e de Adonis quando foi à Fenícia. Se se tratasse de uma interpolação, a de *a)*, o que esta pretendia senão evitar que o leitor estabelecesse nenhuma relação entre seu encontro com as cerimônias de Adonis e sua ulterior afirmação quanto a sua ressurreição. Porque desta nunca se falou antes. A idéia não lhe ocorre, nem começa a afirmar-se, até depois de sua viagem à Fenícia.

Por outro lado, acima da Sidônia, à altura da ilha de Chipre, na região do Aradus, Hamah, Emesis, as legiões romanas acantonadas em Fenícia tinham estabelecido, desde fazia muito tempo, o culto à Mithra. Estava ausente da Palestina (e com razão) mas reaparecia em Alexandria e cobria o mundo antigo.

Acordou-se situar no século XIV antes de nossa era a mais antiga manifestação conhecida deste. E o último documento que trata sobre Mithra ocidental data do século V depois de Cristo. Portanto, esse deus reinou no coração de seus fiéis durante mil e novecentos anos. Seu desaparecimento coincidiu com as medidas adotadas pelos imperadores cristãos, a instigação dos padres da Igreja, contra tudo o que não era cristão, e cristão ortodoxo. Pitagóricos, platônicos, gnósticos, seguidores dos diversos ramos cristãos independentes travaram então conhecimento com a tolerância messianista e cristã.

Mithra era, com efeito, o deus das legiões. Esta religião, importada já no ano 181 antes de nossa era ao coração mesmo de Roma, obteve o favor imperial. Cômodo, Diocleciano, Galerio, Licino, Juliano, Aureliano, foram ferventes seguidores de Mithra. É possível que Nero, nascido em 25 de dezembro, o mesmo dia que se festejava o nascimento de Mithra, fosse um dos primeiros imperadores que lhe renderam culto.

Pois bem, Mithra nasce em uma gruta, uns pastores assistem a seu nascimento, é o arqueiro divino, que transpassa com suas flechas às entidades do Mal. Na ceia dos seguidores de Mithra descobre-se esta surpreendente frase:

«Quem não comer de meu corpo e beber de meu sangue de modo a se confundir comigo e eu com ele, não obterá a Salvação...» (Citado por Martín Vermaseren: *Mithra*, pág. 86.)

E se diz que Jesus declarou, durante a sua ceia:

«Quem não comer de meu corpo e beber de meu sangue, não terá a vida eterna...» (João, 6,53-54.)

Quando os cristãos descobriram o texto da liturgia de Mithra, enfureceram-se. Tertuliano, fora de si, afirmara que isso era obra do Demônio, que, mil anos antes, tinha parodiado a Ceia para desvalorizar as palavras de Jesus.

Exatamente igual, no caso deste último, à Mithra também adoram inicialmente os *Magos, no Oriente*. Estes o fazem em sua função de sacerdotes da religião do Zoroastro, um de cujos aspectos é precisamente o culto à Mithra. Quando Mithra sobe ao Céu, ocupa seu lugar ao lado de seu pai. *Aura Mazda*, e este declara que «orar à Mithra é orar à Aura Mazda».

Que o leitor compare essas palavras com: «Que todos honrem ao Filho como honram ao Pai...» (João, 5, 23), e com: «O Pai entregou ao Filho todo o poder de julgar...» (João, 5, 22). A analogia é evidente. É impossível não admitir as interferências do culto à Mithra no cristianismo. Mas enquanto o de Adonis pôde, *stricto sensu*, impressionar ao Jesus, o procedente de Mithra foi introduzido (consciente ou inconscientemente) mais adiante, no curso dos primeiros séculos, pelos redatores anônimos dos Evangelhos.

Outros episódios demonstram, sem discussão possível, que Jesus, ao não poder ser rei em vida, tanto pela presença das legiões romanas como por causa da hostilidade de uma parte da nação judia, assim como pela própria doutrina de seu pai Judas da Gamala (que era a de todos os zelotes: «Deus é o único rei!...»). Jesus, que tinha rechaçado o oferecimento de Tibério de ser tetrarca quando teve lugar a deposição do Filipo, Jesus, como dizíamos, ideou converter-se em rei depois de

morto, e nisso foi encontrar-se em Fenícia com as cerimônias da morte e ressurreição de Adonis.

Assim o fazem pensar, primeiro, o fato de reunir um certo número de dados relativos ao Messias esperado (omitindo outros, completamente impossíveis de realizar), e também o fato de esforçar-se em fazer encaixar alguns episódios de sua vida pública com esses anúncios profetizados. E também o fato de adotar usos e ritos esotéricos de cultos já existentes. A matéria e a forma eucarísticas, em primeiro lugar, do culto de Mithra. O batismo por imersão nas águas (não obstante impuras) do Jordão, em segundo lugar, do hinduísmo. É que, efetivamente, faz pelo menos vinte ou trinta séculos que na Índia e no Nepal as águas de riachos, ou de rios sagrados, como o Ganges, a «grande mãe Ganga», servem aos hindus para purificarem-se de seus pecados, graças a uma imersão no curso da existência.

Assim, quando Jesus enviou, no ano 27 de nossa era, suas instruções ao João, seu primo, o futuro Batista, sobre as relações entre a água viva e a vida futura (*Apocalipse*, 22, 17), não fez senão parodiar a religião védica.

E também no *Apocalipse*, quando evoca as relações entre o Mal (a Besta) e o número 666 (*Apocalipse*, 13, 18), está copiando ao taoísmo. O leitor não tem mais que se remeter à *La Pensée chinoise*, de Marcel Granel; ao seu sábio estudo sobre o quadrado mágico de nove casinhas, o *chun*, perfeitamente conhecido pelos geomânticos que praticam o *I Ching*. Constatará então que o 50 é o número do Logos (cf. as «cinquenta portas da Inteligência», na Cabala), e que o 666 é o número do Demônio, do Mal. Uma vez mais, Jesus não inventa nada. Não obstante, tudo isso implica que, efetivamente, possuiu e, portanto, recebeu uma instrução mágica, coisa que o mundo bem pensante sempre se negou com indignação a admitir, apesar da afirmação dos adversários contemporâneos do chamado Jesus.

18.- Os enigmas do último dia

«Um tribunal que pronunciasse uma sentença de morte cada setenta anos, mereceria ser considerado como um tribunal assassino...»

Rabbi Eleazar-bar-asaria, século II

Daniel-Rops, em seu livro *Jesus em seu tempo*, está de acordo com esta breve cronologia dos últimos dias vividos por Jesus:

- quinta-feira, 6 de abril: a Ceia (ao entardecer), a detenção nas Oliveiras;
- sexta-feira, 7 de abril: (de noite) o processo, a crucificação, a morte;
- sábado, 8 de abril: permanência na tumba;
- domingo, 9 de abril: a ressurreição (à alvorada).

Vamos estudar agora atentamente as asseverações da tradição cristã, e também efetuar sua crítica.

É que aqueles que redigiram nos séculos IV e V os Evangelhos sinóticos, o de João e os apócrifos não dispunham de todos os elementos necessários para realizar uma obra inatacável. Ao carecer de comunicações, de bibliotecas fáceis de consultar, de relações epistolares tão cômodas como em nossa época, resultava-lhes muito difícil, para não dizer impossível, levar a cabo uma obra perfeitamente sincronizada. Naquela época, tendo em conta nossos atuais métodos de verificação e de controle, não era fabulador quem queria. Além disso, nem sequer eram judeus. Seus enganos o provam super-abundantemente. Dos costumes e dos ritos judaicos não sabem tudo, nem muito menos. Aqui vamos reproduzir a tão pertinente análise crítica de Auguste Hollard, em seus *Origines des Fêtes Chrétiennes*:

«A última ceia que tomou Jesus em companhia de seus discípulos, na quinta-feira, véspera de sua morte, deixou na lembrança destes uma impressão indelével; foi então quando, pela última vez, seu Mestre bem amado pronunciou a bênção enquanto partia o pão, para logo reparti-lo como símbolo de união, e quando encheu a taça e a benzeu, antes de passá-la a seus discípulos.

»Não havia nada ali que não fosse perfeitamente conforme aos costumes judaicos, incluídas até as fórmulas das bênçãos, que se diziam assim: "Bendito seja, Senhor, nosso Deus, Rei do Universo, que faz produzir o pão à terra" e "Bendito seja, Senhor, nosso Deus, Rei do Mundo, que criou a vinha". Foi no curso desta alimentação quando Jesus declarou a seus discípulos:

"Já não beberei do fruto da videira até que o beba de novo no reino de Deus". (Marcos, 14, 25.) É aí onde deverá ter lugar seu próximo encontro, daqui até lá não haverá nem ocasião nem tempo de reunir-se, porque o Reino está para chegar. Se Jesus tivesse o pressentimento de que, antes de inaugurá-lo, teria que passar pela morte, por outra parte, não estaria seguro de tudo. Alguns momentos depois, na horta do Getsêmani, pedirá a Deus que lhe poupe essa suprema prova.

»Por isso Jesus não poderia pensar em fundar, a propósito dessa última refeição e em comemoração de sua morte, uma "instituição da Ceia" que, em todo caso, a perspectiva iminente de uma citação celeste faria bem moderada. A última Ceia de Jesus não reveste nenhum dos caracteres da comida pascal, a não ser o hino final (Marcos, 14, 26 e Mateus, 26, 30), que, em todo caso, poderia designar o *Hallel*. Mas não se encontram nela nem as ervas amargas, nem as quatro taças, nem sequer o cordeiro pascal, que teria simbolizado a Cristo, melhor que qualquer outro, elemento da comida, e tampouco o pão *ázimo*, a não ser pão comum (*arton*, em grego).»

Em Marcos (14, 22-23) e em Mateus (26, 26-27) lemos: «Enquanto comiam. Jesus tomou pão benzendo-o, partiu-o e deu-o, dizendo: "Tomem, este é meu corpo". Tomando a seguir uma taça, depois de agradecer, deu-a». Para ver nesta comida uma comida pascal — embora pareça pouco — terei que admitir que essa taça de bênção que segue à distribuição do pão era a terceira do ritual pascal judeu. Lucas foi mais clarividente e fez começar a ceia (22, 17) com a bênção da taça. Não pôs o de "enquanto comiam", que, efetivamente, perturba a ordem da comida, e acaba a comida com a distribuição de uma taça, que poderia, em caso extremo, ser muito bem a quarta do ritual». (Cf. Guignebert: *Jesus*.)

Mas ainda nos esperam outras contradições. Como admitir esses contrasensos da parte das testemunhas oculares, como João e Mateus, e essa ignorância do ritual judeu tradicional, tão rigoroso, da parte dos judeus piedosos como Lucas e Marcos?

Para os sinóticos, quer dizer, para Mateus, Marcos e Lucas, Jesus celebrou a Páscoa anual antes de seu suplício, e lhes repartiu o pão e o vinho, transformados em carne e sangue místicos.

Para João, pelo contrário, foi no momento em que se preparava a Páscoa, em que se imolava aos cordeiros rituais no Templo, cujo sangue tingiria o altar (animais que os pais de família levavam a seguir à casa, para consumi-los em família, segundo um ritual muito concreto), nesse instante preciso foi quando, por um simbolismo esotérico evidente, fez expirar ao Jesus na cruz. Pois bem, temos uma contradição evidente. Para os sinóticos, a noite que precedeu ao dia da execução no Gólgota, Jesus instituiu a Ceia, em meio de seus discípulos. Isso aconteceu, pois, na quinta-feira de noite, e como, segundo a lei judia, o dia começa ao pôr do sol, era já o começo do dia 15 do mês de Nisán. No transcurso desse dia era quando deviam sacrificar-se no Templo os cordeiros pascais. Foi no curso da noite que seguiu imediatamente quando foi detido Jesus na horta das Oliveiras, quando foi julgado e executado; portanto, era no dia seguinte, ou seja, na sexta-feira. Então passou na tumba o dia de sábado e ressuscitou no domingo pela manhã. Contrariamente, segundo o relato de João se tratava, evidentemente, de uma colação, de uma refeição, e o episódio do pão molhado no vinho e devotado ao Judas é prova disso. O que não diz é que se tratasse de uma instituição da Ceia, nem de uma comida pascal, no sentido ritual e judaico do termo. A detenção de Jesus tampouco se produziu na noite do dia 15, a não ser na noite do dia 14 do mês de Nisán. À manhã seguinte, os judeus não entraram no Pretório romano por medo de poluir-se, e não poder consumir de noite o cordeiro pascal. (Cf. João, 18, 28.)

E, portanto, é no momento em que esses cordeiros são imolados no Templo, a milhares, quando Jesus expira na cruz. Estamos no meio-dia do dia 14 de Nisán. Há, por conseguinte, dois dias de diferença com os sinóticos. E, não obstante, esses acontecimentos, Oh milagre!, caem nos mesmos dias da semana: na sexta-feira teve lugar a execução, e no domingo a ressurreição. O sentido dessas trucagens está claro. Porque na sexta-feira é o dia de Vênus, aliás Lúcifer, e Jesus expira no dia de seu Adversário. Daí a proibição, durante séculos, de celebrar a Ceia eucarística em pratos ou taças que tivessem cobre em sua composição, porque este é o metal venusiano e luciferiano. No sábado, dia do *sabbat*, do descanso, é o dia que passa no silêncio da Tumba. E no domingo, dia do Sol, da luz, tem lugar, à alvorada, a ressurreição.

Quem quer provar muitas coisas, não prova nenhuma, diz a sabedoria popular.

Os acontecimentos, tal e como os contam os sinóticos Mateus, Marcos e Lucas, conduzem a anacronismos impossíveis de admitir, e demonstram que quão anônimos redigiram nossos Evangelhos nos séculos IV e V ignoravam a lógica mais elementar.

Se não, como admitir que o primeiro dia de Páscoa, que devia ser obrigatoriamente consagrado ao repouso, tão inviolável como o do *sabbat* (Êxodo, 12, 16), em uma semana que constituía um verdadeiro «retiro» espiritual (pp. cit., 12), pudesse lhes ocorrer montar a detenção de Jesus, a deliberação dos acusadores entre si, e logo com o Pôncio Pilatos, a compra de um tecido por José de Arimatéia, e o enterro de Jesus?

Em seu *Chronica Pascóle (initium)*, o autor antigo Apolinar faz observar, com justa razão, que uma execução capital em Jerusalém um dia tão sagrado como o 15 de Nisán teria profanado a Festa pascal que se preparava, e poderia desencadear um levantamento mais das massas judias. Roma, que era muito prudente nestes pontos tão delicados; que aceitara retirar e ocultar as insígnias de suas legiões durante sua estadia em Jerusalém; que retirara os escudos de ouro destinados ao Templo por serem oferecidos por incircuncisos; esta Roma, que tinha mostrado tantas vezes seu respeito ao culto judaico, não ia lançar-se a semelhante provocação judicial.

Por outra parte, os judeus dificilmente poderiam dispensar-se de assistir ao suplício, eles que (segundo os Evangelhos) solicitaram de Pilatos a detenção de Jesus. Mas a lei diz da Páscoa, explicitamente: «[nesse dia] não lhes ocuparão de trabalho algum». (Números, 28, 18.)

Durante esses dias sagrados, Jerusalém estava invadida por milhares de peregrinos. Jamais o Pretório romano e o Sanedrim judaico poderiam proceder em tal dia ao julgamento de Jesus. Quando, alguns anos mais tarde, também Simão-Pedro será detido no curso da semana pascal (por outra sublevação mais), Herodes Agripa tomará a precaução de postergar seu julgamento para «depois da Páscoa». (Atos dos Apóstolos, 12,4.)

Além disso, os próprios sinóticos nos confirmam que essa detenção e o conseqüente julgamento não podiam ter lugar nesses dias: «Eles (os príncipes dos sacerdotes e os escribas) diziam: "Que não seja durante a festa, não vá alvoroçar o povo..."» (Marcos, 14, 2 e Mateus, 26, 5.)

Além disso, o interrogatório de Jesus, durante a noite pascal, era impossível juridicamente, e já sabemos como se atinham os fariseus e os doutores da lei a essas sutilidades e a esses tabus legais.

Com efeito, em uma cidade sem iluminação noturna, que, igual a todas as cidades antigas, dispunha de um cobre-fogo draconiano (para paliar os incêndios), era materialmente impossível reunir, imediatamente depois da detenção de Jesus, e para a uma da madrugada, a todo um Sanedrim, composto por setenta e dois membros, todos eles de idade avançada, aos chefes dos *cobanim*, aos escribas, aos anciões do povo e às numerosas testemunhas.

Além disso, segundo a lei, o Sanedrim, para julgar em matéria criminal, 50/0, podia reunir-se de dia, e jamais de noite «porque as trevas turvam o julgamento do homem». Por outra parte, nos assuntos criminais, quando se reconhecia a culpabilidade do acusado, o veredicto não podia dar-se até o dia seguinte. Por isso, segundo a lei, «um processo criminal não podia iniciar-se jamais a véspera do *sabbat* semanal, ou a véspera de uma festa religiosa» (cf. *Michna, Sanedrim IV*, em *Talmud de Babilônia*, Pág.32).

E ainda há mais: não era possível que o 15 do Nisán, dia análogo ao repouso obrigatório de um *sabbat*. Simão de Cirene «viesse do campo», onde estava trabalhando (Marcos, 15, 21, e Números, 28, 18), nem que lhe obrigasse a ajudar Jesus a carregar a cruz, dado que isso teria constituído um trabalho.

Por último, a saída de Jesus, seguido de seus discípulos, depois da comida pascal (ou da «pretendida» comida pascal), descrita em Marcos (14, 26), é incompatível com a prescrição formal do Êxodo (12, 22), que proíbe rotundamente sair da casa onde tem lugar a comida pascal, até a manhã seguinte:

«Que ninguém de vós saia da porta de sua casa até a manhã...» (Êxodo, 12, 22.)

Nas ruas de Jerusalém não podia haver, perambulando, a não ser as patrulhas romanas, que velavam para que uma nova sublevação não turvasse a festa. E todo judeu (facilmente reconhecível por seus costumes típicos) seria infalivelmente detido como suspeito.

Vêm agora uma série de coisas inverossímeis e de contradições evidentes.

O principal motivo que justificava a detenção de Jesus era o de que dizia ser rei. Isso daria lugar à inscrição que o próprio Pilatos redigiu e que mandou cravar, segundo o uso da época, em cima da cruz patibular. E isso foi o que o procurador lhe reprovou no curso de seu interrogatório, e que Jesus não negou (Marcos, 15, 2). Pois bem, esse é o delito conhecido como de rebelião. E, para fazer-se com o Jesus, rodeado dos seus, todos armados com as espadas que ele lhes recomendou que procurassem, se fosse preciso, a custa de vender seus mantos (Lucas, 22, 36), Pilatos ordena uma verdadeira expedição armada, que compreendia uma coorte, quer dizer, seiscentos veteranos, soldados de elite mandados por um tribuno, magistrado militar com categoria de cônsul (João, 18, 3 e 12). O contingente de levitas armados que o Sanedrim acrescenta a esse pequeno exército romano não está ali, a não ser para manifestar a lealdade do judaísmo oficial. Tudo faz, pois, supor que, ao ser Pilatos o que ordena tal expedição judicial, a ele será a quem levaram Jesus, uma vez capturado. Pois bem, não houve nada disso! Segundo os anônimos redatores de nossos Evangelhos, conduziram Jesus ante as autoridades religiosas judias, e todo o processo versou, de fato, sobre uma acusação de blasfêmia.

Em cada extremo poderia sustentar a hipótese de que foi conduzido antes ao Herodes Antipas, ao ser este o tetrarca da Galiléia e Perea, e ao representar ele ali o poder temporário, legitimado pelo acordo com Roma. Herodes Antipas se encontrava precisamente em Jerusalém naquela época, em seu palácio, e Jesus, por ser galileu, dependia de sua autoridade.

Mas nossos Evangelhos nos dizem que Jesus foi conduzido primeiro:

- a) ante «o Caifás, o supremo sacerdote» (Mateus, 26, 57);
- b) ante «o supremo sacerdote» (Marcos, 14, 53);
- c) ante «o supremo sacerdote» (Lucas, 22, 54);
- d) ante «Anás, porque era sogro do Caifás, que era supremo sacerdote aquele ano...» (João, 18, 13).

Afinal, diante quem compareceu primeiro Jesus? Diante de Anás, ou diante

de Caifás?

E Daniel-Rops observa, com embaraço: «O que incomoda é que o texto do IV evangelho é muito confuso neste ponto. Lemos que primeiro conduziram Jesus a casa de Anás, o sogro do Caifás, "supremo sacerdote aquele ano" (18, 13). Vem a seguir uma cena de interrogatório, seguida da negação de São Pedro, que parece ser quase mesmo os sinóticos situam no Caifás; depois, o versículo 24 assinala que: "Anás enviou Jesus atado ao Caifás, o supremo sacerdote". Para conseguir a sequência lógica e ao mesmo tempo a concordância com os sinóticos, teríamos que situar o versículo 24 depois dos versículos 13 e 14, lugar que, por certo, ocupa em um velho manuscrito siríaco e em Cirilo de Alexandria. Mas então, não se sabe nem uma palavra do que Anás disse ao Jesus!» (Daniel-Rops, *Jesus em seu tempo*, pág. 496.)

De fato, e involuntariamente, umas páginas mais adiante (na pág. 501) Daniel-Rops demonstra-nos que no curso de tal interrogatório o pontífice de Israel não podia levantar, de modo algum, uma acusação de blasfêmia contra Jesus. Por isso mesmo, nós, de nossa parte, no episódio do comparecimento de Jesus ante o Sanedrim vemos uma sequência inventada pelos escribas anônimos do século IV, que, ao serem gregos e anti-semitas, tentaram liberar Roma da responsabilidade da morte de Jesus. Nesta época o cristianismo era a religião oficial no Império romano, e a todo custo teríamos que tratar com olhares ao poder imperial.

Em troca, é muito possível que Jesus fora conduzido primeiro a presença do tetrarca, dado que Herodes representava o poder temporário judaico, enquanto que Pilatos representava o poder temporário romano, a potência ocupadora e protetora, e portanto superior. E, uma vez mais, a acusação que se levanta contra Jesus é a de pretender-se rei. Temos a prova nesta passagem associada às atividades anteriores de Jesus:

«Naquele mesmo dia vieram alguns fariseus dizendo-lhe: "Sai e vai-te daqui, porque Herodes quer te matar". Ele lhes respondeu: "Ide e dizei a essa raposa..."» (Lucas, 13, 31.)

Por que Herodes Antipas, tetrarca da Galiléia e de Perea, queria já naquela época matar Jesus? Porque este último representava a legitimidade davídica e real, depois de seu pai Judas da Gamala, e manifestava-a ao pretender-se rei. Se não, de onde vinha esse ódio do tetrarca? O que podiam fazer a ele umas lições de piedade e de moral coletivas repartidas ao povo? No que podia lhe ofender a pretendida mensagem evangélica?

Enfim, o caso é que Jesus compareceu diante dele depois de sua detenção, e o relato que nos fazem a respeito contradiz ao precedente:

«Ouvindo falar da Galiléia, Pilatos perguntou se aquele homem era galileu, e havendo-se informado de que era da jurisdição de Herodes, enviou a este, que estava também em Jerusalém por aqueles dias.

»Quando Herodes viu Jesus, alegrou-se muito, pois desde fazia muito tempo desejava lhe ver, porque tinha ouvido falar dele, e esperava lhe ver fazer algum milagre. Dirigiu-lhe muitas perguntas, mas Jesus não respondeu nada. Estavam presentes os príncipes dos sacerdotes e os escribas, que o acusavam com violência. Herodes, com sua escolta, tratou-o com desprezo e, depois de haver-se burlado

dele, de haver-lhe vestido com uma vestimenta reluzente, devolveu-o ao Pilatos. Naquele dia Pilatos e Herodes se fizeram amigos, pois antes eram inimigos...» (Lucas, 23, 6-12.)

Agora bem, diz Daniel-Rops, uma grande parte dos comentaristas estimam que essa vestimenta era uma túnica branca, análoga a que os tribunos militares revestiam para o combate, ou inclusive que se tratava da túnica branca que os candidatos às eleições levavam obrigatoriamente em Roma; tratava-se, então, da toga cândida. Tanto em um caso como no outro, Herodes queria demonstrar assim, que considerava Jesus como um chefe militar, ou como o aspirante a uma função. A alusão é clara e reforça nossa tese, ou seja, que se perseguiu Jesus como rebelde, como pretendente ao trono, como um cabeça guerrilheiro; quedando-se a seguir, por necessidade vital, no banditismo, mas em nenhum caso como um blasfemo. O processo de Jesus é um processo em parte político, e em parte de direito comum, sem mais, mas ambos os pólos não poderiam dissociar-se. E isto vai nos demonstrar agora a análise da ata de acusação.

19.- A ata de acusação de Jesus

E como amou a maldição, ela lhe virá...

SALMOS, 108, 18

Os distúrbios diversos suscitados pela atividade messiânica e integrista de Jesus, o que nós denominaremos a «Grande Revolução», tendo em conta sua importância ulterior na história do mundo, e que não acabariam até o término da era de Peixes, duraram uns quatro anos, no máximo.

Para conseguir evoluir livremente, seguidos por uma massa de várias milhares de pessoas, seus partidários armados, acompanhados por suas mulheres e seus filhos, como era costume em todo o Oriente Médio, e que viviam sem trabalhar porque, ao saírem de suas vidas habituais, converteram-se pouco a pouco em gente fora da lei (*barjonnas*, em acádio), e se alimentavam necessariamente do que agarravam em sua passagem, às boas ou às más (Marcos, 6, 36), era preciso que Jesus se beneficiasse do temor ou da cumplicidade tácita das populações sedentárias e não «comprometidas» em nada. E o mesmo em Jerusalém, e a passagem seguinte dos Evangelhos canônicos demonstra-o de forma indiscutível:

«Naquele mesmo dia vieram alguns fariseus a lhe dizer: "Sai e vai-te daqui, porque Herodes quer te matar..."» (Lucas, 13, 31.) [25]

[25- Trata-se de Herodes Antipas, evidentemente.]

E se remetemos ao João (7, 30 e 7, 44), vemos como os milicianos do Templo escapulem para não proceder a sua detenção, e aos sanedritas contentarem-se, bonachões, ante sua explicação.

É fácil compreender que essas passagens foram imaginadas a princípio pelos escribas anônimos do século IV com o único fim de tentar proporcionar uma

explicação a essa assombrosa e permanente impunidade. Porque, naquela época, era impensável que uns milicianos ou uns obscuros guardas pudessem valorar livremente uma ordem recebida da autoridade legítima, decidirem se esta devia ser executada ou não por eles. E, por outra parte, durante vinte séculos, a desobediência do soldado será castigada com a morte, em todos os exércitos do mundo. Portanto, Jesus gozou durante muito tempo da benevolência discreta de uns e da neutralidade prudente e indiferença hostil de outros.

Mas, um bom dia, Roma esgotou por fim sua paciência e decidiu terminar com ele, e então teve que ser imprescindível que o judaísmo oficial tomasse partido. É provável que Pilatos decidisse tomar reféns, ou inclusive, atirar golpes à comunidade judia de forma indiscriminada, pois acreditava, com razão, cúmplice de Jesus. E quanto ao Sanedrim, também lhe tocou escolher. Uma frase dos Evangelhos confirma-nos isso:

«Um deles, Caifás, que era supremo sacerdote aquele ano, disse-lhes: Vocês não sabem nada! Não compreendem, que vale mais para todos, que morra um só homem pelo povo, e que não pereça toda a nação judia!...» (João, 11, 50.)

Assim, a atividade de Jesus e de sua tropa de zelotes tinha terminado por colocar toda a nação judia em perigo de perecer. Este fato não surpreenderá a ninguém se se recordarem os relatos do Flavio Josefo nos quais se vão aos romanos deportar e vender como escravos à população inteira de algumas aldeias, culpados de prestar apoio à resistência judia.

Agora bem, um ponto que absolve ao supremo sacerdote Caifás de todo cálculo egoísta é que o Evangelho de João, nessa passagem, especifica-nos que aquele pronunciou essas palavras, não por si mesmo, mas, num verdadeiro delírio profetizante, quer dizer, sob a inspiração divina, que lhe reconhece o próprio evangelho em dita circunstância.

É, com toda probabilidade, dessa frase, tão clara, tão singela, de onde Paulo, o «visionário», extrapolou a idéia de que Jesus morreu pela salvação espiritual (e não já material) de todas as nações (e não já tão somente de Israel).

Portanto, é evidente que foi adular ao poder imperial, Roma, e ao Constantino em particular, por isso os escribas anônimos do século IV, que já eram anti-semitas, empenharam-se em apresentar aos judeus como se estes se encarnicassem com Jesus, para lhe perder; e ao Pilatos esforçando-se por declará-lo inocente, quando, com toda segurança, deve ter sido justamente ao contrário. Porque os fatos, e o espaço de tempo nos quais se inserem, desmentem que os judeus quisessem fazer morrer ao Jesus. Se o tivessem desejado, resultar-lhes-ia muito fácil, e desde fazia já muito tempo; os Evangelhos o confirmam: «Todos os dias me sentava no Templo para ensinar, e não me prenderam...» (Mateus, 26, 55.)

Qual pôde ser o fato patente, historicamente conhecido, que fez transbordar a taça e incitou ao Pilatos a terminar com ele? Existe uma hipótese que devemos ter em conta; vamos estudá-la agora:

Em Lucas lemos isto:

«Por naqueles tempos se apresentaram alguns, que lhe referiram o caso dos galileus, cujo sangue tinha misturado Pilatos com a dos sacrifícios que ofereciam.»

(Lucas, 13,1.)

Segundo a cronologia adotada por Daniel-Rops em *Jesus em seu tempo*, este episódio pode situar-se em janeiro do ano 30. Vamos ver se essa data é válida, e, para isso, consultemos ao Flávio Josefo em suas *Antiguidades judaicas*, livro XVIII:

«Os samaritanos não careceram tampouco de distúrbios, pois estavam incitados por um homem que não considerava grave o mentir, e que combinava tudo a fim de agradar ao povo. Ordenou-lhes que subissem com ele ao monte Garizim, [26] ao que têm como a mais Santa das montanhas, assegurando-lhes com veemência que, uma vez chegassem ali, lhes mostraria uns copos sagrados enterrados por Moisés, quem os colocara ali em depósito. Eles, acreditando que suas palavras eram verídicas, tomaram as armas, e, depois de instalarem-se em um povoado chamado Tirathana, aderiram a quantas pessoas puderam recolher, de forma que iniciaram a ascensão da montanha em massa. Mas Pilatos se apressou a ocupar com antecipação o caminho pelo que deviam efetuar a ascensão, e enviou ali a cavaleiros e a soldados a pé, e estes, carregando contra as pessoas que se reuniram no povoado, mataram a uns na refrega, puseram a outros em fuga, e a muitos os levaram prisioneiros, os principais dos quais foram executados por ordem de Pilatos, assim como os mais influentes dentre os fugitivos.

[26- Próximo à Siquem.]

»Uma vez acalmado este distúrbio, o conselho dos samaritanos acudiu ao Vitelio, personagem consular, governador de Síria, e acusou ao Pilatos de ter massacrado às pessoas que tinham perecido; porque não era para rebelarem-se contra os romanos, a não ser para escapar à violência de Pilatos, por isso se reuniram em Tirathana. Depois de enviar a um de seus amigos, Marcelo, para ocupar-se dos judeus, Vitelio ordenou ao Pilatos que voltasse para Roma para dar conta ao imperador dos atos dos que lhe acusavam os judeus. Pilatos, depois de dez anos de permanência na Judeia, apressou-se em ir à Roma, por obediência às ordens do Vitelio, às quais não podia objetar nada. Mas antes de que chegasse à Roma, sobreveio a morte de Tibério.» (Flávio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XVIII, IV, 85-89).

Recapitulemos, Pilatos se converteu em procurador da Judeia no ano 25. Permaneceu ali dez anos, conforme nos diz Flávio Josefo. Portanto, a insurreição samaritana se situa no ano 35. Tibério morreu 17 dias antes das calendas de abril do ano 37 de nossa era, ou seja, em 18 de março no calendário Juliano, e o 29 no gregoriano. (Cf. Suetônio, *Vida dos Doze Césares, Tibério*, LXXIII.) Pilatos estava ainda no mar quando esse imperador morreu. Portanto, foi no final do ano 36 quando recebeu a ordem de apresentar-se em Roma para justificar-se, e foi substituído pelo Marcelo.

Agora bem, expõe-se um problema. Quem era esse misterioso desconhecido que «combinava tudo a fim de agradar ao povo», e que organizou tal insurreição? Imediatamente um nome vem aos lábios, o de Jesus, que, ao longo de suas atividades, não economizou suas simpatias pelo povo samaritano, com grande escândalo dos judeus de estrita observância.

E de novo temos outra artimanha dos escribas anônimos do século IV; a de

nos apresentar a uns galileus, em lugar de uns samaritanos, na passagem de Lucas já citada (Lucas, 13, 1), a fim de dissimular que foi outra vez Jesus quem organizou essa nova insurreição. Desgraçadamente, esta foi a última. Deveria encontrar-se entre os fugitivos dos quais fala Flavio Josefo. Conseguiu chegar à Jerusalém e passar ali, inadvertido entre a multidão, que começava a acudir para a próxima Páscoa, o que aumentava grandemente a população habitual da cidade Santa. E foi então, quando se produzira o ultimato de Pilatos aos sanedritas, assim como o conselho do Caifás, já citado:

«Não compreendem que vale mais para todos que morra um só homem pelo povo, e que não pereça toda a nação judia?...» (João, 11, 50.)

Se nossa hipótese for exata, não seria pois no ano 34, como nós acreditamos pessoalmente, quando teria sido executado Jesus, a não ser no 35. De qualquer maneira, a cronologia seguida por Daniel-Rops é pura fantasia, a menos que seja voluntariamente errônea. Algumas cronologias protestantes fixam tal execução no ano 31, embora precisando que a era comum leva um atraso de quatro anos, o que nos situa de novo no ano 35. Lemaistre de Sacy, em sua *Santa Bíblia*, faz-o morrer no ano 37. Como vemos, a data média situa-se entre os anos 34 e 36, dado que em 36 Pilatos está a caminho para Roma.

Admitindo que a repressão desse procurador, no monte Garizim, foi um engano tático, uma estupidez, que teria motivado sua re-expedição à Roma, a execução de Jesus não foi jamais reprovada administrativamente. E o mundo latino soube sempre a que se ater sobre os motivos reais e legais de sua condenação.

Recordemos ao imperador Trajano, que reinou do ano 98 aos 117, e que, ao interrogar a um chefe messianista que «apelou ao César», perguntou-lhe, cortando-lhe a palavra: «Falas daquele ao que Pôncio Pilatos fez crucificar?» Eis aí um sobressalto que dá muito o que pensar.

Teremos que citar ao Maximino Daza, imperador que nos anos 311 e 312, mandou fixar pôsteres em todo o império que dissessem os motivos legais da condenação de Jesus? Recordemos os termos que utiliza o escritor latino, e cristão ardente, Minucius Félix, em seu *Octavius*, para resumir as objeções habituais: «Um homem executado por seus crimes sobre o madeiro funesto da cruz... adorar a um criminoso e a sua cruz... Não! Passar um homem por um deus... E especialmente semelhante culpado...» Pois bem, Minucius Félix é, com o Tertuliano, um dos primeiros escritores cristãos latinos, no século II. Hierokies, juiz na Nicomedia sob o Diocleciano, encarniçado perseguidor dos cristãos, diz: «Um bandido...» Os verdugos romanos causam horror. Mas, tendo em conta os costumes comuns a todas essas terríveis épocas, teremos que recordar que o palácio imperial da Nicomedia incendiou-se, misteriosamente, e ficara totalmente destruído. Depois, por volta do ano 303, em Síria, e na Ásia Menor, perto de Bagdad, na Seleucia, algumas pessoas tentaram se apoderar do império, proclamando imperador ao tribuno Eugenio. Pois bem, uma grande quantidade de cristãos foram capturados e encarcerados no curso desta perseguição, na qualidade de «rebeldes», conforme nos diz monsenhor Duchesne em seu *Histoire Ancienne de L'Eglise*, tomo II, pág. 14. Está muito claro.

Mas, concretamente, o que podiam reprovar com certeza os romanos ao Jesus?

Antes de mais nada, devemos chamar a atenção sobre o fato de que Pilatos, procurador de Roma nessas regiões longínquas, representava ali ao césar, neste caso ao Tibério, que não era precisamente um imperador bondoso e cândido. Além disso, Pilatos tinha como tarefa essencial manter a ordem, mas a ordem romana unicamente. As acusações que se diz que os judeus levaram diante do procurador contra Jesus não é possível que sejam verdadeiras. Pilatos desprezava aos judeus, como todo romano. Tinha para com eles a mão dura, e Flavio Josefo nos dará numerosas provas desta atitude.

Pedir ao procurador de Roma a morte de um homem porque este pretendia ser «filho de Deus» equivalia a fazer-se tornar *manu militan* fora do pretório! Não esqueçamos que numerosas famílias romanas pretendiam sair da coabitação de um mortal com um deus, ou o inverso. Esse era concretamente o caso de Julio Cesar, cuja família pretendia ter nascido dos amores de Afrodite com um antepassado dele. O que podia sustentar-se ainda, como acusação, ante o Pilatos? Tudo o que segue, e que vamos analisar. Mas nesses cargos que lhe imputavam, o procurador não tinha nada a ver com os judeus. Seu papel consistia em manter e fazer respeitar a ordem romana, unicamente.

Pois bem, essa ordem romana está definida, e de forma muito precisa, pelas leis romanas. E quem quer que violasse essas leis incorria nas penas que elas implicavam, quer dizer, nos castigos romanos: açoite com vara, chicotadas, «flagra», prisão, decapitação, crucificação, etc. E Jesus, efetivamente, não foi executado segundo a lei judaica, a não ser segundo a lei romana, por romanos, e por cargos exclusivamente romanos.

Quais eram os delitos ou, possivelmente, inclusive os crimes, que Roma podia reprovar ao Jesus, nessas províncias nas quais ele resultava ser, gostasse ou não, necessariamente «súdito de Cesar», como muito mais tarde recordaria o imperador Juliano? Aqui estão:

1. *Pretender ser rei*: fez-o; basta reler atentamente Mateus (17, 24 a 26) para constatar que Jesus pretendia ser «filho de rei». E diante de Pilatos, quando este lhe perguntou: «É você o rei dos judeus?», Jesus responderia, com toda clareza: «Você o diz...» (ou «Tu o dizes...») (Mateus, 27,11.)

Indubitavelmente, está a passagem na qual se diz que Jesus se retirou à montanha ao inteirar-se de que tentariam sequestrá-lo para lhe fazer rei (João, 6, 15). Mas, o que Jesus rechaça é sério nas mãos dos romanos, os ocupantes aborrecidos, ou inclusive simplesmente sê-lo, dado que a doutrina de seu pai, Judas da Gamala, não admite outro rei além de Yavé. Seja como for, Pilatos seguramente, não estava a par das sutilezas de todas essas doutrinas judaicas, expressas em manuscritos que não possuía, e em uma língua que ignorava: o hebreu. Verbalmente ainda lhe resultava pior. Por isso era tão desumano frente a qualquer agitação:

«Por aqueles tempos se apresentaram alguns, que lhe referiram o caso dos galileus, cujo sangue misturara Pilatos com o dos sacrifícios que ofereciam...» (Lucas, 13, 1-5). Este procurador de mão dura não apreciava absolutamente àquele

Jesus que perambulava do norte ao sul e do este ao oeste da Palestina, pregando uma doutrina e um reino que não tinham lugar na ordem romana; e sobretudo, arrastando atrás de si, nessa sua mania de perambulação, a toda essa turba de gente vagabunda, na qual se incluíam numerosos assassinos zelotes.

2. *Cobrar impostos e dízimos, como um rei*: isto confirma a acusação precedente. O fato de que fora o mundo dos cobradores de impostos e das prostitutas o que alimentava uma misteriosa caixa de guerra, fez ao Jesus ainda mais suspeito aos olhos do procurador. Mas em geral, submeter aos súditos de Cesar a uma imposição é um ato, bem de rebelião, ou de latrocínio. Dois crimes castigados do mesmo modo: com a cruz.

3. *Praticar a delinqüência*: porque os ataques contra os peregrinos e os mercados de oferendas no Templo de Jerusalém eram, de fato, para a ordem romana, atos delitivos. Repetiram-se no mínimo duas vezes, se dermos crédito aos Evangelhos, em duas Páscoas diferentes. Por outra parte, em Marcos (6, 35) e, sobretudo, em Lucas (9, 12), vemos esses militantes que lhe seguem alojarem-se e alimentarem-se nos povoados em que se encontram: «Despedem-se da multidão, vão às aldeias e às alquerias ao redor, onde se albergam e encontram mantimentos...» Compravam? Pagavam? Com que dinheiro? Porque essas pessoas eram vagabundas, errantes, que não trabalhavam absolutamente. A hospitalidade oriental se exercia de bom grado para com as «grandes companhias»? É duvidoso. E se pagavam, era com o produto do *racket*. Tanto num caso como noutro, para os romanos havia desordens e delitos. Quanto mais quanto que o tesoureiro do grupo, Judas Iscariote, era já conhecido como «ladrão» (João, 12,6).

4. *Tomar Jericó*: há ainda outra cena estranha, descrita em Lucas (19, 11 a 28). Se a relermos atentamente, não podemos evitar um certo mal-estar. A que inimigas faz Jesus alusão? Quais eram aqueles aos que se devia degolar em presença desse misterioso homem de estirpe real? Devemos compreender que aí, *em chave*, dava Jesus uma ordem concreta a seus fiéis, que o entenderiam com meias palavras. E isto tem lugar justamente antes da ascensão à Jerusalém, e antes do assalto à terceira nave, em que se encontram os cambistas de moeda e os mercados de oferendas.

Semelhante ordem implicaria então a presença de prisioneiros misteriosos, já em mãos de seus seguidores desde sua passagem por Jericó. E por conseguinte, esse quarto parágrafo de nossa ata de acusação se referiria a verdadeiros homicídios e execuções sumárias próprios de todos os movimentos deste tipo. Alguns fatos concretos confirmam esta hipótese. O segundo ataque contra os cambistas, os mercados e os peregrinos se situa, segundo João, pouco antes da quarta Páscoa, quando começam a afluir à Jerusalém os peregrinos habituais. (João, 2, 14.)

Encontramo-nos, pois, a poucos dias da detenção de Jesus pela coorte dos veteranos, ao mando do tribuno (João, 18, 3 e 12). A essa tropa, constituída já por seis centúrias de soldados de elite, acrescentam-lhe elementos da tropa do Templo, para mostrar a boa vontade do Sanedrim de cara a Roma. E quando efetuada tal detenção nos inteiraremos, por pura casualidade, de que há um tal Jesus-bar-Abba, «malfeitor famoso, encarcerado com outros sediciosos, que em uma revolta tinham

cometido um homicídio». (Lucas, 23, 19, e Marcos, 15, 7.)

É evidente que Pilatos não tinha por costume alargar as coisas, não era seu estilo. A rapidez do processo de Jesus, o curto lapso de tempo entre a sentença e a execução, demonstram-no mais que sobradamente. Portanto, é também perfeitamente evidente que a rebelião e o crime de que é culpado Jesus-bar-Abba, em companhia de outros sediciosos, são acontecimentos muito recentes, e que a condenação a morte deste último acaba de ser pronunciada também, quão mesmo a dos outros dois bandidos que serão executados com Jesus.

Por outro lado, durante aqueles poucos dias que precederam ao «retiro pascal» (Êxodo, 12), não houve, com toda segurança, a não ser uma só revolta, a do Templo, em que Jesus e os seus atacaram peregrinos, cambistas e mercadores. Porque se pôde surpreender Roma uma vez com uma rebelião desse tipo, mas não duas vezes seguidas... Portanto, foi naquela que encabeçava Jesus onde foram detidos Bar-Abba e os outros sediciosos; onde foi cometido o crime que lhe reprovava. Mas só nos fala deste, enquanto que havia muitos outros sediciosos, e vários na prisão com ele. Houve, provavelmente, outras vítimas, mortos ou feridos, no curso desse alvoroço. Em conseqüência, ao ser Jesus o chefe responsável por dito ataque ao recinto sagrado do Templo de Jerusalém, é Jesus quem carrega com a responsabilidade do sangue derramado por sua tropa. Porque esse ataque a mão armada não o impediu nem moderou antes. Suscitou-o, dirigiu-o, desde muito antes, de Jericó; ele mesmo deu o sinal, ao golpear ele primeiro, açoitando com cordas previamente enroladas às pessoas que se encontravam ali. Ele ou os cadáveres que ficaram sobre as lajes do Templo balizariam a partir de então o caminho atrás de Jesus. E para Pilatos, que representava a ordem romana, isso constituía claramente um delito, e a lei romana devia aplicar-se com toda sua severidade. Tanto mais que, provavelmente, tinham contado ao Pilatos a atitude de Jesus *ante as escovas do Templo*: «Jesus, havendo-se sentado frente ao gazofilácio, observava como a gente ia jogando moedas...» (Marcos, 12, 41); e alguns manuscritos põem: «...e que muitos ricos jogavam muitas», como o utilizado na *Santa Bíblia* de Lemaistre de Sacy, versão católica revisada pelo abade Jacquet; e as versões protestantes de Segundo e de *Oster-waid* o traduzem também assim. De modo que o que Jesus observa não é uma forma de jogar moedas, neste episódio, a não ser as quantidades. Logo, se os sacos estiverem muito carregados, Iscariote e seus êmulos encontram o meio de aliviá-los.

5. *Praticar a bruxaria*: a lei chamada «Doze Pranchas» implicava, em alguns de seus artigos, a pena de morte para quem quer que praticasse sortilégios, feitiços ou palavras mágicas, malefícios contra pessoas, ganho ou colheitas. (Sobre este último ponto, veja o episódio da figueira estéril: Mateus, 21, 19, e Marcos, 11, 13.)

Pois bem, são inumeráveis as manifestações nas quais Jesus profere maldições contra as cidades, as coletividades religiosas judaicas. «Ai de vós...» são termos que saem com frequência dos lábios de Jesus. E o que é mais grave, ensina esse tipo de coisas nocivas a seus lugares-tenentes, como o rito das sandálias, no qual se utiliza do pó sujo das sementes para amaldiçoar uma moradia ou uma cidade, sacudindo-as entre si (Mateus, 10, 14-15). E por pouco que tivessem em

suas mãos uma cópia do *Apocalipse*, cujo prólogo declara que Jesus é seu autor (*Apocalipse*, 1, 1), só os versículos 1 a 6 do capítulo 11 bastariam sobradamente para lhe aplicar a pena de morte prevista pela lei das «Doze Pranchas». E o que era pior ainda, numa época em que todo mundo antigo praticava uma grande tolerância para todos os cultos, e onde só se condenava o ateísmo (essa foi a única recriminação que fez ao Sócrates), Jesus condena à pena do inferno a todos aqueles que não compartilham suas opiniões. Leia-se de novo Mateus (25, 31-46), e, sobretudo, o *Apocalipse* em seu capítulo 18, no qual o incêndio de Roma, se não é aconselhado abertamente, é ao menos «predito» com destreza, e então se poderá determinar a doçura e mansidão do chefe dos zelotes.

E ante essas ameaças de ressonâncias ocultas, Pilatos não poderia esquecer a lei das «Doze Pranchas».

Todavia, todos esses parágrafos, de uma ata de acusação bastante completa, são, com toda segurança, secundários ante o primeiro: pretender ser rei. Porque quando Jesus diz «filho de rei» em Mateus (17, 24-26), reivindica implicitamente a sucessão de seu pai.

Pois bem, no caso dos condenados à cruz, era habitual indicar o motivo pelo qual deviam sofrer esse suplício, e para isso cravavam no tabuleiro um cartaz que dizia qual era o crime. E no caso de Jesus, Pilatos mandou, assim parece, transcrever literalmente ao latim, ao grego e ao hebreu aquilo que constituía o motivo essencial de sua crucificação: «Jesus de Nazaré, rei dos Judeus», acrescentando, possivelmente, alguma alusão a seus feitos delitivos, o qual justificava que fosse crucificado de cabeça para cima.

Aos judeus desejosos de fazer retificar, por diplomacia e prudência, essa inscrição, acrescentando-lhe uma precisão suplementar, «Escreve que ele disse: Eu sou o rei dos judeus...» (João, 19, 21), Pilatos lhes responde bruscamente: «O que disse, dito fica...» O qual demonstra que, para Pilatos, era evidente que Jesus tinha sido realmente considerado pelos judeus como seu rei legítimo, embora fosse clandestino e em potência, durante todos os seus anos de atividade, e que era muito tarde para que o negassem.

Assim, e tal como observava justamente o doutor Culmann, exegeta e historiador protestante indiscutível, em seu pequeno livro *Deus e o César*; Jesus foi condenado à cruz como chefe zelote, e esse qualificativo bastava sobradamente para substituir a todos os outros delitos, dado por conta de sua gravidade.

E é também muito provável que os dois «bandidos» que foram executados com ele, a seu lado, fossem também zelotes, membros de sua tropa, quer dizer, aos olhos dos romanos, malfeitores. Possivelmente foram também capturados nas Oliveiras, possivelmente foram os que «tiraram a espada» e golpearam com esta (Lucas, 22, 49). Pois, de outro modo, por que reprovariam sua impotência para liberá-lo milagrosamente, e também a eles? É altamente provável, do mesmo modo, que, em seu desespero, lembrassem-se de suas afirmações de antigamente, quando no último momento obtinham a vitória final, graças a intervenções sobrenaturais. Porque só em Lucas lemos que um deles defende Jesus (23, 41); em Mateus e em Marcos os dois lhe injuriam por sua impotência. Lucas, por outra parte, contribui

uma contradição mais, quando Jesus afirma ao bom ladrão que naquele mesmo dia estará com ele, no Paraíso. Porque, nesse caso, o que tem da famosa estadia de três dias no seio do Inferno? Finalmente, viram Jesus morrer muito antes deles. Para o entardecer, os soldados quebraram-lhes as pernas a golpes de maça, para acelerar essa asfixia da qual morriam todos os crucificados, e que estes evitavam o maior tempo possível apoiando-se nas pernas. Ainda moribundos, jogaram-nos ao podredouro que era a «fossa infame», reservada aos cadáveres dos condenados a morte, e da qual os Evangelhos se guardam bem de nos falar, porque essa é, nada menos, a famosa tumba pessoal de que dispunha José de Arimatéia.

Não obstante, é surpreendente o fato de que nos mostre nos Evangelhos aos soldados romanos dando de beber ao Jesus, ou permitindo a um terceiro que lhe dê de beber. Porque numa época em que a crucificação e a empalação eram suplícios extremamente comuns, nenhuma pessoa que estivesse familiarizada com esses tipos de execução podia ignorar que, fazendo tal coisa, rematava-se ao supliciado. E assim é, não há nenhum exemplo de um crucificado, ou um empalado, que não morrera imediatamente depois de ter bebido. Embora possamos imaginar que o oficial romano responsável pela execução, o *exacto mortis*, recebera ordens secretas ao efeito. Jesus, «filho de David», teria se beneficiado nesse caso de um tratamento de favor; assim teriam precipitado discretamente sua morte, a fim de lhe evitar a agonia na «fossa infame».

Uma passagem do *Evangelho dos Doze Apóstolos*, manuscrito copto do século V, mas cujo texto inicial parece ser anterior ao *Evangelho de Lucas*, segundo Orígenes (o qual, conforme diz este, o converteria em um dos mais antigos evangelhos conhecidos), fala-nos dessa «fossa infame», mas sob a denominação de poço:

«Conduziram Pilatos e o centurião ao poço de água da horta, poço muito profundo... Olharam para baixo, no poço. Os judeus gritaram: "Oh, Pilatos! Não é esse o corpo de Jesus, que morreu?" Mas os discípulos disseram: "Senhor, os sudários que você tem são os de Jesus! Esse corpo é o do ladrão que crucificaram com ele..."» (*Evangelho dos Doze Apóstolos: 15º fragmento.*)

De fato, a crença da proximidade de uma horta foi o que deu a idéia aos escribas coptos do Baixo Egito de falar de um poço com água. O texto hebreu inicial não devia falar mais do que *shoat* (*fossa*, no sentido de *fossa-prisão* ou de *fossa profunda*); ou de *bébr*, que tem o mesmo sentido, mas que pode designar também uma fossa de destruição, como no versículo 24 do Salmo 55, pela associação de ambos os termos, quer dizer, *bébr-shoat*.

Não podemos finalizar este capítulo sem estudar um personagem muito enigmático: José, o chamado de Arimatía, ou também José de Arimatéia. É a ele a quem a ingênua lenda do Graal põe em cena num primeiro momento. Esse José da Arimatía reveste, a mercê dos diferentes relatos evangélicos, diversos aspectos. Mateus, (27, 57 a 61) diz-nos simplesmente que a tumba onde foi inumado Jesus era de sua propriedade. João (19, 38) diz-nos que era discípulo de Jesus, mas «em segredo». Marcos (15, 43) faz dele um «ilustre conselheiro», e Lucas (23, 50) um «membro do conselho», aparentemente do Sanedrim. Quanto a seu verdadeiro nome, quer dizer, José-bar-X..., segundo o uso judaico, esse o ignoramos. Chama-

lhe de Arimatía ou de Arimatéia. Agora bem, na geografia do Antigo Testamento, nas obras de Flavio Josefo e no *Talmud*, procuramos em vão uma localidade de dito nome. Deduzimos, pois, que Arimatéia, igual a Nazaré, é um nome fictício, que se pôs premeditadamente para nos ocultar algo. Se decompuermos esse nome estranho para devolver-lhe (ou dar-lhe) um certo ar hebraico, encontramos-nos em presença de duas sílabas básicas: *ar* e *mat*, sílabas que encontraremos em hebreu, mas sempre em termos estritamente relativos à morte e às sepulturas:

aretz: significa campo, terreno;

bar: significa fossa, buraco;

math: significa morte.

Assim por exemplo, o nome bíblico *Hatzarmoth* significa «pátio dos mortos» (Gênesis, 10, 26), e provém dos mesmos «suportes» filológicos.

É portanto evidente que o pseudo povo da Arimatía, inexistente na época de Jesus, vê formar seu nome apoiando-se em um corriqueiro barbarismo que repousa no hebreu *bar math*, que significa tanto um *cemitério* como uma *sepultura*.

Em uma palavra, José de Arimatéia é José, o Coveiro, o «guardião do cemitério», se Jesus foi inumado na necrópole ritual das Oliveiras (sudeste de Jerusalém), ou o guardião da «fossa infame», se foi inumado no Gólgota. De todo modo, o «ilustre conselheiro» é, em realidade, um homem de baixa classe, em estado de impureza permanente ante os olhos da lei judia, por estar obrigado a manipular cadáveres sem cessar.

E estamos já muito longe da lenda do Graal, esculpido na esmeralda de 72 facetas desprendida da frente de Lúcifer durante sua queda, e recolhida por José de Arimatéia depois da Ceia.

Um último detalhe deve confirmar que José de Arimatéia não era outro senão José, o Coveiro.

No Evangelho de Bartolomeu, texto muito gnóstico, que vemos já citar no século IV (o qual indica que seria algo mais antigo), o proprietário da horta onde foi sepultado Jesus não se chama José, a não ser *Filogenes*, do grego *philos*: amigo, e *genos*: nascimento, vida. Ou seja: o Amigo da Vida. Aí está a confissão. Àquele que, por seu ofício de cavar sepulturas, sempre se achava em estado de impureza, quiseram substituí-lo por um simples «hortelão», e deram-lhe um nome absolutamente oposto a sua triste função. Mas, desgraçadamente, quem quer provar muitas coisas, não prova nenhuma, como diz o provérbio.

Aqui está tal texto:

«Elas estavam de pé no jardim do *Filogenes*, o hortelão (*Képouros*), cujo filho Simão curou o salvador quando descia da montanha das Oliveiras com os Apóstolos.» (*Evangelho de Bartolomeu, 2º fragmento.*)

Também aí encontramos a confirmação do fato de que a tumba em que foi sepultado Jesus encontrava-se nas Oliveiras, posto que foi aí onde encontrou José, o Coveiro, quem, devido a seu ofício, vivia muito perto do cemitério ritual, que a sua vez não estava situado muito longe das Oliveiras, como vimos.

Pois bem, agora sabemos: José de Arimatéia, em hebreu, é José *bar-ha-mettim*, quer dizer, «José da-fossa-dos-mortos». O qual evoca, curiosamente, uma só fossa para

numerosos mortos. E isto está muito próximo dessa «fossa infame» em que se precipitava aos corpos dos justicados, quanto mais que, tal como observa Daniel-Rops em *Jesus em seu tempo*, os romanos crucificavam a maioria das vezes ao lado de um cemitério. O que nos induz a tirar a conclusão de que a *fossa infamia* pôde muito bem achar-se nas Oliveiras, ao lado do cemitério ritual.

20.- A maldição sobre Jerusalém

«Se teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe água para beber; porque assim amontoarás ardentes sobre a sua cabeça...»

Provérbios, 25, 21, 22 ; e Epístola de Paulo aos Romanos, 12, 20

Este axioma, muito estendido então em Jerusalém, geralmente se resumia assim: «Perdoem a seus inimigos, e assim acumularão sobre sua cabeça carvões ardentes». Assim compreendemos melhor, sobretudo à luz do que vai seguir, até que ponto conhece bem Jesus todos os ocultos do ocultismo, e principalmente aquele que consiste em deixar que o adversário acumule as más ações com respeito a nós. Fazendo isso, e não respondendo, não equilibramos a misteriosa balança da fatalidade, e depois, ou mais tarde, produzir-se-á o desequilíbrio, com a reversão do golpe para o adversário, quem verá voltar-se contra ele, em bloco, tudo o que tinha acumulado no curso de um período às vezes bastante longo. Esta tática, tão eficaz como oculta, praticaram-na os cristãos conscientemente contra o Império romano.

Pois bem, esta regra misteriosa Jesus aplica no momento de sua crucificação, se dermos crédito aos Evangelhos elaborados no século IV, em grego, por gregos. Existem duas hipóteses: ou colocaram-na aí para adular, uma vez mais, Roma, porque os verdugos eram legionários romanos, e Jesus, nesse caso, não o pronunciou jamais; ou o fato é autêntico, e Jesus somente aplicou o conhecido provérbio, pronunciando as célebres palavras: «Pai, perdoa-os, porque não sabem o que se fazem...» (Lucas, 23, 34.) Em sua obra: *Sinopse dos Evangelhos*, o padre Deiss nos diz que «a autenticidade textual da frase de perdão é controvertida». (Op. cit., tomo I, pág. 313.) De qualquer maneira, não saberemos jamais se a frase é autêntica ou não, porque os Evangelhos primitivos se perderam, e Orígenes (século III) diz-nos que, já em seu tempo, o Mateus primitivo se desconhecia. Se os encontrássemos, é provável que revelassem uns textos medianamente diferentes aos elaborados pelos escribas anônimos do século IV, porque já os apócrifos são prova disso. Inclusive o próprio Orígenes foi retocado por Rufino da Aquileia, e isso no próprio século IV, e o tal Rufino não oculta que corrigiu Orígenes quando este último não parecia bastante ortodoxo. Tem a desfaçatez de nos dizer isso em seu prefácio, e afirma que fez como Jerônimo (santo), na tradução que este fizera das *Homilias*:

«Quando no texto grego (inicial) encontrava-se alguma passagem escandalosa, passou a lima, traduziu e expurgou, de maneira que o leitor latino não

encontrasse ali nada que se separasse da fé...»

Expõe-se uma questão: quais eram essas passagens «escandalosas» que não se podiam pôr ante os olhos dos fiéis já no século V, sob pena de destruir a lenda?

O mesmo aconteceu com os Evangelhos primitivos, e, sob a pluma de falsificadores como Jerônimo, ou Rufino, o leitor de nossa época tem a garantia de encontrar as falsificações mais desavergonhadas. Julguem-no:

Em Mateus (27, 25) lemos o seguinte:

«E todo o povo respondeu dizendo: "Caia o seu sangue sobre nós e sobre nossos filhos..."»

Esta frase se encontra somente em Mateus. E Mateus, como sabemos, é um pseudo Mateus, porque o primeiro se perdeu já na época de Orígenes, morto no ano 254. Apesar disso, sobre essa frase, que é uma abominável impostura (e vamos demonstrá-la), os cristãos fundaram durante vinte séculos seu anti-semitismo permanente; sobre essa mentira, sobre essa falsidade, justificaram-se as matanças, as violações, os saques, os atos de violência contra os judeus.

Faremos observar a todo leitor razoável que é impensável supor que uma multidão numerosa pudesse elaborar e clamar com todas as suas forças, espontaneamente, uma frase tão complicada e que dava resposta a uma pergunta que lhes era impossível prever de antemão. Essa mesma multidão, normalmente, não poderia fazer brotar de seus peitos, em um só grito, a não ser um *slogan*, um clamor, que costumavam gritar: «Viva este... Abaixo o outro...». Todavia, imaginar que, por uma espécie de comunhão e de percepção mútua de seus pensamentos, os judeus, uniformemente, expressaram o mesmo desejo, nos mesmos termos, é totalmente irracional. Esta frase, pois, não foi jamais pronunciada nesses termos pela massa judia congregada diante do palácio de Pilatos. Foi elaborada, dos pés a cabeça, por nossos falsificadores anônimos dos séculos IV e V, para justificar a cadeia implacável de perseguições e de desgraças que se abateram sobre o desgraçado povo judeu, cadeia cuja origem, eles, melhor do que ninguém, podiam justificar. E também para desviar a atenção de uma frase enigmática, com a qual se corria o risco de que se adivinhasse a fonte dessa série inexplicável de desgraças. Frase que nossos falsificadores também adulteraram, prudentemente, ao mesmo tempo que fariam desaparecer o texto inicial atribuído ao Mateus,

É uma tradição popular comum, na China, no Tibet, no Japão, na Índia, há séculos e séculos, que se um homem tem queixa de outro, e vai suicidar-se, com fogo ou de outra maneira, em frente à casa deste, a desgraça cairá sobre este homem, por ter sido o causador da morte do primeiro. Por exemplo, quando teve lugar a execução de Jacques de Molay e de Geoffroy de Charnay, grande mestre e comendador provincial, respectivamente, da *Ordem do Templo*, que foram queimados vivos em Paris, na *Ilha da Cidade* (exatamente na ilhota conhecida como «ilha dos judeus»), estes convocaram o papa e o rei da França a que comparecessem ante o tribunal de Deus naquele ano, e esta terrível apelação foi escutada: o papa, como se sozinho tivesse dirigido, morreu «nos primeiros quarenta dias». E dentro do mesmo ano, depois de nove meses, morreu, por sua vez, Felipe, o Formoso.

O mesmo aconteceu no caso da destruição de Jerusalém, quanto à Jesus.

No capítulo 23 de Mateus, cena repetida por Lucas (13, 34), Jesus amaldiçoa em oito ocasiões à população de Jerusalém, porque sob o termo de *escribas* temos que adivinhar o de *saduceus*; quanto aos *fariseus*, estes foram nomeados de forma muito precisa. Os essênios ficavam então fora, posto que não residiam em Jerusalém.

Chega a crucificação. Jesus chegou ao limite de sua resistência, sua debilidade física expira-se muito antes que a dos dois bandidos crucificados com ele. É então quando, igual fez Jacques de Molay, utilizará o mistério tenebroso da última vontade de um moribundo, para assumir sua vingança, expressa já no curso das oito maldições citadas.

Lemos, com efeito, em Mateus (26, 45-50) e em Marcos (15, 33-37), o seguinte:

«Para a nona hora exclamou Jesus com voz forte: "*Eli, Eli, lama sabachtani...*", quer dizer: "Meu deus. Meu deus! Por que me abandonaste?..." [...] Jesus, dando de novo um forte grito, expirou.»

Em Lucas se diz que gritou: «*Eloi! Eloi! Lama sabachtani.*»

De longe, os judeus presentes supuseram que chamava o profeta. Acreditaram que, respondendo às recriminações e às gozações vingativas dos dois ladrões crucificados a seu lado, faria uma última tentativa para que o céu viesse em sua ajuda.

Em primeiro lugar observaremos o falacioso de semelhante tradução. Nem *Eli* nem *Eloi* podem traduzir-se por *Deus meu*. *Eli*, em hebreu, é *Deus*, em singular, como *Eloi*; o plural, reservado para expressar a majestade divina, é *Elohim*. Mas tudo isto unicamente no caso de que pontuemos com os signos habituais sob as letras, de maneira que se possa dar uma pronúncia vocalizada, já que o hebreu possui, em seu alfabeto, somente consonantes. Assim, as três letras que expressam *Eli* (*aleph-lamed-he*), pontuadas de forma distinta (embora sempre *aleph-lamed-he*) podem significar *conjur*, *amaldiçoar*, o que é totalmente diferente, devemos admiti-lo.

Pois bem, a frase «*Eli! Eli! Lama sabachtani...*» é o primeiro verso do salmo 22. Os salmos são uns hinos em verso, não são todos do rei David, mas também de sacerdotes anônimos. Este começa assim: «Para o mestre de coro. Sobre o "Cervo da Aurora". Salmo de David.» Isso significa que este hino deve entregar-se ao mestre de canto, que se deve cantar sobre a música de um canto popular israelense, sem dúvida um canto de amor, chamado «Cervo da Aurora», e, por último, que o próprio David foi quem escreveu a letra. E vejamos o que aparece de forma muito clara: se lermos esse salmo inteiro, surpreende-nos seu caráter profetizante da paixão de Jesus... todavia, assim é só se limitarmos às traduções católicas ou protestantes. O texto hebreu inicial, em troca, é muito distinto.

Onde fala de furar as mãos e os pés, em realidade se trata do leão, que, quando é capturado, vê suas patas atadas, e a chamada do suplicante não tem lugar somente nesse momento do Calvário, mas sim de forma permanente, tanto de noite como de dia. De fato, é o rei David quem fala e se dirige a seu Deus.

Por conseguinte essa frase resulta-nos suspeita. Porque que plausibilidade há

no fato de que um homem torturado, que está sofrendo todas as espantosas dores da crucificação; com as costas rasgada pelas terríveis chicotadas de chumbo, roçando contra a madeira rugosa da cruz; com as mãos perfuradas, no lugar mais doloroso de sua rede nervosa; com o períneo lentamente serrilhado pelo ângulo agudo do apoio pelviano, que devia impedir às mãos rasgarem-se; asfixiando-se lentamente por essa desconjuntura no patíbulo; com os ossos dos pés, provavelmente, amassados pelas porradas atiradas para arrebitar os pregos; que, provavelmente, não comia, nem bebia há cinquenta e quatro horas; repetimos, que plausibilidade há no fato de que expressasse seus inexprimíveis sofrimentos declamando versos, versos tirados de um cântico tradicional?

Um homem que será fuzilado pode cantar, pelo caminho, o hino de sua nação ou de seu partido; pode, frente aos executantes, gritar pela última vez um *slogan*, que resuma sua fé. Porque esse homem não sofre fisicamente. Todavia, um homem no cavalete de tortura não irá à poesia para expressar suas dores. Quando tiver chegado a esse grau último, no qual a carne pode, frequentemente, sobre o espírito, não se sentirá com alma de poeta! Ou não dirá nada, ou generará de sofrimento, ou uivará seu ódio contra os verdugos. E isto é o que, conforme acreditam, fez Jesus.

E então podemos tentar encontrar a frase verdadeira que os escribas anônimos do século IV fizeram desaparecer, e vamos vê-la agora, terrível em sua brevidade, terrível em suas conclusões, terrível em sua realização, quarenta anos mais tarde.

Se tomarmos os manuscritos mágicos mais antigos, intitulados *Clavículas de Salomão*, cujo texto mais exato, que tenha chegado a nós, figura no manuscrito da biblioteca de Pádua redigido por Pierre d'Abane, discípulo direto de Enrique-Cornelio Agripa, médico de Carlos V e ocultista célebre, quem por sua vez tinha seu mestre João Tritemo, abade de Spanheim e de Wurtzburgo, lemos isto no terceiro dia da semana, ou seja, na terça-feira:

Aquela dia, os Nomes Divinos diversos entre nos quais o mago escolherá aqueles que entenda que se refiram a sua obra, incluem, em especial, *El* e *Elohim*, plural de *Eloí*.

Entre os nomes dos espíritos que governam a região oeste do mundo, que segundo a tradição é a dos mortos, descobrimos a *Lama* e *Astagna*.

Por último, entre os doze nomes dos Espíritos que governam as doze horas do Dia e as doze horas da Noite, encontramos *Tani*, às vezes deformado e transcrito como *Tanic* ou *Tanie*, nos célebres livros de magia dos camelôs.

E a frase hebraica pode então estabelecer-se assim:

«*ELi EL.Oim! LAMBA ASTAGNA TANÍ...*»

O que equivale a: «Conjuração! Maldição! Por *Lama, Astagna, Tani...*»

Evidentemente, os magos não utilizam todos os nomes ocultos de um mesmo dia, sua memória não o permitiria. Basta conhecer alguns. Parece que, quando se riscam os célebres Círculos Mágicos, no primeiro (que simboliza o plano divino) colocam-se os nomes de Deus ou «nomes divinos». No segundo círculo ficam os nomes dos espíritos ou dos anjos. No terceiro e último os nomes dos

espíritos da Hora, do Dia e da Estação. Há, pois, uma hierarquia na apresentação de tais nomes. Segundo a tradição, o nome divino dá ao mago poder sobre o mundo dos espíritos ou dos anjos; o nome angélico dá poder sobre o mundo dos espíritos, e o nome dos espíritos dá poder sobre o mundo contingente, o do Espaço e do Tempo.

Pois bem, é muito curioso constatar o que segue, em relação a essa frase misteriosa, assim restabelecida:

1. Todas as palavras dessa frase podem ser nomes usados na Magia, e estão exatamente na ordem hierárquica de seu emprego.
2. Todos esses nomes dependem unicamente da tonalidade de Marte, incluído o nome do Espírito que governa a hora planetária em que se pronunciam essas palavras; o dia é na terça-feira.
3. Essa hora é exatamente a oitava, que é a última hora que viveu Jesus, que morreu ao princípio da novena, portanto é a hora no curso da qual pronunciou essa frase.
4. É a oitava hora do dia, e exatamente essa, não outra, porque a oitava hora da noite está governada por um Espírito de outro nome (*Tafrac*).
5. Todos esses nomes permitem molestar aos inimigos. Podemos citar:

«Sua natureza consiste em provocar batalhas, mortandades, crimes, incêndios, causar mortes, enfermidades, devolver a saúde (depois), fazer-se levantar durante um tempo a dois mil soldados...» (Cf. *Heptamerón* ou *Elementos de Magia*, por Pierre d'Abane, filósofo, *Lieja*).

Ou seja, todas as coisas que ocorreram à Jerusalém depois, ao cabo de pouco tempo: o levantamento dos soldados, militantes do partido zelote, com Jehan da Giscala; a cura dos primeiros «cristãos», que aconteceria provavelmente ao envio prévio de uma misteriosa enfermidade; a guerra com Roma; o assédio da Cidade Santa, com todos os seus horrores, tão bem descritos por Flavio Josefo; os crimes entre facções rivais na cidade assediada, as epidemias, etc. Não falta nada. Está tudo. Possivelmente inclusive a alusão: «Crê que não poderia invocar a meu Pai, quem poria a minha disposição imediatamente mais de doze legiões de anjos?...» (Mateus, 26, 53), quer dizer, os «dois mil soldados» prometidos pelo conjuro.

Todavia, o leitor perguntar-se-á o por quê dessa importância concedida às entidades da terça-feira. M. Dupont-Sommer nos revelou em seus estudos sobre os manuscritos do mar Morto, que o misterioso calendário solar do *Livro dos Jubileus*, oposto veementemente ao calendário lunar do judaísmo de então, era utilizado pelos zelotes, asa extremista dos essênios, que se separou definitivamente do movimento inicial.

Em seu livro *La Date de la Cène*, Anne Jaubert mostra-nos que Jesus e seus discípulos utilizaram o calendário solar do *Livro dos Jubileus*, o qual implica que eram essênios, ou zelotes. Agora bem, não seguem, absolutamente, os usos essênios; comem carne, bebem vinho, igual aos zelotes. É fácil tirar a conclusão: se tinham os mesmos costumes; a mesma liberação dos tabus judaicos; o mesmo calendário solar, desconhecido pela gente judia normal, isso significa que nossos «cristãos» eram realmente zelotes.

Mas sobre a terça-feira, Anne Jaubert contribui-nos esta valiosa reflexão, na

página 39 de sua pequena obra:

«Podemos perguntar se, nesse sistema, a terça-feira não revestiria uma importância especial. A Páscoa se imolava numa terça-feira ao entardecer. O 7.º dia de Páscoa era uma terça-feira. E também o era o 7.º dia da Festa dos Tabernáculos, antes da introdução do 8.º. Três de cada quatro visões de Ageu situar-se-iam numa terça-feira, um dos quais era o 7.º dia dos Tabernáculos. O único dado que possuímos do I-Hénoch é uma visão no 14.º dia do 7.º mês (terça-feira), e véspera da Festa dos Tabernáculos.» (A. Jaubert: *La Date de la Cène*, Gabalda, Paris, 1957.)

Assim, se tal como conta João, Jesus morreu no momento em que se sacrificava ao cordeiro pascal, no calendário zelote, esse dia era uma terça-feira. Desde onde a dupla escolha das entidades desse dia e dessa mesma hora, por Jesus. Por outra parte, os cristãos não economizaram jamais esse mesmo princípio da maldição. Sem chegar até as horríveis consequências do texto da Excomunhão Maior, citaremos simplesmente São Paulo:

1ª *Epístola aos Coríntios*, 5, 3-5: «...eu condenei já, como se estivesse presente, ao que isso tem feito: congregados em nome de nosso Senhor Jesus, entrego esse homem a Satanás, para ruína de sua carne...»

1ª *Epístola à Timóteo*, 1, 20: «...entre eles Himeneu e Alexandre, a quem entreguei a Satanás, para que aprendam a não blasfemar.»

No primeiro caso, tratava-se de um homem jovem, que se casara com a viúva de seu pai, por conseguinte com sua madrasta. No segundo caso, tratava-se de cristãos ordinários, que passaram à *gnosis*, e que, provavelmente, afirmavam que o mundo era a obra de um demiurgo imperfeito, e não a de um Deus supremo. Pois bem, tanto num caso como no outro, encomendar uma criatura humana às Potências Infernais para sua destruição carnal e para fazê-la morrer, era um crime castigado com a morte pela lei romana chamada as «Doze Pranchas», porque se dizia que isso era magia negra.

Sobre o caráter totalmente mágico das últimas palavras pronunciadas por Jesus temos uma última confirmação na seguinte passagem das *Acta Pilati*, apócrifo copto, em seu segundo fragmento:

«Então, na sexta hora, a escuridão se fez sobre a terra inteira, até a nona hora. O sol se obscureceu. Jesus gritou com voz forte: "Aba... Abi... Adach... Ephemidru... Adonai... Aroa... Sabel... Luel... Eloi... Elemas... Abakdanei... Orioth... Mioth... Uaath... Sun... Perineth... Jothat..."»

Isso é o que se chama «nomes de poder» nos livros de magia antigos, e nos mais conhecidos se encontram com frequência alguns deles. Por serem diferentes da frase clássica, sua presença afirma o caráter encantatório das últimas palavras de Jesus. E a continuação desse manuscrito sublinha ainda mais a importância dessa assombrosa tradição:

«No momento em que o salvador disse essas coisas, o ar mudou, o lugar se obscureceu, abriu-se o abismo, o firmamento comocionou-se...» (Op. cit., 2º fragmento.)

Por conseguinte, tratava-se de apelar às forças tenebrosas e caóticas. [27]

[27- Era precisamente porque Jesus esperava uma última ajuda, de ordem

sobrenatural ou de ordem humana (suas tropas), por isso recusou a bebida calmante que se oferecia aos condenados a morte (*Matheus*, 27, 34 e *Marcos*, 15, 23); e não por desejo de sofrer ao máximo. *Queria permanecer lícido*. E a prova é que seus dois guarda-costas, os dois ladrões crucificados a seu lado, fizeram o mesmo. E daí suas injúrias, quando compreenderam (*Matheus*, 27, 44; *Marcos*, 15, 42), porque também eles tinham esperado e acreditado em suas afirmações anteriores. E nada ocorria...]

Deste breve estudo tiramos facilmente uma conclusão: as últimas palavras de Jesus foram uma maldição contra a cidade que lhe abandonara em sua tentativa de liberação do jugo romano, e essa maldição, embora fosse a última, não era a primeira, como já demonstramos. Mas, ao estar associada com o último suspiro de um moribundo, caiu firme sobre a cidade, do mesmo modo que, treze séculos mais tarde, as últimas palavras do grande mestre dos templários atirariam um bom golpe à monarquia francesa e ao papado...

21.- A execução de Jesus

«Por que arremeter contra a flecha, se o arqueiro está presente?...»

Provérbio hindu

Qual foi a verdadeira *Ata de Acusação* sobre a qual se condenou Jesus? Nestas páginas tentamos reconstruí-la, tendo em conta quais podiam ser as coisas que lhe reprovavam de cara às leis do Império. Mas, de fato, se durante um tempo foi conhecida, logo foi cuidadosamente destruída, ou, possivelmente, oculta em arquivos aos quais o vulgo não tem jamais acesso.

Todos os exegetas católicos reconhecem que o pretendido relatório de Pilatos ao Tibério sobre a ressurreição e a ascensão de Jesus é uma áspera falsidade. Classificam entre os apócrifos os *Atos de Pilatos* que citamos antes, porque eram descaradamente adutores para com Jesus, o qual, evidentemente, retira-lhe toda verossimilhança. Mas, conhecemos o conteúdo de todos esses documentos. Constituem a primeira parte do *Evangelho de Nicodemos*.

Todavia, não acontece o mesmo com um terceiro, que os cristãos citam, mas que não reproduzem. Em efeito, no ano 311 ou 312, sob o reinado do imperador Maximino Daza, foram divulgados por toda parte, por todo o império, e especialmente nas escolas, uns novos *Atos de Pilatos*.

Vejamos o que diz deles, com bastante prudência, Eusébio da Cesaréia:

«Tendo fabricado então uns *Atos de Pilatos* e de nosso Salvador, cheios de blasfêmias contra Cristo, eles (os funcionários do Império) enviaram-nos, com a aprovação do soberano, a todo o país submetido a seu poder; por meio de cartazes, recomendaram que em todo lugar, no campo e nas cidades, fossem expostos bem à vista de todos; que os professores de escola cuidassem de dar aos meninos, como

ensino, e os fizessem aprender de cor...» (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, IX, V, I.)

É muito provável que esses textos, batizados pelos escritores eclesiásticos como *Atos de Pilatos*, a semelhança daqueles outros favoráveis a suas crenças, não fossem mais que o resumo do processo de Jesus, ou possivelmente, inclusive, simplesmente o texto da sentença final pelo Pilatos.

Mas esse documento, que seria de grande valor por mais de uma razão, e que poderia comparar-se com os *Atos de Pilatos* aduladores para com Jesus, não chegou até nós. Só estes outros passaram através dos séculos. O contrário seria estranho. Os procuradores, os altos funcionários do Império, enviavam regularmente à Roma informes sobre os fatos importantes acontecidos em sua jurisdição. Assim foi como Tácito nos deixou seus *Anais* e suas *Histórias*. Ali vemos o que acontece, tanto no Oriente como no Ocidente, dia a dia. Exceto tudo que se refere aos fatos que se produziram na Judeia na época de Jesus. Os monges copistas passaram por aí. O mesmo aconteceu com o relatório de Pilatos ao Tibério sobre a grande revolução do ano 33, cujo chefe foi Jesus. Quando os cristãos acessaram ao poder, com o Constantino, os arquivos da chancelaria imperial foram, imediatamente, expurgados. Ao converterem-se em seguida em perseguidores de tudo o que não fosse cristão, e cristão ortodoxo, os dirigentes da seita messiânica não tiveram escrúpulo algum para com as peças de arquivo, eles que enviavam às minas, aos filósofos e aos doutores gnósticos.

Da forma de execução de Jesus tiraremos ainda muitas informações de grande valor para o presente estudo. Em primeiro lugar, é impossível que fosse açoitado com vara. Segundo as leis romanas, quão delinquentes deviam sofrer a flagelação eram golpeados, bem com fortificações (*fustis*), bem com varas (*virga*), ou com látigos (*flagellum*). A fortificação era um castigo reservado aos soldados; as varas estavam reservadas aos cidadãos romanos; os látigos aos escravos. Mas para finais da República, as varas foram abolidas para os cidadãos, em virtude da lei Pórcia (cf. Ciceron, *Contra Yerres*, III, 29, e Tito Lívio, X, 9).

De toda maneira, os romanos condenados a morte, que perdiam por esse fato sua qualidade de cidadãos romanos (se o eram), continuavam passados pelas varas. Esse foi o caso de Saulo-Paulo, antes de ser decapitado. Pelo contrário, Jesus, não sendo cidadão romano, nem soldado que servisse à Roma, não poderia ser passado pelas varas, teve que ser obrigatória e legalmente flagelado por látigo. Só que os escribas que redigiram os Evangelhos canônicos no século IV não tinham assistido jamais a uma crucificação, porque esse suplício tinha sido abolido pelo Constantino, a pedido dos mandatários do movimento cristão. Por isso, ao ver sempre passar aos lictores com seu feixe de varas, supuseram que era com elas que golpearam Jesus antes de executá-lo na cruz. [28]

[28- E assim, por exemplo, o escriba que diz ser *Matheus*, conta-nos que ao Jesus ofereceram vinho misturado com fel (27, 34); quem diz ser *Marcos* fala de vinho misturado com mirra (15, 23). *Lucas* ignora esse detalhe, e *João* também... Agora bem, o *Talmud* prescrevia que as mulheres que oferecessem uma bebida calmante aos condenados a morte, apresentar-lhes-iam vinho no qual houvesse

dissolvido *incenso*. Mas, os escribas do século IV ignoravam o *Talmud*.]

Agora bem, a crucificação, último e definitivo suplício, o mais horrível segundo Plínio, ia sempre precedida por uma flagelação com ajuda dos flagelos (látigos), mas a crucificação, em si, compreendia também numerosos matizes. Julguem-no:

1. Era o castigo aplicado aos sediciosos, aos malfeitores, aos escravos rebeldes. Por esta causa, atravessavam-lhes as palmas das mãos que tinham recusado a obediência, a disciplina, a servidão, o trabalho. Para evitar que as mãos se rasgassem sob o peso do corpo, fincava-se um robusto prego por debaixo do períneo do homem, e esse «suporte» acrescentava ao supliciado a tortura do potro ao da crucificação. As mulheres eram crucificadas de cara à madeira, não por pudor, como imagina ingenuamente Daniel-Rops em *Jesus em seu tempo*, mas sim porque suas formas carnudas não permitiam sentá-las sobre essa barra. E assim, crucificadas de cara ao tronco, esse prego de ângulos rudes feria a vulva e o períneo, e possivelmente também, em alguns casos, a vagina da crucificada. Os pés eram transpassados a sua vez, em castigo da fuga que geralmente acompanhava à rebelião.

2. Se o condenado cometesse atos de violência na ocasião de sua captura, rompiam-se seus braços a golpes, com barras de ferro, ou porradas. Se tinha reiterado uma tentativa de fuga, quebravam-lhe as pernas. A crucificação, ao desconjuntar o condenado sobre a cruz, causava rapidamente um começo de asfixia. Para fazer durar o suplício, os legionários (que exerciam o papel de verdugos quase sempre), perfuravam o flanco direito do condenado com uma lança, atirada sobre o fígado, sob as costelas. Tratava-se de uma espécie de *pneumotorax*, e assim, ao chegar o ar diretamente ao pulmão, retardava a ameaça de asfixia e fazia durar o suplício.

3. Se o condenado agravasse seu caso com a violação de uma mulher livre ou de uma virgem, o prego destinado a servir de «suporte» era inserido diretamente sobre suas partes sexuais, em lugar de sê-lo por baixo destas.

4. Se dito condenado agravasse seu caso com o crime de incêndio, (nessas épocas, o incêndio de uma casa conduzia, frequentemente, para toda a cidade), em lugar de ser flagelado pelos látigos de couro com bolinhas de chumbo era-o, então, por látigos compostos, por correntinhas de ferro, com bolinhas de bronze e postas, previamente, ao vermelho vivo num braseiro. Aos primeiros chamavam-lhes «flagelos», aos segundos «flagra» (ardentes). De toda maneira, a flagelação, com um número de golpes ilimitados, tinha como finalidade romper no condenado toda possibilidade de resistência no lugar da crucificação.

5. Havia duas formas de crucificar. Os malfeitores e os escravos rebeldes eram crucificados de cabeça para cima, enquanto que os sediciosos eram-no de cabeça para baixo. A razão deste matiz era puramente simbólica. O sedicioso tinha cometido um sacrilégio contra a majestade imperial, divinizada, que encarnava ao Império romano por inteiro. Por isso lhe mostrava derrubado. Neste último tipo de crucificação cravavam os pés do réu, muito separados, nos dois braços da cruz. Os

pregos se afundavam no espaço compreendido entre a tibia e o perônio, imediatamente debaixo do metatarso e do tarso. As mãos eram cravadas pelas palmas, ou pelos pulsos (entre o cúbito e o rádio), ou diretamente no carpo. As mãos deviam estar cruzadas uma sobre outra, detrás das costas, e eram cravadas, claro está, ao outro extremo vertical da cruz. Virgílio faz alusão a esta crucificação de cabeça para baixo em seu célebre verso:

«*Debellare superbos...*» *A Eneida*, VI, 5, 853, quer dizer, «Derruba aos soberbos...»

Esta particular crucificação, cabeça abaixo para os sediciosos e cabeça acima para os malfeitores, chegou a nós através de Sêneca. Demeunier, em seu livro *L'Esprit des Usages* (Paris, 1790), e Fernand Nicolay em *Histoire des Croyances* (Paris, sem data), resumem Sêneca. Eusébio da Cesaréia, que foi testemunha ocular de semelhantes execuções, confirma-nos estas duas particularidades:

«... outros, por último, foram crucificados, uns da maneira usual para os malfeitores, outros de uma forma pior, posto que foram cravados de cabeça para baixo, e deixaram-lhes com vida até que percessem de fome nos próprios patíbulos». (Eusébio da Cesaréia, *História eclesiástica*, VIII, VIII.)

Por isso, quando nos contam que houve cristãs as quais penduraram por um pé, ou pelos pés, e por conseguinte com a cabeça para baixo, isso significa que nos encontramos em presença de mulheres convencidas de pertencer à seita e ao movimento messianistas; que Roma as considerou então como agentes de uma rebelião puramente política, e não como seguidoras de uma religião particular. E aqui nos expõe uma questão, de resposta gravíssima. Jesus foi condenado como sedicioso, reprovavam-lhe pretender que era rei, incitar ao povo à revolução, cobrar díizimos e pedágios indevidamente (Lucas, 23, 2). Agora bem, os Evangelhos nos mostram crucificado de cabeça para cima! Bastam-nos como prova as seguintes passagens:

«Para indicar o motivo de sua condenação, puseram escrito sobre sua cabeça: "Este é Jesus, o rei dos Judeus..."» (Mateus, 27, 37.)

«Os que passavam lhe injuriavam, movendo a cabeça e dizendo: "[...] Se é o Filho de Deus, desce dessa cruz!..."» (Mateus, 27, 39-40.)

«Logo, correndo, um deles foi procurar uma esponja, empapou-a em vinagre, fixou-a em uma cana e lhe deu a beber...» (Mateus, 27,48.)

«E, inclinando a cabeça, entregou o espírito...» (João, 19, 30.)

Os três outros sinóticos dão-nos as mesmas precisões.

Teremos que entender de uma vez por todas. Foi crucificado como sedicioso (crime político)? Então foi cabeça abaixo, e os Evangelhos não nos dizem a verdade. Por que essa mentira? Para evitar um novo excesso na representação do Messias. A crucificação, suplício infame em grau extremo, bastava já sobradamente.

Todavia, se foi crucificado cabeça acima, como os dois bandidos que lhe acompanhavam e que foram capturados com ele, nas Oliveiras, então não foi condenado como sedicioso, não era um crime político o que lhe reprovava, a não ser um, ou vários crimes de direito comum. E esta última observação sustentam-na as próprias Escrituras:

«Porque lhes digo que têm que se cumprir em mim esta escritura: "Foi contado entre os malfeitores".» (Marcos, 15, 28, e Lucas, 22, 37.)

Aí Jesus mostra seu desejo de realizar a palavra de Isaías, assim citada. Mas, de qualquer maneira, devemos recordar que são os escribas anônimos gregos os que falam, quatro séculos mais tarde. Seu entorno de velhacos era mais que suficiente para que um romano pouco indulgente, como era Pilatos, considerasse-o também como tal, mesmo que Jesus somente tivesse ordenado, tolerado, insinuado, sem levar nada a cabo por si mesmo. O que nos leva a pensar assim são os nomes que a tradição dá aos dois bandidos: *Dimas* e *Cystas*. São dois nomes gregos: *Kistos* é a cesta, *Dimas* pode ser um termo que designa os órgãos sexuais. Mas também pode derivar de *dimakairós*, que significa «que tem duas espadas».

Pois bem, Jesus tinha dado a ordem aos seus de levar todos uma espada (Lucas, 22, 36), e se fosse necessário, de vender seu manto para conseguí-la. Estamos na véspera da detenção. Na noite em que esta tem lugar, todos vão armados:

«Então, vendo aqueles que estavam com ele o que ia acontecer, disseram-lhe: "Senhor, ferimos com a espada?..."» (Lucas, 22, 49.)

Por conseguinte, em toda essa tropa de fiéis que lhe rodeia as espadas são muito numerosas. Agora bem, poucos instantes antes nos inteiramos de que não havia mais que dois. Portanto, é possível que essa expressão não designasse duas espadas materiais, mas sim, era simplesmente o apelido de um chefe de banda mercenário, incorporado por Jesus entre os seus para conformar seu próprio guarda (não esqueçamos que desconfiava dos seus, de seus irmãos em especial: João, 7, 10). Neste caso, «Duas Espadas» seria um apodo, como mais tarde, a um soldado profissional, dar-lhe-ia o de «Longa Espada». E os ignorantes escribas abreviaram *Dimakairós* em *Dimas*. O mesmo pôde acontecer com o *Cystas* (ou *Kistos*), que pode ser a deformação do *Ksifias*, «que tem a forma de uma espada». Se preferirmos *kistos*, *quisto*, este apelido designaria a maça, ou o pau que costumava usar o segundo ladrão em suas agressões, arma comum a todo o Oriente Médio.

Fiéis à palavra dada, e em função do pagamento recebido, os dois bandidos permaneceram ao lado de Jesus até o final, enquanto que todo o resto da multidão, discípulos e mercenários, fugia através de uma noite que nem as tochas nem os faróis das centúrias da coorte conseguiam dissipar. Isso é o que explicaria a passagem do manuscrito copto:

«...que lhe crucifiquem no lugar onde lhe prenderam, com o *Dimas* e *Cystas*, os dois ladrões aos que se capturou consigo...» (*Acta Pilati*, IX.)

É possivelmente esse guarda mercenário, composto por gente sem confissão, mas que servia fielmente a quem lhes pagava, o que explica o temor dos judeus encarregados de deter o Jesus:

«Alguns deles queriam apoderar-se dele, mas ninguém lhe pôs a mão em cima...» (João, 7, 44.)

E foi provavelmente em troca dessa fidelidade (pois eles jogaram lealmente a este jogo), por isso reprovaram ao Jesus que não fizesse um milagre a fim de liberá-los.

Os nomes desses dois personagens misteriosos variam segundo quão manuscritos falam deles. *Demás* ou *Dismas* e *Gestas* ou *Cystas* em *Atos de Pilatos* já citados; *Titus* e *Dumachus* nos evangelhos árabes chamados da *Infância*; *Zoathan* e *Chammatha* em alguns manuscritos dos evangelhos canônicos; *Moab* e *Zandi* em alguns manuscritos medievais. Diz-se que eram galileus, e inclusive membros do bando de Barrabás, como diz Daniel-Rops. E isso é do mais significativo...

Pensamos que os que estão mais perto da verdade são os nomes gregos, porque os escribas desta língua, no século IV, corriam menos risco de desnaturalizá-los. Provavelmente foram os copistas coptos quem os deformaram ao transcreverem e traduzirem os originais gregos. Mas, como poderá constatar o leitor pelo que antecede, esses dois personagens têm sua importância para o historiador, e podem ser a chave de certos aspectos do enigma.

Os *Atos de Pilatos* constituem, como dissemos, a primeira parte do célebre *Evangelho de Nicodemos*. Este famoso apócrifo, junto com a *Primeira Epístola de Pedro* e outro apócrifo, o *Evangelho de Pedro*, é o único que nos diz que Jesus, depois de sua morte, desceu *in inferno* a pregar a palavra de Deus a quão mortos esperavam. Os Evangelhos canônicos não falam deste detalhe que, ao estar introduzido no «Credo», e muito antes no universal «Símbolo dos Apóstolos», faz dele um artigo de fé para o cristão.

Os *Atos de Pilatos*, que foram citados por São Justino, mártir, no século II e pelo Tertuliano no III seriam, pois, como vemos, muito antigos. Como Justino morreu no ano 165, essa *Acta Pilati* tem que ser anterior. De todo o modo, o manuscrito copto que chegou a nossas mãos é do século IV. Mesmo assim, contribuem-nos com grande simplicidade um detalhe que, naquela época, não pareceu revestir importância, mas que nos parece muito válido, já que justamente está desprovido de um simbolismo excessivamente desatinado, muito frequente entre os autores cristãos daquele tempo.

Os Evangelhos canônicos, ou seja, Mateus, (27, 33), Marcos (15, 22), e João (19, 17), dizem-nos que Jesus foi crucificado em um lugar chamado Gólgota, em hebreu «crânio» (calvário). Lucas (23, 33) diz simplesmente: «num lugar chamado crânio». Era um corcova rochosa, alta e abrupta, que, efetivamente, tinha a forma de crânio. Existia uma lenda que dizia que sob esse crânio de rocha repousava Adão, e sua cabeça estava justamente sob tal colina.

Atualmente o Gólgota consiste em uma excrescência de uns cinquenta centímetros, que se levanta do chão na basílica do Santo Sepulcro. Quanto à colina, esta desapareceu após a tomada de Jerusalém por Tito, com o nivelamento da cidade (efetuado por prisioneiros judeus), e logo com a construção de uma nova cidade sobre os alicerces da antiga, pelo imperador Adriano. Este fez recobrir todo o Gólgota por um aterro, e ali se plantou um bosque sagrado consagrado à Vênus-Afrodite. Evidentemente, é impossível encontrar nada do antigo lugar depois de um conjunto tal de trabalhos. E menos ainda quando o plano mais antigo de Jerusalém data, aproximadamente, do ano 595. A cidade foi ainda assolada no ano 614 por Chosroés II, quem exterminou a seus habitantes, e logo, no ano 1214, pelos mongóis, que a devastaram por completo.

Pois bem, os *Atos de Pilatos* nos dizem que o procurador, em sua sentença, ordenou o seguinte:

«...Primeiro, ordeno que o flagele, em virtude das leis imperiais, e depois, que o crucifique no lugar onde lhe prenderam, com Dimas e Cystas, os dois ladrões aos que se capturou consigo...» (Op. cit., 9.)

Todavia, o lugar onde Jesus foi capturado não foi o Gólgota, a não ser Getsêmani, na horta das Oliveiras, ao pé do monte de tal nome. E portanto devemos abordar este problema, porque é mais importante do que parece a primeira vista, e já veremos por que a seguir.

Daniel-Rops, que utiliza com enorme frequência em seu livro *Jesus em seu tempo* os termos «deveria», «pode supor-se que...», «é provável...», e que situa, o cabeça de uma exibição de execução puramente romana, a um «meirinho do Sanedrim» (...), abstém-se de afirmar coisa alguma quanto ao itinerário seguido pelos condenados e sua escolta militar. Volte-se para ler o capítulo intitulado «*Le chemin de Croix*» (*a Via Crucis*), e constatar-se-á sua prudente incerteza. Sobretudo se se recorda que não se começou a definir e precisar dito itinerário até o século IV (outra vez...), com a chegada dos primeiros peregrinos da história. [29]

[29- 2. Daniel-Rops pretende que foram os judeus quem quiseram e realizaram a execução de Jesus. Parece ignorar que:

1.º) a *crucificação* jamais foi um modo de execução legal em Israel, e não inovariam com Jesus, e menos ainda na Páscoa;

2.º) Jamais tinham lugar duas condenações de morte no mesmo dia: era contrário à lei. Portanto, ao Sanedrin não lhe era possível executar ao Jesus e a dois ladrões ao mesmo tempo.]

A imperatriz Helena, mãe do Constantino, mandou construir uma basílica na convocação final da peregrinação. Ali está tudo agrupado, pelo bem dos peregrinos, e para evitar dispersões fatigantes e inúteis. Assim, a tumba e o calvário estão um ao lado do outro. A vinte metros, tudo o mais, acha-se a convocação onde (como resultado de um sonho enviado por seu anjo da guarda) ela mandou efetuar escavações, para encontrar ali intactas, depois de quase três séculos, as três cruzes de Jesus e dos ladrões. Depois se recuperariam os pregos, a coroa de espinhos, a túnica de Jesus, o tecido da bem-aventurada Verônica, e, para terminar, trinta e nove sudários, cada um deles mais autêntico que os outros. Até tal ponto, que todos justificariam sua existência mediante numerosos milagres. De fato, pois, nada falta nesse museu, nem sequer o prepúcio de Jesus, conservado no Vaticano.

A partir desse momento a peregrinação está já a ponto, perfeitamente organizado, pode dizer-se que tudo está ao alcance da mão. Mais adiante, os cônegos do Santo Sepulcro tiveram uma idéia genial: todo vilão que fosse em peregrinação ao Santo Sepulcro receberia deles a ordem cavalleiresca, e assim converter-se-ia em cavaleiro. Nosso vilão, provido de um certificado assinado e selado, seria assim possuidor da nobreza pessoal quando retornasse à Europa. Coisa que, naquela época, apresentava numerosas vantagens. Se seu filho e seu neto faziam o mesmo, sua nobreza converter-se-ia em hereditária, «à terceira fé».

De toda maneira, Daniel-Rops, em *Jesus em seu tempo*, mostra-se prudente quanto ao itinerário seguido pela cruz:

«Para falar a verdade, essa localização não é mais que hipotética, pensemos em todas as ruínas que os séculos acumularam na cidade Santa, e nas massas de escombros que se amontoaram nos terrenos baixos... É inútil conceder muita importância a essas lembranças, muito precisas...»

Pois bem, tentemos reconstruir um plano de Jerusalém na época de Jesus, com a ajuda da descoberta na Madaba (Jordânia), sobre um mosaico que data do ano 595.

Do norte da cidade parte um caminho que vai, através de Rama, até a Samaria, e outro que conduz a Cesaréia. Estes se separam a uns sessenta metros da Porta do Norte, a qual na Idade Média se denominou «Porta Dolorosa». Um pouco mais à frente, para o oeste, passado o vale de Tiropeon, abre-se a porta do Efraím, de onde sai o caminho para Joppe (Jaffa). A uns cem metros, aproximadamente, à direita do viajante, levanta-se a giba rochosa do Gólgota. Afirmar com o Daniel-Rops que se trata do caminho de Damasco é um *lapsus calami* ou um engano geográfico. Por outra parte, o cemitério antigo não está ali, encontra-se do outro lado de Tiropeon e de Cedrón, a um quilômetro e meio aproximadamente, a vôo de pássaro, ao pé do monte do Escândalo, muito perto do Getsêmani e do monte das Oliveiras. Pois bem, Daniel Rops, em *Jesus em seu tempo*, diz-nos o seguinte:

«O costume — conservado ainda em numerosos países sobretudo no Oriente — consistia em situar os cemitérios à porta das cidades, e muito frequentemente as execuções capitais se efetuavam em meio das tumbas. Não está o Gólgota a uns vinte e cinco metros do lugar onde José de Arimatéia tinha seu sepulcro? Em *Satiricen*, no capítulo onde Petrônio narra a história cômica da viúva inconsolável, não vemos também como uma crucificação tem lugar entre as tumbas? Teremos que representar o Calvário como um desses pontos sinistros, dominados pelo espírito da morte; cheirando a cadáver; sobre os quais rondam, à espreita do último suspiro de seu pasto, esses "pássaros da Exaustão" dos quais fala Horácio (porque em Roma as execuções se efetuavam por regra geral no cemitério da porta *Esquilina*), os abutres, tão familiares no céu da Judeia...»

Observemos, pois, que o lugar da crucificação de Jesus e dos dois ladrões exige a proximidade de um cemitério, porque esse é o costume; também porque a tumba onde foi inumado provisoriamente assim o requeria. Nada de tudo isso se encontra no Gólgota. A proximidade do Templo, lugar sagrado, que se encontrava apenas a trezentos metros a vôo de pássaro, impedia-o, já que um cemitério, lugar impuro por excelência; mais ainda se se acompanhava de uma convocação de execução, onde os cadáveres dos supliciados permaneciam expostos, teria profanado o lugar santo. Portanto, o Gólgota como lugar da execução de Jesus seria escolhido no século IV por seu nome, pela lenda que o acompanhava, e também para comodidade dos peregrinos. Numa época em que não ficava absolutamente nada da cidade que viu morrer ao Jesus; na qual a arqueologia e suas disciplinas, dependentes da história, são totalmente inimagináveis; em que a ingenuidade dos fiéis não tem limites; em que se preferirá sempre a fé pueril à crítica racional, ficava

excluída a possibilidade de entregar-se a semelhante investigação. Não existia nenhum mapa da Jerusalém antiga. Era impossível que se apelasse à tradição oral, já que os judeus tinham sido deportados sem exceção após a tomada e a aniquilação da cidade. Durante vários séculos, até Constantino, tinha-lhes proibido aproximar-se da cidade de David. Como imaginar então que se pôde recolher sobre o terreno tradição alguma? Os romanos e os gregos, que sob Adriano, quer dizer, no ano 131, povoaram a nova cidade, *Aelia Capitolina*, não encontraram ali nenhum habitante. Escutemos ao Flavio Josefo:

«Todo o resto, as muralhas, as casas, o Templo, os demolidores aplanaram tão bem, que não se reconhecia rastro algum de construção. E se viesse alguém de outro país, tivesse lhe mostrado isso e disse-se-lhe: "Aqui havia uma cidade", não o teria acreditado...» (*Guerras da Judeia*, VII, I.)

Assim, pois, desde o ano 70, a tomada de Jerusalém por Tito, até o 131, ano da fundação da *Aelia Capitolina*, quer dizer, durante um período de sessenta e um anos, o lugar onde se elevou a mais prodigiosa cidade da história da humanidade não foi mais que um campo em ruínas, totalmente niveladas, sem nenhum ser humano. Então, onde puderam recolher essas tradições orais? Se, contrariamente, trasladarmo-nos além de Jerusalém, ao vale de Josafat, exatamente à Getsêmani, na encruzilhada dos dois caminhos que conduziam, um à Jericó, e outro à Betfagé e Betânia, encontramos no lugar onde Jesus foi «capturado, com Dimas e Cystas, os dois ladrões...», segundo as *Acta Pilati*. Achamo-nos menos longe do palácio de Pilatos do que estávamos no Gólgota, estamos muito perto do cemitério, onde se encontrará a tumba necessária para sua sepultura, estamos no jardim das Oliveiras, onde «foi capturado...»; sobretudo, nessa encruzilhada, por onde passa imensamente mais gente que naquele lugar afastado que era o Gólgota.

Pois bem, os romanos crucificavam sempre «para exemplo», o que implicava que os condenados fossem expostos ao máximo à vista dos viandantes. E essa encruzilhada se imporá inconscientemente ao mundo cristão futuro como uma verdade esotérica, já que sempre, mais tarde, erigir-se-á um calvário em uma encruzilhada. É o símbolo da eleição entre o Bem e o Mal, símbolo do «duplo caminho» que separa o mundo dos mortos; é na encruzilhada do Hades, onde vela o Cão Cerbero. Uma de suas três cabeças faz frente ao recém-chegado; deixará passar à alma de um morto, e proibirá a passagem a essa fúnebre morada a tudo vivo. As outras duas, giradas em sentido contrário, evitarão uma eventual volta dos mortos para a Vida. A da esquerda proibirá a quão mortos tenham baixado aos Infernos a volta à esta; a da direita "impedirá às almas dos Campos Elíseos uma tentativa semelhante.

Além disso, no Gólgota, que dominava Jerusalém, os ventos regulares teriam baixado o odor dos cadáveres dos crucificados até a cidade. Enquanto que no vale de Cedrón, situado muito abaixo da cidade, e no velho cemitério próximo à Oliveiras não se podia temer este inconveniente. Tudo isto sublinha o interesse desse lugar como convocação das execuções por crucificação, com a longa exposição dos restos dos supliciados.

Há, na mesma ordem de idéias, um argumento suplementar a favor da

execução da crucificação em tal lugar. É o caminho de Jericó, que vai para a esquerda nessa encruzilhada. Tem aproximadamente trinta e cinco quilômetros, e nessa distância desce uns mil metros. A paisagem é desértica e sinistra: rochas áridas, numerosas grutas de um lado e de outro, numas altitudes desoladas. Ao cair a noite, o matiz avermelhado da paisagem faz ainda mais arrepiante esta desolação. O percurso é perigoso há já muito tempo. Está povoado, para enorme perigo do viajante, por hienas, chacais, salteadores de caminhos, e também criminosos. Foi ali onde, já sabendo, situou Jesus a parábola do bom samaritano, justificando assim suas relações (que na Judeia causavam escândalo) com os habitantes da Samaria. E ali, eretas na encruzilhada de onde sai um caminho mais perigoso que nenhum outro, de cara à região onde se ocultam e espreitam os bandidos dos caminhos, os três *emes* de infâmia constituem uma espécie de desafio e também de réplica por parte da ordem romana à rebelião zelote, assim como à delinquência pura e simples, que frequentemente vai associada àquela.

Por outra parte, nada nos prova que o bosque e o monte das Oliveiras não constituíram, perto de Jerusalém, o que o bosque do Bondy constituiu, durante tão longo tempo, às portas de Paris. Isto justificou, sem dúvida, a importância da expedição no curso da qual foram capturados Jesus e os dois ladrões: a coorte e seu tribuno, ou seja, seis centúrias de veteranos, mandados por um magistrado militar com classe de cônsul e uma tropa de auxiliares destacada pelo Sanedrim, de duzentos soldados no mínimo. Esse monte das Oliveiras e seu bosque eram possivelmente, então, uma espécie de *Cour-des-Miracles* (Corte dos Milagres) a céu aberto.

Era, efetivamente, uma posição estratégica ideal para a vigilância e um eventual assalto de Jerusalém. Flavio Josefo nos dá um exemplo em suas *Antiguidades judaicas* (livro XX, VIII), ao nos recordar a esse «egípcio» que se entrincheirou ali com um verdadeiro pequeno exército, e que foi derrotado pelo procurador Antonius Félix por volta do ano 58 de nossa era, que lhe adiantou no ataque. Era, realmente, uma posição chave:

«Dali (o egípcio), era capaz de tomar Jerusalém pela força, de reduzir à guarnição romana e ao povo de forma tirânica, servindo-se das pessoas armadas às quais dirigia...» (Flavio Josefo, *Guerras da Judeia*, versão eslava, II, 5, e *He-c* 105, 25, 8-12.)

Sobre a importância desse grupo insurreto, os Atos nos falam de 4.000 sicários, enquanto que Josefo dá a cifra, sem dúvida exagerada, de 30.000. Mas embora só fosse pela possibilidade de albergar a 4.000 combatentes, o monte das Oliveiras justificava a importância de sua ocupação por ordem de Pilatos: um tribuno, seiscentos soldados de elite, duzentos milicianos no mínimo, só para a captura de Jesus e de sua tropa.

Mas então, se impõe uma conclusão:

Se Jesus não foi crucificado como um sedicioso político, quer dizer, de cabeça para baixo, se foi crucificado como um simples malfeitor, de cabeça para cima, o lugar da crucificação sublinha este fato.

O Sanedrim reprovava possivelmente ao Jesus, seus ultrajes, suas heresias

dogmáticas, seu desprezo dos costumes religiosos mais imprescritíveis; porém, Roma, a quem tudo isto não lhe preocupava o mínimo, reprovava-lhe algo muito distinto: latrocínios, crimes, *rac-kef*, como já demonstramos, ao que se acrescentava a magia nociva. Por conseguinte, ao crucificá-lo entre dois ladrões, capturados com ele, numa encruzilhada do caminho que se dirigia para a região em que proliferavam os bandos idênticos, ao mesmo tempo, como exemplo e de desafio, Pilatos não fez a não ser reforçar o caráter de direito comum puro (e não político), pelo qual condenou Jesus ao mais infamante dos suplícios.

Sem dúvida Isaías o havia predito:

«... porque foi contado entre os ímpios...» (Isaías, 53, 12.)

O qual parece implicar, pela citada profecia, que essa decadência do Messias estava decidida e era querida pelo próprio Deus. E todo o capítulo 53 parece, efetivamente, descrever de forma extraordinária as peripécias da Paixão. Que o leitor tome, pois, sua Bíblia, e releia essas passagens. Uma vez feito isso, tomaremos de novo a palavra.

Os manuscritos do Isaías que possuíamos antes do descobrimento dos do mar Morto datavam da Idade Média. Quer dizer, que para todo historiador escrupuloso e precavido, são suspeitos. Tão suspeitos que ao leitor lhe bastará tomar a Bíblia e Isaías, e ler todo o capítulo 52, mas só até o versículo 12. Logo, pulando tudo o que segue, que reate a leitura no versículo 1 do capítulo 54; constatará que alguém pode prescindir muito bem da parte saltada; mais ainda, tudo encaixa de uma forma perfeita.

O que outra coisa pensar, senão que os versículos 13 e seguintes do capítulo 52; e o capítulo 53 por inteiro, foram interpolados, numa época muito posterior, para justificar o fim infamante de Jesus? Interpolados, ou interpretados de forma mais que liberal. Possivelmente essa é a razão de todas essas perseguições medievais contra as comunidades judias. Fazendo isso, apoderavam-se de suas riquezas e de seus bens, destruía-se seus livros religiosos, e não se deixavam subsistir a não ser as cópias «arrumadas». *Os manuscritos do mar Morto* estão aí para demonstrá-lo. Até os nossos dias não se descobriram mais que dois livros de Isaías. Somos propriedade do monastério de São Marcos, em Jerusalém, monastério ortodoxo. Tem o mesmo número de capítulos que nossas cópias medievais. O da Universidade Hebraica começa no capítulo 10 e chega até o final clássico. Todavia, as diferenças entre esses dois documentos de antes de nossa era e nossos manuscritos medievais são consideráveis. Assim, por exemplo, onde estes últimos escrevem, falando do Messias:

«Do mesmo modo que muitos se assustaram com ele, porque seu aspecto estava demasiado desfigurado para um homem, até não ter figura humana...» (52, 14), o manuscrito do monastério de São Marcos (o do mar Morto) diz: «Por minha Unção, sua aparência é mais que humana...» (52, 14.)

Devemos reconhecer que a diferença é muito grande, e que esse Messias do Isaías, assim descrito, de rosto resplandecente e terrível, como o de Moisés ao descer do Sinai, não se parece em nada ao rosto intumescido de Jesus, ao sair do pretório a caminho da sua crucificação.

Que nós saibamos, o manuscrito do Isaías do monastério de São Marcos não se publicou traduzido, nem tampouco o da Universidade Hebraica. Serão publicados um dia? Em caso afirmativo, será conveniente controlar cuidadosamente a tradução do versículo 12 do capítulo 53. Tem sua importância no problema da execução de Jesus.

Por último, citou-se um documento que expõe todo o problema da autenticidade do relato evangélico da crucificação de Jesus. É o próprio texto da sentença abreviada, que figurava sobre a cruz, e que se atribui ao mesmo Pilatos.

Agora bem, por meio de quem conhecemos o texto do letreiro que Pilatos mandou cravar no alto do poste patibular, segundo o costume romano? Por meio dos escribas que redigiram os Evangelhos a partir do século IV. Mas, era realmente esse o texto que figurou no alto da cruz? Podemos perfeitamente pô-lo em dúvida, porque:

— não é possível que Pilatos tivesse escrito que Jesus era originário «de Nazaré», posto que dita localidade não existia em sua época, mas sim seria criada para o século VIII, para satisfazer aos peregrinos. O texto da *Vulgata* de São Jerônimo, texto oficial da Igreja católica, não o diz. O que diz é *nazareas*, ou seja, *nazareno*, que significa «consagrado ao Senhor» (*naẓir*);

— por outra parte, Pilatos não pôde aplicar tal qualidade à Jesus porque:

a) esse não era, evidentemente, motivo de condenação aos olhos da lei romana, e não podia reprovar Jesus por tal coisa;

b) Jesus não foi jamais nazareno, dado que dita consagração proibia-lhe beber vinho, comer carne, aproximar-se das pessoas ritualmente impuras segundo a lei judaica; menos ainda, aproximar-se de um cadáver e tocá-lo. Costumes, todos eles, dos quais não se privou durante toda sua vida. Por estes motivos, Jesus não foi jamais nem essênio, nem nazareno. Partindo dessa base, o texto condenatório atribuído ao Pilatos pelos evangelistas é um texto falso. Substituiu a outro, que esse sim era real, mas infamante; justificava o fato de que Jesus fosse crucificado de cabeça para cima, à maneira dos malfeitores; e não de cabeça para baixo, como os rebeldes, o qual seria seu caso, de haver lhe acusado somente de chamar-se «rei dos Judeus».

Por outro lado, é muito provável que o letreiro que acompanhava toda execução na cruz fosse primeiro pendurado no pescoço do condenado, quem o levaria assim da prisão até o lugar de execução. Seus braços eram então estendidos lateralmente; atados à viga transversal, que descansava sobre sua nuca, à maneira de um jugo. Isso era tudo o que levava o condenado, pois o poste vertical permanecia na convocação habitual das crucificações, periclitando em terra.

Todavia, Mateus, Marcos e Lucas dizem-nos que um tal Simão de Cirene foi requerido pelos soldados para levar a cruz de Jesus, quem, ao estar muito debilitado, não podia suportá-la. Em troca João (19, 17) ignora a existência desse Simão de Cirene. Para ele, que se encontrava ali, coisa que sublinha (19, 26), Jesus «levando sua cruz, chegou ao sítio chamado Calvário, que em hebreu se chama Gólgota» (op. cit., 19, 17). Pois bem, como já vimos, não levava toda a cruz, a não ser a transversal. A viga vertical, por outra parte, não era muito alta; geralmente a

vítima tinha os pés a uns trinta centímetros do chão. A cruz tinha habitualmente a forma de *T* (*tau* grega); a viga vertical tinha, em sua parte superior, uma espiga, e a transversal se fixava a esta através de uma fenda pela qual penetrava a citada espiga. Isto nos induz a supor que o letreiro que justificava a execução costumava cravar-se detrás da cabeça do crucificado, dado que a cruz não tinha prolongamento algum por cima desta. Nos casos de numerosas crucificações simultâneas, as cruces patibulares legais eram substituídas então por árvores, e a vítima era cravada a elas, não já em forma de *T* (*tau*), mas sim de *Y* (*i* grego).

Se voltarmos para a tese oficial de Jesus crucificado no Gólgota, e examinamos esse lugar à luz dos descobrimentos arqueológicos, seremos induzidos a constatar que esse lugar ainda responde menos à imagem de Jesus oficial que sua crucificação no monte das Oliveiras.

Em primeiro lugar, assinalaremos o fato de que no curso do ano 1968 descobriu-se, ao norte de Jerusalém, enterrado a rés do chão, o esqueleto de um crucificado, cujos ossos do pé esquerdo ainda estavam perfurados por um prego. Pois bem, os arqueólogos que exploram o chão de Terra Santa resultam ser de confissão cristã, protestantes ou católicos em geral, e são muito escassos os de confissão judia. A conclusão de tal descobrimento é fácil de adivinhar: guardou-se num primeiro momento silêncio absoluto sobre essa exumação. Mas, o que temiam? Jamais se disse nada sobre Jesus ser crucificado ao norte da Cidade Santa. A única dificuldade reside em sustentar que Jesus foi crucificado no Gólgota ou, pelo contrário, no monte das Oliveiras. E crucificados nos arredores de Jerusalém os houve a milhares já só no curso do último assédio da Cidade Santa.

Por outro lado, nas Oliveiras, a proximidade do cemitério judeu oficial (e ritual), uma certa indulgência de Pilatos para com um condenado de raça real, tudo isso pode fazer plausível a inumação de Jesus em uma tumba correta, propriedade ou não desse enigmático José de Arimatéia.

Todavia, no Gólgota, isso não só é impossível, mas também em sua proximidade não há nenhum cemitério judeu ritual, a não ser algo pior.

Com efeito, umas recentes escavações permitiram tirar a luz, nesse setor:

a) fornos de incineração, reservados, evidentemente, aos gregos e aos romanos, desejosos de ver retornar suas cinzas à sua pátria, na urna funerária tradicional, e portanto partidários, em vida, da incineração póstuma, coisa desprezada pelo judaísmo;

b) ossários, que não podiam ser senão as clássicas fossas comuns reservadas aos judeus indigentes, ou análogas a «*fossa infamia*» destinada a receber os cadáveres dos judeus condenados a morte. Porque, embora os romanos restituíssem, muito facilmente, à sua família os cadáveres dos executados, os judeus encerravam a estes em «fossas infames», tampadas com grade. Quando os corpos tinham sido totalmente descarnados pelos ratos ou pelos chacais, quando não ficava deles mais que o esqueleto, devolviam-nos à família.

Assim, agora fica exposto o problema com toda nitidez:

— ou o cadáver de Jesus foi inumado no Gólgota, lugar oficial de sua execução; nesse caso foi encerrado, a seguir, na «fossa de infâmia», e então não há

nada da tumba honorável; nesse caso é que, efetivamente, foi crucificado como malfeitor. (Em sua carta ao Fotino, o imperador Juliano declara que Jesus teve por tumba a legalíssima «*fossa infamia*».)

— ou foi inumado numa tumba honorável e ritualística, e nesse caso foi crucificado muito perto, quer dizer, no monte das Oliveiras. E a partir desse momento a frase terrível das *Acta Pilan* adquire todo seu relevo. Foi detido com, e ao mesmo tempo que, os dois bandidos «capturados com ele». E alguém se pergunta, então, o que podia ter em comum um pretendido «deus encarnado» com assassinos e ladrões como Simão-Pedro e Judas Iscariote (seu filho), e com vulgares bandidos anônimos, como os dois ladrões.

De qualquer maneira, terá que ter em conta que Jesus já esperava a «sepultura infame», posto que previa, ao ser capturado pelos romanos, seria crucificado. Temos a prova na parábola dos Vinhateiros Homicidas (Lucas, 20), na qual estes, depois de ter dado morte aos servidores enviados pelo amo da vinha (quer dizer, aos profetas), matam ao filho do amo da vinha (Jesus, rei legítimo, se não legal), arrojam seu cadáver fora desta, sem lhe dar sepultura.

Sobre o *Getsêmani* é possível que possamos obter algumas precisões úteis para concluir este capítulo, pois esta palavra, em hebreu, significa prensa de azeite. Pois bem, é evidente que há poucas possibilidades de que esta pudesse albergar e ocultar a um grupo tão numeroso como o que acompanhava Jesus (só os apóstolos e os discípulos representavam já, sem ninguém mais, uma centena de homens). Portanto, havia ali outra coisa, e essa «outra coisa» nos vai precisar o que era um antigo evangelho apócrifo. Em o *Evangelho dos Doze Apóstolos* (que Orígenes considerava mais antigo que aquele «segundo Mateus») há um fragmento catalogado como *4 bis* na tradução do doutor Revillout, conservador do Louvre. E nesse fragmento, que chegou a nós muito mutilado, nos precisa que nas Oliveiras «estava a casa do *Irmeel*, que era onde ele vivia» (op. cit.).

De fato, não se trata do *Irmeel*, mas sim de *Ierahmeel*, nome hebreu que significa «Amado Por Deus» (cf. *Dicionário rabínico* de Sander).

Sem dúvida, esse homem era secretamente partidário dos guerrilheiros zelotes; ajudava-lhes o melhor que podia, albergando-os, ocultando-os e dando-lhes provisões. Entretanto, nesse caso, a existência de semelhante domínio, no qual estava incluída a prensa de olivas, justificava o fato de que Pilatos fizesse tal desdobramento de tropas: uma coorte, quer dizer, seis centúrias de veteranos, mandada por seu tribuno (que tinha classe de cônsul); à qual se acrescentou um destacamento de soldados do Templo em número proporcional. Se avaliarmos em uns duzentos a estes últimos, e somarmos os seiscentos da coorte, não estamos longe dos oitocentos combatentes.

A quem lhe faria acreditar que esse pequeno exército não tinha outro objetivo que a detenção de um iluminado inofensivo que pretendia ser «filho de Deus»; que pregava, simplesmente, o perdão das ofensas e o amor universal? Se ainda ficassem dúvidas, bastar-nos-ia reler esta passagem do *Evangelho dos Doze Apóstolos* já citado, que nos revela (embora involuntariamente, sem lugar a dúvidas), que se produziu realmente um combate entre judeus e romanos, antes de que dita

batalha acabasse com a captura de Jesus, chefe oficial do movimento zelote, finalmente abandonado pelos seus:

«Pilatos recordou-se... Fixou sua atenção no centurião que estava em pé à porta da tumba, e viu que tinha um só olho (porque lhe tinham arrancado o outro durante o combate); que o tampava com sua mão todo o tempo, para não ver a luz...» (*Evangelho dos Doze Apóstolos*, 15.º fragmento).

Observaremos que esse centurião não perdera um olho *em um* combate, mas, sim *no* combate; e que a ferida era muito recente. Agora bem, embora se possa reprovar nos Evangelhos apócrifos seus excessos no plano do sobrenatural e dos milagres, não se podem passar por cima detalhes tão singelos e inocentes. Uma coisa assim não se inventa; é mais concebível a presença de um caolho assim e em tais circunstâncias, que a de um sentinela já cego que recuperasse, milagrosamente, a vista, no instante mesmo, da lançada ao flanco de Jesus. Mas existe um elo entre as duas histórias, dado que a segunda foi elaborada para fazer esquecer a primeira.

22.- A pseudo ressurreição

«Inclusive uma faxineira cananéia do país de Israel está segura de herdar o mundo futuro...»

Talmud, tratado Kethuboth, 111a

Quando tomou corpo a crença na ressurreição, foi necessário precisar o momento em que Jesus abandonou a tumba. Diversos motivos apoiavam o princípio de uma permanência de três dias inteiros no seio desta última.

Durante o Cativo da Babilônia, os judeus deportados não haviam trazido dali somente os nomes dos anjos, seu alfabeto quadrado e muitas teorias procedentes diretamente da velha religião dos Magos, mas também a crença na ressurreição futura dos mortos, tal como Zoroastro a tinha definido. E segundo essa tradição, a alma não abandonava definitivamente o cadáver até três dias depois da morte aparente. Por certo que essa doutrina assimilou o islamismo popular.

Segundo o *Talmud de Jerusalém*, «a alma permanece três dias junto ao cadáver, tentando entrar de novo nele. E não se afasta definitivamente até que o aspecto do corpo comece a modificar-se». É, pois, a decomposição do início que arroja definitivamente à alma longe de seu envoltório primitivo. Isto o confirma o episódio de Lázaro morto. Quando Jesus dá a ordem de afastar a pedra do sepulcro. Marta, a irmã do morto, faz-lhe observar: «Senhor, já fede, pois leva quatro dias aí...» (João, 11, 39.)

Por isso, para não *traumatizar psiquicamente* ao defunto, diversos textos recomendam não proceder à sepultura do corpo antes do terceiro dia depois da morte aparente. Por exemplo, o *Testamento dos Doze Patriarcas*, o *Midrash Kobelet*, o *Livro do Rabbi Juda I*.

Por outra parte, nossos anônimos redatores dos Evangelhos, nos séculos IV

e V, tinham um enorme interesse em sustentar suas palavras com algum paralelismo que provasse de forma comovedora a realidade das profecias messiânicas. E é provável que o entorno de Jesus, para quem os fins de sua missão eram puramente políticos e materiais, esforçasse-se particularmente nisso. Assim, quando o salmo 22 evoca, segundo eles, a Paixão de Jesus, efetuam ligeiras retificações no texto hebreu tradicional para fazer-lhe dizer o que não disse.

No texto hebreu do versículo 17 lemos isto:

«Eis aqui que me rodeiam cães, um bando de malvados cerca-me, como a um leão, atam minhas mãos e meus pés...»

No texto latino da *Vulgata* de São Jerônimo lemos:

«*Foderunt manus meas et pedes meos...*»

E traduzem por «perfurar» as mãos e os pés, em lugar de «lacerar ao atá-las». É evidente que ao leão que se capturava para os parques de feras reais, no mundo antigo, inclusive no tempo de David, atava-lhe, mas não lhe perfurava as patas através da rede utilizada para sua captura.

O episódio do asno e do burrico, em troca, era perfeitamente realizável. Zacarias, o profeta, havia-o predito: «Eis aqui que vem seu rei, [...] montado em um asno, filho de uma mula...» (Zacarias, 9, 9.) E durante sua entrada em Jerusalém, rodeado e seguido pela multidão de seus partidários. Jesus, rei legítimo de Israel, descendente e «filho de David», não terá mais que montar sobre um asno que segue a sua mãe, para realizar a profecia. É muito simples: basta preparar antes um e outro. E qualquer um poderia fazer o mesmo.

O salmo 22, versículo 19, declarava:

«Repartiram minhas roupas entre eles, e lançaram a sorte sobre a minha túnica...»

E todos se extasiaram candidamente ante o fato de que os verdugos de Jesus atuassem assim. Mas esquecemos que até a Revolução Francesa, em toda a Europa, a venda das roupas, de todo condenado a morte, ao comerciante de brechó mais próximo era o privilégio do verdugo? Esquecemos que nos campos de batalha da Idade Média, no dia seguinte ao combate, os mortos apareciam despojados de toda seu equipamento e de suas armas?

Pois bem, o salmo 16, versículos 10 e 11, dizem:

«Porque não abandonará minha alma ao Seol, não deixará a seus fiéis no Abismo, você me dará a conhecer o caminho da vida, a plenitude da alegria que se goza em sua presença, as delícias eternas das que alguém se deleita a sua mão direita...»

Desse texto não se pode aplicar nada ao Verbo eterno, posto que o versículo implica que o beneficiário dos gozos anunciados nunca os conheceu.

Por outra parte, o mesmo texto latino da *Vulgata* está em contradição com o texto hebreu original, pois a versão latina diz assim:

«Não permitirá que seu bem amado veja a corrupção...» em lugar de «Não deixará a seus fiéis no Abismo...». Podemos assegurar ao leitor que são palavras muito diferentes. Assim, uma vez passados três dias não se podia falar já de ressurreição, dado que se supunha que então a alma fora arrastada já muito longe

na noite do Mais à frente.

Por outra parte, antes de três dias podia duvidar-se da morte real; o episódio da filha do Jairo (Mateus, 9, 18 e 23-25), que morrera «fazia um momento», e a que Jesus declara viva: «Não está morta, dorme...», permitiria sustentar um argumento idêntico para o caso da ressurreição de Jesus.

O herbário mágico do vodu africano e antilhano inclui drogas vegetais que permitem fazer acreditar em uma morte real, e que não é mais que aparente. A vítima é devidamente inumada no cemitério do povo, e ao cabo de vinte e quatro horas vai se desenterrar na clandestinamente. Transportam-na em segredo a um povoado muito afastado, e o beneficiário da operação possui assim um robô humano, totalmente embrutecido, de que fará uso a seu desejo. O Código Penal haitiano tem umas penas previstas extremamente severas e graves para semelhantes práticas de outros tempos. O mesmo existe no Brasil e na Venezuela, e este fato é indiscutível.

Sem dúvida por prudência, ao suspeitar a possibilidade de uma artimanha deste tipo, foi pelo que o legionário romano, seguindo umas ordens secretas, atirou um golpe de lança definitivo em Jesus.

«Vieram, pois, os soldados e quebraram as pernas ao primeiro, e ao outro que estava crucificado com ele. Mas chegando ao Jesus, como lhe viram já morto, não lhe quebraram as pernas, mas sim um dos soldados lhe atravessou com sua lança o flanco, e imediatamente saiu sangue e água...» (João, 19, 32-34.)

Observemos, de passagem, que o entusiasmo irracional jamais tem medida. Assim, por exemplo, a lenda pretende que esse soldado, «que era cego», recuperasse milagrosamente a visão pela virtude dessa água que brotasse do flanco de Jesus crucificado. É difícil imaginar que Roma confiasse a vigilância dos condenados a morte à soldados, um dos quais era cego.

Outra lenda bíblica havia militado em favor da permanência de três dias no sepulcro. Era a do profeta Jonas, engolido por um grande peixe, e que, depois de haver-se mantido milagrosamente com vida no estômago de dito cachalote, apesar dos espasmos e do suco gástrico, fora devolvido à praia ao cabo de três dias.

Indubitavelmente, conhecemos alguns casos estranhos de marinheiros caídos ao mar e engolidos por um desses gigantescos cachalotes que seguem aos navios. Um fato se produziu no início da segunda metade do século XX. Mas a vítima, um marinheiro inglês, apesar de que se arpoou e abriu imediatamente ao animal, estava morta quando a pôde extrair do estômago. A epiderme e a derme já não existiam, corroídas pelos ácidos gástricos do peixe. De modo que não cabe na cabeça a possibilidade de uma permanência de «três dias e três noites» (Jonas, 2, 1) de tal profeta, com ou sem milagre. Deixaremos essa história aos crédulos e aos meninos de catecismo.

Naturalmente, estamos ouvindo já a quem se aterra à tradição religiosa, que dirão que tudo isso é «simbólico». É curioso constatar quantos militantes religiosos se tornaram «simbolistas» há meio século. Parece que esqueceram os anátemas e as excomunhões dogmáticas que foram formuladas, não faz ainda muito, contra os partidários de um esoterismo das Escrituras.

Seja como for, a lenda de Jonas, o profeta, aberrante ou não, foi o tema predileto sobre o que se fundou em grande parte o da ressurreição de Jesus. Claro que se apoiava em suas próprias palavras; ele garantia seu caráter histórico real:

«A geração má e adúltera pede um sinal, mas não lhe será dada mais sinal que o de Jonas, o profeta. Porque, como esteve Jonas, no ventre de um grande peixe, três dias e três noites, assim estará o Filho do Homem, três dias e três noites no seio da terra...» (Mateus, 12, 39-40.)

Detenhamo-nos um pouco e construamos nosso silogismo. Se a aventura de Jonas é um tema esotérico e simbólico, então a ressurreição também é um tema esotérico e simbólico. Mas se a ressurreição é um acontecimento histórico real, então a aventura de Jonas é um fato histórico e real. Dado que este fato é totalmente impossível, o mesmo acontece com seu paralelo.

Se os escribas anônimos que redigiram os Evangelhos e todos os relatos maravilhosos, nos séculos IV e V, conhecessem melhor as leis naturais, se fossem algo mais que uns fanáticos ignorantes, não teriam escrito jamais semelhantes disparates. Barnabé, um dos quatro «padres apostólicos», junto com Ignácio da Antioquia, Policarpo de Esmirna e Hermes de Cumes, ensina-nos que «a lebre adquire cada ano um ano a mais, e quantos mais anos vive, tantas mais aberturas tem...», e «Este animal, a hiena, muda de sexo todos os anos, é alternadamente macho e fêmea», «Como esse animal, a doninha, que concebe pela boca...» (Barnabé, Epístola, 10, 7 a 9.)

Por último, os cristãos dos primeiros séculos viviam em um ambiente pagão acostumados, inconscientemente, aos temas da ressurreição dos deuses. E não podiam por menos que fazer ressuscitar também a sua divindade particular própria.

Por outra parte, a profecia de Oséias dizia claramente:

«Ele nos dará a vida dentro de dois dias, ao terceiro dia nos ressuscitará, e nós viveremos na sua presença...» (Oséias, 6, 3.)

Oséias, filho de Beerí, da tribo de Isacar, a dos grandes videntes de Israel, profetizou sob os reinados de Jeroboam, de Ozías, de Johatán, de Acáz e de Ezequías, todos eles reis de Judá, quer dizer, no século IX antes de nossa era. É evidente que sua profecia se refere aos patriarcas, aos mortos que permanecerão «à espera do Messias», e que o que diz sobre a ação deste último deve desenvolver-se no Mais Além, em Seol.

Em uma palavra, o Messias, morto no mundo dos vivos, dará uma vida sobrenatural a quão mortos estão à espera de sua chegada há séculos, quando ele mesmo penetrar em Seol, depois de ter morrido, por sua vez, como eles.

Isso é o que o profeta Oséias quer anunciar com suas palavras. Mas, no caso do Messias, não se trata de modo algum de retornar a uma vida humana corrente, no mundo dos vivos. Isso é o que se subentende com a frase: «...Ele nos ressuscitará, e viveremos na sua presença...». Alguns tradutores empregam a palavra «ressuscitar» em lugar de «ressurgir». E entre eles, em especial, Lemaistre de Sacy.

Mas com toda certeza os cristãos da primeira época compreenderam a «ressurreição» no sentido do Oséias. Foram os escribas dos séculos IV e V de nossa era os que imaginaram uma ressurreição puramente carnal e terrestre. Basta-nos

como prova o fato de que a tradição gnóstica do docetismo negasse que Jesus houvesse possuído um corpo humano normal, e pretendesse que, já em vida, não fosse mais que uma materialização momentânea, provisória, do *Eón* Jesus, descido do Pleromio para ensinar aos homens o caminho da Salvação, em uma palavra: uma «aparência».

E a isto se acrescenta outra tradição, que vamos agora estudar:

Juliano, sobrinho de Constantino, nascido no ano 331, foi proclamado imperador no ano 361 e morreu no 363. Fora educado na religião cristã, depois de ter efetuado várias constatações concludentes, abandonou-a, para dedicar-se a cultos esotéricos; apaixonou-se pela teurgia, e inclusive pela magia dos antigos santuários pagãos. Desde onde procede o apelido de *Apóstata* que lhe deram os cristãos.

Quando partiu para combater às tropas de Sapor, rei da Pérsia, no curso de uma carga de cavalaria foi mortalmente ferido por um dardo que foi arrojado pelas costas. Carregou-se disto sendo um prisioneiro bárbaro meio louco. Mas, onde já se viu prisioneiros de guerra acompanhar às cargas de cavalaria, e menos ainda com dardos em suas mãos? De fato, nos meios cristãos circulavam numerosas alusões a sua morte próxima, e não sentiam embaraço algum ao falar disso, com meias palavras.

Nos *Atos de Teodoro*, o sacerdote Teodoro declara a um funcionário imperial: «Seu tirano [Juliano], que espera que os pagãos resultem vencedores (as tropas do Juliano), não poderá triunfar. Perecerá de tal maneira que ninguém saberá quem lhe matou... E não retornará ao país dos romanos!...»

Nos mesmos *Atos de Teodoro* se vê um tal Libanius perguntando a um mestre cristão: «E o que faz agora o filho do carpinteiro?» Ao que o cristão responde: «O Senhor do Mundo, a quem você chama ironicamente o filho do carpinteiro, está preparando um féretro...»

No ano 362, Juliano chega à Antioquia, procedente das Galias e de sua querida Lutecia. Não dissimula sua intenção de exumar uma tumba antes de empreender sua guerra contra os persas. A partir desse momento, nos meios cristãos as ameaças contra ele não levam disfarce:

«Nossos dardos têm feito alvo. Havemos crivado a sarcasmos, como outras tantas flechas... Como arrumará isso, valente, para confrontar os projéteis dos persas?...»

Os cristãos rezavam e celebravam ofícios para que se produzisse a derrota do imperador. Dois de seus comensais, Félix e Julianus, tinham morrido ao mesmo tempo, no início do ano 363, e anunciavam sem dissimulações: «Agora toca a Augusto...» Recorda-nos este fato o historiador latino de origem grega Amiano Marcelino em sua *História*, (XXIII, 1).

A partida para a guerra contra os persas data de março do ano 363. Antes, no 362, no mês de agosto, ao inteirar-se de que os judeus de uma certa seita foram em peregrinação a uma tumba do Makron, na Samaria, «para adorar ali como um deus» a «um morto» que tinha «ressuscitado». Juliano estabeleceu imediatamente a distinção entre o corpo do João, o Batista, do qual se pretendia que fora enterrado

por seus discípulos perto da Sebasta (a antiga Sichem da Bíblia), e o de Jesus. [30]

[30- O Batista, como vimos no capítulo 13, morreu em *Maqueronte*, a orla do mar Morto, foi com toda certeza inumado ali. É evidente que a contusão com *Makron*, em Samaria, foi intencionada. Teria como finalidade apagar os rastros da permanência do cadáver de Jesus em dito lugar.]

É evidente que aquele ao qual denomina «o morto»; que os judeus «adoram como um deus»; e de que pretendiam «ressuscitado», não é João, o Batista; que foi decapitado; a quem ninguém em Israel, adorou jamais como um deus; de quem jamais se pretendeu que tivesse ressuscitado. A quem Juliano designa com essas palavras é Jesus. Ademais a lenda do Batista precisava que o que seus discípulos conseguiram levar à Samaria foi somente sua cabeça, e o que havia na Sebasta era um esqueleto completo. Portanto, não era o do Batista.

E então dá as ordens necessárias para que se faça abrir a tumba, queimar os restos e lançar suas cinzas ao vento. De modo que, se havia restos, antes cadáver, e agora esqueleto, é que não se produziu nenhuma ressurreição carnal. Ao fazer isto, Juliano assinou sua sentença de morte. Não demorou esta em lhe surpreender, precedida por todas as ameaças alusivas a ela, e que citamos antes.

Evidentemente, os cristãos pretenderiam então, que o que Juliano mandou profanar, foram os restos do Batista. Infelizmente, existe um testemunho daquela época, que logo vamos abordar. No momento daremos as razões da inumação em Samaria.

Quando os messianistas recuperaram o cadáver de Jesus, previamente envolvido em mirra e áloes anti-putrefação por José de Arimatéia, levaram-no em segredo. O motivo dessa escolha é simples. Desde o ano 325 antes de nossa era, a ruptura entre o reino de Judas e o reino da Samaria era definitiva. Não havia perigo de que os fariseus enviassem ali a recuperar o corpo, nem a efetuar investigação alguma. E, dadas as relações que Jesus tinha mantido com as pessoas dali (coisa absolutamente contrária à lei judia), podiam contar com numerosas cumplicidades. Mas temos que nos perguntar como pôde produzir-se o extravio do cadáver de Jesus, feito que, ao prová-lo, aniquilaria todo o dogma da ressurreição, e, com ele, todo o cristianismo.

De uma maneira muito simples, como vamos demonstrar.

A grande astúcia dos exegetas que examinam periodicamente em suas obras o «mistério da ressurreição» consiste em descartar de entrada todas as explicações chamadas «racionalistas», que, segundo eles asseguram, não resistem a um exame. Uma vez efetuado esse aplainamento de dificuldades (e é considerável), examinam ponto por ponto todos os detalhes da citada ressurreição, em sua tradição ortodoxa, evidentemente. A seguir, concluem que as aparições de Jesus, depois de sua morte, não resultam, em modo algum, das crenças na aparição de espectros, nas semi-materializações de fantasmas, que conheciam e nas quais acreditavam todos os povos de então. Demonstram, e com razão, embora apoiando-se só (e tendo unicamente em conta) em textos sem valor histórico real, que Jesus «ressuscitado», comendo e bebendo; mudando de rosto e de aspecto; dotado de um corpo ao que

se podia tocar e apalpar; não apresentava nenhum dos caracteres das citadas aparições fantasmagóricas. A partir de então, a coisa está feita. Transferem a discussão a um plano em que a verdade não tem já lugar; em que a lenda é a rainha, e será sobre essa lenda que se discutirá posteriormente.

Vamos, portanto, estudar o problema, desembocaremos em conclusões diametralmente opostas.

Nas *Antiguidades judaicas* de Flavio Josefo, no livro XVI, capítulo VII, lemos o seguinte:

«1. Herodes, [31] que fazia grandes dispêndios, tanto para o exterior como para o interior de seu reino, inteirou-se muito em breve de que o rei Hircano, um de seus predecessores, tinha aberto a tumba de David e tinha tomado dali três mil talentos, mas que ficavam ainda muitos mais, que seriam sobradamente suficientes para seus suntuosos gastos. Fazia muito tempo que projetava esta empreitada. De modo que uma noite, fazendo abrir a tumba, entrou nela, tomando todas as precauções para que a cidade se inteirasse o menos possível, mas acompanhando-se de seus amigos mais seguros.

[31- Trata-se de Herodes, o Grande, que morreu no ano 4, antes de nossa era, e não de seu filho, Herodes Antipas, diante de quem compareceria Jesus.]

»Não encontrou, como Hircano, somas de dinheiro postas em reserva, a não ser muitos ornamentos de ouro e jóias, e levou tudo. Esforçou-se por se aprofundar mais em sua busca; avançou mais no interior dos sarcófagos, que guardavam os corpos de David e Salomão.

»Mas dois de seus guardas pereceram pelo efeito de uma chama que, por isso se conta, brotou do interior a sua entrada. Ele mesmo retrocedeu, assustado. Como monumento expiatório a seu terror, levantou a porta do sepulcro um monumento de mármore branco, de elevado preço. O historiador Nicolas, contemporâneo dele, menciona esta construção, mas não a descida do rei a tal tumba, porque se dava conta de que deste ato fazia muito pouca honra...»

É evidente que, mencionar a construção de dito monumento expiatório, é confessar implicitamente a violação da sepultura. E Josefo reconhece, o respeito do historiador Nicolas, que: «No transcurso de toda sua obra, não cessou de exaltar desmedidamente as ações honestas deste rei e de desculpar, do mesmo modo, suas maldades...»

Por outra parte, sabemos pelos historiadores eclesiásticos que quando o imperador Juliano, chamado o Apóstata, quis proceder à reconstrução do Templo de Jerusalém, cada manhã, ao reatar seu trabalho, os operários viam com terror brotar labaredas assim que davam os primeiros golpes com a picareta.

E o historiador Amiano Marcelino, um latino do século IV, muito bem informado e imparcial, diz-nos que: «Uns perigosos globos de fogo, que se elevavam do seio da terra, com ataques redobrados, queimavam aos operários e em várias ocasiões fizeram inacessível o lugar...»

O sentido está muito claro (ele mesmo precisa: «*Ferere locum exustis...*»). Trata-se de cargas de explosivos, que detonavam e explodiam, dando a impressão de globos de fogo. A percussão das picaretas sobre o fulminato misturado com a areia

era o que causava tais explosões; essas cargas eram preparadas, evidentemente, a noite anterior, por operários cristãos, discretamente introduzidos nas equipes de trabalho, que conheciam as convocações do trabalho no dia seguinte, e de quem não se podia suspeitar.

E no livro de Josué lemos, referindo-se a tomada de Jericó:

«O povo clamou e os sacerdotes fizeram soar suas trompetas. Quando o povo ouviu o som das trompetas, lançou grande grito, e caíram os muros. Então o povo subiu à cidade, cada um ante si...» (Josué, 6, 20.)

Por outra parte, nas *Guerras da Judeia* de Flavio Josefo lemos o seguinte, que possivelmente explicará o fato:

«Os romanos, que tinham começado a construir o aterro no 12.º dia do mês de *Artemision*, acabaram-no com grandes dificuldades no 29.º dia (nos dias 30 de maio e 16 de junho do ano 70). Como tinham colocado aparatos de apoio, João, escavando por debaixo da terra, chegou até o aterro, introduziu embaixo madeira seca e resinosa com enxofre, prendeu-lhe fogo e se foi. Ao incendiar a madeira, a terra se abrandou, e, com um ruído de trovão, os aterros afundaram-se com as torres (torres de madeira). Porque primeiro elevava fumaça com o pó, e a chama não podia queimar porque estava coberta. Mas, uma vez que o solo abrandou e desmoronou, a chama ardeu. E aos romanos invadiu o pânico ao ver repentinamente sair fogo debaixo da terra, e um abatimento profundo caiu sobre eles...» (Op. Cit., livro V,7.)

Está muito claro. Encontramo-nos apenas a cinquenta quilômetros, a voos de pássaro, de Alexandria, capital indiscutível da alquimia naquela época. E os iniciados nesta ciência, que foi a mãe da química moderna, conheciam o segredo da pólvora, dos fulminatos, do mercúrio, ou da prata. Assim é, tanto se fossem egípcios, hebreus ou gregos. *VA fogo grego* era no mar o que a pólvora era em terra.

Voltemos para a visita de Herodes à tumba de David. É evidente que a porta de bronze se abria para o interior, que é o sentido normal de todas as portas. E uma chama «brotou do interior a sua entrada...» (op. cit.) A explicação é muito simples. Se se polvilhar de antemão, por prudência, com pó e fulminato os primeiros metros do corredor fechado pela porta de bronze, ao abrir esta ou ao pôr o pé sobre o fulminato misturado com areia, a pólvora se acenderá e o fogo saltará ao rosto dos profanadores. Esse é o princípio das minúsculas bombas infantis chamadas «bombas argelinas», ou «*petardo*», nas quais alguns grãos de sílex mesclados com um pouco de fulminato fazem-nas detonar ao mínimo choque.

No pior dos casos, as gotas de resina acesa, que caíam das tochas dos guardas ao solo, bastariam para incendiar a pólvora. Tudo isso é muito comum em nossos dias. Mas naquela época, naquele mundo ignorante e profano, parecia milagroso.

Voltemos, pois, à «ressurreição de Jesus» tal como a conta Mateus:

«Passado o sábado, à alvorada do primeiro dia da semana, veio Maria Madalena com a outra Maria ver o sepulcro. E sobreveio um grande terremoto, pois um anjo do Senhor desceu do céu e, aproximando-se, fez rodar a pedra do sepulcro e se sentou sobre ela. Era seu aspecto como o relâmpago, e sua vestimenta

branca como a neve. Os guardas tremeram de medo e ficaram como mortos...» (Mateus, 28, 1-2.)

Observaremos em primeiro lugar que a cena se desenvolve num momento em que os judeus não podiam sair ainda de Jerusalém, e ninguém podia estar no sepulcro, exceto os guardiães. Porque o *sabbat* não terminaria até o pôr-do-sol. E nesse minuto preciso, uma vez passado o sábado segundo a lei judia, entrou-se no domingo, mas dado que era de noite ninguém tinha nada que fazer fora. E à alvorada as duas mulheres não temiam ser observadas no Gólgota, pois era ainda muito cedo.

Sua chegada atrairia a atenção dos guardiães, já fora por desconfiança, ou por galanteria, dado que se tratava de duas mulheres jovens, tanto Maria Madalena como Maria, irmã do Eleazar. Agora bem, José de Arimatéia (agora conhecemos seu verdadeiro nome) foi quem preparou o enterro de Jesus; José de Arimatéia, que era «discípulo de Jesus» (Mateus, 27, 57). Traduzamos: que era, também, um zelote, já que João (19, 38) acrescenta esta precisão: «discípulo de Jesus, embora em segredo, por temor dos judeus...». Outro bloco, Nicodemos, a quem João reconhece deste modo como discípulo de Jesus, mas em segredo, porque ia ver o Jesus «de noite» (João, 3, 1; 7, 50), tinha levado uma mescla de aproximadamente cem libras de mirra e de áloes (João, 19, 40). Quer dizer, cinquenta quilogramas de resinas. Em semelhante saco há lugar para dissimular a quantidade de pólvora e de fulminato, necessários para fazer saltar a pedra de lado, sem rompê-la. Porque esta *rocha* (Mateus, 27, 60; Marcos, 15, 46), e esse ligeiro detalhe simplifica ainda mais a operação de abertura do sepulcro.

É evidente que José de Arimatéia, que não é mais que um simples coveiro, guardião do recinto dos mortos, não está à corrente do segredo da pólvora. Leva simplesmente o saco que contém as resinas anti-putrefactivas e o explosivo. Mas Nicodemos, fariseu, um fiel de Jesus, «mas em segredo, que não ia a seu encontro a não ser de noite» (João, 3, 1), é também um dos chefes dos judeus (op. cit., 3, 2), e era ele o fornecedor do grupo (João, 19, 39).

Quanto aos guardiães, é evidente que uma explosão de improviso; com as chamas e a detonação; a trepidação do chão e o ruído; eram motivos mais que suficientes, naquela época, para deixá-los «como mortos...», aniquilados pelo medo e o assombro. Assim que voltaram em si, largaram-se a toda pressa, tanto para se cobrir, como para levar a notícia de tal prodígio aos sanedritas, em Jerusalém. Continuando, os fiéis encarregados da operação do traslado do cadáver se aproximaram e fizeram o necessário. E o fizeram tão bem, com tanto respeito para com esse morto, que tinha sido seu rei e seu guia, que tomaram inclusive a precaução de dobrar cuidadosamente o sudário, manchado de sangue e de água, *coisa que um anjo não teria feito, evidentemente*. E a prova de que houve pelo menos dois homens efetuando esta exumação, reside no fato de que as bandas estavam no chão, enquanto que o tecido estava dobrado. Quem tinha manipulado as primeiras, manchadas de sangue e de água, tinha-as atirado com asco, por esse motivo, já que implicavam para ele um excesso de impureza ritual aos olhos da lei judia (estava já o fato de tocar um cadáver). O segundo tinha tomado mais precauções com o tecido,

que tinha dobrado e colocado à parte (João, 20, 3-7).

O traslado do cadáver foi facilitado pela exiguidade do tamanho de Jesus, tão pequeno que um asno podia lhe servir de arreios, enquanto que um homem de estatura normal, para evitar o ridículo de semelhante situação, teria montado sobre o asno que estava ali com seu filho, tal como nos contam os Evangelhos (Lucas, 19, 35 e João, 12, 14).

E os exumadores tomaram discretamente o caminho da Samaria, onde Jesus sempre tivera amigos, com o cadáver provavelmente dissimulado dentro de um saco, e com a cobertura dos cinquenta quilogramas de mirra e de áloes repartidos ao redor de seu corpo para lhe tirar toda forma humana. Uma carreta, forragem, dois personagens dos que se ignorava que tinham sido partidários de Jesus, como já vimos antes, tudo isso não tinha nada de suspeito.

De Jerusalém à Betel, cidade situada na fronteira mesma dos dois reinos, havia uns vinte quilômetros. De Betel à Sebasta, lugar da inumação definitiva, terei que contar uns trinta mais. O percurso era, portanto, de cinquenta quilômetros no total. Distância corriqueira para aqueles caminhantes infatigáveis que são os orientais. Mas Betel estava já em território samaritano. O percurso perigoso só era, pois, de vinte quilômetros, de fato; não representava a não ser três ou quatro horas de marcha quando muito. Se se efetuava ao amanhecer, tendo em conta a hora da saída do sol em Jerusalém e a latitude daquela cidade, essa operação de traslado do cadáver de Jesus teria terminado, em Sebasta, às quatro da tarde, quando muito. Todavia, às nove e meia se encontravam já em território samaritano.

Agora bem, os judeus da Judeia, fiéis à ortodoxia tradicional, assim como os galileus, recusavam penetrar em um território impuro para eles, devido à heresia samaritana. E quando iam da Judeia à Galiléia, tomavam o caminho de Jericó; atravessavam o Jordão para penetrar na Perea; virando à direita a caminho de Filadélfia, subiam para Pella, na Decápolis, para dali, passando por Escitópolis, chegar à Galiléia.

Quer dizer que aqueles que levaram o cadáver de Jesus não corriam absolutamente o risco de encontrar, e menos tão cedo, a judeus informados da execução de Jesus, já que os que vinham da fronteira samaritana para Jerusalém não estavam ainda à par do caso, e, em sentido inverso, os raptos tinham adiantado a qualquer caravana que tomasse a mesma direção que eles.

Mas o leitor se perguntará: e os romanos? Por parte destes os exumadores de Jesus tampouco arriscavam nada, porque o procurador, Pilatos em pessoa, tinha autorizado a recuperação do cadáver e a inumação de este por seus fiéis. Para eles não havia delito algum.

Em efeito, não tinham violado uma sepultura para saqueá-la, nem para extrair restos orgânicos destinados às invocações malignas. Tinham procedido a uma exumação, a que seguia um traslado. O que havia mais normal? É possível, inclusive, que quando se encontraram suficientemente longe de Jerusalém tivessem disposto o corpo publicamente, como em uma cerimônia oficial. Devolviam um morto a seu povo, isso era tudo. Agora bem, o respeito aos mortos, embora fossem pagãos, era uma obrigação legal em Israel: «Se você cumprir para mim um ato de

bondade depois de minha morte, é uma bondade de fidelidade...» (*Talmud*: Gênesis, R. 96, 5.)

Um cadáver não sepultado recebia o nome, em hebreu, de *met mitzva*, quer dizer, «cadáver que é uma obrigação religiosa». Se concedia ao enterro uma importância tal, que inclusive um supremo sacerdote, ou outra pessoa santificada (*cohen*, por exemplo), ou um *nazir*, devia proceder a isso com suas próprias mãos, caso não encontrasse ninguém disponível, a não ser ele; embora, a todos estes personagens estivesse proibido manchar-se com o contato de um cadáver. (*Talmud*: *Sifré* Números, 26, 9a.) [32]

[32- Teremos que assinalar uma contradição importante entre o Evangelho de Lucas e os *Atos*, redigidos pelo mesmo. No evangelho é José de Arimatéia, aliás o «coveiro», quem baixa ao Jesus da cruz e o mete em uma tumba. Nos *Atos* (13. 29) são «os judeus» quem o desencrava e o depositam em uma sepultura.]

E, a este respeito, ao «retrato» de Jesus pode se acrescentar este traço, que o situa uma vez mais em uma perspectiva nova.

Conhecemos todo o respeito que se devia aos pais na religião judia. O quinto mandamento, ditado por Yavé ao Moisés no Sinai, dizia:

«Honra a seu pai e a sua mãe, e assim terá longa vida sobre a terra que Yavé, seu deus, concede-lhe...» (Êxodo, 20, 12.)

E possuímos fragmentos do *Talmud*, muito explícitos a este respeito. Pois bem, não só Jesus não sente respeito pelos pais em vida, mas também, tampouco o sente quando estão mortos. Julguem-no:

«Outro discípulo lhe disse: "Senhor, permita ir primeiro sepultar a meu pai". Mas Jesus lhe respondeu: "Segue-me e deixa que os mortos sepultem os seus mortos".» (Mateus, 8, 22.)

Assim, para Jesus, aqueles que, piedosamente, procediam os funerais e ao enterro decoroso do cadáver de seu pai ou de sua mãe, aqueles eram «mortos» espirituais. Para ser, a seus olhos, um discípulo zeloso teria que deixar o cadáver de seu pai decompor-se lentamente na casa familiar.

Todavia, o destino devolver-lhe-ia duramente o golpe, já que, muito mais tarde, o imperador Juliano mandaria abrir, perto da Sebasta, aquela tumba em que repousava o corpo daquele ao que ele chama «o morto», «ao que os judeus adoram como um deus», de «que pretendem que ressuscitou», e faria queimar seus restos e dispersar suas cinzas ao vento. De que se tratava realmente da tumba de Jesus, conhecido como tal naquela mesma época, no ano 362, basta-nos como prova o texto de *Contra Celso*, atribuído falsamente ao Orígenes.

Dizemos falsamente, e vamos provar:

Existe um *Discurso Verdadeiro*, que ainda se denomina *Contra os Cristãos*, e que tem como autor a um tal Celso. A história conhece três:

1. Celsus Cornelius Aulus, médico e erudito, que vivia sob o reinado de Augusto, quer dizer, no ano 31 antes de Jesus Cristo aos 14 de nossa era. Evidentemente, não se trata deste.

2. Celsus, filósofo epicúreo (e não platônico), que vivia em Roma sob os Antoninos, e ao que a Igreja atribui o *Discurso Verdadeiro*. Teria redigido este texto

por volta do ano 180; entre 246 e 250 Orígenes o teria refutado em seu *Contra Celso*.

3. Celsus, amigo do imperador Juliano, seu companheiro de estudos nas escolas de Atenas, aluno, amigo, admirador de Libanius; a quem Juliano nomeou governador das províncias da Capadócia, e Cilícia, e pretor da Bitínia. Ele é o autor do terrível *Discurso Verdadeiro*. Citam-no Amiano Marcelino, Libanius e, em nossa época, o escritor católico Paúl Allard em sua obra *Julien*.

Se o *Discurso Verdadeiro* tinha como autor ao precedente, se foi escrito no ano 180, como é que os cristãos esperaram setenta anos para responder a ele? Por que os escritores cristãos de finais do século II e começos do III não falam dele? Porfírio, Melitón — bispo de Sardes —, Apolinar de Hierápolis, Atenágoras e Aristides ignoram esse escandaloso livro. Por que?

Porque foi escrito, para justificar o que tinha decidido o imperador Juliano, por seu amigo, o terceiro Celso. E não foi Orígenes (morto no ano 254) quem lhe respondeu com o *Contra Celso*, a não ser um autor anônimo, que se conveio em chamá-lo pseudo Orígenes. E a prova reside nesta passagem:

«Acreditem que aquele de quem lhes falo é realmente o Filho de Deus, embora tenha sido atado vergonhosamente, e submetido ao suplício mais infamante, e embora, recentemente, tenha sido tratado com a última ignomínia...» (Pseudo Orígenes, *Contra Celso*.)

Esse «recentemente» designa evidentemente a abertura da tumba que estava perto da Sebasta, na Samaria, e a incineração do esqueleto, misturado com esqueletos de animais, e depois a dispersão de suas cinzas ao vento. Agora bem, isto teve lugar em agosto do ano 362, por ordem do imperador Juliano. Assim, a tumba da Sebasta, aberta naquela época, não era em modo algum a tumba do Batista (como demonstramos no capítulo 13), a não ser a tumba de Jesus, já que João, o Batista, não foi submetido ao «suplício mais infamante» (a cruz), pois teve a morte honrosa da decapitação, reservada habitualmente aos cidadãos romanos. E tampouco se sustentou jamais que fosse o «Filho de Deus», título reservado ao Jesus por seus seguidores.

Por último, e seguindo com o tema da existência de um cadáver, que justifica a de uma tumba, temos ainda um testemunho que data dos primeiros anos do século V, do ano 408 aos 411.

Juliano, bispo de Halicarnasso, durante uma correspondência que manteve com Severo, bispo da Antioquia, e durante três anos, sustentou a teoria da incorruptibilidade absoluta e permanente do corpo de Jesus.

Em troca, para Severo da Antioquia esse corpo tinha sido corruptível como todos os corpos humanos, e isso até que foi sentar-se à mão direita de seu Pai, ao céu, quer dizer, até a Ascensão.

Severo via claramente o perigo da doutrina de Juliano de Halicarnasso. Se o corpo de Jesus tinha sido sempre incorruptível, não poderia sofrer, nem ser ferido pela flagelação, pelo suplício da cruz, pela lançada final. E então tudo isso não tinha sido a não ser aparência, ilusão. Juliano de Halicarnasso se aproximava do docetismo e ao marcionismo em seus excessos doutrinários. Além disso, se o corpo de Jesus tinha sido incorruptível desde sua formação, não teria existido ressurreição no

sentido exato do termo, nem encarnação no sentido humano da palavra.

Severo tinha um argumento que, para ele, era válido. Se se tinha tomado a precaução de envolver o cadáver de Jesus com mirra e áloes anti-putrefactivos, era que se temia a corrupção natural, comum a todos os humanos.

Mas de toda essa discussão sutil, entre nossos dois bispos, resulta que o problema que seguia expondo-se no início do quinto século era saber se o cadáver de Jesus, em sua tumba, tinha esperado ou não a sua ascensão para tornar-se incorruptível. Pois bem, semelhante discussão estabelecia forçosamente (e de forma imperativa tendo em conta a autoridade espiritual desses participantes) a existência de um cadáver de Jesus... E naquela época, os escribas anônimos que redigiam os manuscritos dos novos Evangelhos, em grego (que, por certo, são os únicos que chegaram até nós), afirmavam já que os discípulos, ou as santas mulheres, tinham encontrado o sepulcro vazio, e que já não estava ali o cadáver de Jesus, mas o sudário e os tecidos se encontraram, pregados separadamente. E alguns anjos foram os responsáveis por isso.

A Igreja, ao ver vir o perigo, reagiu imediatamente a sua maneira. As cartas de Juliano de Halicarnaso e de Severo da Antioquia, as cópias que se fez delas e que circulavam por aí, tudo isso devia ser queimado pelos cristãos assim que caísse em suas mãos, mas sem inteirar-se do que diziam, sob pena de excomunhão maior. Mas a verdade histórica velava. E nem tudo se perdeu. O que ficou foi publicado e já não corre o risco de ser destruído.

Em *Atlas biblique pour tous*, do padre Lúe H. Grollenberg (Ed. Sequoia, Paris-Bruxelas 1965, com *imprimatur* de 8 de março de 1960), lemos o seguinte na página 177:

«Em 1952 foram descobertos no monte das Oliveiras, perto do "*Dominus Flevit*", umas convocações de tumbas de contemporâneos de Cristo, uma parte dos quais reproduzimos aqui (foto na página 41); neles se encontraram grande número de ossários, quer dizer, de pequenos cofres que continham os ossos dos mortos que, previamente, estiveram sepultados nas câmaras funerárias. Frequentemente está escrito sobre eles o nome do defunto, às vezes em grego, e às vezes em aramaico. No monte das Oliveiras se encontraram, entre outros, os de Jairo, Marta, Maria, Simão Bar Jona, Jesus, Salomé, Filon de Cirene.»

Desses descobrimentos podem tirar-se diversas conclusões, em função de três hipóteses:

a) *Se os ossários forem falsos*, é que foram fabricados numa época em que apresentavam interesse. Não podia tratar-se mas sim de atrair aos peregrinos, e isto nos daria a época mais longínqua, quer dizer, na metade do século IV quando muito, sob o reinado de Constantino. Agora bem, se se apresentava aos peregrinos um cofre de pedra que tivesse contido os ossos de Jesus, isso significaria que a lenda da ressurreição, com «desaparecimento» do cadáver e a pretendida tumba vazia, ainda não tinha sido elaborada. E isto confirmaria o valor da discussão entre o Juliano de Halicarnaso e Severo da Antioquia, bispos no ano 402. E também que nessa época se admitia que Simão-Pedro, o «*barjonna*», tinha morrido no ano 47 em Jerusalém, e não no 67 em Roma.

b) *Se os ossários forem autênticos, é mais grave ainda.* Isso significaria que Jesus morreu e foi inumado como todos os homens, que não houve ressurreição, volatização, nem transubstanciação de seu corpo carnal, dado que os ossos foram conservados, segundo o costume judaico, muito tempo depois de havê-los tirado da tumba inicial. A mesma observação é válida em relação ao cadáver de Simão-Pedro.

c) *O Jesus cujo ossário se encontrou não é Cristo.* Neste caso, de que Jesus se tratava? Como imaginar que todos os outros personagens pertencessem ao entorno, e inclusive à família, de Jesus oficial, e que mesclassem ali com eles a um Jesus estranho? Caso se tratasse de outro Jesus da mesma família, isso confirmaria a tese do irmão gêmeo, do *taoma*. E então não haveria nada já da concepção milagrosa do filho único de Deus por obra do Espírito Santo...

Conclusões todas elas, nas quais o padre Grollenberg não pensou quando revelou seu descobrimento.

23.- Aparições e Ascensão de Jesus

«Li, compreendi, rechacei.»

Juliano, imperador

É evidente que se, no ano 362, os cristãos ainda adoravam, perto de Sebasta, na Samaria, o corpo de Jesus, era que a crença em uma «Ascensão» corporal, em carne e osso, não tinha sido elaborada ainda. O que imaginavam facilmente era que seu espírito e sua alma, associados em uma forma evanescente, tinham subido ao Pleromio, para ocupar ali seu lugar à direita de Deus.

Esta opinião não excluía o culto que pudesse render-se aos restos corporais de Jesus, em uma tumba muito material. E a discussão de Juliano de Halicarnaso e de Severo da Antioquia, bispos dos mais regulares, demonstra-o de forma indiscutível.

Não foi até muito depois da profanação da tumba por ordem do imperador Juliano, e depois da destruição dos restos de Jesus, quando se elaborou a lenda da ascensão corporal, em carne e osso. Mas como então, não existiam os meios necessários, para poder sincronizar tudo cuidadosamente, as fortes contradições em que incorreram, opuseram definitivamente aos redatores anônimos.

Por exemplo, segundo Lucas, discípulo de Paulo, que redigiu o livro dos *Atos dos Apóstolos* (1, 1 a 11), Jesus permaneceu quarenta dias em companhia de seus discípulos, depois de seu desaparecimento do sepulcro. Essa larga permanência é incompatível com as aparições ou materializações que enumera Paulo em sua *Primeira Epístola aos Coríntios* (15, 3 a 11). Agora bem, as epístolas de Paulo são anteriores, evidentemente, à redação dos *Atos* por seu secretário, Lucas.

Por outra parte, o relato dos *atos* não concorda tampouco com o do evangelho redigido pelo mesmo Lucas (24, 50-53), que também lhe precede. Segundo Lucas, Jesus conduziu os onze discípulos à Betânia, perto de Jerusalém, no

mesmo dia de sua ressurreição, ou o mais tardar, no dia seguinte, ou ao outro, e os abandonou para subir aos céus.

Outros textos cristãos contradizem também a tese da prolongada permanência da qual falam os *Atos*. Assim, na *Epístola de Barnabé* (primeiro quarto do século II), a Ascensão seguiu imediatamente à Ressurreição. Julguem-no:

«Não são os *sabbats* atuais os que me agradam, a não ser aquele que fiz e no qual, pondo fim ao universo, inaugurarei o oitavo dia, quer dizer, outro mundo. Por isso celebramos com gozo o oitavo dia, em que Jesus ressuscitou, e em que, depois de haver-se manifestado, subiu aos céus...» (*Epístola de Barnabé*, 10, 8-9.)

No *Evangelho de Pedro*, o anjo diz à Maria Madalena e suas amigas, que acabavam de constatar que a pedra tinha sido deslocada e que a tumba estava vazia: «"Por que vieram? A quem procuram? Não será àquele que foi crucificado? Ressuscitou e se foi. Se não o creem, inclinem-se e vejam o lugar onde tinha sido depositado; não está, porque ressuscitou, e se foi ao lugar de onde tinha sido enviado..." Então as mulheres, assustadas, fugiram...» (*Evangelho de Pedro*, 56-57.)

Tertuliano, por sua parte, está em posse de uma tradição ainda diferente: «Depois de dois dias, ao terceiro, em que ressuscitou gloriosamente da terra, foi recebido no céu, de onde vinha...»

Outro texto, igualmente antigo, a *Epístola Apostolorum* (62, 51), faz coincidir, no mesmo dia, Ressurreição e Ascensão. Nesta epístola Jesus, depois de ter dado as últimas instruções aos seus, diz-lhes: «"Eis aqui que depois de três dias e três horas, Aquele que me enviou virá, para que vá com Ele..." E assim que pronunciou essas palavras, retumbou o trovão, a terra tremeu, e uma nuvem arrebatou ao Jesus...» (*Epístola dos Apóstolos*, 62, 51.)

Há um fato patente: no século II a Igreja não celebrava mais que a Páscoa e a Pentecostes, mas não a Ascensão. O que prova que, para o mundo cristão de então, Páscoa (a Ressurreição) coincidia com a Ascensão.

A finais do século IV, a igreja de Jerusalém celebra a Ascensão cinquenta dias depois da Páscoa, quer dizer, no dia de Pentecostes. E na mesma época, são Paulino só menciona como grandes festas cristãs Natal, a Epifania, Páscoa e Pentecostes. Portanto, a princípios do século V, e por conseguinte depois da discussão de Juliano do Halicarnaso e Severo da Antioquia, e depois da decisão brutal da Igreja de fazer destruir todo rastro de dita controvérsia, será quando João Crisóstomo (morto no ano 405), e Agostinho (morto no ano 430) poderão nos contribuir os rastros de uma Ascensão, festejada e celebrada quarenta dias depois da ressurreição de Páscoa, como na atualidade.

É uma lástima que Juliano, o Apóstata, mandasse destruir o cadáver de Jesus na Samaria, em agosto do ano 362, pois do contrário a Igreja não se atreveria a ir tão longe na construção do mito.

Encontramo-nos pois ante várias afirmações diferentes quanto à duração do período em que Jesus, ressuscitado, apareceu à seus discípulos e às mulheres que lhe seguiam:

- a) um dia, segundo Lucas em seu evangelho (24, 1 a 53);
- b) um dia, segundo Pedro (evangelho, 56-57);

- c) um dia, segundo Tertuliano (160-240);
- d) um dia, segundo a Epístola *Apostolorum* (62, 51);
- e) oito dias, segundo a Epístola de Barnabé (10, 8-9);
- f) quarenta dias, segundo Lucas em seus *Atos dos Apóstolos* (1, 3).

Em Mateus, o período em questão não está determinado, mas pode deduzir do lapso de tempo necessário para ir de Jerusalém à Galiléia, onde Jesus tinha dado entrevista à seus discípulos (28, 10). Isso representa, aproximadamente, 150 quilômetros pela via romana da época. Quer dizer, três dias de caminho. Mateus seria, pois, partidário de três dias. Marcos tende a dar o mesmo lapso de tempo que Lucas em seu evangelho, quer dizer, de um dia quando muito. João (20 e 21) tenderia a limitar o mesmo período a nove ou dez dias. De todas essas falaciosas contradições resulta, não obstante, que o tempo que se diz que Jesus apareceu de improviso à seus discípulos foi muito curto.

Todavia, ainda há outras mais surpreendentes ainda. Porque existem duas tradições referentes ao lugar em que se produziram tais aparições de Jesus.

As aparições na Galiléia correspondem na tradição comum à Mateus e ao Marcos (exceto a parte apócrifa, que todo mundo reconhece como tal, depois de 16, 8), ao apêndice de João, representado por todo seu capítulo 21, deste modo apócrifo, e ao *Evangelho de Pedro*.

As aparições na Judeia, por sua parte, correspondem ao Lucas, ao Marcos em seu final apócrifo (16, 9 a 20), e ao João, excetuando seu apêndice (21 completo).

Resulta que temos os testemunhos dos discípulos diretos de Jesus (Mateus, Marcos e João), e de um discípulo direto de Paulo, que é Lucas, e não estão de acordo, ao menos no caso dos três primeiros, no referente à província em que obtiveram essa confirmação pasmosa da ressurreição de seu mestre. Conviremos em que essa contradição é quando menos incompreensível. Porque, afinal de contas, se para voltar a lhe ver tiveram que percorrer no mínimo 150 quilômetros a pé para chegar até à Galiléia, esse fato não é para esquecer, nem para confundir com uma aparição sobre o terreno, na mesma Jerusalém...

Todas essas contradições foram a obra ulterior de escribas anônimos, empenhados em redigir uns textos que, necessariamente, deviam elaborar a lenda da ressurreição de Jesus e fazer esquecer que era o irmão gêmeo, o *taoma* (em hebreu: gêmeo) convertido em Tomás (apóstolo que jamais existiu sob dito nome, que não é hebreu), que tinha sido o comparsa, o «barão» deste engano. Coisa que vamos estudar agora.

Jesus tinha um irmão gêmeo. Encontramos o texto copto do século IV, o célebre *Evangelho de Bartolomeu*, no qual lhe saúda assim: «Saúdo a ti, meu gêmeo, segundo cristo...» E foi esse gêmeo o autor das pseudo aparições. Pior ainda, as pseudos e muito escassas «aparições» se revestiam de um surpreendente luxo de precauções. Assim, por exemplo, mandou dizer a seus discípulos que, para constatar seu triunfo, fizessem mais de cem quilômetros a pé, para ir até a Galiléia, onde se ignorava ainda sua morte nas mãos dos romanos, e assim lhe era possível manifestar-se sem correr o risco de ser detido de novo.

E esta ordem expressa de maneira bastante curiosa, pela boca de um dos

anjos que esperam, em seu lugar, no sepulcro, a chegada das mulheres:

«Ide, dizei a seus discípulos e a Pedro que vos precederá na Galiléia. Ali é onde o vereis, tal como vos disse...» (Marcos, 16,7.)

Ele vos precederá? De maneira que também ele fará o caminho a pé? Se ressuscitou; se está dotado, a partir daquele momento, de um corpo glorioso, o famoso «corpo da ressurreição» dos teólogos, vive já em outra dimensão, e então se desloca quase instantaneamente.

Por outro lado, ao abandonar o sepulcro, em Jerusalém, abandonou seu sudário e os tecidos que o completavam. De modo que Jesus está, então, completamente nu. E se expõe um problema importantíssimo, que jamais foi abordado, que nós sabemos, pela crítica liberal. Esse «corpo» novo, de três dimensões, que não é mais que a «espiritualização» do antigo, mas que, não obstante, permite-lhe comer, beber, respirar (coisa que um espectro não faria), esse «corpo» perfeito, como vai vestido? Era Jesus da sepultura totalmente nu, ou os dois anjos lhe levaram roupas conforme à lei judia? Deram-lhe um *cuffieh* para a cabeça; uma túnica de linho; um manto adornado em seus ângulos, com as borlas rituais; dois cinturões, um de couro e o outro de lã; e para os pés sandálias?

Ou devemos admitir que o «corpo glorioso» exteriorizava por si mesmo um «simulacro» de vestimenta destinado a velar o chamado «corpo glorioso»? Em caso afirmativo, esta explicação contradiz ao princípio de «restituição» do privilégio adâmico inicial, já que a Gênesis nos diz: «O homem e a mulher estavam nus, mas não sentiam vergonha alguma». (Gênesis, 2, 25.) E se o Cristo glorioso se achava na obrigação de vestir-se, era que ainda não tinha recuperado todos os privilégios do Adão.

Além disso, no exterior reveste outro aspecto, não lhe reconhecem. Assim, por exemplo, na horta, diante da tumba vazia, Maria Madalena o toma pelo hortelão (João, 20, 15). No caminho de Emaús aborda a dois de seus discípulos, fala com eles longo momento, enquanto caminha a seu lado, e estes tampouco lhe reconhecem. E não se dá a conhecer até que não se encontram no interior da casa. A razão de todas essas precauções é facilmente compreensível. O gêmeo, o misterioso *taoma*, parece-se com o Jesus, igual um gêmeo se parece com outro. Se se mostrasse a cara descoberta, ele, que sempre se manteve afastado, seria reconhecido, tanto entre os judeus como entre os legionários romanos, que o deteriam novamente, e então já não haveria possibilidade de nenhum «milagre». Quanto a apresentar-se como triunfador «póstumo» ante o Pilatos, Herodes ou Caifás, ainda menos! Por outra parte, nosso gêmeo circula disfarçado, e essa é a razão pela qual, no exterior, tanto na horta como no caminho, nem Maria Madalena nem os discípulos que se dirigiam à Emaús o reconheceram. Mas no interior era distinto, ali estava coberto.

Em relação a seus «desaparecimentos» repentinos, não é necessário para isso atravessar muralhas. O que colocam no vinho da taça comum, o «Bang», que utilizam frequentemente os narradores anônimos das *Mil e uma noites* para turvar e logo adormecer ao herói de seus contos, esse «Bang» é perfeitamente conhecido na Palestina e em todo o Oriente Médio, naquela época. E, na sua ausência, um *fakir*

poderia fazer uso de seu poder hipnótico, simplesmente. [33]

[33- O *banj*, o *baña*, está cheio de uma variedade de beleno chamada pelos árabes de «*sekamn*», quer dizer: a embriagadora. Cresce em todo o Egito e na península do Sinai. É a *Hyosciamus muticus*. Pode ser um alucinógeno ou um narcótico, segundo a dosagem.]

Mas, este papel é perigosíssimo. De modo que se abreviará a permanência do pseudo Jesus ressuscitado. E rapidamente, em poucos dias, nosso gêmeo organizará sua «ascensão», com a ajuda dos comparsas habituais: Pedro, Santiago e João. E os «quinhentos irmãos» cujo testemunho evoca Paulo (*Primeira Epístola aos Coríntios*, 15, 6) ficam deslumbrados, e com razão, posto que, uma vez mais, faz-se uso da pirotecnia da época. E assim nossos Evangelhos poderão afirmar que «uma nuvem o subtraiu a sua vista».

Mas o leitor se perguntará o que se fez daquele gêmeo depois da comédia da ressurreição. Pensamos que muito habilmente, e como já assinalamos anteriormente, utilizou-se uma estratagem para lhe fazer franquear as fronteiras da Palestina, sem correr o risco de que fosse detido. Efetivamente, no segundo fragmento do *Evangelho de Bartolomeu* se relata uma cena bastante estranha. Desenvolve-se depois da ressurreição de Jesus, e se diz que este vendeu Tomás a um mercador de escravos:

«*Kepha* (Pedro) disse ao mercador: "Este é nosso senhor, vêm falar com ele daquilo no que você consente".

»Então o mercador disse ao Jesus: "Saúde, homem poderoso e venerável, parece um homem importante e bem nascido".

»E o mercador olhou o rosto de Tomás. Encontrou-o mais amadurecido que Mateus. Disse: "Recebe o preço deste, e me dêem isso, Jesus lhe disse: "Dê-me tantas libras de ouro por ele". E o mercador consentiu. Disse ao Jesus: "Escreva-me a venda". Jesus escreveu: "Reconheço vender a meu homem..."»

O fragmento acaba aí. É evidente que não é Jesus ressuscitado quem vende Tomás, recebe em troca «x» libras de ouro e redige a ata de venda. Mas é muito possível que fosse Simão-Pedro, com o assentimento do misterioso *taoma*. Porque os escravos não tinham existência legal. Não eram mais que bens próprios, ao mesmo título que animais domésticos, ganhos, aves de curral, etc. O mercador, ou o amo, ao passar a fronteira, declarariam só tantos escravos varões e tantas escravas fêmeas, e pagariam o pedágio proporcional a essa verdadeira fortuna vivente e móvel, sem mais. Mas esses seres não possuíam já nenhuma identidade civil. Como Nero não tinha abolido ainda os cruéis costumes antigos, o mercados ou o amo tinham direito de vida e morte sobre seus escravos; e se estavam doentes os podiam abandonar a beira do caminho, ou jogá-los fora da cidade. Mas, em troca disto, o *taoma* poderá passar tranquilamente as fronteiras das tetrarquias, sem tropeços, e sem nada a temer. Depois, se tinham valor para isso (e aos zelotes era algo que não lhes faltava), escapariam, apesar dos terríveis castigos reservados aos escravos fugitivos e capturados. E ainda ficaria outra possibilidade: a de que um judeu de sua seita o comprasse, por sua vez, em seu lugar do destino, se a comunidade zelote dali tinha podido ser acautelada. E isso não era em modo algum impossível.

Observaremos, por certo, que a substituição do misterioso gêmeo permitia obter «aparições» de um Jesus de três dimensões, que comia e bebia (e com razão), coisa que, efetivamente, um fantasma não poderia realizar. Porque o fato de comer e deglutir subentendem a existência de órgãos de digestão, e estes implicam órgãos de evacuação.

Pois bem, depois da suposta «ascensão» de Jesus ao céu, já não há mais aparições, ou, melhor dizendo, «materializações» em três dimensões. Uma vez desaparecido o *taoma* misterioso, cessam os prodígios desse tipo. Quando Saulo, no caminho à Damasco, pretende ter ouvido a voz de Jesus, que saía de uma grande luz, não há nenhuma materialização em três dimensões. E na continuação da história do cristianismo, as muito escassas aparições de Jesus à enlevados ou à místicos em transe sempre são subjetivas. Às vezes têm lugar em sonhos. Nunca mais se verá aparecer ao Jesus, sentar-se a uma mesa, comer e beber, fazer tocar suas mãos e seus pés. E é fácil compreender por que. [34]

[34- Não ignoramos que o papa Pio XII, que tinha visto já renovar-se, *para ele sozinho*, o milagre de Fátima, quer dizer, o sol girando em redemoinhos no céu (!?), afirmou que, quando estava doente, Jesus lhe tinha aparecido à cabeceira de sua cama, para cuidá-lo e lhe ensinar. Coisa que o cardeal Tisserand, advertido do prodígio, tinha confirmado, zombador: «Por que não? São coisas de sua idade!»]

Sem dúvida, os ritos e o culto cristão durante tantos séculos constituíram uma forma-pensamento, um egrégora, que pouco a pouco revestiu o tamanho, o rosto, a juventude de Jesus ideal, imaginado pelas multidões crentes. E esse Jesus *egregórico* não se parece em nada ao Jesus histórico analisado nesta obra, isso é bem evidente. Pode inclusive ser visto por alguns enlevados dotados de clarividência. Como forma-pensamento, poderoso aglomerado psico-magnético como todas as egrégoras, pode reagir e manifestar-se. A metapsíquica possui neste campo uma experiência e umas constatações já tão antigas como inexplicáveis.

Todavia, tais manifestações, que pertencem a uma «dimensão» muito mal conhecida de nosso universo, não procedem absolutamente das realidades contingentes. E quando lemos, da pluma de Louis-Claude de Saint-Martin, que os Rosa-cruzes, último grau dos *Escolhidos-cobén*, evocavam no curso de cerimônias mágico-teúrgicas àquele a quem denominavam o «Reparador», o sentido comum se revolta. Porque se Jesus for realmente o Logos Criador, se for o Filho do Altíssimo, como imaginar que obedeça a encantamentos, a chamadas e a fumigações, e que observe docilmente todo o sagrado dos círculos evocatórios?

Pelo contrário, se não existe nessa outra misteriosa «dimensão» a não ser um simples egrégora, alguma forma-pensamento lentamente constituída no curso dos séculos pela piedade de milhões de crentes, então a realização de tais fenômenos ocultos é muito possível, porque o que os discípulos do Martínez de Pasqually acreditavam materializar e fazer atuar no curso de suas evocações não era outra coisa que isso. Magnetizada pelas técnicas rituais da teurgia *martinezista*, a forma-pensamento se fada perceptível aos operadores, quanto mais nos últimos graus dos *Escolhidos-cobén* as fumigações rituais se completavam com potentes alucinógenos, como *datura*, a *dormideira* negra e a *dormideira* branca. O manuscrito da *Instrução secreta*

dos Rosa-cruzes está aí para prová-lo.

Por último, e no que concerne a pseudo ascensão de Jesus, as múltiplas contradições dos Evangelhos canônicos lhe retiram toda plausibilidade. Julguem-no:

1. Para o Mateus (28, 16-20), Jesus deixa a seus discípulos na Galiléia, na montanha. E não se fala de nenhuma ascensão.

2. Para o Marcos (16, 6-20), trata-se de uma entrevista na Galiléia, e há uma ascensão, mas não nos diz onde.

3. Para o Lucas (24, 50-53), há uma ascensão, mas desta vez tem lugar na Betânia (Judeia), perto de Jerusalém.

4. Para o João (21, 1-25), Jesus deixa a seus discípulos na Galiléia, mas não na montanha, a não ser ao descer da barca de pesca de Simão-Pedro, à beira do mar do Tiberíades, e não se fala de nenhuma ascensão.

Pois bem, entre a ascensão na Betânia e a ascensão no Tiberíades ou na montanha (da Gamala), há 110 quilômetros a vôo de pássaro, e 150 por rodovia. Como imaginar que os apóstolos não pudessem lembrar do lugar exato onde se separou deles Jesus, depois de semelhante caminhada a pé? Como imaginar que dois dos quatro evangelistas esquecessem tal prodígio: a ascensão de Jesus pelos ares, diante deles?

Portanto, os fatos não deveriam produzir-se como nos conta, de forma tão contraditória e incoerente. Se ainda o duvidássemos, bastaria revisar um versículo de Mateus que sonha algo estranho: «Os onze discípulos foram à Galiléia, ao monte que Jesus lhes tinha indicado, e, lhe vendo, prostraram-se, embora alguns vacilaram. E, aproximando-se Jesus, disse-lhes...» (Mateus, 28, 16-17.)

E o relato acaba com a promessa que lhes faz: «Eu estarei com vós sempre, até a consumação do mundo...»

Assim, ao lhe ver plena luz, no topo da montanha, por respeito para seu rei legítimo se prosternam. Mas, não obstante, olham-lhe muito discretamente, e o que vêem lhes inspira dúvidas. Não é exatamente o Jesus habitual, há diferenças; a maquiagem das pseudo chagas não é perfeita; alguns estigmas da paixão estão ausentes; ou possivelmente o gêmeo não é um sócio exato. Desde onde essa dúvida discreta, essa reticência cortês, mas significativa.

24.- A Redenção

«Eu quero piedade, e não sacrifícios, e o conhecimento de Deus, mais que holocaustos, disse o Eterno...»

Oséias, 6, 6

Victor Hugo expôs bastante bem o problema: «A Redenção é Deus-Justo fazendo sofrer o Deus-Inocente para desagrar ao Deus-Bom...»

Algo assim como se um professor indulgente, farto de castigar alunos insolentes e bagunceiros; desconsolado por essa causa; um bom dia administrasse

diante deles uma correção magistral ao único aluno respeitoso e dócil, a fim de poder levantar, continuando, todos os castigos aos alunos maus, hilariantes ante dito espetáculo.

Mas, arguirá o leitor crente, é Deus mesmo quem, em seu amor infinito, substitui ao homem, sacrifica-se e sofre em seu lugar. Está bem, admitamo-lo. Então será a si mesmo a quem o bondoso professor administrará a correção, ante os olhos e o enorme regozijo dos maus alunos, que estarão rolando de tanto dar risadas.

Expor este problema significa já por si só assinalar suas inverossimilhanças.

A noção da queda das almas e de sua elevação para a Primeira Fonte era ignorada pelo judaísmo clássico, e em especial pelos saduceus. Esta noção era própria da *gnosis* alexandrina, e parece que depois se filtrou aos essênios.

A elevação para o Pleromio, através das esferas e apesar dos arcontes dependia de um ritual de forma teúrgica e de uma ascese. E era obra da alma mesma, ajudada pelo corpo, certo, mas de fato só dela. Em nenhum caso um sacrifício humano sangrento podia liberar a comunidade humana em sua totalidade. Seria indigno do Deus Supremo exigir um ato assim tão bárbaro, e seria injusto em grau extremo liberar àqueles que não tinham feito nada por isso, e, o que era pior, que não lhes importava tampouco o mínimo.

Os profetas de Israel tinham expresso com bastante clareza esta noção. Julguem-no:

Vejamos primeiro um fragmento do Deuteronômio, resultante das ordens dadas por Deus mesmo ao Moisés, no cume do Sinai, segundo a tradição do Antigo Testamento. Parece-nos extravagante negar-lhe uma importância capital. Entre Deus falando, segundo nos diz, ao Moisés, e as extrapolações de Paulo em suas epístolas, há uma considerável margem. Vejamos essa passagem:

«Os pais não morrerão por causa dos filhos, nem os filhos morrerão por causa dos pais: cada um morrerá só por seu próprio pecado...» (Deuteronômio, 24, 16.)

Vejamos agora o que diz Jeremias:

«Naqueles dias não se dirá já: "Os pais comeram uva azeda e por isso os dentes dos filhos ficaram botos". Porque, certamente, cada um morrerá por sua iniquidade. Aquele que tenha comido a uva azeda será o que terá dentes botos...» (Jeremias, 31, 29-30.)

«Senhor! Grande em conselho e poderoso em obras, cujos olhos estão abertos sobre todos os caminhos dos mortais, para dar a cada um segundo sua conduta e segundo o mérito de suas ações...» (Jeremias, 32, 19.)

Vejamos agora Ezequiel:

«A palavra de Yavé foi dirigida nestes termos: "O que têm os que vão repetindo pelo país de Israel esta sentença mordaz: 'Os pais comeram uva azeda e por isso os filhos têm botos?' [...] Não se deve encontrar nenhum mais entre vocês, em Israel, que repita esse provérbio.

»[...] Morrerá a pessoa que peca, e só ela. Um filho não deve pagar nada da iniquidade de seu pai, nem um pai pagará nada da iniquidade de seu filho. Sobre o

justo estará sua justiça, e sobre o malvado, sua maldade.

»E o próprio malvado, se se emenda, observa minhas leis e pratica a justiça e o direito, permanecerá com vida, não morrerá. [...] Se o justo descuidar a justiça e obra a iniquidade, imitando todas as abominações que comete o ímpio, viverá? Todas as obras justas que realizou serão esquecidas; morrerá pela infidelidade e por seus pecados. [...]

»Por isso julgarei a cada um de vós segundo sua própria conduta...» (Ezequiel, 18, 1-3, 20-22, 24,30.)

Quanto ao Novo Testamento, observaremos que a própria patrologia o confessa: o pecado original, que não se acha em *Símbolo chamado dos Apóstolos*, tão suspeito também de inautenticidade, não foi ensinado pelos padres a não ser pessoalmente, e não em seus escritos. Por muito que o busquemos nos Evangelhos, não o encontraremos. Jesus veio exclusivamente para salvar aos homens de seus próprios pecados, e estes devem redimir só estes últimos. A única passagem que Santo Agostinho encontra em todos os Evangelhos que possa lhe servir para citá-lo em apoio de sua opinião pessoal sobre o tema (cf. *Contra Julianum*) é um versículo de Lucas, do mais equívoco e ambíguo:

«O filho do homem veio para procurar e salvar aos que estavam perdidos...» (Lucas, 19, 10.)

Não nos precisa o motivo de dita perdição, nem sua natureza: individual ou coletiva.

Pois bem, o que ignoramos com muita frequência é que o próprio Jesus jamais pretendeu o contrário. Jamais se apresentou como objeto de um holocausto expiatório *stricto sensu*. Jamais declarou que sua morte dolorosa teria como efeito liberar as almas das garras do demônio. Que o leitor se tome a moléstia de reler atentamente todas as palavras que põem na boca de Jesus os anônimos redatores do século IV, e poderá constatar este fato de maneira absoluta.

Indubitavelmente, em várias ocasiões faz alusão a uma morte próxima, de forma violenta, e dolorosa em grau supremo. Parece que obteve confirmação dela depois da evocação do Tabor, em que Moisés e Elias lhe revelaram seu próximo fim. Mas, o que havia nisso de estranho? Tinha herdado a responsabilidade do movimento zelote, tinha-o conduzido, governado, e, por esse fato, era procurado pelos romanos por rebelião a mão armada (a ordem que deu aos discípulos de vender, se fosse necessário, parte de suas roupas para procurar-se espadas, em Lucas, 22, 37 e 49, é uma prova).

Por conseguinte, não cabia dúvida sobre qual ia ser sua sorte. Como todos os outros chefes zelotes anteriores capturados por Roma — seu avô Ezequías, seu pai Judas da Gamala —, o que lhe esperava era a crucificação, com a flagelação preliminar, tal como estava prescrito pela lei romana.

Todavia, Jesus não associaria jamais esse fim à noção de sacrifício liberador da raça humana. E menos ainda dado que era racista totalmente, e se interessava única e exclusivamente pelos filhos de Israel, e nada mais. Ao longo das Escrituras suas próprias palavras são suficientemente explícitas (já as citamos, e não voltaremos a repetir).

E foi no mínimo quinze anos depois de sua execução quando um homem, que jamais o tinha conhecido em vida, um homem chamado Saulo, e mais tarde Paulo, imaginaria a associação simbólica de tal morte como a das vítimas animais sacrificadas cada dia no altar do Templo de Jerusalém.

Sem dúvida nos apresentará, como objeção, as palavras que pronunciou durante a Ceia: «que não comer de minha carne e beber de meu sangue, não terá a vida eterna...» Mas esta frase está tirada de uma liturgia que, na época de Jesus, remontava-se já a quatorze séculos atrás. É a dos fiéis de Mithra: «Quem não comer de minha carne e beber de meu sangue, não viverá...»

Esta constatação enfureceria ao Tertuliano, no século III, e para sair gracioso, o célebre fanático, afirmaria que isso era um estratagema do Diabo, que, havendo-se informado por sua presciência dos futuros detalhes da Ceia, apressou-se a estabelecer, muito tempo antes, uma imitação dessas palavras. Lamentável explicação.

O que é certo é que a Ceia primitiva não se pareceu em nada a uma missa de hoje, nem em sua forma nem em seu espírito. E o que é provável é que fossem os escribas anônimos do século IV que introduziram a frase tirada da liturgia de Mithra; justamente numa época em que este culto tinha ficado definitivamente proscrito, sob pena de morte; numa época em que o povo fanático e ignorante, seguro de sua impunidade, e se fosse necessário animado pelos poderes públicos, saqueava e enchia de lixos os santuários de Mithra, quando não acrescentava também os cadáveres dos sacerdotes de Mithra grosseiramente assassinados, para profaná-los melhor. Os descobrimentos das escavações estão aí, para prová-lo. Terá que recordar o linchamento da pitagórica Hypathia, no ano 415, em Alexandria?

Assim pois, a noção de um Jesus acalmando com seus sofrimentos, livremente aceitos, a cólera de seu Pai celestial (quer dizer, de si mesmo, já que lhe é consubstancial e coeterno), apareceu com o tempo, e se impôs graças a este último, como um fato consumado, apesar de seu caráter totalmente irracional, e teologicamente insustentável.

Está, além disso, desprovida de toda lógica, em contradição com as Escrituras do Novo Testamento, que nos afirmam que liberou, de uma só vez, a totalidade das almas passadas, presentes e futuras. Por outra parte, cada uma dessas almas deve ganhar, ela mesma, sua própria salvação individual, se não quiser condenar-se. Algo assim como, se um regimento amotinado, obtivesse uma anistia geral, mas que ao mesmo tempo todos e cada um de quão soldados o constituía tivessem que comparecer diante do conselho de guerra para ser ali novamente julgados individualmente.

Vemos até que ponto a *gnosis*, operativa e ascética, das antigas escolas alexandrinas estava afastada dessa noção de uma única e exclusiva vítima expiatória, própria do cristianismo ordinário, ao condicionar a salvação da alma ao acesso progressivo às esferas superiores, tanto por meio da teurgia como da ascese, esta última, ao mesmo tempo, física e moral, sem omitir a união desta alma com um *daimon parearos*, quer dizer, com uma faísca divina individualizada. Porque:

«Se você for feito de Vida e de Luz, e sabe, voltará um dia à Vida e à Luz...»,

diz-nos Hermes Trismegisto.

Fica a noção de um pseudo «filho» da Divindade, uma espécie de segundo deus, que teria recebido desta o governo geral da Criação, depois de ter sido seu Autor direto. O que dá a entender que o Deus Supremo não pode fazer tudo por si mesmo, que necessita um colaborador.

Agora bem, parece-nos muito difícil apresentar-se como o salvador de Israel, anunciado pelos últimos profetas manifestados, identificando-se com o Deus Supremo, com o Eterno ao que todos invocam.

Porque os diversos salvadores e liberadores do povo eleito tiveram cada um deles seu anunciador, e não houve um só salvador de Israel, a não ser muitos, de Moisés à Zorobabel, passando por Josué, David, etc. Assim, pelo fato de que as sagradas escrituras mencionem periodicamente a vinda de um desses liberadores, não terá que imaginar que o último seja necessariamente um avatar da Divindade Suprema. No espírito dos profetas, esses salvadores não são mais que homens predestinados, e nada mais.

Terá que admitir que Jesus foi um deles? Impossível, posto que não liberou Israel da tirania romana nem dos reizes idumeus; mas bem ao contrário, sua vinda coincidiu com a desagregação progressiva, que acabou pela dispersão geral, depois da destruição de Jerusalém.

Por outro lado, parece-nos impensável o fato de apelar sem cessar ao Antigo Testamento e a seus profetas quando, por pretender reiteradamente sua própria divinização, converte-se de modo permanente em sua desmentida. Porque, sem a garantia do Antigo Testamento, como justificar o Novo Testamento?

Pois bem, o evangelho atribuído ao João, e que é em realidade uma ensambladura de textos cristãos-gnósticos, que eram, por sua vez, maus plágios do *Corpus Hermeticum*, esse evangelho nos afirma isto:

«Ao Princípio era o Verbo, e o Verbo estava em Deus, e o Verbo era deus...» (João, 1, 1.)

Observamos que o texto grego original estabelece uma diferença entre «o Deus» (subentende-se «supremo»), e «um deus», qualificativo que mostra assim o caráter inferior e subordinado do segundo. Nas línguas vulgares modernas não se pode plasmar essa diferença a não ser mediante o uso de uma maiúscula e de uma minúscula.

Seja como for, dado que os cristãos pretendem justificar sua religião pelo fato de que esta constituiria a realização do Antigo Testamento, vejamos uns textos que o desmentem categoricamente, com antecipação:

«Saibam que sou Eu quem sou Deus, e que fora de mim não há outro Deus...» (Deuteronômio, 32, 39.)

«Antes de Mim não foi feito nenhum Deus, e depois de Mim não haverá nenhum outro...» (Isaías, 43, 10.)

«Eu, Eu sou Yavé, fora de mim não existe nenhum salvador...» (Isaías, 43, 11.)

«Eu sou, eu mesmo sou quem apago suas culpas, por amor de mim, e então não me lembrarei mais de seus pecados...» (Isaías, 43, 25.)

«Assim diz Yavé, seu redentor...» (Isaiás, 43, 14.)

«Nosso redentor, que se chama Yavé dos Exércitos...» (Isaiás, 47, 4.)

«Então todos saberão que Eu sou Yavé, seu salvador, e seu redentor, o Forte de Jacob.» (Isaiás, 49, 26.)

Sublinhamos ao princípio deste capítulo o caráter totalmente irracional desta «redenção», tal como nos apresentam, para quaisquer pessoas sensatas.

Acabamos de demonstrar que, apesar das numerosas afirmações cheias de audácia, nem sequer se adequava ao Antigo Testamento.

Se acrescentarmos a isto o pouco caso que Jesus e os seus faziam das prescrições rituais, essa diferença se agrava ainda mais, e nos parece mais presunçoso ainda afirmar que o Novo Testamento não é mais que a realização do Antigo.

25.- A execução de Judas

«Não terá que fazer sofrer aos invejosos ou aos que assim nos parecem. Há um certo tipo de desespero que se manifesta em uma forma da inveja e que merece piedade...»

Maurice Magre, *L'Amour et la Haine*

Nos diferentes versículos dos Evangelhos nos quais se menciona ao Judas Iscariote, chamam-lhe filho de Simão. Esse Simão tem, às vezes, seu nome completado com um apelido; chamam-lhe o Cananeu, ou o Cananita, por ser de Canaã. Mas em hebreu *Kana* significa zelo, fanatismo, intransigência. Também chamam-lhe o zelote. E em grego *violos* significa deste modo ciumento, fanático. Também chamam-lhe Iscariote, como a seu filho. E a versão bíblica católica do Lemaistre de Sacy, em seu índice onomástico, precisa-nos que tal termo significa «criminoso» em hebreu. Assim pois, isso define: Simão, o pai de Judas Iscariote, é um sicário, um desses terroristas do integrismo judeu da época, e sobre os quais Flavio Josefo nos proporciona numerosos detalhes em suas *Guerras da Judeia* e em suas *Antiquidades judaicas*.

Mas esse Simão é o mesmo que o Simão *Kepha*, quer dizer, Simão-Pedro, dos Evangelhos? Quase com certeza, sim. Há uma relação evidente entre o apelido da *Kepha* e o caráter desumano próprio do sicário, porque *kepha* significa «ponta de rocha», agulha de pedra, em hebreu. É esse o termo utilizado por Jeremias (4, 29):

«Sobem sobre as rochas», e por Job (30, 6): «Vivem nas covas da terra e nas pontas das rochas...»

Mas há uma passagem do Evangelho de João que o precisa de forma ainda mais categórica:

«E disse Jesus aos Doze: "Quereis vós outros também retirar-vos?" Respondeu-lhe Simão-Pedro: "Senhor, para quem havemos nós de ir? Tu tens palavras da vida eterna, e nós acreditamos e sabemos que tu és o Ungido, o santo

de Deus". Respondeu-lhes Jesus: "Não é assim que eu vos escolhi em número de doze? E um de vós é um Diabo!" Falava de Judas Iscariote, filho de Simão, porque era ele, um dos Doze, quem tinha que lhe entregar...» (João, 6, 68-72.)

Nesses versículos se fala de Simão-Pedro, e quando se precisa quem é o pai de Judas, lhe apresenta como tal, não se trata de nenhum outro Simão. O Cananeu, o zelote, o Iscariote, sempre é o mesmo. O que confirma que não houve doze discípulos no estado maior messianista, a não ser só oito, ou, possivelmente, inclusive sete, nada mais. Mas voltemos para o Judas.

Lemos o seguinte em Mateus, e unicamente em seu evangelho:

«Vendo então Judas, que lhe tinha entregue, como era condenado, arrependeu-se e devolveu as trinta moedas de prata aos príncipes dos sacerdotes e aos anciões, dizendo: "Pequei, entregando o sangue inocente". Disseram eles: "A nós que se nos dá? Viras tu lá o que fazias". E arrojando as moedas de prata no Templo, retirou-se e foi se enforcar...» (Mateus, 27, 3-5.)

Em *Atos* encontram outros detalhes, mas estes muito mais curiosos:

«...a respeito de Judas, que foi guia dos que prenderam Jesus, e era contado entre nós, tendo tido parte neste ministério. Este, pois, adquiriu um campo com o salário de sua iniquidade, e depois de se pendurar, arrebentou pelo meio e todas as suas vísceras se derramaram...» (*Atos*, 1,16-18.)

Em primeiro lugar observaremos que, em Mateus (27, 7), tinha nos precisado que, com as trinta moedas de prata jogadas pelo Judas no Templo, os sacerdotes tinham comprado um campo de um oleiro. Em *Atos* tinha-o comprado o próprio Judas, que logo morreu de um acidente, no curso do qual suas vísceras se esparramaram.

Mas, como ficamos? Enforcou-se, ou morreu acidentalmente? Vamos responder a isto: nem um, nem outro. Judas foi executado como traidor, segundo um ritual perfeitamente judaico, embora muito particular. Tinha traído à causa sagrada do messianismo, tinha entregue à mãos dos romanos ao rei de Israel, ao Filho de David, ao Ungido, tinha guiado àqueles até o refúgio secreto do monte das Oliveiras, o lugar onde se encontrava a prensa de azeite que lhe tinha dado nome: Getsêmani. Ele fora o causador da derrota final, do fracasso de tudo o que se preparou; julgue-se:

Em João lemos isto, que é muito claro:

«Judas, que tinha que lhe trair, conhecia também o sítio, porque Jesus e seus discípulos frequentemente se reuniam ali.» (João, 18, 2.)

De modo que, quando Jesus, apesar de seu cansaço, abandonava pelas noites Jerusalém para, nos primeiros tempos, ir dormir em Betânia, na casa de Simão, o Leproso, na morada de Lázaro, [35] da Marta e da Maria, Getsêmani é o lugar secreto de reunião. Mais adiante, quando Betânia era conhecida e já não podia sair para dormir fora de Jerusalém, sob risco de ser capturado de noite, será no Getsêmani aonde Jesus irá dormir. Até o dia em que Judas revelará esse esconderijo. Continuemos:

[35- Os escribas do século IV omitem nos dizer, sem embargo, porque Jesus conseguiu ressuscitar a Lázaro, e em troca deixou que Simão, seu pai, continuasse

corroído pela lepra.]

«Judas, pois, encabeçando a coorte, e os oficiais enviados pelos supremos sacerdotes e pelos fariseus, veio ali com lanternas, tochas e armas...» (João, 18, 3.)

«A coorte, pois, o tribuno e os oficiais dos judeus prenderam então ao Jesus e lhe ataram...» (João, 18, 12.)

Sem dúvida o texto grego inicial emprega a palavra grega *quiliarca* (*chiliarcos*), e os historiadores oficiais, por prudência, quiseram fazer dele um oficial ajudante, ao mando de um pequeno destacamento. Mas um quiliarca mandava em mil homens, um «milhar», e por isso, para obter uma correspondência hierárquica exata, foi pelo que são Jerônimo, em seu *Vulgata*, traduziu muito correta e inteligentemente *quiliarca* por *tribuno*.

À esses seis centúrias de veteranos, ao mando de um tribuno com classe de cônsul, o Sanedrim, para demonstrar sua «colaboração» leal, não podia por menos que enviar um reforço de uns duzentos soldados do Templo. A proporção nos parece correta. Esta tropa do Templo tinha seu arsenal no recinto de este. Ali estavam depositadas as armas de guerra propriamente ditas: arcos, flechas, dardos, lanças, escudos. Para a simples vigilância do Templo e de suas naves e recintos, os elementos em serviço dispunham de uma espada e de um pau, a terrível clava de todo o Oriente Médio.

Mas o fato de mencionar (João, 18, 3) que essa tropa foi ali com armas escapou com toda sua importância ao escriba oficial do século IV. Porque essa precaução que ele revela, apesar dele, demonstra claramente que a pretendida «detenção» não foi nem mais nem menos que uma verdadeira expedição. O tribuno das coortes, magistrado militar com classe de cônsul, não se desloca com uma decúria por escolta. E não vai efetuar uma simples detenção em companhia de um grupinho de cabos de varas. Isso teria sido, algo assim, como se o delegado geral de polícia, fosse deter em pessoa a um delinquente comum em um pequeno carro patrulha.

Portanto, foi para guiar aos romanos, e só a eles, para o que Judas ficou o cabeça do pequeno exército de 800 homens que se dispõe, de noite, a rodear o monte das Oliveiras. E esse será seu crime, inexplicável aos olhos de todos outros: ter entregue ao rei legítimo de Israel, ao Ungido, ao Filho de David, não a uma seita rival como era o judaísmo oficial, a não ser aos romanos, aos aborrecidos ocupantes. Voltemos para texto de João:

«Os judeus lhe buscavam durante a Festa (dos Tabernáculos) e diziam: "Onde está?" E havia entre a multidão grande murmúrio a respeito dele. Uns diziam: "É homem de bem". Mas outros diziam: "Não, engana ao povo". Entretanto, ninguém falava livremente dele, por temor aos judeus.» (João, 7, 11-13.)

O que significa isso? Nada sério.

Mas se substituirmos «os judeus» por «os romanos» tudo está muito claro. E se compreende por que Judas ficará à cabeça da coorte para lhes mostrar por aquele fim ao que procuram há tanto tempo: ao Jesus, chefe da Revolução judia do ano 33...

Porque é evidente que os judeus, por sua parte, conheciam perfeitamente ao

Jesus. Ele mesmo o proclama: «Todos os dias me sentava no Templo para ensinar, e não me prenderam...» (Mateus, 26, 55.) Se assim era, de onde íamos tirar que o andavam procurando?

Mas os romanos, em troca, não lhe conheciam. Ao manter-se além da vida judia, não podiam, em sua qualidade de gentis, penetrar mais à frente do recinto reservado a estes no Templo. Não podiam ter acesso à nave em que, cada dia, os judeus podiam escutar ao Jesus pregando a restauração do Reino de Deus, esse reino no qual, segundo a doutrina de seu pai. Judas da Gamala, não haveria, mas um só amo, um só rei, o deus de Israel, Yavé. E essa doutrina pregava-a também ele, por sua vez: «...um só é vosso mestre, e todos vós sois irmãos...» (Mateus, 23, 8,)

É muito provável que, ao abandonar o Templo, de noite, fizesse-o misturado com a multidão que descia das cinco naves sobrepostas, e, por prudência, rodeado pelos seus, por sua guarda, como sempre. Possivelmente levava inclusive uma dessas máscaras de gesso, pintadas e com postigos, das que nos fala Luciano da Samóstata, e que utilizará seu irmão gêmeo. A exiguidade de sua estatura lhe ajuda a passar ainda mais desapercibido, e assim os legionários romanos estarão muito tempo sem poder identificá-lo. Será necessária, por último, a traição de seu sobrinho, Judas Iscariote, para apontá-lo formalmente, nas Oliveiras, ao tribuno e à coorte de veteranos que tinham rodeado o monte.

Porque unicamente os sentinelas que, do alto da cidadela Antonia, vigiavam de longe o Templo, estavam em condições de observar, desde fazia longo tempo, agrupamentos consideráveis e suspeitos na nave dos homens. «Revolta ao povo...», reprovar-lhe-iam os sanedritas (Lucas, 23, 5 e 14). Mas, por ordem de Roma, Pilatos não poderia enviar ali a ninguém, porque a qualquer espião não judeu teria dado morte a tropa do Templo, sem que Roma pudesse fazer nada por evitá-lo.

De todo modo, foi por isso que Judas Iscariote, para dá-lo por fim a conhecer os romanos, ficou o cabeça da coorte, possivelmente levando ele mesmo pelas rédeas o cavalo do tribuno.

E esta traição os sicários não a perdoariam.

Afirmar que Judas foi executado pelos discípulos não deixará de suscitar numerosos protestos. Como supor que esses homens cabeludos e barbudos, andrajosos e iluminados, todo doçura e perdão, erigissem-se em justiceiros? É que a imprensa, o cinema, a rádio, a televisão, acostumaram a um modelo especial de «cristão». E esse «modelo» não concorda com a verdade histórica.

Como fazer coincidir a esse tipo de iluminado inofensivo com o do sicário descrito por Flavio Josefo? A resposta é muito simples. Basta recordar essa hipocrisia pasmosa, com a que nos tenta fazer acreditar, que foi o Espírito Santo quem cegou ao Elymasbar-Jesus no Pafos, e não Paulo e seus companheiros; que foi o Espírito Santo quem matou ao Ananias e a sua esposa Safira, em Jerusalém, e não Simão-Pedro e seus jovens; que foi o Espírito Santo quem paralisou à filha de Simão, pedida em matrimônio por um nobre romano, e não o próprio Simão; que foi o Espírito Santo quem acendeu Roma, como fora anunciado no *Apocalipse* (e demorava um pouco!); e que também foi, uma vez mais, o Espírito Santo quem

acendeu Bizancio na noite em que João Crisóstomo, exilado por ordem da imperatriz Eudoxia, abandonou, louco de cólera, dita cidade. [36]

[36-No ano 404.]

E, não obstante. Judas foi executado e não se suicidou. Vamos agora proporcionar as provas:

Sabemos que os membros das corporações judaicas, tanto entalhadores de pedra como carpinteiros, [37] não frequentavam as sinagogas ordinárias: possuíam as suas próprias (cf. Gérard Nahon: *Les hébreux*). Isso indica que possuíam tradições possivelmente particulares, ou ao menos em alguns campos.

[37- Porque era uma só corporação.]

Possivelmente Simão levava o apelido de «pedra» (muito antes da volta de Jesus, como já vimos) porque tinha trabalhado em pedreiras perto de Cafarnaum, onde se encontrava sua casa. (Marcos, 1, 29.)

Essas tradições corporativas foram passando, sem que se suspeitasse sua importância, pelas corporações romanas e depois cristãs, até desembocar, frequentemente deformadas e degeneradas, à maçonaria especulativa medieval. No século XVII, em Grã-Bretanha, esta última deu nascimento a Franco-maçonaria especulativa moderna.

E vamos descobrir, no seio de suas tradições mais secretas, um tipo de execução do traidor que vai nos levar novamente até o Judas.

Com efeito, Simão tinha sua moradia familiar em Cafarnaum, à entrada do vale de Genezaret (Marcos, 1, 21 e 29). Mas mais ao sul, entre o Tiberíades e Séforis, existem vários quilômetros de cavernas que foram exploradas como pedreiras. Na época de Jesus, os proscritos, os rebeldes, os malfeitores e os canaítas ou zelotes, encontravam ali um refúgio seguro contra a polícia de Herodes ou a romana. Alguns conseguiam cair no esquecimento. E o rabino Simão-bar-Jokai, de quem a tradição diz que foi quem ditou o *Zohar* a seus discípulos, viveu ali durante dezesseis anos. Simão, chamado «a pedra», ao habitar nessa região onde as pedreiras tinham tanta importância, possivelmente devia a elas seu apelido, ou possivelmente, inclusive, era também «Simão, o Trabalhador de pedreira».

Em 1746, Carlos Eduardo Stuart, pretendente ao trono da Inglaterra, filho do Jaime Stuart e neto do Jaime II, foi vencido em Culloden (Escócia) pelo duque de Cumberland, terceiro filho de Jorge II, e príncipe da casa de Orange. Os historiadores descreveram, abundantemente, as atrocidades das tropas inglesas para com as tropas escocesas, e o duque de Cumberland entrou na História com as mãos mais ensanguentadas que um açougueiro de baixos instintos.

Os chefes da tentativa jacobita compareceram ante a Câmara dos Pares. Os mais importantes, Kilmarnock e Balmerino, foram castigados mais severamente. A sentença habitual que se aplicava aos traidores, aos desleais, aos rebeldes, dizia:

«Serão pendurados pelo pescoço, mas não até que lhes sobrevenha a morte, porque deverão ser abertos vivos. Suas vísceras serão arrancadas, depois queimadas ante seus olhos. Suas cabeças serão a seguir separadas de seus corpos, cortados em quatro partes, que ficarão a disposição do rei.»

O rei Jorge II, por vergonha ou por medo, ante o século que lhe

contemplava (porque estamos no século XVIII, Catarina da Rússia suprimiu a tortura, Voltaire está à espreita...), não se atreveu a fazer executar essa sentença tão atroz, e os condenados foram simplesmente decapitados.

Pois bem, todos eram maçons, mas maçons dessa Franco-maçonaria jacobita de obediência católica, e que se inseria desde fazia séculos na maçonaria operativa da Escócia. Seu chefe era o grande mestre Charles Radclyffe, lorde Derwentwater. Mas frente a eles se erguia a recém chegada Franco-maçonaria inglesa de obediência protestante, nascida em Londres em 1715. E como no caso do Cazotte, tratou-se do processo, a franco-maçons julgados, por franco-maçons. Houve uma traição da qual não se falou oficialmente, a que tinham cometido os maçons jacobitas escoceses, convertidos em soldados dos jesuítas. E a primeira sentença foi a que as tradições maçônicas contam que foi aplicada aos assassinos do Hiram. Vejamo-la:

No ritual maçônico do grau «Ilustre-elegido dos Quinze» se encontra a execução dos dois últimos assassinos de Hiram. O primeiro fora tratado no grau precedente: «Mestre-escolhido dos nove», e a morte dos dois últimos fecha o tema geral da vingança. Vejamos o relato ritual:

«Seis meses depois da morte de Hiram e de seu assassino, Abyram Akiroph, um dos intendentés de Salomão, chamado Ben-Acar, ao efetuar uma busca pelo país de Goth, tributário de Salomão, inteirou-se de que Sterkin e Osterfult, os outros dois assassinos de Irma, refugiaram-se ali, acreditando-se a salvo. Assim que Salomão soube, escreveu imediatamente à Malla, rei de Goth, e lhe fez saber seu desejo de castigar esse crime. [38]

[38- É possível que o reino de Goth, desconhecido na Bíblia, seja o mesmo que o de Goh, citado em *II Samuel*, 21, 18.]

»Em consequência, Salomão escolheu quinze dos mais dignos e mais zelosos mestres, entre os quais se contavam os nove que tinham ido em busca do primeiro assassino, Abyram Akiroph. Partiram no dia 15 do mês de Tammuz e chegaram em 28 do mesmo mês ao país de Goth. [39] Entregaram a carta de Salomão à Malla, rei do país, quem, assustado por esta notícia, deu imediatamente as ordens pertinentes para que se buscasse esses dois bandidos e fossem entregues aos israelitas, sentindo-se muito feliz de desembaraçar seus Estados de semelhantes monstros.

[39- Observe-se que o desenvolvimento da vingança ritual tem lugar durante o decrescente da lua do mês de *Tammuz*.]

»Empregaram-se cinco dias em levar a cabo as mais exatas pesquisas. Por último, dois dos "Quinze" foram os primeiros que descobriram aos dois assassinos de Hiram numa caverna denominada "Bendicar". Foram encadeados juntos e carregados de pesadas placas, sobre as quais se gravou o crime do que se os fazia culpados e o tipo de castigo que lhes estava reservado.

»Chegaram à Jerusalém no dia 15 do mês seguinte, e foram conduzidos ante o Salomão quem, depois de lhes haver reprovado a negra maldade da que eram culpados, ordenou que lhes levassem a torre do Achyar, até o momento de sua execução.

»No dia seguinte, por volta das dez da manhã, foram pendurados a um poste pelo pescoço, com os braços e as pernas atados por detrás. Seus corpos foram abertos crucialmente, do peito até o púbis. Permaneceram neste estado durante oito horas. Lentamente as vísceras foram descendo, os insetos e as moscas se fartaram com seus sangues e com o suco de suas vísceras.

»Seus gritos e seus gemidos eram tão lamentáveis, que comoveram inclusive o coração dos verdugos. De modo que lhes cortaram a cabeça e lançaram seus corpos por cima das muralhas de Jerusalém, onde serviram de pasto aos corvos e aos animais selvagens.»

Deixemos os detalhes desta história, sem fundamento histórico seguro. Constatemos simplesmente que, pelo canal das corporações judaicas, pelo da famosa «rota do estanho», uma tradição judicial concernente ao castigo dos traidores, rebeldes a seu soberano, passou, de Israel antigo e de suas corporações, à Escócia medieval, em suas corporações.

Esta tradição implica que o traidor a seu rei, pendurado pelo pescoço a um poste, com os braços e pernas atados por detrás, com o que o corpo ficava voltado para baixo, era a seguir rachado pelo ventre, a fim de que as vísceras escapassem por ali, por seu próprio peso, lentamente.

Pois bem, se dermos crédito ao Mateus e aos *Atos*, Judas Iscariote morreu pendurado e perdendo suas vísceras. Não são essas umas operações que possa realizar facilmente um só homem. Ajudaram-lhe. E aí não vacilamos em reconhecer a mão dos sicários uma vez mais. Porque os *Atos* contradizem Mateus na tese do suicídio. Um homem que compra um campo com o benefício de uma operação, embora seja delitativa, não se abre as vísceras acidentalmente, sem que lhe ajudem. E se ademais se pendura, ainda menos. Assim, Juda-bar-Simão, chamado Iscariote, filho de Simão-Pedro, sobrinho de Jesus, neto da Maria, foi executado pelos discípulos, pronta e sinceramente.

Mas o leitor crente dirá: que prova que os apóstolos e os discípulos tomassem parte (ou inclusive executassem) um crime tão selvagem, seja qual for seu caráter justiceiro? Se ficou bem provado que se tratou de um rito de vingança muito preciso, se se demonstrou que esse rito era próprio dos membros das corporações judaicas, ficaria ainda por demonstrar que os apóstolos eram membros destas.

Previmos esta objeção, e temos resposta.

Nos mesmos *Atos de Tomás*, citados no capítulo 6 com referência ao misterioso gêmeo de Jesus, quando Tomás, aliás Judas, é vendido a um mercador de escravos (já explicamos por que), o chamado Tomás, para estar bem seguro de que o comerciante o compra, precisa que possui um ofício, coisa que, no caso de um escravo, aumenta seu valor. E declara ser carpinteiro, como seu irmão gêmeo Jesus, que sabia esculpir colunas, mármore, pedra, etc. É, portanto, carpinteiro e trabalhador de pedreira, e sabemos que esses dois ofícios, na Judeia, não constituíam a não ser uma só e única corporação.

Conclusão: Jesus não foi «oficialmente» só carpinteiro, mas também trabalhador de pedreira, dado que era a mesma corporação. Sem dúvida, nunca

praticou muito essas duas profissões. Mas oficialmente o era. E como em Israel todo homem deveria possuir um ofício, isso constitui para ele uma justificação civil.

Por outro lado, igual na antiga França e em toda a velha Europa, o filho deve permanecer na corporação de seu pai. Não pode sair dela (e tampouco tem interesse em fazê-lo, posto que herda suas astúcias no ofício, suas ferramentas de trabalho, sua reputação). De modo que podemos tirar a conclusão de que seu pai, Judas da Gamala, também possuía oficialmente essa dupla qualificação. E isso implica que os irmãos de Jesus também a possuíam. A pesca não era mais que um meio accidental de subsistência, igual à caça. (Em nossos dias, a caça ou a pesca furtiva é um complemento alimentar para certos trabalhadores agrícolas.) Assim, Simão deve seu apelido de «pedra» a algum episódio de sua vida operária ou a uma identidade de caráter com seu próprio ofício.

E, nova conclusão, se os chefes do movimento zelote, Jesus e seus irmãos, são membros da corporação dos carpinteiros e trabalhadores de pedreira, é provável que recrutassem a seus fiéis nesse mesmo meio. Não esqueçamos que as corporações judaicas tinham suas sinagogas particulares, o qual implica que estavam «além» da população judia corrente. Isso em hebreu constituía a classe dos «separados», dos quatro mil ou cinco mil homens que formavam a mão de obra de Jesus (Mateus, 14, 21 e 15, 38), quantos pertenciam a dita corporação?

E esse pertencimento à corporação implica, em consequência, o uso de um ritual concreto para a execução de um traidor, assassino de seu senhor. E por conseguinte, foram realmente os discípulos os autores de uma repressão assim tão selvagem. [40]

[40- Isto explicaria o caráter judaico absoluto dos primeiros graus, chamados «de vingança», na franco-maçonaria escocesa. Teria existido uma *transmissão real*, dos tempos mais remotos, de onde o papel das *adagas* nesses graus, em lembrança da *sica* dos zelotes. E o ritual manuscrito do grau de cavaleiro: Kadosh, de 1756, prova-o mais que sobradamente.]

A traição de Judas Iscariote e sua execução pelos outros membros do estado maior de Jesus pesaram sobre o cargo de seu pai, Simão, a quem com toda segurança lhe retiraram muito da confiança comum.

E, por certo, por que Jesus confiou sua mãe à João, e não a seus outros irmãos, filhos da Maria igual ele: «Simão, Santiago e Judas...» (Mateus, 13, 55)? Porque ao fim compreendeu a traição dos seus; desfizeram-se dele, e fariam calar ao Judas para que não ficasse nenhum rastro desta traição geral. Recordemos que já tinham querido encerrá-lo como louco (Marcos, 3, 21). Seus familiares tinham ido para isso.

Pretender, por outra parte, que Judas traiu a seu tio e seu rei por trinta moedas de prata é uma explicação que carece de valor. Judas era ladrão (João, 12, 6), sem dúvida de profissão; era um salteador de caminhos, como a maioria dos sicários, conforme dizem os Evangelhos. «Como guardava a bolsa, roubava o que metia dentro dela.» (João, 12, 6.) Ainda poderia continuar assim durante muito tempo, porque essa bolsa se enchia à medida de suas necessidades.

Se traiu foi, sem dúvida, por duas razões.

A primeira foi que Jesus, provavelmente, efetuara uma espécie de reconversão do movimento, depois da evocação do Tabor. Uma entidade misteriosa tomara posse dele. Ou uma evolução interior conduzira-lhe a rechaçar essa guerra desumana e sem quartel, onde tudo estava perdido de antemão, frente à potência de Roma. Ou envelhecera («próximo à velhice», diz-nos São Irineu), e já não tinha mais esperança. Em troca Judas era jovem, e nem o ódio aos romanos, nem as loucas esperanças tinham morrido em seu coração.

A segunda foi que, ao ser filho de Simão, o qual era irmão de Jesus, depois da designação de seu pai como sucessor do Filho de David, a realeza teórica de Israel passava a sua descendência. Ele, Judas, trombadinha dos caminhos, sicário sem celebridade, convertia-se, à morte de seu pai, no chefe do messianismo judeu. E já à morte de seu tio, Jesus, convertia-se em «delfim».

Por que Simão rondava sozinho depois da detenção de Jesus, o mais perto possível do lugar da audiência judicial? Era por fidelidade (sua tripla negação o faz pôr em dúvida), ou por temor a que Jesus fosse finalmente liberado e retornasse a pedir contas ao Simão, e a seu filho Judas? Possivelmente não foi necessário nada mais para decidir suprimir a este último (com benefícios além disso, já que, com segurança, à cabeça de Jesus os romanos lhe tinham posto preço, e a quantidade deveria ser bastante superior a trinta dinares), possivelmente não necessitou de nada mais para decidir a supressão desse chefe que entrara na separação doutrinal e tática. Pensaria também em suprimir ao Simão, seu pai, mais adiante? Não é improvável.

As *Antiguidades judaicas* e as *Guerras da Judeia* relatam esses ódios familiares sem piedade, no seio das famílias dinásticas do Oriente Médio. Seja o que for, a espantosa morte de Judas Iscariote não indignou a seu pai Simão, mas sim deixou que se fizesse o que, aos olhos de todos, era um ato de justiça, se não o aprovou também ele.

Mas não acabaram aí as conseqüências dos acontecimentos relacionados com a morte de Jesus. Conservei para o final do capítulo o texto de um documento essencial para minha tese: Judas Iscariote executado como castigo a sua traição. Esse texto parece demonstrar que voltou contra ele todo o estado maior de Jesus, sem dúvida com seu pai incluído. Porque acaso ao atuar assim não tinha posto em perigo a todos os discípulos, que puderam ser capturados pelos romanos? Em todo caso, vejamos o texto. Está tirado do *Evangelho de Bartolomeu*, apócrifo copto do século V, e figura em seu primeiro fragmento:

«E Jesus se voltou então para o homem que lhe tinha entregue, quer dizer, para o Judas Iscariote. E lhe disse: "No que te beneficiaste, Judas, por me haver entregue?... Eu sofri todos as dores por salvar a uma criatura, mas tu Judas, ai de ti!... Duplo anátema sobre ti! Que a maldição caia sobre ti!..."»

»Porque a herança de Judas é com o Diabo... apagou-se seu nome do Livro da Vida. tirou-se seu destino dentre o número dos vivos... destruiu-se seu laudatório, rasgou-se sua estrela... Satanás recebeu seu julgamento com ele, quando se vai, desprezado por todos. Tiraram-lhe seu episcopado. Roubaram-lhe sua coroa.

Uns estranhos apoderaram-se de suas penas. Revestiu-se de maldição. Foi poluído como a água corrompida. Roubaram-lhe suas vestimentas de glória. Apagaram a chama de seu astro. Deixaram sua casa deserta. Seus dias foram abreviados. Sua vida terminou. A paz se afastou dele. A dor veio a seu encontro. As trevas lhe invadiram. O verme o herdou. Cobriram-no de podridão. Os anjos que seguem ao Senhor o rechaçaram...

«Essas são as coisas que o salvador disse sobre Judas, que estava no fundo do Amenti. Então o salvador ressuscitou dentre os mortos ao terceiro dia...» (*Evangelho de Bartolomeu, primeiro fragmento.*)

Desse texto se desprende uma espécie de excomunhão (análoga, sem dúvida, ao terrível *herem* judaico, figura que precedeu a ulterior excomunhão romana), que foi lançada contra ele, e que, para maior segurança, foi seguida pela execução mediante enforcamento (rito judicial regular da lei judia), acompanhada do execração com a *sica*.

Nesse texto vemos como a violência aumenta de sequência em sequência, e podemos seguir, linha por linha, a exaltação do ódio do que fala, objeto açoitado a fim de conferir maior força a este estranho texto. Mas também encontramos nele a confissão implícita da execução de Judas. Terá que ser tão cego como o desafortunado Elimas-bar-Jesus em Pafos, [41] para não o constatar. Quanto aos «anjos» dos últimos versículos (*ángelus* em latim, *aggelos* em grego, significam mensageiro), neles veremos simplesmente a «enviados», escolhidos para esta tarefa vingativa.

[41- *Atos*, 13-8]

Falta a data da execução de Judas. Podemos situá-la, em virtude mesmo do texto, nos três dias seguintes à morte de Jesus, pelo que dá fé a última frase.

Parece que a esposa de Judas, que segundo outro evangelho apócrifo era a *nodriza* do filho de José de Arimatéia, também foi suprimida. Por isso é pelo que o texto diz que sua casa ficou deserta, ou melhor ainda: «deixaram sua casa deserta». Por conseguinte, não deixaram ali nenhum ser vivente. Mas como nos precisa que sua mulher amamentava ao filho de José de Arimatéia, isso prova que acabava de ser mãe, portanto, deduzimos que o filho de Judas e de sua esposa pereceu também.

Aqui abrimos um parêntese, *O Evangelho do Bartolomeu*, em um de seus fragmentos, especifica que José de Arimatéia foi recolher a seu filho a casa de Judas Iscariote, depois de ser aprisionado Jesus no monte das Oliveiras. Mas, fiel à tendência ao maravilhoso da maior parte dos apócrifos, conta que foi a pedido do próprio menino, que não podia suportar a maldade da mulher de Judas.

Um menino que mama ainda de sua *nodriza* não tem semelhantes escrúpulos de consciência. Não fala ainda, ou apenas, traduzamo-lo pois: José de Arimatéia, prevenido do que ia passar em casa de Judas, adiantou-se ao grupo de sicários, designados pelos discípulos, para fazer justiça ao traidor e aos seus, e chegou a tempo para recolher, antes de sua chegada, a seu próprio filho.

Como se chamaria o filho de Judas Iscariote? Observaremos que o *Evangelho do Bartolomeu* o apresenta no masculino, portanto, tratava-se de um varão. A árvore

genealógica de seu pai permite supor que se chamaria Simão, em virtude de uma espécie de costume familiar, que a genealogia permite constatar; existe um ritmo nos nomes:

Ezequías-bar... Capturado e crucificado por ordem de Herodes, que é pai de:

Judas-bar-Ezequías, aliás Judas de Gamala, Judas de Galilea, Judas, o Gaulanita, chefe da Revolução do Censo, quem é pai de:

Simão-bar-Judas, aliás Simão-a-Pedra, Simão, o Zelote, Simão, o Cananeu, Simão Iscariote, quem é pai de:

Judas-bar-Simão
Simão-bar-Judas, alias Judas Iscariote, quem é pai de:
o menino de quem nos fala o *Evangelho de Bartolomeu*, irmão de leite do filho de José de Arimatéia, aliás José do recinto dos mortos, o sepultureiro. Porém, recordemo-lo, esse nome de Simão não é senão uma *suposição*.

Como morreram a esposa de Judas e seu filhinho? Em primeiro lugar devemos recordar que estamos tratando de tradicionalistas fanáticos, partidários dessa «quarta seita» fundada pelo Judas da Gamala, e assinalada por Flavio Josefo. São integristas puros. E partindo desse fato podemos estar seguros de que também aí, na execução da jovem esposa de Judas Iscariote e de seu filho, aplicaram o «ritual» habitual em semelhante circunstância. Exatamente igual ao caso de Iscariote, já que tudo isso estava destinado a servir de exemplo.

Esse ritual estava já definido nos Salmos (69, versículos 26 e 109, versículos 8 a 12). Aí se prescreve que sua morada ficará deserta, e cairá em ruínas. Provavelmente, levariam a mulher e o menino, e incendiariam a casa.

Como pereceu a esposa de Judas? Uma frase de Jesus nos porá sobre a pista, ao evocar discretamente certos costumes do Oriente Médio:

«Ai então das grávidas e das que estejam criando naqueles dias!...» (Lucas, 21, 23.)

O último caso é o da jovem esposa de Judas. Com efeito, no caso das primeiras, quando tinha lugar o saque das cidades ocupadas, era costume geral de todos os povos dessas regiões lhes rachar o ventre do púbis ao esterno, e depois partir em dois o útero.

Quanto às segundas, ou faziam o mesmo, e ao menino lhe esmagavam a cabeça contra uma parede, ou jogavam-no sob a roda de um carro, ou (se os vencedores tinham tempo) amassavam-no em um daqueles grandes morteiros tão

usuais naquelas terras. Também se deu o caso de adultos que foram amassados em morteiros de seu tamanho. (II Reis, 8, 12 e 15, 16; Amós, 1, 13; Isaías, 13, 16 e 14, 21; Nahum, 3; Oséias, 10, 14; 14, 1.) ou utilizaram um meio empregado pelos guerreiros do Antíoco IV, rei de Síria, chamado Epífano (o Ilustre), quem entre o ano 174 e 164 antes de Cristo perseguiu Israel, foi vencido pelos macabeus, e morreu louco furioso; esse método consistia em pendurar aos meninos pelo pescoço de um cordão atado ao pescoço de sua mãe, que era enforcada por sua vez em sua própria casa, com o fim de fazê-la definitivamente impura, devido aos cadáveres.

«Penduravam aos meninos no pescoço de suas mães em todas as casas onde os encontravam...» (I Macabeus, 1, 61.)

Esta crueldade não era nada estranha em Israel, e no Antigo Testamento vemos como aos supostos culpados lhes dá morte junto com suas esposas, filhos, servidores e escravos, e inclusive com seus animais domésticos, ganhos, etc..

Essa tradição persiste ainda em certas regiões. Durante a revolução egípcia, no Cairo, quando os amotinados invadiram o palácio do ex-rei Faruk, mataram todos os animais domésticos que a rainha e o rei tinham para sua distração, e arrebetaram os olhos aos pôneis das quadras reais.

Se estivéssemos seguros de que Judas comprou realmente o campo com a recompensa que recebeu pela captura de Jesus, poderíamos levantar outra hipótese distinta à assinalada antes. Os apócrifos mostram a sua esposa lhe reclamando dinheiro sem cessar. Por ela se teria convertido Judas em ladrão, a gastos da bolsa comum de todos os discípulos. Era muito jovem, evidentemente, e ela também. E então a compra de um campo, o fato de residir em uma casa em Jerusalém (ou perto), e não já na Galiléia, em casa de seu pai Simão, em Cafarnaum, mostraria um Judas desejoso de liberar do ambiente messianista. Poderíamos então imaginar que entregou a seu tio Jesus, «Filho de David», e rei de Israel, só para pôr fim a uma luta terrível e sem esperanças; para escapar por fim desse papel de sicário e viver a partir de então uma vida aprazível, cultivando seu campo e gozando da vida familiar por fim conseguida.

De todo modo, a chegada dos sicários pôs fim a seu sonho, fosse o que fosse, e a implacável vingança messianista cobrou três cadáveres mais.

26.- Jesus e as mulheres

«Todos aqueles que chegaram aos limites mais extremos da voluptuosidade com a criatura mais amada, tiveram a sensação mais ou menos contusa de que esbarravam em algo divino, de que se aproximavam do maior mistério do mundo...»

Maurice Magre, *L'Amour et la Haine*

Há um problema que raramente foi abordado pelos historiadores mais liberais em seus estudos sobre o Jesus, e é o de sua vida de homem. Seja por acanhamento, por medo a reações hostis, ou por cegueira dogmática prévia, o certo

é que parece que só o fato de aludir a isso constituía um escândalo.

Mas a religião judia fazia do matrimônio e da procriação legítima um dever que muito poucos israelitas se atreviam a desobedecer. Sem dúvida se citará aos essênios, mas Jesus não foi jamais essênio; seu comportamento verbal, o fato de beber vinho, de admitir os sacrifícios animais, seu desprezo da limpeza corporal, [42] assim como, o fato de infringir os usos mais formais da tradição mosaica em certos campos, demonstram que nunca foi essênio. Estamos quase seguros de que foi membro daquele extremismo saído dessa seita, e que se converteria, como assinala Dupont-Sommer, na grande corrente política extremista constituída pelos zelotes.

[42- Mateus 15, 1-3 e Lucas 11, 37-42]

Sobre o matrimônio necessário e obrigatório, citaremos a própria lei judia:

«Quem não se casa, vive sem gozo, sem bênção e sem bem...» (*Talmud: Yebamoth*, 62 B.)

«A casa de um homem, é sua esposa...» (*Talmud: Yoma*, 11.)

«Casem a seus filhos agora que ainda os têm sob sua mão. Dos dezesseis aos vinte e dois anos, ou melhor ainda, dos dezoito aos vinte e quatro...» (*Talmud: Kidduchim*, 30 A.)

Por regra geral, o amor mútuo deve justificar o matrimônio, essa regra é muito explícita. O matrimônio por interesse, o efetuado entre maridos mal advindos, o matrimônio forçado, por causa dos pais, todos eles estão condenados pela lei judia.

O divórcio se tolerava por causas graves, mas era deplorável:

«Quem quer que repudie a sua mulher em sua juventude, o próprio Altar derrama lágrimas por ela. Porque Ele (Deus) odeia o repúdio...» (*Talmud: Malachim*, 2, 13s e 16.)

Em princípio, o único que se admitia para justificar o repúdio de uma esposa era a infidelidade.

De qualquer maneira, Jesus não se casou nunca. Ou ao menos não ficou nenhum rastro dessa união, se é que houve uma. Sem dúvida João, o «discípulo bem amado», foi o único de todos que ficou solteiro. Uma tradição eclesiástica conta que, a sua morte, pôde-se constatar que seus órgãos sexuais tinham permanecido como os de um menino de apenas seis anos. Isto tenderia a representá-lo como anormalmente constituído, dado que sexualmente era impotente. Possivelmente, era uma tara congênita, ou possivelmente foi consequência das práticas mágico-psíquicas das que trataremos em seguida, mas, em todo caso, era uma tara religiosa, que impedia qualquer união legal segundo a lei judia.

Se morreu efetivamente em Éfeso no ano 96 de nossa era, devia ter uns trinta anos na época em que se situa a execução de Jesus. Mas em seu próprio evangelho há uma passagem que soa um pouco estranha, e esse é o único evangelho que cita o fato:

«Um de seus discípulos, o amado de Jesus, estava recostado no seio de Jesus. Simão-Pedro lhe fez sinal, dizendo-lhe: "Pergunte-lhe de quem fala". E este

discípulo, reclinando-se sobre o peito de Jesus, disse-lhe: "Senhor, quem é esse?...» (João, 13, 23-25.)

Nos banquetes antigos, os homens estavam reclinados em camas de armar, e a esposa, ou a «companheira» do banquete, dispunha de um assento a seu lado, no qual se sentava. Na Grécia, essas companhias ocasionais, análogas às gueixas do Japão, chamavam-nas «sombras». O tipo superior era a *hetaira*, a «leoa» daqueles tempos. Tão somente quando se aproximava o final da refeição estendiam-se as mulheres ao lado dos homens, e os servidores estendiam coberturas sobre as partes inferiores dos corpos.

Entre os judeus, a comida pascal se celebrava também assim: cada um dos convidados devia estender-se «como um rei», e toda a família se encontrava presente, mulheres e crianças incluídos. O elevado caráter moral desta refeição pascal excluía, em troca, qualquer equívoco, coisa que, evidentemente, não costumava acontecer sempre entre os gregos ou os romanos.

Mas, coisa estranha, a Ceia supostamente pascal de Jesus e seus discípulos não incluía a nenhum dos membros de suas famílias, nem as esposas nem os filhos. E por isso, precisamente, não era uma refeição pascal ritual. O que demonstra que não foram os judeus os autores dos Evangelhos canônicos, a não ser gregos anônimos do século IV, que ignoravam os costumes judaicos; e, possivelmente, inclusive aborreciam às mulheres. Todavia, quando isto já se torna mais que surpreendente, é quando vemos que um jovem, que, como vimos, carecia dos caracteres viris, recostava-se sobre o peito de Jesus, que segundo são Irineu contava já com cinquenta anos, em lugar da esposa ausente. O porquê dessa estranha atitude permanece inexplicado, a menos que tenhamos em conta a acusação de homossexualidade sustentada recentemente por vários historiadores, entre os quais se conta um pastor metodista. Mas nós não sustentaremos essa hipótese, e logo veremos por que. Desse labirinto mendaz construído pelos escribas anônimos do século IV parece desprender-se, entretanto, que João, também «filho de Zebedeu», não foi mais que um irmão muito menor de Jesus. E não esqueçamos as estranhas palavras pronunciadas por esse mesmo Jesus:

«Há eunucos que nasceram assim do ventre de sua mãe, há eunucos que foram feitos pelos homens, e há eunucos que se fizeram a si mesmos por amor do reino dos céus...» (Mateus, 19, 12.)

É provável que algumas práticas psíquicas (vidência, profetismo, etc.), o uso de certos produtos com os mesmos fins, utilizados já da adolescência, desvirilizavam pouco a pouco, sem intervenção cirúrgica, a quem fizesse uso deles.

Quase todos os produtos classificados sob o nome de «estupefacientes» são, com efeito, afrodisíacos para as mulheres, e desvirilizantes para os homens.

Como o professor Maier observa: «Na mulher, a embriaguez de cocaína, inclusive ligeira, desencadeia uma irritabilidade sexual irresistível».

No homem, pelo contrário, a excitação do simpático tem melhor efeito para provocar uma vasoconstrição local que entorpece a função. Jean Cocteau resumiu assim a oposição:

«No homem a droga não adormece ao coração, adormece ao sexo. Na

mulher desperta ao sexo, e adormece ao coração». Mas a fórmula é muito esquemática para ser exata, biologicamente falando. A longo prazo, as duas ações desembocam em uma mesma atonia sexual.

Pois bem, em todo o Oriente Médio se conhecia já, naquela época e desde fazia séculos, o haxixe; o antigo Egito usava o ópio nos tempos de Ramsés II; gregos e romanos conheciam os efeitos da *dormideira*, chamada em grego *mékon*.

Essa atonia sexual pôde ser inicialmente a causadora das formulações doutrinárias que desembocaram na proliferação de todas as seitas cristãs chamadas encratistas: tatianistas, encratistas, moderados, severianos, apotácticos, sacóforos, etc., seitas caracterizadas pelo horror ao matrimônio e à procriação. Encontramos um eco delas na exaltação da castidade e da continência comum a todo o conjunto da corrente patrística.

À essas seitas cristãs se oporiam outras seitas do mesmo modo cristãs, e às quais se classificaria sob o nome geral de gnósticos licenciosos: carpocratianos, nicolaítas, barbelitas, etc. Estes últimos seriam os que justificariam a acusação de imoralidade e de práticas orgiásticas que escandalizaram tanto aos padres da Igreja oficial como aos autores latinos, como Cornelius Pronto.

Pois bem, essas práticas licenciosas estiveram muito estendidas. Vejamos algumas citações que darão luz ao leitor:

«Depois de uma longa refeição, quando os vinhos com os que se embriagam começam a excitar neles os fogos do desenfreamento... as tochas caídas se apagam. Então, livres da importuna luz, unem-se ao acaso, em meio das trevas, em escandalosos enlances...» (Minutius Félix, *Octavius*, VIII-IX.)

São Paulo evoca com embaraço esses «ágapes» especiais em sua *Primeira Epístola aos Coríntios* (11, 17).

«Entre vós, o ágape proporciona a seus jovens a ocasião de deitar-se com cristãs...» (Tertuliano, *De Jeuniis*, 17.)

«Muitas delas deverão passar depois pela abonadora...» (Tertuliano, *De virginibus velandis*, XIV.)

A sodomia entre homem e mulher não era desconhecida nesses meios. São Cipriano a estigmatiza:

«Não há, entre essas irmãs, nenhuma que possa ser defendida nem que possa provar que é virgem, pois embora a reconhecesse como tal nas partes comuns às mulheres, pôde ter pecado em outras partes do corpo...» (Cipriano, *Epístolas*.)

Orígenes, o Impuro (a quem não terá que confundir com o Orígenes Adamanteus, o «grande Orígenes») e seus discípulos ensinavam a legalidade «religiosa» da sodomia entre esposos, a fim de evitar o risco de procriação, por causa da qual uma alma se afundava na Matéria. Era a aplicação desses princípios, levada a limite mais extremo! E Paulo, horrorizado, estigmatizará semelhantes costumes:

«É já público que entre vós reina a impudicícia, e uma impudicícia tal, que não se encontra nem entre os pagãos! Até o ponto de possuir um de vós a mulher de seu pai...» (Paulo, *Primeira Epístola aos Coríntios*, 5, 1.)

Como as cerimônias de vigílias tinham lugar em locais muito mal iluminados,

de noite, são Jerônimo conjura às jovens a que não se afastem de sua mãe nem à distância de uma unha: «...*transver-sum unguen...*» (Jerônimo, *Ad Loetam, De institutionefiliae*.)

«A maior ocupação de certos clérigos consiste em procurar-se direções de mulheres ricas...» (Jerônimo, *Cartas*, XXII.)

Desde onde seu amargo julgamento:

«Esposa sem bodas, concubinas sem sombra de religião, cortesãs e irmãs voluptuosas, que procuram irmãos de prazer, e que, passando por castas e virgens, depois de uma comida deliciosa, sonham com apóstolos!...» (Jerônimo, *Cartas à Eustáquio*, XXII.)

Alguns clérigos e algumas «virgens consagradas ao Senhor» viviam como agapetas, quer dizer, em casal, e são Jerônimo dirá deles:

«Não têm a não ser uma só casa, frequentemente um só dormitório e uma só cama...» (Jerônimo, *Cartas à Eustáquio*, XVIII.)

Acontecia frequentemente que essas virgens, chamadas *sub-introducta* (sub-introduzidas), ficavam indevidamente grávidas. E são Jerônimo as estigmatizava:

«Olhe-as como medem seus passos! Admira seu penteado, singelo e modesto! Mas a gravidez trai sua vida íntima!; algumas pedem aos venenos a esterilidade, e outras matam seu fruto antes de seu nascimento...» (Jerônimo, *Cartas à Eustáquio*, XXII.)

João Crisóstomo (347-407) censurará ainda mais esse desenfreio, comum na grande massa cristã, em dois de seus tratados:

Contra as virgens de Deus que coabitam com homens e *Contra aqueles que introduzem a virgens*.

Tudo isso durará ainda longo tempo. E no ano 741, são Bonifácio, arcebispo da Maguncia, denunciará o papa Zacarias:

«...aos diáconos que, de noite, deitam-se com quatro ou cinco concubinas, e inclusive mais. E uma vez convertidos em sacerdotes ou bispos, continuam com esse tipo de vida, dizendo-se autorizados por Roma». (Cardeal Boronius, *Anais eclesiásticos*, ano 741.)

Era preciso que essa massa cristã, sincera, fiel em sua fé, mas refratária à continência, se não à castidade, achasse, em alguma parte, motivo de justificação. É óbvio.

E é neste ponto onde voltamos para Jesus:

O próprio Paulo tinha consigo uma concubina, e o diz claramente: «Não temos direito de levar conosco uma irmã em qualidade de mulher, como os outros apóstolos e os irmãos do Senhor e Cefas? Ou somente Barnabé e eu não teremos direito a fazer uso disso?...» (Paulo, *Primeira Epístola aos Coríntios*, 9, 5-6.)

Em seu *Vulgata* latina, são Jerônimo emprega o termo *mulier*, que designa, efetivamente, a mulher carnal, a esposa.

Agora bem, pouco antes do descobrimento dos célebres manuscritos de Qumram, à beira do mar Morto, exumaram-se fortuitamente uns manuscritos igualmente valiosos. Isto acontecia em Khenoboskion, no Alto Egito. Encontrava-se entre eles um *Evangelho de Tomás* que não se conhecia, a não ser por citações que

dele tinham feito Clemente de Alexandria e Orígenes no início do século III. De todo modo, não possuíamos os originais destes autores, mas, tão somente, conhecíamos através de traduções ulteriores, em manuscritos do século V.

O manuscrito achado em Khenoboskion estava redigido em copto, e era do século IV. Mas existiam fragmentos de um papiro que figurava entre os descobertos em 1897 em Oxyrhynchus, no Médio Egito, e que não se pôde atribuir a nenhum autor por estar muito incompleto. Esse texto, redigido em grego, era do século III, e continha uns versículos típicos, que não voltaram a encontrar até o *Evangelho de Tomás*, descoberto em Khenoboskion em 1947. Pôde então estabelecer-se que, já no século III, o *Evangelho de Tomás* existia em sua redação completa.

Todavia, dado que Clemente de Alexandria e Orígenes, que morreram no ano 220 o primeiro, e em 254 o segundo, citam a esse *Evangelho de Tomás* como um texto muito antigo já em sua época, podemos admitir que sua redação inicial deve situar-se, pelo menos, na segunda metade do século II, com uma data média que podia fixar-se nos arredores dos anos 175-180. Portanto, achamo-nos na presença de um texto que se pode classificar pouco depois daqueles outros citados também por Clemente de Alexandria e Orígenes, o *Evangelho dos Hebreus* e o *Evangelho dos Egípcios*, que esses autores consideravam como os mais antigos apócrifos conhecidos.

Vejamos agora o muito canônico *Evangelho de Marcos*. Jesus acaba de expirar na cruz:

«Havia também umas mulheres que olhavam de longe. Entre elas estavam Maria Madalena, Maria, mãe de Santiago Menor, e de José, e Salomé, as quais, quando ele estava na Galiléia, o seguiam, lhe serviam com o necessário, e outras muitas que tinham subido com ele a Jerusalém...» (Marcos, 15, 40-41.)

Lucas (8, 3) diz-nos que essas mulheres «lhe assistiam com seus bens», quer dizer, com seu dinheiro, posto que tinham abandonado suas casas. Não se tratava já de hospitalidade.

Mas eis aqui que, no *Evangelho de Tomás*, encontramos de novo a essa Salomé, e no papel que Paulo dava a sua companheira na *Epístola aos Coríntios*:

«Salomé disse: "E você quem é, homem? De quem saiu para se haver metido em minha cama e ter comido em minha mesa?...". E Jesus lhe disse: "Eu sou aquele que se produziu daquele que é seu igual. Deram-me o que é de meu Pai". E Salomé respondeu: "Sou sua discípula!..."» (*Evangelho de Tomás*, 65.)

Dessas palavras, do tom adotado pela tal Salomé, desprende-se que gozava de uma situação social materialmente superior a de Jesus.

O termo grego que em Marcos (15, 40-41) traduziram por *servir*, significa também *assistir*, como em Lucas.

Não estranhemos. Na História foram muito numerosas as mulheres que ajudaram economicamente ao homem, ao que amavam, em suas empresas políticas, e o exemplo de Corisanda de Gramont, que ajudou ao Enrique de Navarra em sua conquista da coroa da França, está na mente de todos.

Essa Salomé a encontraremos também no *Evangelho dos Egípcios*, e os versículos sublinharão o que se trata no texto antes citado, e na alusão ao Jesus

entrando na cama de Salomé, é, efetivamente, de sexualidade:

«E Maria-Salomé perguntou ao Senhor: "Mestre, quando acabará o reino da Morte?" E Jesus respondeu: "Quando vocês, mulheres, não concebam mais filhos... Quando tiverem deposto o vestido de vergonha e de ignomínia, quando os dois se converterem em um, quando o varão e a fêmea estiverem unidos, quando já não houver nem homem nem mulher, então terminará o reino da Morte..." E Salomé prosseguiu: "Então faço bem, Mestre, de não conceber?..." E Jesus respondeu: "Coma de todos os frutos, mas do da amargura (a maternidade) não coma..."» (*Evangelho dos Egípcios*, citado por Clemente de Alexandria em *Stromates*, III, IX, 66, e por Clemente de Roma [morto no ano 97] em sua segunda *Epístola à Igreja de Corinto*.)

Mais adiante, no mesmo texto, Jesus responderá à Salomé:

«Vim destruir a obra da mulher...»

Tendo em conta esses dois textos surpreendentes, possivelmente não seja inútil dar algumas precisões sobre a posição da lei judia no terreno da procriação. Observaremos que, no caso de um casal casado:

1. A obrigação da procriação cessava assim que o casal engendrasse dois filhos: menino e menina.

2. Os procedimentos de anticoncepção, bem conhecidos no mundo antigo, tão somente os podia utilizar a mulher, que não estava submetida às mesmas exigências legais que o homem. Este não podia empregá-los.

3. Sua utilização, justificada por motivos de ordem médica — psíquica ou genética —, inscrevia-se então na ordem da própria lei, e se convertia em um dever legal.

4. A necessidade ou a decisão de evitar a procriação não anulava absolutamente o dever moral e religioso (porque isso era) da satisfação sexual legítima. O *Talmud* a denomina «o gozo por excelência» (em hebreu: *ein simha elah simha chel huppa*).

5. As práticas abortivas eram toleradas até o terceiro mês de gestação. Os doutores da lei consideravam que, antes do primeiro trimestre da gravidez, o germe não era, a não ser, *nephesh* (corpo); que a *ruah* (o espírito) e o *neshamah* (a alma) ainda não lhe tinham unido.

Fora do matrimônio legal, e no caso de um simples concubinato não reconhecido pela lei, essas regras eram ainda mais elásticas, não cabe dúvida.

Tal como dissemos, o mundo antigo conhecia perfeitamente os anticoncepcionais mecânicos, geralmente utilizados pelas mulheres de costumes livres: bailarinas, músicas, cortesãs, etc..

O mesmo acontecia com os procedimentos de aborto, e o uso das plantas abortivas, como a arruda, a artemísia, o absinto, e sobretudo a temível sabina, não tinha nenhum segredo para as parteiras daquela época.

Quer dizer, que a decisão de Salomé de não ter filhos não tinha em si nada de extraordinário.

Quem era essa Salomé? Uma mulher rica, evidentemente, mas messianista e zelote convencida, ou simplesmente admiradora de Jesus? Mistério... Mas do fato de

que se quis dissimular ulteriormente que tinha sido a concubina de Jesus, e que este tivesse tirado dela o máximo do que um homem pode tirar de uma mulher, temos como prova suficiente o silêncio absoluto de Eusébio da Cesaréia a respeito dela. Procuraríamos em vão qualquer tipo de evocação dela em sua *História eclesiástica*. Cita simplesmente, sob o reinado de Herodes, o Grande, (ou seja, no ano 6 antes de nossa era): «Salomé, irmã de Herodes, mulher de Alexas» (Eusébio da Cesaréia, Op. cit. I, VIII, 13). E possivelmente seja, pelo mesmo motivo, que os padres da igreja citam sempre à Herodias, e jamais à Salomé, como a bailarina que exigiu a morte do Batista. Há silêncios muito reveladores.

Para concluir, é evidente que Salomé, mulher rica conforme parece, não foi somente a discípula de Jesus, não lhe serve e lhe segue tão somente, como reconhece Marcos. Também lhe abriu sua cama e sua mesa, e esse fato tão humano nos revela o *Evangelho de Tomás*. Compreendemos agora os motivos de seu desaparecimento...

É de supor que no século II isto não constituía escândalo algum, já que estavam melhor documentados sobre o Jesus da História que agora; era esse o episódio que os cristãos da grande igreja consideravam como justificativo da existência de uma concubina junto a seus clérigos, dos séculos I ao V. Por isso Salomé, coração fiel, acompanharia Jesus até a cruz, [43] justificando assim a palavra de Salomão:

[43- Recordemos que seu pequeno «ossário» figura entre os descobertos a cerca de «*Dominus Flevit*», nas Oliveiras, na mesma tumba que continha os de outros comensais de Jesus.]

«O amor cobre todas as faltas...» (Provérbios, 10, 12), seja qual for o mistério que cobre sua personalidade.

Permanece de pé um enigma, o da identidade da mulher que verte sobre os pés de Jesus, um perfume de elevado preço, que continha um jarro de alabastro, e que seca a seguir com seus cabelos, depois de havê-los «cobertos de beijos» (Lucas, 7, 38).

Não podia se tratar, contrariamente à lenda que voluntariamente se alimentou, da Maria Madalena, porque agora já sabemos quem era (veja-se capítulo 10). Tampouco podia ser Salomé, porque o tom desta é o de uma mulher altiva, rica, acostumada a mandar; isso é o que se desprende da frase que nos conta o *Evangelho de Tomás*, no versículo 65. Sobre essa outra mulher, os Evangelhos canônicos nos proporcionam algumas precisões:

Mateus diz dela: «uma mulher» (26, 6-7).

Marcos diz o mesmo: «uma mulher» (14, 3).

João declara que se chama «Maria» (11, 2 e 12, 3).

Lucas diz dela: «uma mulher de má vida» (7, 37), e a expressão grega inicial diz «uma pecadora da cidade».

Evidentemente, o *Evangelho dos Egípcios* e a *Pistis Sophia* chamam-na Salomé: Maria-Salomé. Mas não é ela a mulher do jarro de alabastro.

A Maria que, segundo João (12, 3), verte o precioso perfume, é irmã de Marta e de Lázaro, o «ressuscitado» a quem Jesus professa um profundo afeto.

Vivem na Betânia, modesto povoado, situado nos subúrbios de Jerusalém.

Nada disso evoca à rica Salomé [44]

[44- Observemos, de passagem, que a lei judia deixava dispor à mulher livremente de sua fortuna se fosse a *única herdeira* de seu pai; da renda que lhe *deviam seus* irmãos se, existindo esta, tinham herdado do pai; de sua fortuna, se fosse *viúva sem filhos*. E este era o caso de Salomé, viúva de seu primo Filipo Antipas.]

Todavia, conservaremos-nos todo o direito a nos assombrar de que Jesus, que situa às prostitutas em cabeça do «reino de Deus», experimente deste modo satisfação em alojar-se em casa de uma delas, contrariamente à lei religiosa judia.

E o que pensar de sua irmã Marta? Do que vive? Não nos diz.

E o que tem esse Lázaro, tão querido ao Jesus, que tolera, contrariamente à lei judia, que ao menos uma de suas irmãs seja «uma mulher de má vida»? E ele, do que vive?

Decididamente, se a isto somamos os dois «*Iskariotb*», pai e filho; Simão e Judas, é óbvio que Jesus, «filho de Deus», frequenta pessoas fartamente surpreendentes.

O que pensará seu «Pai celestial», ele, que tinha ordenado ao Moisés: «Que entre as filhas de Israel não haja nenhuma prostituta...» (Deuteronômio, 23,18.)

Voltemos agora, para terminar, à misteriosa Salomé.

Constatamos que o tom desta no *Evangelho de Tomás* deixava adivinhar uma mulher rica, acostumada a mandar e que, finalmente, em vista de tudo isso, pergunta-se como pôde abrir sua cama e sua mesa a um homem como Jesus. É, pois, indiscutivelmente, de uma classe social elevada. Mas quem pode ser?

Temos os nomes de algumas das mulheres que seguiam Jesus e aos doze e «os assistiam com seus bens» (Lucas, 8, 3). Em primeiro lugar há uma que se chama Susana, depois uma tal Juana (*Iochannah*, em hebreu), «esposa de Chuza, intendente de Herodes» (trata-se de Herodes Antipas). E imediatamente nos ocorre uma pergunta: como pôde abandonar esta mulher a seu marido, para seguir a esse autêntico «*maquis*» ambulante, que Jesus arrasta atrás de si, sem que Chuza, alto funcionário do tetrarca da Galiléia, fizesse-a voltar para casa de bom grado, ou por força? E tão mais quanto, que está assim mesclada com outras mulheres.

Segunda pergunta: quando Herodes Antipas, despojado de sua etnarquia, é exilado e condenado a viver em Vienne, nas Galias, no ano 39, quer dizer, quatro ou cinco anos, quando muito, depois da execução de Jesus, Herodias acompanha a seu exílio. Sabemos isso por Flavio Josefo e Eusébio da Cesaréia. Mas, nem um nem outro nos diz nada sobre o que se fez de Salomé, a filha de Herodias.

Terceira pergunta: os *Atos dos Apóstolos* (1, 14) não nos falam de nenhuma dessas mulheres nominalmente. O texto diz «as mulheres», mas sabemos que, além de Salomé, Susana e Juana havia outras. Agora bem, fosse qual fosse sua importância passada, não se diz nada delas. Por que?

Quarta pergunta: por que Atanásio de Alexandria (295-373), João Crisóstomo (340-407) e Eusébio da Cesaréia (265-340), não nos falam a não ser de Herodias como «a bailarina» que pediu a morte do Batista, e silenciam à Salomé,

contradizendo assim, formalmente, aos Evangelhos canônicos que, não obstante, não desconhecem?

Vem a nossa mente uma série de hipótese que podem servir de resposta a essas quatro perguntas:

1. Chuza, intendente de Herodes Antipas, permite a sua esposa Juana (*lochannah*) seguir Jesus e suas tropas, porque é a donzela de Salomé.

2. Herodias vai sozinha com Herodes Antipas, ao exílio às Galias, porque Salomé é maior de idade há tempo [45] e, portanto, é livre.

[45- Quando teve lugar este exílio, no ano 39, ela contava já com no mínimo 44 anos de idade. Desde o ano 33 era viúva de seu primo Filipo, filho de Herodes Antipas, que não lhe tinha dado filhos. Salomé morreu por volta do ano 73 de nossa era, depois de ter contraído novas núpcias com seu primo Aristóbulo III e de ter sido mãe de três filhos. Não obstante, ignoramos qual é a origem da data em que se situa sua morte, ano 73, data que avançam certos dicionários enciclopédicos. Assim, teria vivido pelo menos 78 anos, o que era muito para aquela época.]

3. Os *Atos* não nos falam já da Juana e da Susana, porque abandonaram o movimento zelote à morte de Jesus, depois do descumprimento das promessas deste, ou porque foram detidas pelos romanos no lugar da crucificação como seguidoras do dito Jesus, e estavam apodrecendo-se no fundo das masmorras da Antonia, ou porque estavam mortas. Mas nada disso aconteceu à Salomé, a quem sua classe e seu nascimento preservavam.

4. Atanásio de Alexandria, João Crisóstomo e Eusébio da Cesaréia não falam de Salomé e transferem todo o relato à Herodias, precisamente para fazer desaparecer Salomé da história, levando-se em conta seu papel, um tanto particular, ao lado de Jesus. A isso lhe chama «fazer a troca».

E não será esta confissão implícita o que minimizará nossa hipótese: a misteriosa Salomé era, muito provavelmente, a filha de Herodes Filipo e de Herodias, que logo, com o novo matrimônio de sua mãe, converter-se-ia na enteada de Herodes Antipas. Também aqui, neste problema histórico, podemos dizer que a realidade supera à ficção: a neta de Herodes, o Grande, que tinha feito crucificar ao Ezequías, convertida na tenra amiguinha do neto deste último: Jesus, pretendente ao trono de Israel. Isto só pôde agravar as más intenções de Herodes Antipas para com o tal Jesus, já que o ciúmes é coisa bastante humana.

Se recordarmos que Daniel Massé afirmou em uma de suas obras que de suas investigações pessoais (e era juiz de instrução) podia tirar a conclusão de que existia um parentesco por aliança entre a família da Maria, mãe de Jesus, e a de Herodes, as relações entre sua enteada Salomé e Jesus, «filho de David», aparecem já imensamente menos surpreendentes que a primeira vista. O que parece corroborar que, com efeito, existiram alguns laços, tão familiares como de interesses, entre os membros da dinastia herodiana e os da descendência davídica, cujos representantes autênticos, em princípio de nossa era, foram Judas da Gamala e depois seu filho primogênito Jesus; é que Flavio Josefo nos diz que, quando teve lugar a estadia de Arquelau em Roma, pouco depois da morte de Herodes, o

Grande, os judeus tinham entrado em insurreição e, entre os rebeldes, «havia parentes de Arquelau, aos que César (Augusto) fez castigar por ter combatido contra seu parente e seu rei...» (Flavio Josefo, *Antiguidades judaicas*, XVIII, X, 297 e *Guerras da Judeia*, II, 1, manuscrito eslavo.) Entre estes se contava, em especial, Achiab, primo de Herodes, o Grande, tio de Arquelau, e tio avô de Salomé (op. cit.).

Pois bem, Daniel-Rops, em *Jesus em seu tempo*, precisa-nos que a insurreição política montada contra Arquelau (além das de puro banditismo, montadas por bandos diversos), estava dirigida pelo Judas da Gamala. E se membros da família herodiana, parentes de Arquelau, incorporaram-se a uma insurreição, não podia tratar-se, evidentemente, a não ser da política de Judas da Galiléia, e não de qualquer das outras, de simples direito comum, encabeçadas por malfeitores anônimos. Sem dúvida é aí, nessa filiação ao partido dos «filhos de David» de elementos da família de Arquelau, onde se acha a gênese das ulteriores relações entre o Jesus, «filho de David», e Salomé.

Porque não devemos esquecer que ela também é da grande família iduméia. Salomé é a neta de Herodes, o Grande, a sobrinha de Arquelau, filha do mesmo Herodes, e sobrinha neta daquele Achiab que no ano 5 antes de nossa era se incorporou, com outros membros da família, às filas dos insurretos conduzidos pelo Judas, o Gaulanita.

Outro argumento advoga em favor desta hipótese:

Sabemos que em Israel antigo, jamais ficou um nome duplo, nem masculino nem feminino. Unicamente no mundo cristão se viu aparecer vários nomes seguidos e associados: Maria Teresa, Maria Juana, João Francisco, etc.

Pois bem, no *Evangelho dos Egípcios* e no *Pistis Sophia*, ambos saídos de um original hebreu, Salomé chamam-na Maria-Salomé, quer dizer, nessa língua: *Myrbiam-Shaloma*. Mas, tal como dissemos antes, não podemos considerar *Myrbiam* como o equivalente da Maria, já que isso daria um nome composto, coisa totalmente desconhecida naquela época. Portanto, devemos considerar e traduzir *Maria*, aliás *Myrbiam*, como nome comum, e não como nome próprio. E como essa palavra significa «princesa» em hebreu, trata-se, efetivamente, da «princesa Salomé» e não de uma «Maria-Salomé». É um título, e nada mais.

Não esqueçamos que, nos manuscritos antigos, não há nem pontuação, nem travessão, nem maiúsculas, e que jamais ficam pontos e à parte. Tudo está transcrito seguido, sem nenhuma sequência.

Por outra parte, essas relações entre o entorno de Jesus e a dinastia iduméia estão sublinhadas por outros textos canônicos:

«Havia na igreja da Antioquia profetas e doutores: Barnabé e Simão, chamado Niger, Lucio de Cirene, Menahem, irmão de leite do tetrarca Herodes, e Saulo.» (*Atos*, 13,1.)

Estamos no ano 45. Esse Menahem é neto de Judas de Gamala, sobrinho de Jesus. Saulo tem um irmão, que se chama Costo-baro, e não são de origem judia, a não ser idumeu, e príncipes da família de Herodes. E Menahem, cujo nome significa, em hebreu, «Consolador», e em grego se diz igualmente (*parakíetos*), foi

anunciado pelo Jesus, seu tio (João, 15, 26). Ele seria quem elevaria de novo o estandarte da revolução nos anos 63-64, sob o procurador Gessius Floros.

Voltemos para Salomé. Era viúva de Herodes Filipo desde o ano 33, não tinha tido filhos. [46] Voltou a se casar, desta vez com Aristóbulo III, e este recebeu de Nero, no ano 54, o reino da Pequena Armênia; depois, no ano 60, uma parte da Grande Armênia; e por último, no 70, converteu-se em rei de Chaléis. Ao ser protegido e amigo de Nero, possuía uma suntuosa mansão em Roma.

[46-A Maria-Salomé no *Evangelho dos Egípcios* e *Pistis Sophia* tampouco.]

Pois bem, no ano 58 Paulo, ex-Saulo, encontrava-se em Corinto, onde redigiu sua *Epístola aos romanos*. Ao final seguem as saudações à numerosas pessoas, e especialmente estes, muito significativos: «...Saudai aos da casa de Aristóbulo; saudai Herodião, meu parente; saudai aos da casa de Narciso, que estão no Senhor». (Op. cit., 16,10-11.)

Assim, Saulo-Paulo fez partidários onde sabia que os havia: na mansão romana de Aristóbulo e de Salomé; diz ser parente de Herodião (o «pequeno Herodes»), que é seu filho primogênito [47] Também os há no palácio de Nero, já que em sua *Epístola aos filipenses* terminará assim: «Todos os Santos lhes saúdam, e principalmente os da casa de Cesar». (Op. Cit., 4, 22). E escreve isto de Roma mesmo, no ano 62.

[47- Salomé teve depois outros dois filhos: Agripa e Aristóbulo.]

Salomé, portanto, permanece fiel à lembrança de Jesus, pois ela também foi vítima da lenda messiânica, e se converteu, depois de seu segundo matrimônio, em protetora daqueles aos quais depois se denominam «cristãos», tanto em sua casa como naquelas da alta sociedade romana onde pode ter acesso.

Alguns não deixarão de sorrir ante nossa tese, ou pode ser inclusive que dela se burlem, porque, no fundo, incomodar-lhes-á terrivelmente. Não obstante, é menos inverossímil do que se poderia supor a primeira vista. Além de tudo o que acabamos de descobrir; que a partir de agora, já não se pode continuar passando por alto no debate; terá que recordar daquela imperatriz da Europa central, que um belo dia fugiu com um violinista; daquela rainha que se fez comunista; ou daquelas princesas às quais uns amores tumultuosos e ingratos converteram-se em estrelas? O coração tem razões que a razão ignora, diremos. Limitaremos a sublinhar, uma vez mais, que toda a história de Jesus, «filho de David», não é mais que a continuação de uma guerra sem piedade, suscitada, ao mesmo tempo, por interesses políticos e dinásticos; conduzida pelos herdeiros legítimos do trono de Israel; tanto contra os usurpadores idumeus, como contra os ocupantes romanos, e possivelmente não seja necessário mesclar nisso amores românticos.

Tanto o Jesus «da História» está muito longe do «Jesus carpinteiro», assim como, a Salomé histórica, também está muito longe da do teatro e do cinema...

27.- *Epílogo: A fogueira*

«O Tempo altera e apaga a palavra do homem, mas o que se confia ao fogo perdura indefinidamente...»

Ritual maçônico, Incineração do testamento filosófico

Estamos em 11 de março de 1314, e é segunda-feira. [48] Faz já muitos meses que na França se foram acendendo as fogueiras por toda parte. Bem mediante tortura, pressões psicológicas, masmorras e cadeias, ou pela ameaça do fogo eterno, o certo é que os inquisidores obtiveram 207 confissões formais. Agora não fica já por decidir a não ser a sorte do grande mestre e dos principais oficiais maiores.

[48- Em 11 de março no calendário Juliano. Os historiadores diferem na hora de fixar a data. Maillard de Champbure, que é a quem nós seguimos, estabeleceu que em 11 de março de 1314 era a data exata. Sem dúvida, o fato de que ainda não se inventou a imprensa, a escassez de calendários privados, o início do ano da Páscoa por aqueles tempos, que era festa *móvel*, tornava-se muito flutuante na cronologia da época. Mas dado que sabemos de fonte *certa* que Molay e seu companheiro, morreram numa *segunda-feira, véspera de são Gregório*, é fácil verificar e constatar num «calendário perpétuo» e num santoral que *unicamente* na segunda-feira *11 de março de 1314* corresponde a essas exigências.]

Na manhã desse dia, em Paris, Jacques de Molay, grande mestre do Templo; Godofredo de Gonaville, comendador de Poitou e de Aquitania; Godofredo de Chamay, comendador de Normandia; e Hugo de Payrando, grande visitador da Ordem; são sacados de seus calabouços da fortaleza do Templo e conduzidos à Cité. Ali, a comissão cardinalícia, composta por Arnaldo de Farges, sobrinho de Clemente V; Amaldo Novelli, monge de Ctteaux, *convictorista* de França; Nicolás de Fréauville, irmão predicador, uma vez confessor e conselheiro do rei, Felipe de Marigny, familiar seu, arcebispo de Sens; com alguns outros bispos e *decretistas*, construíram uma plataforma diante do átrio de Notre-Dame, a fim de dar leitura pública às confissões e à sentença final.

Fazem subir a ela aos templários, e manda-lhes ajoelharem-se. Um dos cardeais toma a palavra e começa a leitura. Quando pronuncia a sentença, que condena ao Molay e à seus irmãos a cadeia perpétua, quer dizer, a ser «encarcerados a perpetuidade», tendo como único alimento «o pão de dor e a água de tribulação», os representantes de Felipe, o Formoso, se sobressaltam.

Precisou-se que tal graça era consecutiva ao fato de ter «confessado ingenuamente suas faltas». Mas nesse instante, quando menos esperavam os juízes, o grande mestre e o comendador da Normandia se levantaram; cortando a palavra ao cardeal; dirigindo-se tanto à comissão inquisitorial, como à multidão, declararam que tudo o que tinham confessado em seus interrogatórios era falso. Sustentaram que tinham admitido tais confissões, tão somente, por deferência e confiança para o

papa e o rei, quem, em troca dessas confissões, tinham-lhes prometido a liberdade, e protestaram energicamente contra a sentença dos cardeais, principalmente contra o arcebispo de Sens, Felipe de Marigny, e acusaram todos de fazer caso omisso da palavra do papa e do rei.

É fácil compreender os motivos da mudança de opinião de Molay e de Charnay. As confissões não lhes custavam nada, em troca a liberdade era tudo. A liberdade representava, primeiro, o reatamento, depois o prosseguimento, e, quem sabe, possivelmente a realização da grande empreitada templária.

E agora, não ficava nada da liberdade. E em seu lugar havia algo muito pior que a morte: a lenta decomposição, física e moral, em uma masmorra; encadeado a um muro, às vezes, jorrante; sozinho, em semi-obscuridade; e em meio de um silêncio mais pesado que o de uma tumba. E só ficava uma esperança: uma morte liberadora, precipitada pela desnutrição e a disenteria crônica. Para esse ancião que era Molay (contava oitenta e um anos), que não esperava já nada da vida; quão mesmo para o Charnay, que lhe aproximava muito em idade, a eleição parecia. A masmorra podia durar anos. Em troca, os exemplos e o costume demonstravam que o fato de desmentir as confissões e retratar-se conduzia *ipso facto* a morte na fogueira. Dolorosa, certo, porém breve, apesar de tudo, e, afinal de contas, muito menos terrível que ir apodrecendo lentamente no segredo de um calabouço tenebroso, quando fora a vida se exalta cheia de luz para tantos outros seres.

Para Molay e para Charnay a decisão está já tomada. Seus olhares se cruzaram quando foi pronunciada a frase fatídica, e se compreenderam. E é a voz do grande mestre a que se eleva: «Monsenhores, meu irmão e eu protestamos contra o uso que se faz aqui de minhas palavras de ontem, as quais não tiveram outro objetivo que o de dar satisfação ao rei da França e ao papa, nosso senhor. E se por essas coisas, reconhecidas por todos nós, para seu prazer e nossa obediência, devemos ser consumidos em alguma prisão, então declaramos energicamente que os citados rei e papa nos tinham assegurado de antemão, e quase jurado, que nenhum dano, fraude ou violência nos resultaria disso. Sendo assim, que isto não se cumpriu, declaramos então que nossas confissões, obtidas tanto por tortura, como por astúcia e engano, são nulas e não válidas, e não as reconhecemos já como verídicas...»

Reina o estupor. Imediatamente os cardeais entregam de novo os prisioneiros ao sacristão de Paris, que está ali presente para representá-los no dia seguinte. Conduz-se, portanto, novamente, aos quatro condenados a seus calabouços do Templo. Ao mesmo tempo se leva a notícia ao Felipe, o Formoso, quem imediatamente reúne a seu conselho, sem chamar a ele a nenhum eclesiástico. Decidem que, ao entardecer, o grande mestre e o comendador da Normandia serão queimados na ilha do Palácio, entre o jardim do rei e os Agostinos. Lívido de furor, o rei afirma que serão queimados «a fogo lento». Possivelmente adivinhou a razão de sua retratação.

Imediatamente, à ilha dos Judeus, chamada assim porque ali tinham queimado já a vários rabinos e talmudistas teimosos, que se obstinavam em negar a divindade de Jesus, levavam e amontoavam a lenha necessária para fazer duas piras

idênticas. As quantidades que se queimarão serão relativamente mínimas, a fim de fazer durar o suplício, conforme «aos desejos do rei, nosso senhor».

Cravam-se em terra duas sólidas vigas de carvalho. Estes madeiros foram tirados das paliçadas de amarração inundadas na água do rio. Ao estar embebidos de água há muitos meses, não se corria o risco de que se acendessem, e os condenados, estreitamente sujeitos a eles por cadeias, não poderiam desatar-se no curso da combustão.

Às nonas, tudo está pronto. Os sinos de Notre-Dame tocam lentamente a morte. Na hora das vésperas, o céu, já cinza, escurece-se todavia; umas nuvens carregadas de chuva passam rapidamente sobre a cidade, empurradas por um vento frio que vem da Normandia. As bordas do Sena estão repletas de gente. Um rumor ininterrupto, como o zumbido de um monstruoso inseto, eleva-se até os sentinelas que vigiam de pé nas atalhias do velho Louvre.

De pronto o rumor se acrescenta; bordeando a orla esquerda da ilha de La Cité, acaba de aparecer um cortejo. O grande sacristão, precedido por sargentos a cavalo, vêm seguido por um forte destacamento de homens armados a pé, que rodeavam uma carreta de feno puxada por um cavalo. Apenas se distinguem vagamente as silhuetas dos homens, estendidos e atados no piso da carreta. Atrás dos últimos arqueiros, e cerrando a marcha, há um último destacamento de sargentos a cavalo.

Baixam aos condenados e os transladam em barco à ilhota, onde os espera já o verdugo e seus ajudantes. Estes atam fortemente ao Molay e ao Charnay com largas cadeias a cada uma das vigas, e a seu redor amontoam as lenhas, até a altura dos joelhos. Depois de lançar um último olhar para a janela, onde sabe que Felipe está olhando, o grande sacristão vira-se e faz um sinal ao verdugo; ao mesmo tempo, um trompetista a cavalo, a seu lado, toca «fogo». Tanto na ilha como nas bordas do rio, todos compreenderam; os executores, tocha em mão, colocaram fogo nas pontas de cada uma das piras. Como haviam tomado a precaução de lubrificar com azeite alguns dos madeiros, o fogo pega rapidamente. Eleva-se a fumaça, e, com ela, um aroma penetrante se vai estendendo, pouco a pouco, primeiro sobre a ilha, logo sobre o rio, até chegar às bordas. É então quando, no meio do crepúsculo que já obscurece insidiosamente La Cité, um clamor se eleva. Num primeiro momento se acredita que as chamas que brotam dos vestidos acesos dos dois supliciados são a causa; mas não, não são gritos de dor o que sai das fogueiras. É a voz do herói de São João de Acre, a voz que, erigindo-se em estandarte de batalha, vinte e três anos antes, ao entardecer de 5 de abril de 1291, arrastava à carga templária no estrondo dos cascos de seus corcéis! E, trezentos contra dez mil, o esquadrão branco e negro, com o estandarte «prata e sabre» à cabeça, enrolava as linhas egípcias... [49]

[49- O estandarte do Templo, chamado «*Beauséants*» («Bem sentado»), era «*milad oro, milad subte*», quer dizer, branco e negro, com o que recordava as cores de seus esquadrões: estes estavam compostos por *cavaleiros* (cota de armas e manto brancos), e *escudeiros* (cota de armas e manto negros). O nome de «*beauséant*» (*beau*: bem, belo, e *séant*: que se sente bem, situado...) tinha-lhe sido aplicado como mote

pelos *Hospitalares e Teutônicos*, por causa da disposição de suas duas cores, e por zelo dos Templários, que eram os únicos aos que se permitia levar a *Cruz vermelha* das Cruzadas sobre seu manto, privilégio que lhes fora concedido pelo papa Eugênio III, a pedido de são Bernardo.]

Porém neste momento não é já senão a voz de um homem que vai morrer, a voz de Jacques de Molay, último grande mestre dos templários.

Instantaneamente, o rumor popular emudeceu. O povo contem a respiração, porque o que clama essa voz é algo terrível, inesperado, imprevisível para essas almas simples, dobradas por temor ao báculo e ao cetro. E o verbo sacrílego acaba de percutir contra as muralhas do Palácio, abofeteando melhor a esse Capelão rancoroso, escondido na fresta daquela estreita janela como não poderia estar em um manopla justa. E a voz troveja:

«Clemente, e tu também Felipe, traidores à palavra dada, coloco os dois ante o Tribunal de Deus!... A ti, Clemente, antes de quarenta dias, e a ti, Felipe, dentro de um ano...»

Reina um silêncio de morte, ouve-se apenas o crepitar das fogueiras.

E assim será. O papa morrerá de disenteria e de vômitos em Roquemaure, no vale do Ródano, em 9 de abril de 1314, vinte e oito dias mais tarde. E Felipe, o Formoso, morrerá em 29 de novembro de 1314 em Fontainebleau, arrojado de seu cavalo, como sucedeu na degradação dos cavaleiros traidores, oito meses mais tarde. O verbo e a chama deram a conhecer de que lado estava a razão.

Porém o fogo agora ganhou altura; as roupas andrajosas se incendeiam, e duas silhuetas se retorcem sob as chamas. Os gritos e gemidos são demasiado surdos para chegar até a multidão, muda em seu silêncio horrorizado. O fogo já alcançou as pernas e ascende, lambendo os torsos nus; barbas e cabelos desapareceram. Os corpos, irreconhecíveis, encostados às vigas com as correntes ao vermelho vivo, convertem-se, pouco a pouco, em informes massas carbonizadas, e dos dois fogos crepitantes, a fumaça, agora negrusco, leva em ondas malcheirosas até as duas orlas do Sena o odor da carne e da graxa queimadas.

Já tarde, quando os corpos não eram mais que pobres restos lentamente carbonizados, o povo «avançou até as fogueiras», apesar de alguns guardas que ficaram ali, segundo nos diz o abade Velly em sua *História da França*, «e recolhera cinzas dos mártires para levar como uma preciosa relíquia. Todos se benziam e não queriam ouvir nada mais. Sua morte foi bela; tão admirável e inaudita, que todavia fez-se mais suspeita por causa de Felipe, o Formoso...»

Os Companheiros, carpinteiros e talhadores de pedra, espécie de terceira ordem corporativa protegida pelos Cavaleiros do Templo, que haviam se introduzido entre a multidão, em grupos de três ou quatro, ouviram a voz de Molay como uma sentença. Isso significava para eles, ao mesmo tempo, uma ordem para avançar e uma esperança. Por isso as catedrais da França ficaram como estavam, e suas torres inacabadas. Porém, o pensamento vingativo abriria caminho pacientemente, de século em século. Por três vezes a descendência do rei se extinguiu com três irmãos. Os Capelos com Luis X, O Obstinado; Felipe V, o

Gordo; e Carlos IV, o Formoso. Os Valois com Francisco II, Carlos IX e Enrique III. Os Borbones com Luis XVI, Luis XVIII e Carlos X. A Jacquerie de 1358 preludiaria a Revolução jacobina de 1789; os Jacques (Jaimes), conduzidos por Jacques Bonhomme, vingariam um dia a Jaime (Jacques) de Molay. E dessa torre do Templo de onde foram «interrogados» os chefes da Ordem, é de onde, numa manhã de janeiro de 1793, partiria o vigésimo segundo sucessor de Felipe, o Formoso, faria sua última viagem.

E assim, por um estranho mistério do verbo, o destino, obsessivo e monótono, fez ressonar incessantemente ao longo da história da França o nome do último grande mestre dos Templários...

A abolição da Ordem foi decidida pelo Concílio de Vienne, no vale de Ródano, no ano de 1311. E exatamente cinco séculos mais tarde, em 1811, a fortaleza do Templo, em Paris, foi arrasada.

De que havia sido esta testemunha? Havia caído um novo véu sobre o mortal segredo que guardava desde o 11 de março de 1314?

Durante muito tempo se contou uma lenda. Dizia que a cada ano, na noite em que fora decretada a abolição da Ordem, um espectro vestido com o manto branco que levava a cruz vermelha gravada, armado com seu escudo «prata e sabre» e com sua lança, aparecia a meia-noite na cripta do Templo, em Paris. E então, se ouvia uma voz sepulcral que perguntava:

«— Quem quer liberar Jerusalém?

»— Ninguém. — respondia o eco através das colunas da cripta —. Porque o Templo foi destruído...»

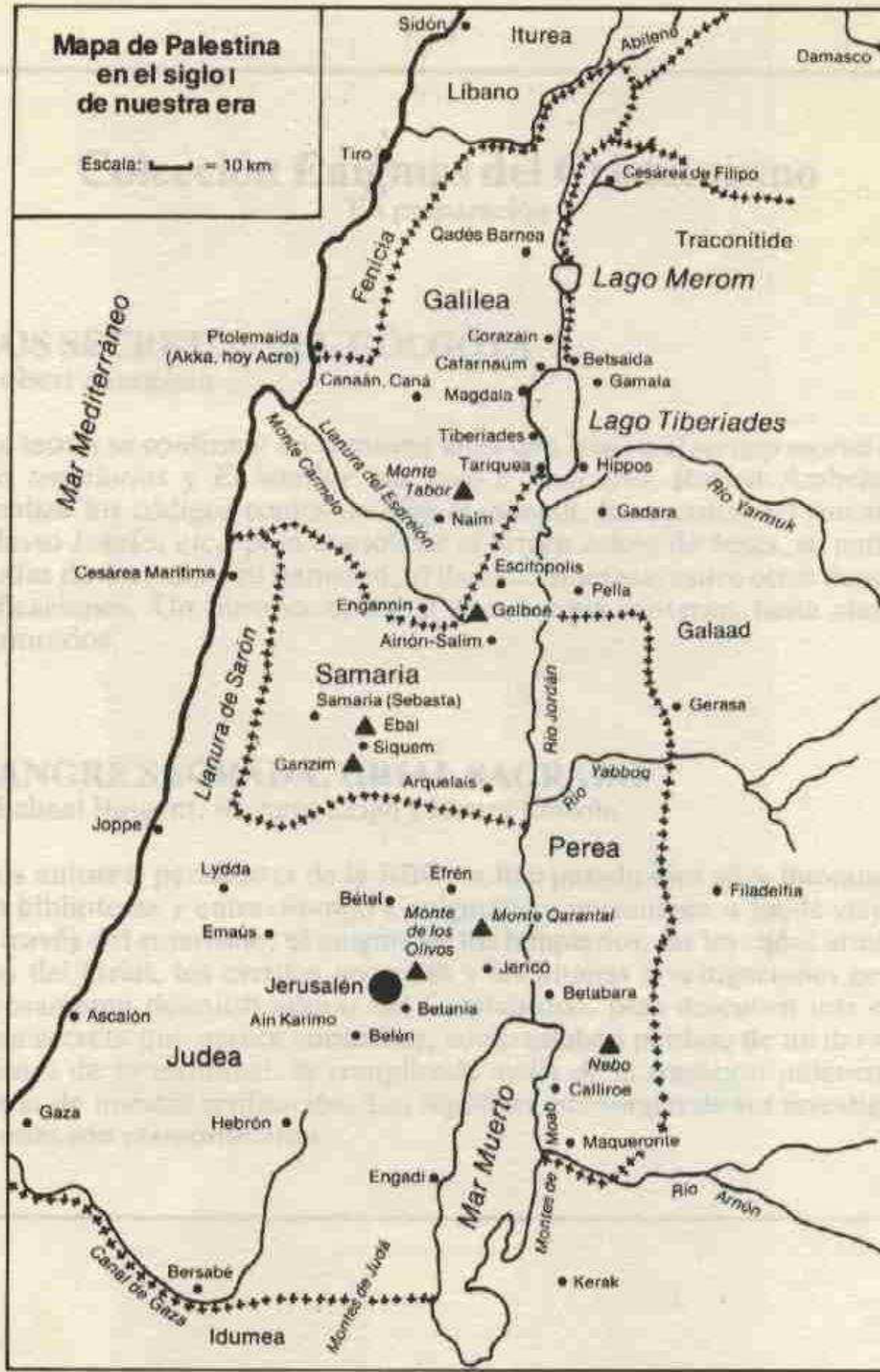
5 de fevereiro de 1967 — 26 de fevereiro de 1970

NOTA:

O leitor não deixou de observar a repetição de um certo número de citações de escrituras, ou de traduções de termos. Porém, o autor assim os considerou necessário. Com efeito, durante mais de quinze séculos, uma verdadeira «lavagem cerebral» dogmática impregnou, às boas, ou às más, o psiquismo hereditário do homem ocidental; frequentemente, sem que este se dê conta, tornou-o mais ou menos refratário à crítica, inclusive à lógica mais evidente. O próprio autor reconhece não haver escapado a ele antigamente! Por isso nesta obra acreditou necessário sublinhar certos textos essenciais, repetindo-os. E por isso pede desculpas ao leitor.

Mapa de Palestina en el siglo I de nuestra era

Escala:  = 10 km



Esta obra foi digitalizada e revisada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.

Se quiser outros títulos nos procure :

http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros, será um prazer recebê-lo em nosso grupo.



http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros

<http://groups.google.com/group/digitalsource>